

BOLETIM GEOGRÁFICO

C.N.E.-Serviço Especial do Recenseamento
D.T.-Subdivisão de Documentação e Divulgação
Visto, em / /

INFORMAÇÕES
NOTÍCIAS
BIBLIOGRAFIA
LEGISLAÇÃO

MENSÁRIO



CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANO I

FEVEREIRO DE 1944

N.º 11

BOLETIM GEOGRÁFICO

Diretor
ENG. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

Secretário
CARLOS PEDROSA

COMISSÃO ORIENTADORA

Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES
GUIMARÃES, Prof. JORGE ZARUR,
Eng. VIRGÍLIO CORREIA FILHO,
Prof. ORLANDO VALVERDE, Prof.
LUCIO DE CASTRO SOARES e Prof.
LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS.

O "BOLETIM" não insere matéria remunerada, nem aceita qualquer espécie de publicidade comercial.

ASSINATURAS

Ano Cr\$ 60,00
Semestre Cr\$ 30,00

REDAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE
GEOGRAFIA (CARTEIRA DE
INTERCAMBIO E PUBLICIDADE)

Praça Getúlio Vargas, 14-5.º andar
Edifício "Francisco Serrador" -
Rio de Janeiro
DISTRITO FEDERAL

*Pede-se permuta
Pídese canje
We ask for exchange
On demande l'échange
Man bittet um Austausch
Si richiede lo scambio
Ont petas interanjon*

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRAFICA

ÓRGÃO EXECUTIVO CENTRAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA,
CRIADO PELO DECRETO-LEI N.º 782, DE 13 DE OUTUBRO DE 1938, SOB
A DENOMINAÇÃO DE SERVIÇO DE COORDENAÇÃO GEOGRÁFICA,
PASSANDO A POSSUIR A DESIGNAÇÃO ATUAL PELO
DECRETO-LEI N.º 1 360, DE 2 DE JUNHO DE 1939.

DIRETOR — Christovam Leite de Castro.

ASSISTENTES — Prof. José de Sá Nunes, Eng. Jorge
Perelra de La Rocque, Eng. Oscar Carrascosa
(Bahia) e Dr. MÁRIO MELO (Pernambuco).

CHEFE DA CAMPANHA DE COORDENADAS — Eng.
Alfrio Huguenev de Matos.

ORIENTADOR-TÉCNICO DO CURSO DE CARTO-
GRAFIA — Prof. Rudolf Langer.

ORIENTADOR-CIENTÍFICO DO CURSO DE GEO-
GRAFIA — Prof. Francis Ruellan.

SECRETÁRIO-ASSISTENTE — Prof. Orlando Valverde.

Encarregado do Expediente — Laura de Moraes Sar-
mento.

Encarregado da Mecanografia — Marina Leite de
Castro Soares.

Encarregado do Pessoal e Contabilidade — Contador
Paulo Freire.

Encarregado do Gabinete de Cópias — Alcion da
Fonseca Dória.

Encarregado do Almozarjado — Lourival Caval-
cante de Meneses Guerra.

Encarregado da Portaria — Antônio de Oliveira.

CHEFE DA 1.ª SEÇÃO — (*Documentação Geográfica*)
— Eng. Virgílio Correia Filho.

Encarregado da Biblioteca — Edina Taunay Leite
Guimarães.

Encarregado da Fototeca — Sílvia Fernandes dos
Santos.

Encarregado do Arquivo Corográfico — Miguel Alves
de Lima.

CHEFE DA 2.ª SEÇÃO — (*Carta do Brasil ao milho-
nésimo*) — Eng. José Carlos Pedro Grande.

Encarregado da Mapoteca — Paulo Augusto Alves.

CHEFE DA 3.ª SEÇÃO — (*Cartas Regionais*) — Eng.
Mário Celso Suarez.

Encarregado da Estereografia — Escultor Armando
Sócrates Schnoor.

CHEFE DA 4.ª SEÇÃO — (*Estudos Geográficos e Esta-
tística Territorial*) — Prof. Fábio de Macedo
Soares Guimarães.

Encarregado dos estudos geográficos — Prof. Lúcio
de Castro Soares.

ENCARREGADO DO MUSEU GEOGRÁFICO — Caclida
Fernandes.

CHEFE DAS PUBLICAÇÕES — Eng. Agr. Eduardo Pes-
soa Câmara.

CHEFE DA CARTEIRA DA DIVISÃO TERRITORIAL —
(O.D.T.) Eng. Artur Cardoso de Abreu.

CHEFE DA CARTEIRA DE INTERCAMBIO E PUBLICI-
DADE — (O.I.P.) Carlos Pedrosa.

Endereço: Praça Getúlio Vargas, 14-5.º andar — Edifício
Francisco Serrador — Rio de Janeiro — D. F.
(Telegráfico) — SECONGEO.

Sumário dêste número

- EDITORIAL:** Documentação Geográfica Ativa — VIRGÍLIO CORREIA FILHO (pág. 3).
- COMENTÁRIO:** Estudos Geográficos — Prof. PIERRE MONBEIG (pág. 7).
- TRANSCRIÇÕES:** Minerais Estratégicos — LUCIANO JAQUES DE MORAIS (pág. 12). — A Hipótese do Deslocamento Continental — II — CHARLES SCHUCHERT (pág. 23).
- RESENHA E OPINIÕES:** A Ecologia (pág. 35). — A imigração no Brasil de após-guerra (pág. 37). — O Gururi, uma curiosidade regional (pág. 43). — Colômbia (pág. 44).
- CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Regiões naturais do Brasil — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES (pág. 48). — Região Norte — GILDA DE ANDRADE PINTO (pág. 51).
- TERTULIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS:** Quadragésima quarta tertúlia, realizada a 30 de novembro de 1943 (pág. 53). — Quadragésima quinta tertúlia, realizada a 7 de dezembro de 1943 (pág. 54). — Quadragésima sexta tertúlia, realizada em 14 de dezembro de 1943 (pág. 56).
- NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 59). — Ministério da Agricultura (pág. 59). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 59). — Ministério da Guerra (pág. 60). — Prefeitura do Distrito Federal (pág. 60). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academia Carioca de Letras — (pág. 61). — Associação Brasileira de Educação (pág. 61). — Centro Carioca (pág. 61). — Clube de Engenharia (pág. 62). — Faculdades Católicas (pág. 63). — Rotary Clube (pág. 63). — Sociedade Anglo-Brasileira (pág. 64). — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 64). — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pág. 65). — Touring Clube do Brasil (pág. 65). — CERTAMES — Congresso de História da Revolução de 1894 (pág. 66). — UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pág. 66). — Espírito Santo (pág. 66). — Minas Gerais (pág. 66). — Pará (pág. 67). — Paraná (pág. 67). — Paraíba (pág. 67). — São Paulo (pág. 67). — Território do Acre (pág. 69). — Território Federal do Amapá (pág. 69). — Território Federal do Iguazu (pág. 69). — Território Federal de Ponta Porã (pág. 70). — MUNICÍPIOS — Belém (pág. 70). — Erechim (pág. 73). — Goiás (pág. 73). — Juiz de Fora (pág. 73). — Lobato (pág. 73). — Salvador (pág. 73). — São Paulo (pág. 74).
- BIBLIOGRAFIA:** REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 75). — Periódicos (pág. 80). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRAFICO — A Cartografia brasileira nos livros estrangeiros — VII — (1908 a 1912) — (pág. 82). — Bibliografia estrangeira sobre o Brasil — XI — (1903) — (pág. 85). — Mapoteca central do C. N. G. — Catálogo geral — XI — (Mapas de ns. 751 a 800) (pág. 87).
- LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados no mês de janeiro de 1944 (pág. 89) — Íntegra da legislação de interesse geográfico (pág. 92). — Atos Diversos (pág. 94). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico — Bahia (pág. 95). — Paraná (pág. 95). — Santa Catarina (pág. 96). — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico — Florianópolis (pág. 99). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL — Ementário das Resoluções ns. 54 a 61, aprovadas no ano de 1942 (pág. 100). — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL — Íntegra das Resoluções de Interesse geográfico aprovadas em 1939 (pág. 101). — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — ASSEMBLÉIA GERAL — Íntegra das Resoluções ns. 65 a 74 (pág. 102) — DIRETÓRIO CENTRAL — Íntegra das Resoluções ns. 65 a 74 (pág. 108). — DIRETÓRIOS REGIONAIS — MINAS GERAIS — Íntegra das Resoluções ns. 1 a 5 (pág. 116).

Boletim Geográfico

Ano I

FEVEREIRO, 1944

N.º 11

Editorial

Documentação Geográfica Ativa

Para bem desempenhar a incumbência, que precìpuaente lhe cabe, de estimular, por meio da cooperação eficiente, de dirigir, consoante os princípios metodológicos modernos, de coordenar as atividades geográficas no Brasil, houve mister o Conselho Nacional de Geografia de um órgão executivo central, que se encarregasse de cumprir-lhe as resoluções.

Assim foi que se constituiu, por Decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938, o Serviço de Coordenação Geográfica, mais tarde intitulado Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

Desde a fase inicial, todavia, a sua organização compreendeu, além de outras secções, pelas quais se lhe distribuíram os múltiplos encargos, a primeira, cuja denominação indicava o objetivo que levava em mira.

Documentação e informações é o título que tomou de início, por bem lhe exprimir a atuação.

Em verdade, qualquer informação de cunho geográfico, seja veiculada por artigos de periódicos, ou opúsculos de reduzido tamanho, seja estampada em fotografias, encontra lugar apropriado em que se guarde, convenientemente classificada.

Tanto o Arquivo Corográfico, abrangido em seu âmbito, como a Fototeca de análoga dependência, destinam-se a receber a documentação geográfica encaminhada ao Conselho, e distribuí-la racionalmente pelas pastas respectivas, que facilitem futuras consultas.

Com êsse objetivo, de tornar prontamente acessível a peça informativa a quem a deseje examinar, a "Primeira Secção" adotou apropriado critério de classificação de assuntos, inspirado no decimal, mas afeiçoado às próprias conveniências.

Como se restringem especialmente aos domínios da geografia, para utilização dos estudiosos, fêz-se mister a adaptação aconselhada pela experiência.

O esquema primitivo, analisado por escolhida comissão de funcionários, sob a chefia do diretor, sofreu modificações, que lhe desdobraram as sub-classes, permitindo a inclusão de qualquer novo título sem maiores alterações no quadro geral.

Destarte, vai o Arquivo Corográfico aceitando e recolhendo, após a indispensável seleção, os recortes de revistas e jornais, os escritos avulsos, que evidenciem alguma valia geográfica.

Classifica-os de acôrdo com o esquema aprovado e leva-os, por fim, à gaveta correspondente, nos móveis de aço, em que se guardam.

Quando alguém solicita informação a respeito da matéria que lhe aguçou a curiosidade, rapidamente lhe será confiada a pasta mais ou menos recheada de elementos esclarecedores.

Algumas apenas conterão raras peças, enquanto outras se mostrarão peçadas de documentos, conforme lhe tenha ou não a imprensa dedicado atenção ao motivo especial.

Dela provém habitualmente maior contribuição, de sorte que minguarão os informes relativos aos assuntos que não forem explanados em suas colunas.

Opostamente, outras haverá, transbordantes de papéis, que exigem a encadernação em volumes separados, substitutivos das pastas, quando já não comportam maior aproveitamento e devem ser esvaziadas.

De maneira análoga, a Fototeca recolhe as fotografias recebidas, classifica-as para a arrumação nas gavetas, donde serão retiradas para utilização oportuna.

Os préstimos da "Primeira Secção", à disposição dos pesquisadores, completam-se com a Biblioteca especializada, cujos livros são ordenados nas prateleiras, por assunto, de acôrdo com o mesmo critério seguido pelo Arquivo Corográfico.

Não se contam por altos números as coleções existentes. Mas abrangem obras indispensáveis aos estudos geográficos, muitas das quais debalde serão procuradas em outro estabelecimento congênere nesta capital.

Embora dê preferência aos ensaios modernos referentes ao Brasil, também acolhe em suas estantes as obras clássicas dos mestres europeus e norte-americanos, que assentaram o fundamento da geografia moderna.

Desta forma habilitou-se a proporcionar a quem a procure, para indagações atinentes ao país, valioso material de estudo, para cujo manuseio dispõe de adequada sala de leitura, que os universitários freqüentam, em número crescente, como igualmente os seus mestres, além dos estudiosos de outra procedência, civis e militares.

Bastar-lhes-á para terem à mão as informações procuradas, mencionar o assunto de que se ocupam na ocasião.

Os funcionários, diretamente pelos catálogos, desdobrados por títulos de obras, nomes dos autores, além de outras referências, ou indiretamente, com a cooperação do Arquivo Corográfico, sem tardança reúnem as obras que possam interessar ao visitante.

Para esse fim, estabeleceu-se articulação entre as componentes da "Primeira Secção", que se engrenam a contento, com proveito dos consulentes.

Primeiramente, ocorre a leitura; não crítica, mas superficial, com intuítos classificadores, dos livros que versem mais de um assunto, ou cujo título não abrange, senão de forma geral, os capítulos por ventura incluídos em outras categorias.

No caso, por exemplo, dos Anais do Nono Congresso Brasileiro de Geografia, em que se incluíram memórias de alta relevância, a respeito do país, considerado por inúmeros aspectos, não será fácil a consulta para quem não lhe tenha previamente compulsado os cinco volumes editados e assinalado os capítulos de suas preferências.

Esse trabalho preliminar, por assim dizer de reconhecimento do conteúdo de cada tomo, compete ao Arquivo, um de cujos funcionários se encarrega da respectiva leitura, página por página, para anotar os assuntos explanados.

Ultimado o exame da obra volumosa, já se tornará acessível à primeira vista qualquer dos seus capítulos, que as fichas remissivas indicarão, adstritas ao critério habitual de classificação.

Em vez de percorrer a coleção inteira, à procura do que lhe empolga a atenção, o leitor encontrará apontado o volume, e caso queira deletreá-lo; a página a que se refere a indicação facilitadora das suas pesquisas.

Destarte, para a sala de leitura, que a Biblioteca franqueia aos estudiosos, com o espírito de bem servir, convergem as informações dos outros elementos da "Primeira Secção".

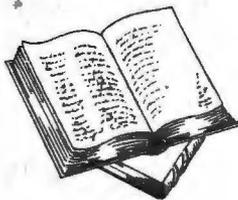
Se alguém se propõe a examinar os dados colhidos acêrca do problema geográfico de suas cogitações, e quer valer-se do auxílio que ela proporciona de boa mente, poderá, enquanto folheia a primeira obra, que lhe venha prontamente ao alcance, aguardar a organização da respectiva bibliografia, constituída pelas obras de título expressivo, pelas fichas remissivas, que indiquem outras, em certos capítulos, pelas pastas do Arquivo, e fotografias apropriadas.

E ser-lhe-á sem tardança oferecido material que baste para as suas indagações.

Assim contribui a Secção de "Documentação e Informações", para facilitar os estudos geográficos a quantos, devidamente credenciados, como os professores, estudantes e publicistas, lhe solicitem o auxílio prestante.

VIRGÍLIO CORREIA FILHO

Chefe da Secção de Documentação do Serviço
de Geografia e Estatística Fisiográfica



Estudos Geográficos

Prof. PIERRE MONBEIG
Da Universidade de São Paulo

Em outros artigos pode-se encontrar o esboço de um programa de trabalho para um centro de pesquisas geográficas. Limitei-me às questões que interessam diretamente a geografia humana, mas, as questões não eram limitativas: ao pensar-se no vasto domínio ainda inexplorado para os especialistas de geografia física, a organização desse laboratório de estudos geográficos parece ser ainda mais necessária. Seu pessoal seria constituído pelos licenciados desejosos de prosseguir em estudos mais especializados e preparar uma tese de doutoramento: suas pesquisas e conclusões constituiriam matéria elaborada e os assuntos seriam escolhidos nos quadros do plano de trabalho organizado pelos professores. O Conselho Nacional de Geografia, recrutando os seus pesquisadores dentre os melhores geógrafos formados pela Faculdade Nacional de Filosofia, fornece a êsses condições de trabalho favoráveis à continuação de seus estudos e é, em resumo, um resultado desse gênero que, dentre outros, esse centro de pesquisas geográficas procuraria obter.

Entretanto, é preciso não perder de vista que a finalidade exata das faculdades de filosofia, ciências e letras está longe de ser exclusivamente a formação de pesquisadores profissionais, mas também a de professores destinados ao ensino secundário. Por conseguinte, o ensino da geografia nessas escolas superiores deve ser organizado de maneira a atingir esse duplo objetivo. Isso não é, certamente, impossível, não somente porque sistemas idênticos existem em outros países, mas também porque a maioria das disciplinas ensinadas nas faculdades de filosofia não são das tais (se isso é possível...) em que se pode separar o pesquisador do professor. De um lado, um homem que fosse exclusivamente um educador, que não tivesse uma sólida cultura científica e não tivesse o gosto pela pesquisa: esse pedagogo não poderia ser um bom professor secundário, pois os seus conhecimentos ficariam no resto de sua vida limitados à magra bagagem adquirida durante a sua mocidade e o seu modo de trabalho seria o de uma máquina automática pouco capaz de desenvolver as capacidades intelectuais de seus jovens alunos (o que constitui o primeiro dever de um professor secundário). De outro lado, teríamos um outro homem, o pesquisador, incapaz de transmitir claramente os métodos e os resultados de suas pesquisas e de fazer discípulos; esse, cairia rapidamente em uma estéril erudição. Se me fôr permitido invocar minha experiência, devo dizer que os melhores professores cujos cursos tive a honra de acompanhar, eram, ao mesmo tempo, os que gozavam de cotação científica mais alta; em oposição, ficam os eruditos, eminentes em especialidades extremamente limitadas, mas cujo isolamento era temível. Não creio, sinceramente, que seja esse o tipo que, nas condições atuais seja aconselhável ver proliferar no Brasil. É por isso que me parece prematura uma distinção entre a formação de professores e a de pesquisadores entre os espíritos ainda jovens que frequentam as faculdades.

Evoquei recentemente a péssima recordação que muitas pessoas cultas guardam dos cursos de geografia que tiveram que aturar no curso secundário. A causa principal é que, muito frequentemente, seus mestres não possuíam para isso preparação alguma. Se ninguém sonha em se improvisar médico, arquiteto ou advogado, em compensação, poucos se espantam ao ver um médico, um arquiteto ou um advogado improvisar-se em professor, sob o pretexto de que o médico tem alguns conhecimentos de ciências naturais, o engenheiro tem um curso de cosmografia e o advogado tem cultura geral. Os verdadeiros móveis são de ordem econômica e, por conseguinte, muito respeitáveis. Mas as crianças e os jovens

são ainda mais respeitáveis, e são êles, entretanto, as verdadeiras vítimas dessa situação. Tem-se assim a triste surpresa de descobrir que os homens que ensinam a geografia há anos só sabem, exatamente, o que está escrito nos manuais secundários, nunca viram um mapa topográfico ou analisaram dados climáticos ou estatísticos. Muitas vezes, mesmo, o ensino de geografia no curso secundário é confiado a professores primários que não têm competência alguma para exercer essa função, para a qual não se prepararam de qualquer maneira. Foi pois, com conhecimento exato das necessidades dos jovens brasileiros, que o ministro da Educação tomou uma série de medidas que visam confiar o ensino secundário àqueles que conquistaram os títulos universitários indispensáveis, medidas essas que visam também o desenvolvimento do papel das faculdades de filosofia, ciências e letras. Na maioria dos países, os professores de geografia dos liceus seguiram os cursos das faculdades, onde adquiriram os conhecimentos científicos e didáticos indispensáveis: só depois de exames rigorosos e de dar provas de conhecimentos científicos adiantados e de grande prática dos métodos de pesquisas, são admitidos à prática do ensino secundário. Por que é que o considerado bom nesses países não o seria também aqui?

Isso foi bem sentido por um número apreciável de jovens professores secundários pois, a despeito das terríveis dificuldades materiais, viram a necessidade de seguir os cursos de geografia da Universidade e assim o fizeram. Na realidade, seria pretender muito que todos os licenciados em história e geografia sejam sempre professores eméritos! A amizade que me liga aos meus alunos colocou-me frequentemente no dever de sublinhar-lhes os defeitos e não é num dia que transformações apreciáveis podem ser realizadas. Em última análise, a causa essencial dessa fraqueza relativa dos novos licenciados reside, em grande parte, nas deficiências dos cursos secundários onde foram alunos. Não tendo nunca aprendido a trabalhar com método, a pensar e a ler com espírito crítico, têm um atraso considerável a vencer e a boa vontade do jovem nem sempre é suficiente para preencher as falhas de formação da criança.

E se os calouros têm, cada ano, um tal *handicap* a vencer, é mais uma prova da urgência em dedicar o máximo cuidado na formação dos professores secundários, da prioridade que é preciso dar a essa tarefa. Os três ou quatro anos do curso fundamental de geografia na Universidade me parecem, pois, dever ser concebidos tendo-se em mente esse problema. Em seguida, uma vez conquistado o título de licenciado, os elementos que tiverem manifestado uma vocação indiscutível para pesquisadores, poderiam ser admitidos ao curso de post-graduação e colaborar nos centros de pesquisas.

Mas, como organizar esse curso fundamental? Isso é talvez mais difícil no que concerne a geografia que para as outras ciências, visto o caráter que lhe é próprio. Um dos melhores geógrafos do Conselho Nacional disse, com muita razão, que "a geografia é, por excelência, uma ciência de síntese, colocada entre o grupo das ciências naturais e o das ciências sociais". Se eu fôsse hostil à ciência geográfica, diria que ela é amorfa, pois trata um pouco de tudo e, para praticá-la, seria preciso ter recebido não somente um ensino de geografia, mas também de disciplinas extraordinariamente variadas (o que contribui para explicar o fato da pesquisa geográfica dividir-se entre geografia física e humana). Um geógrafo não pode ignorar a geologia, bem como não pode negligenciar a história. Eis aí, precisamente, o problema que aparece quando se encara a organização das seções de geografia nas faculdades de filosofia: quais devem ser as relações entre a geografia e as variadas, mas indispensáveis, disciplinas como a geologia e a história?

Os professores de geografia da Universidade de São Paulo sentiram tão bem a necessidade que os jovens geógrafos tinham de possuir um conhecimento mínimo de geologia, que obtiveram um curso dessa matéria para ser ministrado a seus alunos. A dificuldade principal reside, entretanto, na união entre a geografia e a história.

Quis a tradição que essa união tenha sido até hoje completa. Essa tradição é representada pelos institutos históricos e geográficos, cuja ação foi altamente proveitosa a ambas as disciplinas. Entretanto, o Conselho Nacional de Geografia emitiu o parecer que, de agora em diante, história e geografia formam, nas faculdades de filosofia, duas seções distintas. Não dispondo senão de uma voz

flatus, desejaria somente sublinhar que a separação não deveria ser radical e que é altamente desejável que os estudantes do curso fundamental de geografia continuem a receber, ao lado de um ensino geográfico melhor, uma robusta formação histórica.

É preciso, antes de mais nada, compreender os motivos que levaram a reclamar a divisão da secção de história e geografia. Desde sua modernização, a geografia tomou gosto pela independência: os geógrafos traçaram um vasto campo de ação e medem bem tudo que há ainda a fazer no Brasil. Forjaram um método de trabalho que lhes é próprio e adquiriram uma doutrina coerente. Daí resulta uma tal unidade da ciência geográfica, que ela pode pretender a autonomia. É, pois, lógico, que se requeira para os estudantes uma formação estritamente geográfica: qual a utilidade em perder tempo ensinando-lhes história antiga ou medieval? Melhor consagrar essas horas de trabalho a estudos puramente geográficos. A técnica de pesquisas exige uma preparação minuciosa e longo treino; requer conhecimentos de geologia, topografia, paleontologia, meteorologia, botânica, etc. Seria pois preciso aliviar os geógrafos do fardo da história.

É precisamente assim que raciocinam os que pedem a especialização do curso de geografia. A mesma reforma já foi, aliás, introduzida na França pelo governo de Vichi (este é, evidentemente, o único ponto de contacto entre meus excelentes amigos do Conselho e o pessoal vichiista). É claro que, se o divórcio ainda não foi pronunciado mais cedo em França, não é porque as instituições republicanas a isso se opusessem; creio que isso só foi possível depois da morte, logo após o armistício, dos dois líderes da geografia humana em França, os professores Demangeon e Sion, e quando se eclipsou o grupo dos melhores historiadores, tais como Hauser, Febvre, Bloch e seus colegas dos *Anais de História Econômica e Social*. Essas circunstâncias esclarecem o verdadeiro sentido da separação das duas disciplinas, história e geografia: do lado dos historiadores, marca uma volta às formas antiquadas de história dos analistas e dos tratados de história diplomática; do lado dos geógrafos, vai ao encontro do espírito da geografia humana.

Qualquer autarquia é prejudicial: ela leva diretamente à asfixia. Isso também vale para a geografia que, como precedentemente foi lembrado, não pode viver senão graças aos contactos constantes com as disciplinas vizinhas, especialmente com a história. Basta citar a obra de Vidal de la Blache e seus discípulos para avaliar-se o papel essencial que o espírito e o método histórico devem desempenhar nos estudos e pesquisas geográficas. Em seus *Princípios de Geografia Humana*, Vidal insiste freqüentemente na necessidade de o geógrafo ter sempre em mente que a situação atual não é senão um momento de uma evolução extraordinariamente antiga e que não poderia ser compreendida somente pela explicação "geográfica" (física) e que, ao contrário, sua análise exige o concurso de documentos históricos. Essa necessidade pareceu de tal maneira imperiosa a Demangeon que uma de suas teses de doutoramento tratava das *Fontes da geografia da França nos arquivos nacionais*, assim como o professor Hauser, homem de arquivista, escrevia aqui uma nota sobre *Algumas fontes da geografia do Brasil*, que descreve sumariamente algumas fontes dos Arquivos Nacional, do Itamarati e outras.

Essa maneira de ver é encontrada novamente num estudo do geógrafo belga Michotte intitulado *A nova organização da geografia* (1922) no qual escreveu "É possível que tal aspecto humano da paisagem possa ser explicado pela influência do meio, longe de nós negar essa influência, mas também pode dar-se que se encontre sua explicação em causas de ordem muito diferente: motivos históricos, etnográficos, sociais..." Assim sendo, o geógrafo deve possuir uma cultura histórica bastante desenvolvida para ser capaz de afastar a explicação física, simples e tentadora, e levar em consideração o "motivo histórico". A união da geografia humana e da história parece pois indispensável e isso ainda é melhor avaliado na definição dada por Demangeon (que encontrei em apontamento de aula de há dezoito anos atrás, que figuram também num livro no qual colaborou, lá por 1937): "A geografia humana estuda as relações entre as sociedades humanas e o meio no presente e no passado".

A explicação desses princípios deu frutos que não podem ser desprezados. Consulte-se por exemplo, uma das mais recentes teses de doutoramento da Sorbonne, a de Georges, que estuda a região do Baixo-Ródano: o autor tem

gosto muito pronunciado pela geomorfologia, que ocupa a maior parte do seu trabalho; mas quando aborda a geografia humana, ao expor as diretrizes de seu método, afirma com muita razão: "É preciso simplesmente procurar explicar o gênero de vida atual analisando seus elementos à luz do método histórico que é o único a fazer compreender o lugar que ocupam hoje... O estudo de um gênero de vida é a aplicação de método histórico à atualidade regional".

Para aplicar esse método histórico, é preciso começar por conhecer o assunto... e não superficialmente. Será isso possível, quando, tendo sido pronunciado o divórcio da história e da geografia, o jovem geógrafo não possuir como capital "história" senão lembranças de ginásio e um curso anexo de história contemporânea? Duvido muito e temo que, ao improvisar-se historiador, lhe aconteçam coisas desagradáveis. Foi o que se deu com a famosa geógrafa americana Miss Sempla, que defendeu durante muito tempo o determinismo, e quis, já no fim de sua carreira, aplicá-lo ao estudo do Mediterrâneo antigo; como possuísse pouca cultura histórica, essa geógrafa pura só conseguiu um resultado mediocre. Ao apresentar seu livro, Jules Sien escreveu nos *Anais de História Econômica e Social* (1933) "... do fato do geógrafo ter outra formação e outros interesses que o historiador, não resulta que ele não possa indicar alguns novos pontos de vista... Mesmo seus erros podem ser fecundos em verdades. Mas na condição de partirem de fatos corretamente estabelecidos e interpretados, de conhecer o ofício de historiador". Eis aí, parece, o melhor enunciado do problema: o geógrafo deve ter seu ponto de vista especial, mas também é preciso que conheça o ofício de historiador... Objetar-se-á que tudo isso vale para a velha Europa, enquanto que a geografia do Brasil, país novo, não tem as mesmas necessidades históricas. Mas a fórmula "país novo" não quer dizer "país sem passado", os países novos do continente americano têm o ligeiro peso de alguns séculos no seu passado, sem falar do fardo de história européia, pois foram os europeus, com todos os seus hábitos materiais e mentais que vieram povoá-los. Abrindo um dos melhores manuais americanos, o de Finch e Trewartha, encontro a planta de uma aldeia da Nova Inglaterra datando de 1640-41, planta essa irmã gêmea de muitas aldeias da Europa central e ocidental. Como poderia eu compreender o valor imenso dessa planta se, por falta de um curso de história medieval e moderna, fôsse incapaz de colocá-la em sua classe? O que vale para a Nova Inglaterra, não valerá menos para quem quiser compreender totalmente o povoamento e as formas de ocupação do solo, seja no litoral do nordeste do Brasil, seja em Minas Gerais.

Muitos geógrafos americanos frisaram recentemente a contribuição capital que a interpretação histórica pode dar à compreensão de certos fatos geográficos do continente americano. Assim o fez Sauer estudando o "Border" ou Preston James analisando na *Hispanic American Historical Review* (1941) o problema da "moving frontier" na América latina, e também Bowman ao firmar que a compreensão da estrutura agrária em quase toda a América Latina não é possível senão pela relação com as sociedades portuguesa e espanhola que vieram colonizá-la no século XVI.

A interpretação da história e da geografia é, pois, geral e constante, uma pesquisa de geografia humana não tendo senão um resultado incompleto e um valor científico limitado se aquêle que a realiza não tem, além do espírito geográfico, uma mentalidade histórica.

Esse conhecimento da história e da técnica própria aos historiadores, indispensável à pesquisa geográfica, não o é menos ao ensino da geografia. Ainda neste caso, o senso histórico permite dar maior largueza às concepções, e colocar melhor os homens dentro da escala e do quadro apropriado. Não posso crer que seja, por exemplo possível ensinar a geografia humana e econômica sem fazer constantemente apêlo ao passado, como poderia um professor do curso secundário falar do poderio marítimo inglês e da indústria britânica se não conhecer suas origens ou, por outra, sua história? Tentaria explicar o poder marítimo inglês somente por sua posição insular, ignorando os fatos históricos que foram os Atos de Navegação? Poderia ele descrever e explicar os problemas de geografia política do Oriente Próximo apenas com seus conhecimentos históricos do primeiro ano ginásial ou colegial? Se esse professor, de formação especificamente geográfica, tiver que dar um curso sobre geografia das cidades, duvido que o faça sem referir-se à vida do Mediterrâneo antigo, sobre o qual

não aprendeu mais do que rudimentos no curso secundário, ou sem ter lido Pirenne. O professor de geografia do curso secundário que não tiver recebido um bom ensinamento de história ao lado de um sólido preparo geográfico, não estará ao alcance de dar a seus alunos essa "construção clássica do mundo" de que fala o professor Cholley (*Information Géographique*) e menos ainda de lhes dar o conhecimento da complexidade dos fatos; ele não corresponderá, pois, à missão para a qual foi designado: formar espíritos habituados a raciocinar, observar, refletir e criticar.

Os especialistas de geomorfologia retrucarão, sem dúvida, que as relações histórico-geográficas não os preocupam em absoluto e que seria de desejar-se fossem os futuros geomorfologistas aliviados de um ensino de história que os afasta das ciências geológicas. Isso é perfeitamente exato, mas seria prematuro organizar o curso fundamental em função da especialização em geografia física. Esse curso fundamental, no conjunto do Brasil, em Curitiba, Recife, Belo Horizonte ou Porto Alegre, deve ser organizado para a formação, atualmente, de mestres do curso secundário, e não somente em função das necessidades exclusivas de um único organismo de alta especialização. Somente o curso de pós-graduação deveria ser organizado de maneira a assegurar o preparo de geógrafos profissionais, uns com orientação para a geografia física, outros para a geografia humana.

Toda a ciência que chega a elaborar um bom método de trabalho tende a cristalizar-se; satisfaz-se com sua técnica e tende a limitar-se à execução automática. A esclerose logo a estará rondando. Temo que esse perigo esteja começando a ameaçar a geografia: torna-se freqüentemente simples descrição e manifesta um cuidado em manter uma ortodoxia ciumenta. É assim que, se se levanta um mapa dos tipos de habitação de uma região, mais só se leva em conta o que ela apresenta como característicos geográficos. Como se, na realidade, essa casa não fosse ao mesmo tempo geográfica, histórica, folclórica, etc... E essa tática reconduz, por um caminho indireto, a um determinismo geográfico que se acreditava morto para sempre.

Nessa atitude, o geógrafo torna-se cada vez mais um simples técnico e merece então as censuras exageradas que lhe foram feitas por Henri Devensen (*Esprit*, 1938) ao escrever "Todo o estudo sério de geografia humana ou é uma monografia ou uma coleção de amostras". A separação extrema entre a geografia e a história teria por consequência uma limitação muito estreita do horizonte do técnico geógrafo. Bem sei que outras disciplinas evoluíram igualmente para uma técnica em estado puro, mas sem proveito. O papel de uma faculdade de filosofia não é o de formar técnicos, mas o de desenvolver o espírito científico e, para as ciências geográficas, o espírito científico não poderia viver sem relações permanentes com as ciências humanas. Foi essa uma das idéias básicas de Vidal de la Blache e ninguém melhor que o grande geógrafo americano Isaiah Bowman qualificou os trabalhos realizados por essa escola onde geografia e história se apóiam mutuamente: "all are detailed and exact as well as philosophical. Technique is subordinate to the synthetic purpose". Eis enunciado o princípio que deve presidir à organização do ensino da geografia nas faculdades de filosofia, ciências e letras; é se lhes conservando fiel que se poderá formar professores aptos ao ensino da cultura geral que é o dos ginásios e, ao mesmo tempo, preparar pesquisadores de espírito largo.

Minerais Estratégicos

"Mineração e Metalurgia" — Vol. V.
— N.º 25 — Maio-junho —
Rio — 1940

LUCIANO JAQUES DE MORAIS
Antigo diretor geral do Departamento
de Produção Mineral

Nenhuma nação, nem mesmo os Estados Unidos da América ou o Império Britânico, possui dentro de seus próprios limites suficientes fontes de suprimentos para tornar possível sua completa independência mineral ou a sua auto-suficiência em matérias primas minerais.

Apesar do enorme esforço desenvolvido pelas grandes nações industriais de se tornarem auto-suficientes com relação a todos os suprimentos minerais essenciais, todas elas têm, pois, que satisfazer a sua deficiência mineral à custa de importações de países detentores desses produtos.

Os Estados Unidos, que têm uma menor lista de minerais estratégicos do que qualquer outro país, teriam a sua vida completamente desorganizada sem essas substâncias, de tal modo se acha cada uma delas ligada à estrutura industrial dessa grande nação.

A importação mineral dos Estados Unidos em 1937 constituiu apenas um sexto do valor total de todas as importações, porém dessa parcela mais de 40% era de minerais estratégicos e mais de 20% do metal estanho, o que mostra claramente a enorme importância deste pequeno grupo de materiais e explica de algum modo seu caráter indispensável na atual vida industrial americana.

O termo "estratégico" é aqui usado na significação correntemente aceita nos Estados Unidos e designa um mineral ou metal cujo abastecimento doméstico é insuficiente para atender à procura industrial ou militar (J. A. Roush — *Strategic Mineral Supplies*, 1939).

O Departamento da Guerra dos Estados Unidos distinguiu os materiais essenciais em *estratégicos* e *críticos*, estabelecendo, ainda, em 1939, uma terceira categoria de materiais essenciais — os *nem estratégicos nem críticos*.

Materiais estratégicos são aqueles essenciais à defesa nacional que, em tempo de guerra, é preciso buscar, total ou parcialmente, em fontes de abastecimento situadas fora dos limites continentais dos Estados Unidos, e cuja rigorosa conservação e distribuição reclamam medidas de direção.

Materiais críticos são aqueles essenciais à defesa nacional, cuja procura em tempo de guerra constitui problemas, que, embora difíceis, são menos sérios que os dos materiais estratégicos, ou porque poderão ser produzidos no país ou obtidos em quantidades mais convenientes ou, finalmente, porque tenham um menor grau de indispensabilidade — e para os quais algum meio de controle da conservação e distribuição será necessário.

Materiais essenciais nem estratégicos nem críticos: Nesta classificação estão incluídos aqueles materiais, essenciais à defesa nacional, para os quais não são previstos problemas de procura, em tempo de guerra, mas cujas condições são tais, que exigem constante vigilância porque as circunstâncias futuras poderão exigir sua re-classificação como *estratégicos* ou *críticos*.

Nas listas oficiais americanas, figuram como minerais estratégicos: manganês, níquel cromo, tungstênio, no grupo das ferroligas; estanho, alumínio, antimônio, mercúrio e platina, na classe dos não-ferrosos; mica, iodo e azoto, entre os não-metálicos. Desde janeiro de 1939, o iodo passou para a lista dos minerais críticos. Entram nesta enumeração, ali: criolita, fluorita, iodo, grafita, platina, estanho, asbesto, cádmio, titânio e vanádio. O zircônio tinha sido colocado no grupo dos minerais críticos, mas agora é apenas essencial.

Consideram-se, nesse país, minerais essenciais apenas: abrasivos, asfalto, cloro, cobre, hélio, ferro, molibdênio, arsênico, chumbo, magnesita, nitrato e azoto, petróleo, fosfatos, potássio, refratários, enxofre e pirita, urânio, zinco e zircônio.

Para as sete maiores potências mundiais, representadas pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Itália e Japão, encaradas em conjunto, F. A. Roush, em sua obra citada, preparou um quadro com 25 artigos minerais que são importantes na organização de um programa de guerra, deixando de lado vários minerais de menor importância de caráter mais puramente industrial. Ai estão compreendidos 13 minerais metálicos e 2 não-metálicos. Os grandes metais, tais como ferro, alumínio, zinco, cobre e chumbo, são os mais abundantes. Dos metais mais comuns, estanho e níquel se apresentam como os únicos que têm ampla importância estratégica e que só podem ser obtidos nesses países em quantidades relativamente pequenas. Dentre os minerais não-metálicos, os mais importantes são os combustíveis: carvão e petróleo. O primeiro é relativamente abundante nas sete grandes potências, enquanto que o último escasseia e existe em abundância somente nos Estados Unidos e Rússia, no grupo dessas nações. De um modo geral, os minerais não-metálicos apresentam um grau muito mais elevado de auto-suficiência do que os metálicos.

O quadro em apêço é constituído pelas seguintes matérias primas minerais:

Minerais metálicos

Ferro
Alumínio
Zinco
Cobre
Chumbo
Manganês
Cromo
Mercúrio
Platina
Tungstênio
Estanho
Antimônio
Níquel

Minerais não metálicos

Fluorita
Carvão
Enxofre
Grafita
Pirita
Potássio
Magnesita
Fosfatos
Petróleo
Asbesto
Iodo
Mica

Cumpre observar que, em muitos casos, acontece que, enquanto alguns desses países não dispõem de uma capacidade de produção adequada para certos minérios metálicos, eles podem ter uma capacidade de tratamento maior do que a produção da matéria prima mineral, sendo o restante do minério necessário fornecido pelas importações.

Dentro do critério de classificação adotado nos Estados Unidos da América, em relação a esses minerais, vamos dar, nas linhas que se seguem, uma resenha das substâncias que consideramos estratégicas para o Brasil.

Além delas, mencionaremos algumas substâncias minerais essenciais às indústrias básicas, de que o Brasil possui enorme depósito, mas que ainda não estão industrializadas, de modo a garantirem ao país a sua auto-suficiência, quanto ao respectivo suprimento. Embora estas últimas, no caso brasileiro, não devam figurar no grupo das estratégicas, se inclui na lista das que os Estados Unidos consideram como tais, e poderemos, assim, exportá-las para essa nação amiga.

São dados que resumimos, não só devido à natureza deste trabalho, como também porque informes minuciosos sobre as matérias primas em apêço se podem ler nas publicações do Departamento Nacional da Produção Mineral, e outras fontes.

No Brasil, devemos considerar estratégicos os seguintes minerais: cobre, zinco, chumbo, carvão, petróleo, pirita, tungstênio, estanho, antimônio, mercúrio, platina, azoto, iodo e fosfato.

Mica, manganês, níquel, cromo e alumínio possuímos, em depósito *in natura*, reservas que excedem às nossas necessidades atuais, mas que não foram ainda industrializadas, exceto o níquel, assim mesmo em pequena escala. Nessas condições, estas substâncias têm sido extraídas apenas para o fim de exportação.

Trataremos, finalmente, de alguns minerais essenciais às indústrias modernas, como quartzo hialino e zircônio, bem como do ouro, alicerce da economia mundial.

Do carvão, assim como do manganês e do ferro, já nos ocupamos no número anterior desta revista (março-abril 1940).

Cobre

Segundo o critério norte-americano de classificação de minerais estratégicos, este metal deve ser considerado como o mineral estratégico dentre os mais importantes do Brasil, dado o seu grande emprêgo nas indústrias elétricas, na confecção de material bélico e a sua escassez no nosso subsolo. Para dar uma idéia da sua importância, basta dizer que vêm de outros países dezenas de milhares de contos desse artigo. Os mais importantes depósitos de minério de cobre brasileiros se encontram no município de Caçapava e Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul e, depois, nos dois municípios de Jaguari e Curaçá, no Estado da Bahia. Depósitos menores existem na zona de Pedra Branca, comum aos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e nos municípios de Aurora e Viçosa, no Ceará. As jazidas do Estado do Rio Grande do Sul já foram trabalhadas anteriormente a 1914. Recentemente, têm dado pequena produção de cobre eletrolítico, além de algum minério, que foi exportado para o Japão. O Governo vem fazendo o estudo dessas jazidas, de modo a estar habilitado, até o fim de 1941, a conhecer as suas reservas e promover a sua industrialização.

As jazidas principais do Rio Grande do Sul estão em Camaquã, Cêro dos Martins e Selval, a primeira com pouco mais de 100 mil toneladas prováveis de minério de cêrca de 5% Cu e a última com aproximadamente 50 mil toneladas de minério de 3%. As dificuldades de transporte são bastante apreciáveis, assim como as de fôrça. A electrólise poderá, entretanto, ser realizada em Cubatão, São Paulo, para onde seria remetido o "blister".

Zinco

Na região dos minérios plumbo-argentíferos da Ribeira do Iguape, em São Paulo, algumas das jazidas também encerram minério de zinco, em proporção apreciável, como, por exemplo, a mina de Furnas, onde cêrca de 30 por cento de minério é formado por calamina e blenda.

Em Minas Gerais, há ocorrências de minério de zinco e prata, em Januária, no norte do Estado e na parte central. Entretanto, os dados até o presente revelados não permitem contar-se com grandes reservas desse minério, que contém, na parte decomposta, cêrca de 40% de zinco e ½% e de prata.

Chumbo

Reservas consideráveis de minério de chumbo existem no sul do Estado de São Paulo, na chamada região da Ribeira do Iguape e no norte do Estado do Paraná. De alguma dessas jazidas, tem-se feito extração de minério destinado à exportação para a Europa e, em 1939, para os Estados Unidos. Atualmente, o Estado de São Paulo está montando uma usina experimental com capacidade diária de 10 toneladas de chumbo, em Aplai, para tratar do minério da região referida. Está prevista a ampliação desta usina, com uma instalação para a produção de zinco.

O minério de São Paulo fornece também de 1 a 3 quilogramas de prata por tonelada.

No Estado de Minas Gerais, há muito que se conhecem alguns depósitos de galena, mas, até o presente, nenhum deles se mostrou digno de maior consideração.

Pirita

Fonte de enxôfre para a fabricação de ácido sulfúrico a pirita constitui matéria prima básica para as indústrias químicas, explosivos, de fertilizantes e outras. Entra, pois, na classe dos minérios estratégicos para o Brasil.

As jazidas de Ouro Preto, são as mais importantes atualmente trabalhadas no país. Abastecem de minério a fábrica de ácido sulfúrico de Saramenha, nas vizinhanças daquela cidade e a fábrica de pólvora de Piquê, no Estado de São Paulo. Esta última usina também recebe um pouco de pirita das jazidas de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.

As jazidas de Ouro Preto poderão fornecer provavelmente alguns milhões de toneladas de pirita, de cerca de 45% de enxôfre. Os carvões do sul poderão fornecer algumas dezenas de milhões de toneladas de piritas.

No futuro, quando o Brasil tiver alcançado uma etapa mais adiantada em seu surto industrial, poderá aproveitar as piritas dos carvões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que constituem as mais abundantes fontes de enxôfre do país. Em segundo lugar, ficam as jazidas de minérios de chumbo e zinco da Ribeira do Iguape, no Estado de São Paulo, com alta porcentagem de pirita, além da enorme quantidade de SO_2 que pode ser obtida no tratamento daqueles minérios.

Petróleo

Com relação ao petróleo, de que o Brasil importa anualmente centenas de milhares de contos, correspondente a todo o seu consumo, sendo por isso o mineral estratégico número 1 deste país, a política do Governo tem consistido em intensificar as pesquisas dessa substância no território nacional, quer através do seu órgão oficial, quer por intermédio das empresas particulares. Em janeiro de 1939, as pesquisas oficiais concluíram pela existência da jazida de petróleo explorável industrialmente em Lobato, arredores da cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, e recentemente, em abril deste ano, no lugar Ponta Verde, próximo a Maceió capital do Estado de Alagoas. Prosseguem os estudos nesses e em outros pontos do território nacional. É também do programa do Governo promover a criação de destilarias no país, importando óleo bruto e diminuindo, assim, o recebimento de gasolina do exterior. É matéria que se acha toda ela afeta ao Conselho Nacional do Petróleo.

No ataque à solução do problema do combustível para motor, o Governo tem enviado esforços no sentido de incrementar a produção de álcool-motor, que já é considerável, e generalizar o emprégo dos veículos a gasogênio, que facultam um transporte rápido e econômico. Com grandes áreas cobertas de florestas e vastas extensões de terras apropriadas à cultura intensiva da cana de açúcar e da mandioca, o Brasil tem possibilidades magníficas para diminuir a importação do combustível líquido. Em relação ao álcool-motor, poderemos atingir a auto-suficiência e exportar esse produto industrial. Finalmente, outra contribuição para a solução brasileira do problema, no futuro, que cumpre não esquecer, são as formidáveis reservas de rochas oleíginas, principalmente esquistos piro-betuminosos, que se encontram em várias regiões do território nacional, sobretudo no Sul, e que poderão fornecer óleo mineral para destilação destrutiva.

Tungstênio

Possuímos, na zona de Encruzilhada, no Rio Grande do Sul, depósitos de volframita, os quais já têm sido pesquisados e trabalhados em pequena escala. Algumas toneladas do minério dessa procedência já foram exportados, desde 1937, para a Alemanha, Holanda e Bélgica.

Minério de tungstênio, sob a forma de scheelita e stoltzita, também nos minérios auríferos de Sumidouro, no município de Mariana, do Estado de Minas Gerais, mas não se possuem dados suficientes sobre essas ocorrências.

Estanho

Depósitos de minério de estanho existem no Rio Grande do Sul, associados ou não aos minérios de tungstênio de Encruzilhada.

Também existe cassiterita na zona de Picui-Parelhas, Paraíba e Rio Grande do Norte, assim como na de Livramento e Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia. Esses depósitos já têm sido lavrados acidentalmente, de um modo rudimentar, nas acumulações secundárias, em pequena tonelagem. Ocorrências desse mineral são, ainda, conhecidas no norte do Estado de Minas Gerais, nos municípios de Salinas e Araçuaí, e no Estado de São Paulo, mas carecem, até o presente, de maior significação.

Os depósitos do Rio Grande do Sul são os mais importantes e os mais conhecidos, assim mesmo muito superficialmente. O D. N. P. M. está pesquisando a zona de Camaquã e arroio Campinas. A cassiterita tem alto teor em metal e a sua metalurgia se consegue com facilidade. Já existem três pequenos fornos instalados na região de Campinas, que trabalham com regularidade.

O minério do Nordeste também é de alto teor, mas as reservas devem ser pequenas, pois se trata de pegmatitos e praticamente não há aluviões.

As reservas da Bahia parecem ser de pouca significação. São aluviões, na parte alta dos córregos e ribeirões da bacia do rio Brumado. O minério é do tipo "wood tin" e de teor baixo.

Antimônio

Esta substância ocorre associada ao zinco, no minério do morro do Bule, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. O mesmo metal se apresenta em Cananéia, no Estado de São Paulo.

Mercúrio

Nas vizinhanças das estações de Tripuí e D. Bosco, município de Ouro Preto, do Estado de Minas Gerais, conhecem-se depósitos de cinábrio. Na última localidade, o minério aparece em dois pontos, em veios, nos filitos algonquianos e está sendo pesquisado por uma empresa particular, devidamente autorizada pelo Governo Federal. Análises desse minério revelaram alto conteúdo em mercúrio. No Estado da Bahia, é conhecida a ocorrência de mercúrio em Aratuípe.

O Departamento julga que essas ocorrências são de pequena importância.

Platina

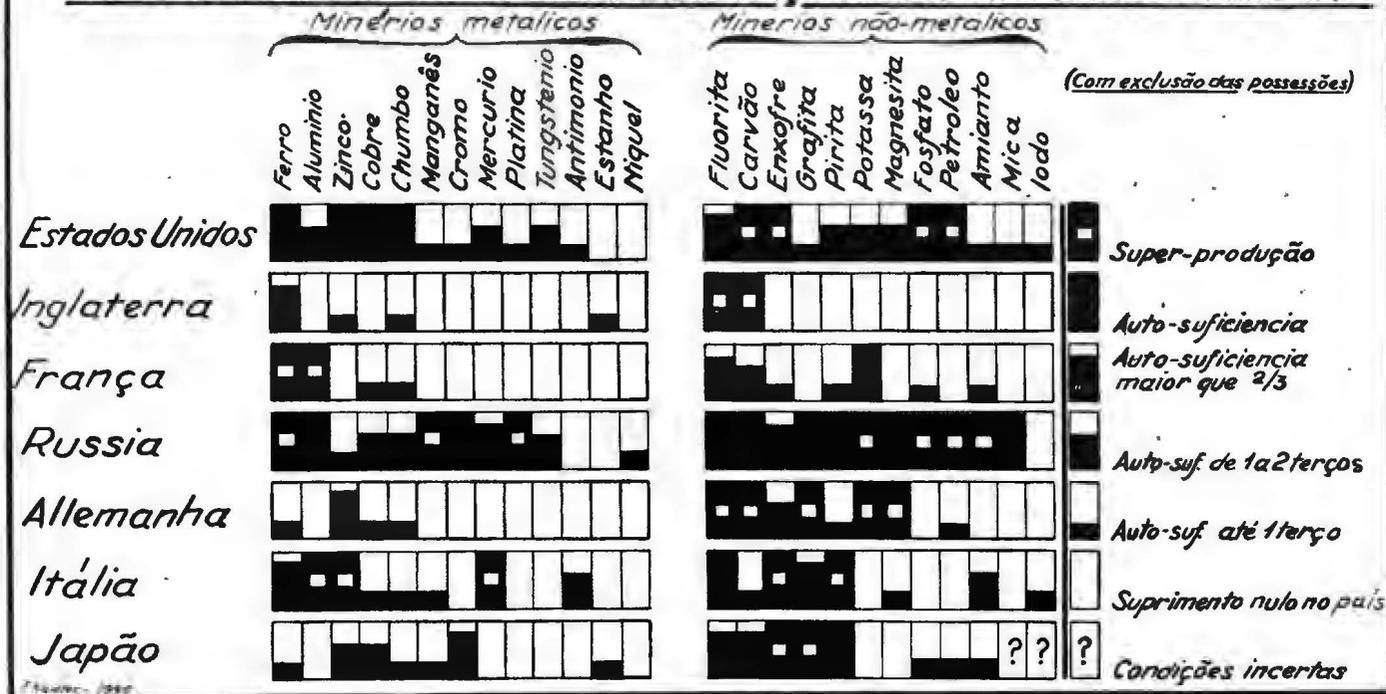
Desde os tempos coloniais, é conhecida a ocorrência deste metal nobre, na região aurífera do centro do Estado de Minas Gerais. Os principais pontos onde se tem encontrado a platina estão situados nos municípios de Sêro, Conceição, Guanhães, nas zonas do rio Abaeté e de Coromandel, estas últimas na porção ocidental do Estado. Aqui, o metal se encontra em rocha peridótica, enquanto que nos demais pontos ele está nos depósitos secundários dos cursos d'água e encostas.

Trata-se de ocorrências quase ou sem importância.

Azoto

Embora esse elemento, sob a forma de nitratos, exista em alguns pontos do território nacional, especialmente nos Estados do Norte, Nordeste, de Minas Gerais e Goiás, pelo que se sabe, até o presente, são ocorrências praticamente sem significação econômica. Entretanto, o Governo Federal continua atento na pesquisa dessa substância nos Estados da Bahia e do Piauí, onde as esperanças são mais pronunciadas, no sentido de serem descobertas jazidas. A indústria do azoto sintético ainda não se estabeleceu no país, mas já se cogita do assunto,

AUTO-SUFICIÊNCIA DAS GRANDES NAÇÕES EM RECURSOS MINERAIS



tanto nas esferas governamentais, como na atividade particular. Dispondo o país de abundantes reservas de energia hidráulica, de fácil aproveitamento e a produção das futuras fábricas de azoto sintético encontraria imediata colocação no mercado interno, para adubação e fins militares.

No cabo Branco, na costa do Estado da Paraíba, há uma pequena e primitiva usina de fabricação de ocres e de argila decorante (fuller's earth), onde também se faz o aproveitamento das algas e outras plantas marinhas (sargaços), que se acumulam no litoral. Este material é calcinado e vendido como adubo potássico para o Estado da Paraíba. Também poder-se-iam aproveitar outros elementos, como o iodo e o sulfato de amônio.

Iodo

A principal fonte de iodo é constituída pela pequena percentagem deste elemento, encontrado nos depósitos de nitrato de sódio do Chile. Uma pequena quantidade obtém-se das águas minerais e das fontes vulcânicas, bem como das cinzas de algas e outras plantas marinhas. Pode-se produzir iodo ainda das salmouras dos poços de sal e de petróleo e das concentrações de água do mar. Nos Estados Unidos, França, Japão, Noruega e Rússia, o iodo produzido provém de algas, enquanto que na Itália é de águas vulcânicas e, em Java, de águas minerais.

O Brasil não figura entre os países produtores de iodo, mas poderá sê-lo, desde que possui numerosas fontes minerais e em alguns trechos de seu litoral são abundantes as concentrações de algas (sargaços).

Os usos de iodo se subdividem em biológicos e puramente industriais ou técnicos. O seu valor como antisséptico e em fotografia fê-lo colocado na lista dos minerais estratégicos.

Fosfato

As principais jazidas de fosfatos no Brasil se encontram na costa do Maranhão e em São Paulo. Depósitos menores existem em outros pontos do território nacional, como na ilha de Fernando Noronha, na Bahia, Minas Gerais e Paraíba do Norte.

As jazidas do Maranhão encerram uma reserva de muitos milhões de toneladas de fosfato de alumínio. Este minério, porém, é de difícil tratamento, além de que grandes distâncias o separam dos principais centros industriais e agrícolas do país.

Por estas razões, começou pelas jazidas de apatita de Ipanema, São Paulo, o aproveitamento do minério fosfatado para a fabricação de adubos, destinados ao abastecimento da nossa agricultura. Na usina aí montada pelo Governo Federal, cuida-se de utilizar o fosfato natural para a produção de superfosfato, de fosfato fundido e de fosfato renânia. Este último tipo de fertilizante é mais aconselhado para as terras roxas do sul do Brasil e ainda se apresenta economicamente mais vantajoso, por dispensar o consumo de ácido sulfúrico. As reservas de Ipanema provavelmente subirão a alguns milhões de toneladas.

Para se ter uma idéia da importância do fósforo para o Brasil, basta dizer que quase todo o adubo fosfatado aqui usado é de procedência estrangeira e com a presente guerra européia esta importação cessou, de repente.

Grafita

Depósitos de grafita existem no Estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraíba do Norte e Ceará.

A jazida da Fazenda da Saudade, no município de São Fidélis, Estado do Rio, se apresenta encravada nas rochas gnáissicas do vale do rio Paraíba. São velos paralelos à esquistosidade da rocha. A reserva de grafita é avaliada em cerca de 2 000 toneladas, da variedade cristalina, tipo Cellão, com estrutura lamelar e ocasionalmente fibrosa. Existe outra jazida semelhante nas imediações desta.

Das jazidas de Minas, as mais importantes são as do Emparedado, na zona do Jequitinhonha, as de Itabira e outras nos municípios de Fortaleza e Itamarandiba, além de camadas grafitosas em Ouro Preto, Mariana e outros distritos de mineração do Estado.

Em 1939, exportou-se grafita de Itabira, do lugar Água Santa, para alguns centros industriais do Estado e para a cidade de São Paulo.

Estão em exploração também uma jazida em São João do Cariri, Paraíba do Norte, outra no Estado do Ceará e outra em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Usa-se a grafita na fabricação de cadinhos e eléctrodos, lápis, pilhas secas, lubrificantes, em fundição e em outras aplicações.

Amianto

Embora esta substância ocorra em várias unidades da Federação Brasileira, somente na Bahia se conhecem jazidas importantes dela, da variedade crisólita, semelhante ao material do Canadá e África do Sul. São as jazidas de Bom Jesus de Poções, que acabam de ser pesquisadas por uma empresa autorizada pelo Governo Federal. As reservas são da ordem de alguns milhões de toneladas com teor de 2 1/2% e podem fornecer amianto para as necessidades das nossas indústrias e ainda para exportação. Também estão pesquisando outras jazidas em Jequié no mesmo Estado.

Em Minas Gerais, existe asbesto-anfibólio, em São Domingos do Prata, Ubá e Lima Duarte, além de outras ocorrências de menor importância. Encontram-se, também, depósitos desse tipo na Bahia e em Pernambuco.

Fluorita

Não se conhecem jazidas deste mineral, mas somente simples ocorrências, nos calcários de Matias Cardoso, Januária, Sete Lagoas, Cônia e outros pontos dos vales dos rios São Francisco e das Velhas. Também já foi encontrado este mineral no rio Guanhães, em Minas, em Belmonte, na Bahia e no interior do Ceará.

É provável que possa fornecer uma tonelagem regular por mês, quando estiver em franca fase de lavra, a jazida de minério zinco-argentífero de Januária, norte de Minas Gerais, onde a fluorita não só faz parte da ganga, como ocorre em veios cortando o calcário, nos arredores das massas daquele minério.

Titânio

Este elemento ocorre em profusão no Brasil, sob duas formas: como rutilo, nos Estados de Goiás e Minas Gerais e como ilménita, associado às areias monazíticas do litoral dos Estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. As jazidas de Goiás, situadas na parte sul e leste do Estado, são depósitos secundários e fornecem a maior parte do rutilo de alto teor em TiO_2 , que o Brasil vem exportando para os Estados Unidos, para a Europa e para o Japão. O rutilo de Minas Gerais é de teor mais baixo e para o seu enriquecimento foi montada uma usina em Andrelândia.

Até hoje, não há cubação das reservas nacionais desses minérios.

Mica

Os principais depósitos de mica do Brasil se acham na zona de Espera Feliz, município de Carangola, Minas Gerais, que, há dezenas de anos, vem fornecendo esta mercadoria para exportação. Ainda produzem mica outros pontos da parte leste do Estado de Minas, em continuação para o norte da zona de Espera Feliz, como Governador Valadares, Conselheiro Pena, Abre Campo, Aimorés, Peçanha e Teófilo Otoni. Nesta segunda zona, os depósitos de mica também contêm berilos e outras pedras semi-preciosas, sendo frequente explorar-se a mica como um sub-produto da lavra dessas gemas. Em outros Estados, como Goiás, Bahia

e Paraíba do Norte, se faz pequena lavra de mica. O produto brasileiro é de boa qualidade e tem sido exportado para vários países da Europa, Estados Unidos, Japão e Índia. Os Estados Unidos figuram entre os maiores importadores.

Alumínio

Dentre os minérios mais importantes para a indústria moderna, salientam-se os de alumínio, sob a forma de bauxita.

O Brasil tem grandes depósitos desse minério, no Estado de Minas, no Maranhão, no Espírito Santo e na Bahia. Das jazidas de Minas sobressaem, pela sua possança, as do planalto de Poços de Caldas e as de Ouro Preto.

Existem outros depósitos, porém, ainda não estudados, na região a leste de Diamantina.

No planalto de Poços de Caldas, onde as reservas são da ordem de vários milhões de toneladas, já tem sido extraído o minério, que é aplicado na fabricação de sulfato de alumínio para o serviço de abastecimento d'água de São Paulo, Ribeirão Preto e Campinas e ainda exportado para a Argentina e Urugual para o mesmo fim. Também se cogitava da exportação para a Polônia, para a indústria do alumínio, quando irrompeu a atual conflagração européia. Além disso, na cidade de São Paulo, consome-se um pouco de bauxita para a manufatura de abrasivos e de inseticidas.

Pode obter-se nas imediações desses depósitos energia hidráulica suficiente para a industrialização do produto e a sua transformação no metal alumínio.

Mas parece que o interesse principal para o aproveitamento imediato do citado minério vem de São Paulo, onde os industriais pensam em transportá-lo para Santos e aí fazerem a metalurgia do alumínio, para o que já dispõem de energia abundante e barata.

As jazidas de Ouro Preto também já têm sido trabalhadas em pequena escala, para fornecimento de minério à cidade de São Paulo e à usina da Companhia Eletro-Química local, para fabricação de sulfato de alumínio e cimento aluminoso.

Esta empresa idealiza, porém, dentro em breve, montar fornos elétricos para a fabricação de alumínio, pelo processo Bayer, para o que já tem adiantados os seus estudos.

Cromo

Este metal existe em abundância nos municípios de Campo Formoso, Queimadas, Santa Luzia e Saúde, no Estado da Bahia. O teor do minério em óxido de cromo vai de 36 a 40 por cento, mais pode ser elevado por processo de concentração, até 51 e 52 por cento. Durante a Grande Guerra (1914-1918), foi feita exportação desse minério para os Estados Unidos e, nos últimos anos, para a Alemanha e a Itália. Minério de cromo de excelente qualidade foi recentemente descoberto em Píúí, Estado de Minas Gerais. A parte visível do depósito encerra pequena reserva de minério, mas é possível que êle se revele maior em profundidade, o que só poderá ser conhecido depois de acurada prospeção.

Magnesita

Depósitos desta substância são conhecidos no sul do Estado da Bahia, em Brumado, onde se procede a trabalhos de pesquisa, para o seu aproveitamento industrial. Esses trabalhos recentes mostram que se trata de importantes reservas de minério, que tem aplicação na fabricação de material refratário para fornos metalúrgicos, exatamente no momento em que o Brasil envereda na solução do problema da grande siderurgia. Também constitui um artigo de exportação, concorrendo para as nossas disponibilidades em moeda estrangeira.

As jazidas de Brumado poderão fornecer minério para material refratário, para magnésio metálico e para produtos químicos. As reservas sobem a muitas dezenas de milhões de toneladas, mas as condições de transporte são atualmente difíceis.

Níquel

Uma das matérias primas minerais consideradas modernamente na classe das chamadas estratégicas — é o níquel, pelo papel que desempenha nas indústrias bélicas, nos transportes aéreos, terrestres e marítimos e em outras indústrias.

O Brasil dispõe de importantes reservas de minério de níquel, tipo guarnerita, em Goiás e Minas Gerais.

As daquele Estado são incomparavelmente maiores (alguns milhões de toneladas) e de teor mais elevado do que as de Minas, porém, a sua longínqua localização impede o seu pronto aproveitamento.

Por isso, as jazidas de Minas Gerais, situadas nos municípios de Liberdade (antiga Livramento) e de Ipanema, constituem reservas preciosas desse minério.

Em Liberdade, já se acha montada uma pequena usina para fabricação de ferro-níquel, com emprêgo de processo electro-metalúrgico. Vem sendo produzida uma certa quantidade dessa liga, que tem encontrado aplicação nas usinas metalúrgicas nacionais e na exportação para a Alemanha. A capacidade dessa usina é de 2,5 toneladas de ferro-níquel por 48 horas com um teor médio de 20% de níquel.

As jazidas de Ipanema apresentam quantidade apreciável de minério explorável industrialmente. Embora aí haja fontes de energia suficientes para a industrialização do produto, faltam ainda, na região, os meios de transporte.

Talvez a saída mais fácil para o minério ou ferro-níquel produzido seja pela estrada de ferro Vitória a Minas, mediante a construção de um ramal férreo, ligando as jazidas à cidade de Aimorés.

Vanádio

Este elemento não ocorre no estado nativo, mas nos minerais patronita, carnotita, roscolita, vanadinita, descloizita, aegirita e outros.

A sua presença tem sido também assinalada em outras substâncias, como na ilmenita, folhelhos carbonosos, carvão e petróleos.

O mineral vanadinita se apresenta associado à scheelita e stoltzita de Sumidouro, município de Mariana, Minas Gerais. Também existe na mina de Furnas, município de Iporanga, São Paulo.

O mineral pulquerita, que é um vanadato de bismuto, foi encontrado na lavra de berilos e minerais de bismuto de São José da Brejaúba, município de Conceição, Minas Gerais. No tratamento do minério de bismuto daí procedente, no Rio de Janeiro, o vanádio, elemento mais valioso, era pôsto fora, só se aproveitando aquêle metal para preparados farmacêuticos.

As rochas níquelíferas de Barro Branco, São Domingos do Prata, em Minas, contêm traços de vanádio, bem assim as bauxitas de Poços de Caldas e as terras roxas de São Paulo. O vanádio entra na composição de algumas "favas", minerais fosfatados que acompanham o diamante no norte de Minas. Em uma amostra de minério de bismuto de Apertado Hora, Santa Luzia do Sabugi, Paraíba do Norte, foi revelada presença de vanádio, no exame espectrográfico, assim como em uma "fava" de Douradinho, município de Coromandel, Minas Gerais. A vulfrenita da fazenda das Canoas, em Sete Lagoas, Minas Gerais, encerra traços de vanádio.

Vê-se, por essas referências, que há fundamento para se esperar descobrir depósitos exploráveis de minério de vanádio no Brasil. É preciso multiplicar as pesquisas sobre esta e muitas outras substâncias minerais, o que poderá ser realizado, desde que haja verba suficiente.

O vanádio é o grande endurecedor dos aços. Este é o principal emprêgo, mas há outros como a preparação de remédios, tintas, bronze e latão.

O Peru, a África do Sul e a Rodésia do Norte são os principais países fornecedores de minério de vanádio.

Molibdênio

Minérios dêste metal existem em Santa Catarina, no morro do Baú e nas proximidades de Gaspar; no Ceará, no município de Soure; em Monção, município de Campos, Estado do Rio, e em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Conhecem-se outras ocorrências neste último Estado, no Paraná, Estado do Rio e Minas Gerais. Faltam, porém, dados sobre o valor desses minérios.

Cádmio

Este elemento se apresenta associado ao minério de zinco de morro do Bule, em D. Bosco, município de Ouro Preto, Minas Gerais. Também são citadas ocorrências em Santa Luzia e Bonfim, no Estado da Bahia. É possível que os minérios plumbo-zincíferos da Ribeira do Iguape contenham cádmio, como geralmente acontece em toda parte.

Os seus usos são para a preparação de ligas de baixo ponto de fusão, pigmentos e outros fins.

Zircônio

Até 1939, êste metal figurava como *crítico* na lista oficial dos Estados Unidos, quando passou a ser considerado como *essencial*.

O planalto de Poços de Caldas, nos extremos de Minas e São Paulo, encerra uma importantíssima reserva de minério de zircônio tipo zirquita, substância empregada como material refratário e na preparação de aços especiais.

Na parte paulista, o minério é extraído das proximidades da estação de Cascatas e, em Minas Gerais, nas montanhas dos arredores de Poelhos do Rio Verde. Esse minério vem sendo exportado desde a Grande Guerra de 1914, quando a sua extração teve maior incremento. A capacidade atual de produção das minas vai de 300 a 500 toneladas mensais. As reservas sobem a muitas centenas de milhares de toneladas.

Desde a conflagração mundial de 1914, o Brasil vem exportando minério de zircônio para os Estados Unidos e países da Europa.

A zirconita ocorre nas areias da costa dos Estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, associada à monazita e ilmenita. O volume dessas areias é considerável e o seu teor em zirconita de 1 a 2 por cento.

Ouro

Padrão de medida no mundo financeiro, o ouro é, por isso mesmo, o indicador da prosperidade dos povos. Os países que o possuem em grandes estoques nas arcas de seus Tesouros e Bancos Centrais conduzem os destinos do mundo. Para obtê-lo, só há dois meios: ou arrancá-lo das entranhas da terra ou recebê-lo em troca de mercadorias exportadas.

De qualquer maneira, no Brasil, o ouro armazenado é escasso, pois o nosso comércio internacional ainda não se acha convenientemente desenvolvido e a lavra das nossas minas não tem a intensidade que seria de desejar.

A maior parte do ouro produzido no Brasil, na proporção de perto de 70% vem de Minas Gerais, das minas de Morro Velho, Passagem, Juca Vieira e outras menores, além do proveniente dos serviços de fiação, em várias zonas do Estado.

No Paraná, as minas de Timbutuva e Ferraria dão pequena produção e menor ainda as de Lavras, no Rio Grande do Sul. O resto do ouro colhido no país representa o resultado do trabalho dos fiação, no Maranhão e Pará, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Paraíba do Norte, diminuta quantidade, em outros Estados.

Pelas estatísticas, o ouro comprado anualmente pelo Banco do Brasil atinge aproximadamente a 7 000 quilos, dos quais pouco mais de 4 000 correspondem à produção de Morro Velho.

A produção real, porém, do precioso metal, levando em conta o contrabando, impossível de extinguir-se que, infelizmente, impera por toda parte, ascende no Brasil a cerca de 8 000 a 9 000 quilos por ano.

No Estado de Minas, outros depósitos auríferos existem, entretanto, que podem ser trabalhados, em condições econômicas.

O Governo Federal continua os estudos dessas jazidas, há alguns anos iniciados. Temos razões para esperar que algumas dessas possam ser lavradas, com resultados satisfatórios, como por exemplo, as minas de São Bento e Pari. As primeiras devem iniciar a sua lavra em 1940, após uma paralisação de 17 anos. O interesse para elas foi despertado depois dos estudos ali recentemente realizados pelos técnicos do Ministério da Agricultura.

Um grande passo para o aproveitamento dos nossos depósitos auríferos seria o Governo dotar de verbas mais amplas o seu serviço técnico encarregado de estimular essas pesquisas.

Na África do Sul e no Alasca, trabalham-se economicamente minérios pobres, com menos de 4 gramas de ouro por tonelada.

Quartzo hialino

Esta substância tem assumido, nos últimos anos, enorme importância industrial devido às suas aplicações em rádio-técnica, em ótica e na preparação de utensílios de laboratório.

A placa de quartzo nos aparelhos rádio-transmissores tem tal significação que, sem este material não é possível transmitir com rapidez as mensagens emanadas dos comandos militares, em terra, no ar, na superfície dos mares e nos submarinos, o mesmo podendo-se dizer das rádio-transmissões de propaganda e recreativas.

Como é notório, o serviço de propaganda constitui hoje uma das novíssimas formas de combate mais eficientes, empregada tanto nos tempos de guerra, como de paz.

Como os Estados da Bahia e Goiás, Minas Gerais é um dos detentores de excelentes jazidas de quartzo hialino, graças a que o Brasil se revela como um dos poucos países onde se encontra a já agora preciosa substância mineral. Pena é, entretanto, verificar-se que no alto preço pelo qual é vendida essa variedade de quartzo, apenas pequena percentagem fica em nosso país, indo a quase totalidade encher as arcas dos intermediários e manipuladores estrangeiros de tão cubiçada matéria prima.

O Brasil exporta apreciável quantidade de quartzo hialino para o Japão, Europa e Estados Unidos.

*

Havendo passado uma revista nos principais minerais interessando à defesa do país em tempo de guerra, vem a propósito salientar as grandes diretrizes que para o manejo dessas riquezas adotou o novo Código de Minas (Decreto-lei n.º 1 985, de 29 de janeiro de 1940) com o nacionalizar a indústria da mineração, colocá-la sob a rigorosa fiscalização do Governo Federal e incorporar grande cópia de jazidas ao Domínio da União, além de tornar a propriedade mineral resolúvel, imposta a condição de exercer o proprietário o seu direito até 30 de janeiro de 1945, na forma do art. 7.º desse Código, sob pena de revogação do próprio direito.

É um marco jurídico que atingimos, sem sobressalto, graças à clarividência do Governo.

Resta que o D. N. P. M. seja dotado de verba suficiente para pessoal e material, de modo a poder cumprir satisfatoriamente o seu programa de ação, em benefício da grandeza do Brasil.

A Hipótese do Deslocamento Continental*

Do *Annual Report of the Smithsonian Institution*, 1928.

CHARLES SCHUCHERT
Professor Emeritus de Paleontologia e
Geologia Histórica, Universidade de
Yale, New Haven, Conn.

II

O GEOSSINCLINAL FRANCISCANO E A GEOLOGIA DA ÁFRICA — Passamos agora a um elemento que é desconhecido de Wegener, porquanto nunca foi apresentado de modo geral. Revelando o quão pouco é a geologia da parte leste do Brasil relacionada com a da África, vibra um golpe esmagador sobre a hipótese do deslocamento.

Há alguns anos, pesquisando as rotas marinhas da América do Sul, o autor ficou surpreendido ao verificar que existe um geossinclinal rumando ligeiramente para nordeste-sudeste na parte leste do Brasil. A essa calha chamou o geossinclinal franciscano, dando-lhe o nome do grande rio São Francisco, cujo curso se acha aqui todo ao seu longo. O mapa das linhas tectônicas na América do Sul de Evans reproduzido por Wegener, apresenta, certas, as linhas de falhas dessa calha, que devem ser de dobras pré-cambrianas, porém, a nordeste dando a inclinação para sudeste-noroeste; por conseguinte a calha passa por cima desse velho terreno de grês.

Esse geossinclinal franciscano do leste do Brasil é uma longa calha marinha existente pelo menos desde o começo do Siluriano. Não foi dobrada para formar montanhas até o Permiano médio e, segundo as aparências, daí por diante o foi então a oeste e noroeste. Mais tarde a área do geossinclinal foi também invadida por estratos de água doce de idade triássica e finalmente no fim do Triássico e princípio do Jurássico, uma área pelo menos 300 000 milhas quadradas de extensão entre Amazonas, Paraná e rio da Prata, foi coberta pelas lavas do *plateau* medindo cerca de 1 000 pés (300 metros) de espessura. Essas camadas são recobertas por arenitos de água doce que se julgam de idade Cretácea. Nenhuma dessas formações post-Permianas são dobradas apesar de serem pouco mais ou menos falhadas.

Os sedimentos paleozóicos são constituídos essencialmente de arenitos e folhelhos tendo o pacote uma espessura total de menos de 5 000 pés (1 800 metros) embora possa haver também estratos mais antigos que o Siluriano. O Siluriano e o Devoniano são depósitos marinhos de aproximadamente 2 000 pés (500 metros) de espessura enquanto os do Permiano, de 2 400 (720 metros) a 3 400 (1 000 metros) pés na maioria são continentais, embora se encontre por quase todo ele zonas de depósitos marinhos e de água salobra. Todos os detritos paleozóicos parecem ter vindo de leste; para oeste eles são cobertos pelas lavas do *plateau*.

As formações da calha do São Francisco não foram até agora interpretadas como sendo de um geossinclinal, mas o mapa de Branner, de 1919, levado em consideração juntamente com a natureza dos depósitos e a posição leste do altiplano durante o Paleozóico, mais o estudo amazônico a oeste, demonstra aí termos todos os elementos estruturais de um geossinclinal. De modo geral o centro dessa calha, pode-se dizer, fica a leste do Maranhão e um tanto a oeste de São Paulo, com o seu eixo rumando ligeiramente para sudoeste e finalmente estendendo-se ao longo da costa do Rio Grande do Sul.

* Reimpresso com leves alterações e ampliação de *Theory of Continental Drift*, 1928, com permissão do autor e da American Association of Petroleum Geologists Tulsa, Okla. — Traduzido para o vernáculo pelo Eng. Axel Löfgren, da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura.

Visto Wegener afirmar que a América do Sul durante todo o Paleozóico e a maior parte do Mesozóico permaneceu ao lado da África, o geossinclinal do São Francisco deveria ter uma continuação na direção nordeste através da Nigéria.

Vejamos agora o que se sabe da geologia geral do oeste africano, reportando-se a Lemoine, Chudeau e Krenkel.¹⁵ Avançando-se através da África ocidental, do Mediterrâneo até o golfo de Guiné na direção sul, os dados geológicos tornam-se mais e mais obscuros e isso principalmente porque passa-se das rochas mais novas e das profundezas do antigo Tethys para as mais antigas e finalmente esbarrando contra o escudo pré-cambriano da África Central. Esse escudo também se estende bastante pelo sul da África ocidental para oeste a Libéria e Serra Leone. De uma forma geral pode-se dizer que os mares paleozóicos do norte transgrediram para o sul sobre este antiquíssimo núcleo da África, com o extremo sul das suas praias estendendo-se pelas vizinhanças da Libéria ocidental, então dirigindo-se de nordeste a norte da Nigéria e assim por diante até o sul do Saara, onde se perde. É bem conhecida a existência de esquistos muito dobrados e metamorfozados ao sul dessa antiga costa e especialmente no estado da Costa do Ouro, os quais algumas vezes têm sido referidos ao antigo e médio Paleozóico, porém Krenkel julga que sejam eles mais provavelmente de idade proterozóica. Assim sendo, vemos que a estrutura e os sedimentos do geossinclinal do São Francisco no Brasil confinam diretamente contra o velho núcleo da África sem ter absolutamente continuação dessa calha sul-americana. De outro lado, admitamos, com prazer, que as camadas do Tethys se expandem pela África apresentando orientação leste e oeste e com faunas do tipo atlântico-mediterrâneo, dirigindo-se para o vale do Amazonas, porém, paleontologistas que estudaram essas faunas silurianas, devonianas e carboníferas do Brasil, constataram que elas condizem mais, embora de longe, com as do vale do Mississipi do que com as da África. Como paleontologista poderíamos explicar essa semelhança da fauna entre o Brasil e noroeste da África e o vale do Mississipi, muito mais facilmente, pela migração através de extensas rotas ao longo dos mares de cintura marginando uma ponte de terra firme através do Atlântico, do que pela união íntima desses territórios.

Na África ocidental existem rochas argilosas datando pelo menos do médio Ordoviciano com *Climacograptus*, *Diplograptus palmeus* e *D. insectifrons*, provavelmente uma longa sequência de rochas argilosas do Siluriano, nas quais tem-se encontrado *Monograptus pridon*, *M. lobiferus* e *Arthropycus*, seguida de uma longa série de arenitos do Devoniano inferior, médio e superior, com abundância de fósseis identificados. Há então um longo hiato seguido por faunas do Pensilvaniano inferior (Dinantiano) e superior (Moscoviano) sucedidos por depósitos continentais Permianos com tillitos. A nova expansão do Tethys foi no Cretáceo e muito dilatada seguida por outras do Cenozóico.

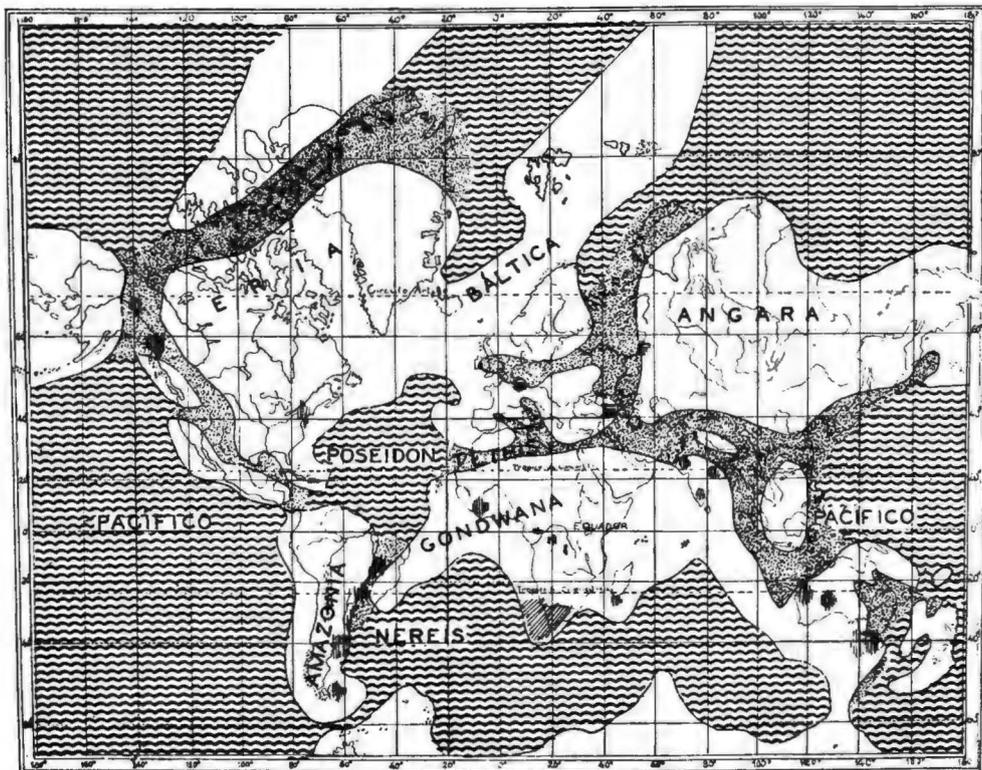
As formações pré-cambrianas da África ocidental têm linhas tectônicas "As Africanides — que geralmente rumam para nordeste 45° a 75°, mas também com outras orientadas norte-sul. A fase seguinte de dobramentos — aliás notável — deu-se durante o Siluriano superior. São elas as Saarides dadas como não tendo ligação com as Caledonides do noroeste da Europa.

A direção geral das Saarides é mais ou menos a mesma que das Africanides, mas nos dois mapas de Chudeau figuram no sul com o rumo nordeste e então voltando seguem a orientação leste-oeste e com dobras no sudeste e sul. Segue-se então, bastante para o norte, a orogenia do Carbonífero superior — as Hercinides — com as linhas de falhas dirigidas em uma direção totalmente diferente, principalmente de noroeste para sudeste. Finalmente no Eoceno-Oligoceno veio o dobramento das montanhas dos Atlas — os Alpinides do extremo, noroeste da África com orientações oeste-nordeste.

No Brasil não há orogenia alguma no Siluriano e Devoniano, alguns dobramentos, porém, não muito pronunciados no Permiano e absolutamente nenhum

¹⁵ A melhor descrição geral, com mapas, é a de Paul Lemoine: *Afrique occidentale, Handbuch a regionaler Geologie*, vol. 7, pt. 6A, 1913, ps. 1-88. Um trabalho posterior tratando da Tectônica é o de R. Chudeau: *Recherches sur la tectonique de L'Afrique occidentale*, Bull. Soc. Géol. de France (4), vol. 18, 1918, ps. 59-87. E. Krenkel: *Geologie Afrikas*, vol. 1, in *Geologie der Erde*, 1925. Os detalhes da geologia do oeste da África devem aparecer no segundo volume; tudo o que temos aqui é uma descrição generalizada às ps. 46-47.

PALEOGEOGRAFIA DO PRINCÍPIO DO PERMIANO
 POR
 G. SCHUCHERT-1923



 Oceanos
 Mares epicontinentaes

 Glaciação comprovada
 Glaciação duvidosa

Redução de 65-68.000

no Cenozóico. Contudo pode ter havido uma fase positivamente de dobramentos em princípios do Paleozóico ou talvez no final do Ordoviciano inferior.

Esses fatos provam que há bem pouca ligação entre a geologia do Brasil e a da África ocidental e no entanto deveria haver muita se alguma vez tivessem sido adjacentes. Cada área teve seu próprio desenvolvimento geológico independente, diferente do da outra, indicando claramente que o Brasil e o noroeste da África, desde pelo menos o Siluriano, foram separados e independentes. Nesse particular devemos nos lembrar o que disse Suess em seu famoso livro *A Face da Terra*:¹⁴ "A América do Sul apresenta em grau mais alto do que qualquer outra parte do mundo todas as características de uma estrutura homogênea".

Por outro lado o autor está bem certo de que recentemente J. W. Gregory conjecturou a existência de uma ligação marítima na direção norte-sul durante o médio Cretáceo (Albiano) — seu golfo de Angola (êle não designa como geossinclinal) — estendendo-se de Trípoli para o sul através do Saara e mais além atravessando o Camerum ocidental seguindo ao longo da costa oeste da África até Cabo Frio. Diz êle¹⁵ que "não foi formado até a metade do Albiano e a configuração do continente brasílio-etíope conservou-se em essência a mesma por todo o Albiano superior.

Terra Nova e Irlanda¹⁶

Em muitos pontos do livro de Wegener encontram-se alusões indiretas à separação da Terra-Nova e Irlanda durante o Pleistoceno e passagens abertamente alusivas a isso encontram-se nas páginas, 12, 55, 60, 110, 111, 117 e 172. A melhor idéia dessa ligação entretanto está na seguinte frase: (p. 12) — "semelhantemente a América do Norte esteve junto da Europa; e pelo menos da Terra Nova e Irlanda para o norte, formavam elas com a Groenlândia um bloco único". Finalmente estatui (p. 110): "A separação pode ter tido lugar durante o período de máxima glaciação ou pouco antes quanto possível. Em qualquer caso a distância entre os blocos não era de importância a entrar em consideração quando a glaciação se achava em seu máximo, de outro lado, os blocos deviam se achar consideravelmente separados ao tempo da último glaciação.

Essa ligação figura também no seu mapa (p. 111) sob o título "Reconstrução dos Blocos Continentais na época das Grandes Geleiras". Entretanto uma vez que a separação da Terra Nova e Irlanda deu-se durante o Pleistoceno, a geologia da Terra Nova e Irlanda deveriam ser parecidas durante todas as eras geológicas. Vejamos agora quais as relações reais, conforme abreviadamente delineadas na tabela II em colunas opostas para mais fácil comparação.

Esses fatos mostram indiscutivelmente que a Terra Nova jamais fez parte da Irlanda e cada um dos territórios pertence a uma província geológica totalmente diferente. Mais ainda, as faunas dos dois países são tão diferentes que devem desde o Cambriano ter sido de diferentes províncias faunísticas e, a julgar pela atual devem ter estado separadas uma da outra tendo de permoel rotas de migração de vários milhares de milhas.

As semelhanças e dissemelhanças das suas faunas somente podem ser explicadas por essas longas rotas de migração e as semelhanças mais pronunciadas encontram-se unicamente entre os graptolitos (flutuantes), corais (larvas de prolongado desenvolvimento durante a flutuação) e trilobitas (bons nadadores). Tão pouco as fases de orogenia coincidem e enquanto era notável a atividade vulcânica na Grã Bretanha durante o Ordoviciano e Siluriano quase nenhuma ocorria na Terra Nova.

Evans na sua Introdução à edição em inglês do livro de Wegener,¹⁷ faz o seguinte admirável comentário: "A sucessão das rochas sedimentárias em áreas presentemente separadas por mares de milhares de milhas, apresentam notáveis

¹⁴ E. Suess — *The Face of the Earth*, vol. 1, 1904 (German. ed. 1885) p. 537.

¹⁵ J. W. Gregory — *Nota Suplementar à Geologia de Benguela em Relação aos seus Cepalópodos e a História do Atlântico Sul*, Trans. Roy. Soc. Edinburgh, vol. 53 (1922) ps. 161-163.

¹⁶ Para Irlanda veja-se o volume sobre as Ilhas Britânicas no *Manual de Geologia Regional*, vol. 3, pt. 1, 1917; *Atlas Stanford da Gran Bretanha e Irlanda*, 1907; Jukes-Browne, *Continuação das Ilhas Britânicas*, 1911.

¹⁷ A. Wegener, op. cit., ps. VII-VIII.

semelhanças que só podem ser razoavelmente admitidas no caso dêsses sedimentos terem sido depositados nas proximidades uns dos outros e praticamente sob condições idênticas.

A apresentação aqui junta da geologia da Irlanda e da Terra Nova mostram todavia, que bem pouco existe em comum entre êsses dois países quanto a sua seqüência estratigráfica, condições de espécies, atividades vulcânicas, orogenia ou faunas marinhas. Porque? Porque o geossinclinal de São Lourenço e o geoanticlinal da Nova Brunswick em tempos se estenderam através do Atlântico (mais ou menos com as suas atuais dimensões) até a Escócia e daí à Noruega e Suécia. Høltedahl afirmou-o várias vezes e nós os paleontologistas, em um caso como êste e em outros também, temos as grandes rotas de migração para explicar as ligeiras relações entre as faunas do nordeste da América do Norte e noroeste da Europa.

TABELA II

Relações geológicas entre a Terra Nova e a Irlanda

Terra Nova

Irlanda

A natureza dos sedimentos paleozóicos e orientação do geossinclinal do São Lourenço requerem uma grande área de terreno ao noroeste.

Essa calha não se dirige para a Irlanda, mas pelo noroeste da Escócia.

O geoanticlinal leste-oeste de Nova Brunswick separa o geossinclinal setentrional de São Lourenço do Acadiano Meridional.

O geossinclinal Acadiano tem por vezes ligeiras ligações faunísticas com a Grã Bretanha.

Direção do geossinclinal de São Lourenço ligeiramente para nordeste.

Direção nordeste dos Apalachianos. Arqueozóico de vasta distribuição em superfície, principalmente granitos. Anortositos, a rocha característica. Detritos proterozóicos de sudeste em calhas nordeste-sudeste.

Cambriano inferior em dois geossinclinais separados pelo geoanticlinal de Nova Brunswick. Calha de São Lourenço tendo Cambriano inferior e superior. Calha Acadiana tendo Cambriano inferior e médio, com semelhanças de fauna à europaia.

Cambriano médio na calha Acadiana. Francas ligações com a fauna do noroeste da Europa.

Cambriano superior — Osarqulano em ambas as bacias. Pouco entendido.

Ls. Ordoviciano em grande desenvolvimento no geossinclinal de São Lourenço. Ligações da fauna com o noroeste da Escócia. *Facies* detriticos do geossinclinal Acadiano em grande desenvolvimento com semelhanças da fauna de Welsh.

Ausente.

Ausente, a menos que se estabeleçam ligações com o geossinclinal Armoricano, ligeiras semelhanças de fauna.

Direção nordeste dos Caledonides, mas consideravelmente menos do que na Terra Nova.

Direção leste dos Hercinides.

Arqueozóico ainda não perfeitamente conhecido.

Nenhum na Grã Bretanha.

Proterozóico nos detritos Dalradianos que se ligam com os Torridonianos da Escócia.

Cambriano (?) limitado, pouco compreendido, restrito no sudoeste, sem fóssil diagnóstico, idade não comprovada.

Não há comparação possível com a Terra Nova.

Desconhecido.

Desconhecido.

Correlaciona-se com a diabase do Tremadoc e Arenig, porém ambos desconhecidos na Irlanda.

Terra Nova

Ls. Ordoviciano médio (Chazy) em notável proporção na calha de São Lourenço, ausente na calha Acadiana.

Movimentos tectônicos (?) Falhas de bloco.

Ordoviciano médio (Black River — Trenton) detritos em grande proporção a noroeste. Sem vulcânicas. Fauna limitada.

Ls. Ordoviciano superior (Richmond) com uma rica fauna no geossinclinal do São Lourenço.

Siluriano superior desconhecido.

Movimentos orogênicos ou atividade vulcânica.

Devoniano ausente. Terra. Atividade vulcânica no Devoniano inferior.

Formação das montanhas Acadianas por todo o nordeste da América na última parte do Devoniano.

Ausente — terra.

Carbonífero inferior (Windsor) detritos, dolomitos, *gypsum* e faunas marinhas limitadas que se ligam com as do sul da Inglaterra e Bélgica.

Ausente.

Séries do *Coal Measures* de tipo continental bem desenvolvidas na calha Acadiana. Orogenia periódica.

Notável orogenia no princípio do Permiano, porém somente nos Apalichianos meridionais.

Terra firme e erosão.

Final do Cretáceo com elevação epirogênica.

Ausente.

Elevação epirogênica, Plioceno.

Geleiras pleistocênicas.

Irlanda

Landello a sudeste, detritos e vulcânicos. Nenhuma ligação com a fauna americana além dos graptolitos.

Bala de sudeste e outros pontos com grande proporção de detritos e vulcânicas. Termina com 91 000 pés de depósitos continentais. Sem ligações com a fauna americana além dos graptolitos.

Podem ser da série Bala, mas se assim fôr a fauna sem correlação com a da América.

Todo o Siluriano⁷ parece estar presente espesso, em *facies* próximo da costa, tornando-se cada vez mais marinho ligando-se diretamente com o Siluriano da Grã Bretanha pela fauna e pela estratigrafia.

Vulcânico presente. As faunas não muito ligadas com as de Terra Nova, grande movimento orogênico, formação dos Caledonides no fim do Siluriano.

Devoniano em notável *facies* de arenitos vermelhos antigos (*old Red Sandstones*) com possibilidades de alguns marinhos de 3 000 - 10 000 pés e possivelmente 20 000 pés, com matéria vulcânica.

Sem orogenia.

Carbonífera inferior (Aroniano) em Ls. Maciço, o principal estrato da Irlanda. Rico em fósseis com ligeiras semelhanças aos americanos.

Final do Carbonífero inferior com vulcânicas. Faunas desconhecidas mas bem conhecidas no sul da Inglaterra e Bélgica.

Princípio do Carbonífero superior Marinho.

Séries do *Coal Measures* de tipo continental antigamente presentes em profusão. Orogenia periódica.

Permiano marinho e continental, mas pouco desenvolvido no Ulster. Em profusão na Grã Bretanha.

Grande orogenia no Permiano, mas aparentemente muito mais tarde do que na América.

Princípio (continental vermelho) e fim do Triássico (na maioria continental) e Lias marinho e Cretáceo superior, todo limitado ao nordeste.

?

Lavas do Platô eoçênico.

?

Geleiras pleistocênicas.

Ligações da fauna e flora

Já fizemos referência de Wegener ter começado a pensar sobre a teoria do deslocamento continental, devido às semelhanças geográficas atuais da costa (leste) do Brasil comparada com a costa oeste da África. Isso levou-o à convicção, uma vez ao par da "evidência paleontológica", que esses territórios estiveram em tempos idos ligados. Essa evidência, que eu posso dizer conhecer perfeitamente bem, reside na íntima semelhança entre a flora de *Glossopteris* do Permiano médio em ambos os lados do Atlântico Sul, juntamente com a presença dos répteis marinhos *Mesossaurus* e *Noteosaurus* tanto na América do Sul como na África. A esses podem ser adicionados os fatos da fauna marinha do Devoniano inferior (Bokkeveld) da África do Sul estender-se à Argentina e sul do Brasil e da fauna de *Trigonia amonitas*, do fim do Jurássico e princípio do Cretáceo do noroeste da Argentina e leste da África, serem da mesma província marinha. Pode-se ainda aduzir a essas evidências favoráveis, outras mais, porém, apesar de tudo, as identidades e semelhanças não são bastantes eficientes, ao contrário, são bem escassas e, ainda mais, mostram claramente que trata-se aqui de conjunto marinho austral (veja tabela I). Se as rotas de migração foram curtas, digamos, da ordem de algumas centenas de milhas, como seria o caso se a África e América do Sul estivessem ligadas, essas faunas marinhas deveriam ter um grande número de espécies em comum, provavelmente mais de 50% de espécies idênticas, porém seus parentescos na realidade são tão distantes que indicam plenamente ter havido a dispersão por milhares de milhas de linhas de costas e durante longos períodos de tempo fazendo com que os elementos evoluíssem *en route* não apenas para formarem outras espécies e gêneros mas até mesmo diferentes famílias.

Wegener discute com certo alento as relações estruturais do noroeste europeu e nordeste norte-americano e tira, para sua própria satisfação, uma conclusão clara de que os dois lados foram em tempos adjacentes bem de perto e que se separaram durante o Pleistoceno, depois disso deslocando-se alguns milhares de milhas. De quão bem se ajustam os bordos dos dois continentes já o demonstramos para a Terra Nova e Irlanda. Demos agora essa característica conclusão wegeneriana (ps. 55-56): — "A correspondência das costas atlânticas, isto é, o dobramento das montanhas do Cabo e das serras de Buenos Aires tanto quanto a correspondência entre as rochas eruptivas, sedimentos, linhas de direção geral nos grandes *plateaux* gnáissicos do Brasil e da África, os sistemas de dobras americano, caledoniano e algonquiano, e as morainas terminais do Pleistoceno em sua soma total... oferecem uma prova difícil de combater, quanto ao valor da nossa suposição de que o Atlântico deve ser considerado como uma fenda que se alargou... É tal qual como se juntássemos pelos seus bordos os pedaços desiguais de um jornal rasgado e então procurássemos acertar para que as linhas impressas o atravessassem perfeitamente. Se assim acontecer não haverá remédio senão concluir que os pedaços realmente já estiveram ligados dessa forma. Se, porém, apenas uma linha permitir o ajustamento teríamos alcançado então a grande possibilidade de mostrar a exatidão ou o valor de nossa combinação, mas se tivermos *n* linhas, então essa possibilidade será levada a enésima potência. Não é perder tempo esclarecer ao que isso nos pode levar. Suponhamos, baseando apenas em nossa primeira "linha", o dobramento das montanhas do Cabo e as serras de Buenos Aires, que as probabilidades são de 10 para 1 em favor da teoria dos deslocamentos. Visto haver pelos menos seis outros "contrôles" independentes, teremos que admitir 106 ou um milhão de probabilidades contra uma de que nossas suposições estejam certas.

Algarismos jogados assim dessa maneira, porém, nada poderão provar e a sua conclusão, deles extraída, de que está certo 106, é, com toda certeza, absurda.

Qualquer paleontologista lendo com atenção as páginas 98 a 106 do livro de Wegener que trata do *Coal Measures* e as floras de *Glossopteris* do Permo-Carbonífero, não verá só a inconsistência e versatilidade do seu raciocínio, mas também com que facilidade êle faz os fatos servirem à sua hipótese. Porque? Porque êle generalizou o que outros já haviam generalizado e comparou pontos dissemelhantes considerando a correlação de formações pelos geólogos como "relativamente diminutas diferenças de tempo" (p. 98). Nessas páginas êle expõe seus pontos de vista sobre os climas da época "Permo Carbonífera" e assim

fazendo jogar o pólo sul para bem longe da costa sudeste da África ajeltando então o equador de acôrdo.¹⁸ Finalmente, para facilitar a todos nós seguirmos os seus pontos de vista êle os fixa em um único diagrama¹⁹ que intitula "Evidência do clima no Permo Carbonífero". Nesse diagrama único êle se propõe representar acontecimentos que tiveram lugar durante um lapso algo assim como 50 000 000 de anos, faz a flora dos *Coal Measures* tropical se adaptar à flora *Glossopteris* "polar" do Permiano muito mais novo e para que esta última possa ser verdadeiramente polar faz a suposição de que ela era despida de árvores,²⁰ diz que Antartís então estaria no sudeste da África com o pólo nas suas proximidades e nessa base traça as faixas climáticas à sua volta (figura 3).

A flora *Glossopteris* terrestre ocorre não só na Índia, África e muito profusamente na América do Sul, mas também nas Falklands Antárticas e abundantemente na Austrália.²¹ Os paleobotânicos não estão todos de acôrdo sôbre o modo por que se deu a dispersão dessa flora. Alguns acham que ela atravessou uma ponte terrestre do Brasil à África e daí à Índia e outros acreditam numa ponte da América do Sul à Antártica e daí uma outra até a Austrália. Até agora não se sabe ainda onde se originou essa flora (alguns paleobotânicos julgam que foi na Antartís ou Austrália) mas se ela surgiu na América do Sul e foi pela ponte terrestre para Antartís o restante da sua distribuição deveria ter sido por meio das correntes oceânicas, tal como se deu com as dicotiledôneas asiáticas, Centro e Sul Américas no Cenozóico para chegarem às ilhas Hawaii que sempre foram massas vulcânicas isoladas. Por outro lado, Davi White avança que a flora permiana mais recente é claramente, devido aos climas rigorosos, uma elevada modificação proveniente da flora mundial dos *Coal Measures*, que pode muito bem ter surgido em vários pontos e por meio da migração e combinação com os remanescentes das floras mais antigas se tornando a bem conhecida flora *Glossopteris*.

Lake²² também aborda longamente a distribuição da flora *Glossopteris* e estabelece os seguintes pontos: A flora *Glossopteris* também se encontra em Kashmir, noroeste do Afeganistão e nordeste da Pérsia, Tonquim, norte da Rússia e Sibéria. Na Rússia é acompanhada por répteis sul-africanos e conchas de água doce.

A exposição de Wegener de forma alguma veio simplificar o problema da distribuição da flora e fauna de *Glossopteris*.

Lake então, analisando a distribuição dos tilitos permianos, diz: "Mesmo se admitirmos o deslocamento do pólo (e Wegener remove o pólo sul 2 500 milhas da sua posição actual), na mais favorável das suposições o gelo deve ter avançado para o equador muito mais do que as geleiras do período Glacial Pleistoceno jamais o fizeram. Existem tilitos permianos no Salt Rang da Índia, no Afeganistão (no mapa de Wegener, p. 100, isso daria dentro de 30 graus do seu suposto equador), no noroeste da África, em Boston (no mesmo mapa seria no equador) e no Alasca Ártico.

Hoje em dia Coleman é a maior autoridade sôbre a distribuição dos climas glaciais, tendo visto de perto os tilitos Permo-Carboníferos de muitas terras. Diz êle que, baseando-se na *Pangaea* de Wegener e colocando-se o pólo sul no sudeste da África — "as áreas glaciadas se encontrariam muito para o interior e fora do alcance dos ventos carregados de umidade necessários para a deposição

¹⁸ Gerth, que estudou os corais do Permiano Timor nas Índias Holandesas, diz que êles são de águas quentes e sua conclusão é também comprovada pelas espécies associadas, as quais conjuntamente perfazem a maior fauna permiana conhecida, de cerca de 600 espécies. Uma tal fauna não poderia ter vivido abaixo de 30° de latitude sul e na projeção de Wegener para o Permiano viria a ocorrer mais ou menos a 45° latitude sul. Como diz Gerth, a fauna permiana de Timor por si só prova que o pólo sul não podia se achar onde Wegener o coloca. Veja-se H. Gerth *Die Korallenfauna des Per von Timor und die Permische Vereisung*. Zeit. Geol. Meded., 1926, ps. 7-14.

¹⁹ A. Wegener, op. cit., p. 100.

²⁰ Gothan em 1911 afirmou que as madeiras fósseis da Austrália e Falklands têm os anéis de crescimento.

²¹ Para uma excelente exposição sôbre a dispersão geográfica desta flora veja-se Davi White, *Mudanças Climáticas Permo-Carboníferas na América do Sul*. Journ. Geol., vol. 15 (1907), ps. 615-633. Os problemas do Permiano foram recentemente discutidos por Schuchert extensamente em sua memória de 1928, da qual já se fez referência em página anterior.

²² Phillip Lake, *Nature*, fev. 17, 1923, p. 227.

da neve, como o interior da Ásia, que não sofreu glaciação no Pleistoceno, embora sendo uma das regiões mais frias do mundo. É evidente, então, que o deslocamento dos continentes e a mudança dos pólos não favorece em atribuir a essas causas a glaciação Permo-Carbonífera".²³

Pode-se dizer com tóda a confiança que um cuidadoso estudo dos dois maiores períodos de glaciação conhecidos na geologia não dão apoio à teoria do deslocamento dos continentes e da digressão dos pólos.

Wegener confia muito na atual distribuição dos vermes terrícolas como uma prova da sua teoria sobre a *Pangaea* ocidental. Diz êle (ps. 78-79): A atual distribuição dos vermes terrícolas oferece particular evidência, sem objeções, das antigas ligações terrestres atlânticas, porquanto geralmente o mar é um obstáculo insuperável para êsses animais. Um expressivo número elevado de laços de afinidade são por êles estabelecidos através do oceano Atlântico em várias latitudes.

Podemos ajuntar que existem ainda vários outros igualmente notáveis laços de afinidade que êle poderia ter utilizado, tais como a atual distribuição dos Unionídae, caracóis terrestres, crustáceos macruros, aranhas, peixes pulmonados, caecilianos, etc. No total essas distribuições são facilímas de explicar pela existência de uma ponte do Brasil à África — a explicação comumente aceita — mas das quais Wegener não usou nenhuma.²⁴ Assim também não se deve esquecer que todos êsses seres são antigos, alguns recuados pelo menos até o Cretáceo inferior ou Jurássico e os restantes, a diferentes períodos do Paleozóico. Os peixes pulmonados datam do Devoniano e os vermes terrícolas podem mesmo ser mais antigos. Estamos aqui tratando da radiação orgânica de um vasto lapso do tempo geológico, a qual data de muitas centenas de milhões de anos. Que idéia se poderá formar quanto às possibilidades da distribuição biogeográfica e quão variável pode ter sido ela! Acreditamos então, e somos capazes de afirmar que com tanto tempo a nosso dispor, poderíamos dispensar a ponte terrestre do meio do Atlântico e explicar a distribuição de tóda a vida terrena, baseando-nos na dispersão irradiando da Holartís e Antartís.

O autor sempre foi apologista da ponte terrestre — uma ponte muito mais estreita, porém, do que as geralmente apresentadas nos mapas paleogeográficos — durante o Paleozóico e o Mesozóico através do Atlântico do Brasil à África. Essa ponte afigura-se-lhe necessária para explicar a peculiar distribuição das várias faunas marinhas paleozóicas e mesozóicas do Brasil setentrional, o geossinclinal Andino, América Central e parte meridional dos Estados Unidos de um lado, e as da parte meridional da América do Sul; sul e leste da África e Índia do outro. Mas essa ponte ocidental Gondwana parece ainda mais indispensável para explicação da semelhança das floras e faunas terrestres, embora os biogeógrafos admitam grandes possibilidades da dispersão irradiando da Holartís. Tais rotas migratórias foram sempre possíveis desde o princípio do Cambriano, mas foram se tornando local e cronologicamente prejudicadas pela formação periódica de cadeias de montanhas, climas desérticos abrangendo vastas áreas e pelas variações de domínio do grande Tethys mediterrâneo e outros oceanos.

Conceda-nos ao biogeógrafo a Holartís, uma ponte terrestre do norte da África ao Brasil, uma outra da América do Sul à Antártica (ela quase existe ainda hoje), outra ainda dêsse território polar à Austrália e desta última através do mar de Arafura para Bornéu e Sumatra e assim por diante até à Ásia, mais os meios aceitos de dispersão ao longo dos mares de cintura e pelos ventos e correntes aquáticas e pássaros migratórios e terá êle tódas as possibilidades de que precisa para explicar a dispersão da vida na Terra e recuo do oceano através dos tempos geológicos com a atual distribuição dos continentes. Com tais dados poderá também explicar a dispersão da vida com muito mais facilidade do que por meio da *Pangaea* de Wegener; essa terra hipotética deveria ter sido criada para facilitar a dispersão e por conseguinte para floras e faunas cosmopolitas, e isso é justamente o que o mundo bem raramente tem visto e não tem hoje em dia.

²³ A. P. Coleman — *Glaciação Permo-Carbonífera e a Hipótese de Wegener*, Nature, abril, 25, 1925 — p. 602.

²⁴ Essas ligações da fauna são completamente analisadas por Hermann von Ihering em seu *Geschichte des Atlantischen Ozeans* — Gustav Fischer, 1927.

Notas finais

O exposto, até aqui, tem cada vez mais demonstrado que os extremos das cadeias de montanhas nos dois lados do Atlântico absolutamente não se acham intimamente correlacionados quanto à posição, estrutura e história como Wegener quer, o mesmo podendo se dizer quanto à fauna fóssil marinha. O autor não quer absolutamente dizer que não hajam semelhanças geológicas e paleontológicas nos dois lados do Atlântico, porquanto existem muitas na fauna, facilmente visíveis, bem como outras estruturais que foram apontadas muito antes de Wegener. Mas o mal todo da hipótese de Wegener e dos seus métodos acha-se, como já dissemos, em êle generalizar com demasiada facilidade partindo de outras generalizações e prestar pouca ou nenhuma atenção à geologia histórica ou ao tempo que levaram para se formar os fenômenos estruturais e biológicos postos em causa. Não é, como diz êle, que o trabalhador meticoloso não possa ver a floresta por causa da quantidade de diferentes árvores ou que os paleontologistas precisam de um geofísico para indicar a trilha a seguir. Fatos são fatos e é dos fatos que extraímos as nossas generalizações, dos pequenos aos grandes, e será erro para qualquer estranho aos fatos que compulsa, generalizar dêles para outras generalizações.

Será interessante ver as conclusões a que chegaram outros críticos da hipótese do deslocamento. Carl Diener,²⁶ o competente paleontologista de Viena, diz: à primeira vista a hipótese parece ter muito valor, mas a uma análise mais de perto ela se torna — “um passatempo com reais possibilidades. É falha quanto aos fatos fundamentais de natureza positiva e, uma série completa de fatos paleogeográficos não podem com ela se harmonizar”.

Reid comenta: “A elasticidade da hipótese de Wegener é evidente”. E Lake,²⁷ que nela se aprofunda, diz: “Qualquer que tenha sido a própria atitude de Wegener originalmente, em seu livro êle não procura a verdade, êle antes advoga uma causa e mostra-se cego a todo fato e argumento contrário. Grande parte da sua evidência é superficial. Contudo é um hábil advogado e apresenta uma questão bem interessante.

O que há de aproveitável na hipótese é isto:

Êle prestou um valioso serviço ao chamar a atenção para o fato de que massas terrestres podem ter se movido em relação umas às outras. Êle não chega a provar que na realidade elas se moveram e menos ainda demonstra que realmente se moveram da forma que imagina. Sugere muito, mas não prova nada.

Berry²⁸ diz em 1922: “Não consigo ver registro algum de uma tal prévia união (da América do Sul e África) em qualquer ramo conhecido da estratigrafia, da estrutura, fauna ou flora. Prefiro antes a antiga hipótese das pontes terrestres e subsidência.

Em relação aos climas geológicos como estatuidos por Köppen e Wegener, Berry diz:²⁹ “Nenhum dêles tem a menor idéia da existência das faunas ou floras fósseis nos problemas que se propõem resolver e por conseguinte quaisquer que sejam as conclusões a que cheguem procuram explicar algo que jamais existiu.

Artur Keith em sua comunicação presidencial intitulada *Simetria Estrutural na América do Norte*,³⁰ acha que as montanhas na América do Norte são formadas na maioria pelo mesmo processo fundamental, isto é, subsidência das áreas oceânicas. Êsse afundamento dos oceanos provoca um fluxo na sub crosta na direção e debaixo dos continentes, levantando-os principalmente ao longo de seus bordos e ao mesmo tempo empurrando-os mais as áreas dos geossinclinais para dentro, contra as áreas neutras e as dos escudos dos territórios interiores.

²⁶ C. Diener, op. cit., p. 342.

²⁷ *Geol. Mag.* vol. 59 (1922), ps. 338, 340, 346.

²⁸ E. W. Berry — *Outlines of South American Geology*, Pan Amer. Geol., vol. 37 (1922, ps. 187-216.

²⁹ E. W. Berry — *The Term Oligocene*, Amer. Journ. Sci. (5), vol. 13, (1927), p. 256.

³⁰ *Bul. Geol. Soc. Amer.*, vol. 39, (1928), ps. 321-386.

A repetição, de idade em idade, da mesma espécie de estruturas em qualquer trecho de um continente é um fato, incontestavelmente, da mais alta importância. Indica não só uma distribuição persistente de causa e efeito, mas também uma permanência de forma e meio circunstante, que fez da América do Norte uma unidade extremamente bem definida, tendo um sistema definido de leis estruturais responsável pelos repetidos esforços vindos da direção de cada um dos oceanos vizinhos. Em sua história consigo ver tão somente uma individualidade do continente, sua unidade, bem como sua permanência de meio circunstante; nada vejo de arranjo ao azar que devia ter se erguido ao percurso à vontade de um continente flutuando como um destrôço em um mar de sial (p. 372).

Discutindo a hipótese de Wegener e outras similares, Keith conclui (p. 384): "Estou convencido ser razoável aceitar a teoria de uma força contra o continente (Norte América) vindo de todos os oceanos circundantes, bem como a doutrina de que a forma e tamanho do continente tenha isso rudimentarmente constante, desde os dias atuais, recuando até o pré-Cambriano.

Cada ciclo mais pronunciado de esforços, durou bastante e isto se deu pelo menos três vezes do Cambriano para cá. Esses três ciclos parecem um fato bem claro na América do Norte".

Termier,³⁰ diretor do Serviço Geológico da França, diz que a teoria alemã tem incontestavelmente encanto e real beleza. "É um lindo sonho, o sonho de um grande poeta. Ao tentar abraçá-la a gente acha que tem nos braços apenas um tênue vapor ou fumaça: é ao mesmo tempo atraente e intangível".

O autor concorda com Termier e Diener que, a hipótese de Wegener apóia-se no inconsistente processo de afastar-se da teoria da permanência da posição das grandes configurações dos oceanos e continentes da Terra, a ela opondo uma que une todas as terras atuais em um enorme continente que, durou até meados do Mesozóico quando começou a se fraturar e as partes a se deslocarem até atingirem as posições em que são vistas hoje. Só nos achamos em terreno firme enquanto seguirmos os ensinamentos das leis da uniformidade na aplicação das leis da natureza. A polémica sobre a teoria da permanência das grandes configurações da Terra iniciada por James D. Dana, foi travada e ganha pelos americanos há tempos. Na Europa, porém, ela ainda não terminou, pois, há ainda geólogos eminentes que seguem Lyell e são pela não permanência dos continentes e oceanos e outros que não hesitam em arrastar os pólos para qualquer parte a fim de poderem explicar simples peculiaridades da fauna ou flora.

Certamente o leitor já percebeu que o autor é um iconoclasta em relação à hipótese de Wegener em conjunto. Todavia, com o espírito inteiramente prevenido, admite a idéia de uma lenta mudança dos continentes, muito paulatinamente mesmo, no sentido lateral e diversamente em várias épocas. Todo o cultor da tectônica, em suas leituras destes últimos 15 anos sobre as generalidades estabelecidas pelo estudo das estruturas das montanhas e sua significação, terá dito de si para si mais de uma vez que, certamente tem havido diferentes deslocamentos dos continentes. Essas generalizações, quando baseadas em pequenas cadeias de montanhas e individuais, não impressionam, mas quando se passa a considerar as cordilheiras dos Estados Unidos, com sua atual largura de mais de 1 000 milhas, a questão em foco logo será, quando o oeste da Califórnia deslocou-se para leste. Ninguém até agora calculou isso. Mais ainda, quando a gente se volta para o Alpes e é informado pelas maiores autoridades de que sua atual largura de umas 150 milhas foi em outras eras de 500 e talvez 625,³¹ ou em outros termos, que seu limite sul deslocou-se de 350 a 475 milhas para o norte, passa-se logo a lembrar da frase de Galileu em relação à Terra: "E contudo ela se move".

Mais impressionantes são as afirmativas de Termier em relação às montanhas da Ásia Central, que combinadas têm atualmente a largura de 1 845 milhas de norte a sul, mas que originalmente tinham a largura que se calcula em 3 600 milhas. Em outras palavras, o encurtamento deve ter sido da ordem de 1 800

³⁰ P. Termier — *The Drifting of the Continents*. Ann. Rept. Smithsonian Inst. for 1924 (1925), ps. 219-236.

³¹ A compressão dos Alpes foi estimada por Staub (*Der Bau der Alpen*, 1924, ps. 7-8) como sendo de 690 a 1 035 milhas, enquanto Helm diz somente que é bem acima de 185 milhas.

milhas. Depois de tudo isso somos forçados a concluir que os continentes realmente se movem extensamente, mas com tanta lentidão que levou para a Ásia completar o movimento acima mencionado, muitas centenas de milhões de anos. Mas esses movimentos poderão exprimir que o conjunto todo, ou mesmo as partes do sial granítico moveram-se horizontalmente tanto assim pelo sial basáltico, como afirma Wegener? O autor não é o único a responder a essa pergunta, mas acha que não se deve ter prevenção de espírito, pelo menos para admitir em parte o deslocamento dos continentes.

Não obstante, como Termier, o autor confessa-se menos impressionado pela mobilidade do que pela permanência das grandes configurações da Terra.

Retrospecto

O novo livro de Daly, *Nossa Terra Móvel*, lança a pedra angular duma tentativa de salvamento do germe da verdade na teoria do deslocamento e reconciliação com os fatos que a geologia já tem em mão. Seguindo sua trilha o autor apresentou uma seqüência do desenvolvimento da Terra que ele acha necessária para corresponder à nossa cronologia geológica determinada, de um lado, e o desenvolvimento e distribuição conhecidos da antiga fauna, do outro. Julga ele que esse plano, quanto o de Wegener, apresenta uma dificuldade pelo menos, para a qual não há solução ainda em vista — ou seja, a ruptura das pontes terrestres entre continentes e dos muitos territórios costeiros, mas acredita que os geofísicos em tempo descobrirão o meio pelo qual se deu.

Em qualquer caso isso não parece tão insuperável quanto as muitas faltas de precisão "imaginações" que são contra a teoria da *Pangaea*.

O tempo cósmico, acredita o autor, terminou com uma Terra em fusão e em camadas que deram lugar, não necessariamente a uma crosta granítica universal (esfera sial) mas ou (1) a uma de espessuras variáveis em determinados pontos, estendendo-se por áreas bem mais extensas do que as dos atuais continentes, ou (2) a uma crosta universal, muito tênue onde hoje se encontram os oceanos Pacífico e Antártico, o que havia dessa crosta granítica sobre as áreas destinadas aos oceanos foi "engulido e digerido" pelo substrato basáltico ou esfera-sial durante o Arqueozóico. Sobre essa crosta resfriada do sial e sial pode ter havido um oceano universal mas provavelmente com menos de metade da água presente na superfície da Terra; o resto veio com as eras geológicas. A casca granítica nos pontos de sua ocorrência era mais fina do que agora e o substrato basáltico, grandemente vidrado, era portanto muito móvel, em virtude das condições de elevado aquecimento do interior da Terra. O tempo geológico começou exatamente com a aurora da era arqueozóica e há cerca de mil e quinhentos milhões de anos da história geológica entre nós e esse começo dos registros nas rochas da Terra.

O tempo arqueozóico foi uma época de imensa atividade da crosta, pois os pontos tênues da esfera-sial por toda parte estavam sendo soerguidos para assim formar as pequenas cadeias de montanhas localmente dobradas, comprimidas e atiradas umas sobre as outras e, através das profundas feridas das fraturas subia o granito fluido e sobre a superfície vastos derrames de lavas. A esfera-sial era, então, um mundo de ilhas que iam sendo multiplicadas e fusionadas umas às outras, tornando-se cada vez maiores, ou ilhas continentais, entre as quais havia os mares e com os mares a chuva, e o ar trazendo então em plena função os fenômenos da erosão e sedimentação. Essa era caledoscópica de formações geográficas e topográficas deve ter-se prolongado durante um terço da história geológica.

O tempo proterozóico constituiu uma época de notável modificação sial que levou a maior parte de um outro quarto da história geológica. Porém, muito antes do fecho dessa era a esfera-sial parece ter sido fundida em três partes constituídas de terras de grande extensão no sentido de latitude, chamadas Holártica, Antártica e Equatoris (fig. 4). A última abrangia a América do Sul, uma parte terrestre através o atual Atlântico médio, África, Madagascar e Lemur, incluindo a Índia. Antártica tinha os territórios Antárticos, com expansões para a América do Sul e Austrália, que faziam parte desse grande território polar. Ao norte, bem como

através de vários pontos da Holartís, o grande continente setentrional, existiam mares de água rasa, mares geossinclinais enquanto para o sul dessa maior das massas de terra achava-se um vasto oceano de permelo, o Tethys de Suess e suas várias extensões, cujas bacias estão tôdas agora quase totalmente transformadas nas montanhas da Euro-Ásia. Entre o Equatoris e o Antartís ficam grandes partes oceánicas que hoje são ligadas formando o pai dos oceanos, o Pacífico, que ficou onde nasceu e continuou a evoluir em proporções cada vez maiores durante o Arqueozóico, atingindo a maturidade mais ou menos na metade do Proterozóico.

Estabelecidas essas condições ou outras semelhantes, a geologia progressiva vem ao encontro da geologia ortodoxa e admite a permanência das grandes configurações da Terra, sobre cujos conhecimentos o biogeógrafo da vida pré-terita traçou a sua paleogeografia; para isso êle precisa ter — as longas e intrincadas rotas de migração — para explicar a evolução pela qual passaram as hordas migratórias. Uma *Pangaea*, o continente único do postulado que, começa a se deslocar no Carbonífero e se desmembra e se afasta depois do Jurássico, jamais explicará a vida dos mares e territórios conforme vista pelo paleontologista.

O Paleozóico não presenciou notáveis mudanças nas principais configurações da face da Terra, mas os múltiplos reajustamentos das massas continentais, no final dessa era por meio da continuação dos seus efeitos, pronunciaram o julgamento final para grandes partes da esfera-sial, visto que algumas pontes terrestres e muitos territórios marginaes durante o Mesozóico foram absorvidos pela crosta basáltica periódicamente aquecida ou esfera-sima. O Cenozóico completou o que fôra iniciado no Carbonífero.

A grande prática do autor em geologia histórica e seu acurado estudo do *Antlitz der Erde*, de Suess, torna-lhe fácil, depois da leitura do livro de Daly, atrair a nova veste acima sobre a teoria do deslocamento, mas de ante mão compreende as múltiplas dificuldades e mesmo ouve as admoestações de Papal Tempo de que as gerações muitas vezes ainda vestirão e tornarão a vestir as configurações de nossa Mãe Terra, até que os geólogos e paleontologistas a vejam correta em sua forma mais evoluída.

Bibliografia

- F. B. Taylor — *Bearing of the Tertiary Mountain Belt on the Origin of the Earth's Plan.* Bull. Geol. Soc. Amer., vol. 21 (1910), ps. 179-226; *Movement of Continental Masses Under Action of Tidal Forces*, Pan-Amer. Geol., vol. 43 (1925), ps. 15-50; *Salient Points in Tertiary Epeirogeny*, Bull. Geol. Soc. Amer., vol. 38 (1928), ps. 107-109.
- A. Wegener — *The Origin of Continents and Oceans*. Translated by J. G. A. Skerl, and with an Introduction by J. W. Evans, Dutton, 1924.
- Philip Lake — *Wegener's Displacement Theory*, Geol. Mag., vol. 59 (1922), ps. 338-346; *Wegener's Hypothesis of Continental Drift*, Nature, feb. 17, 1923, ps. 226-228.
- H. B. Wright — *The Wegener Hypothesis*, Nature, Jan. 6, 1923, ps. 30-31. The discussion, before the British Association, was "lively but inconclusive", but all were agreed that the Atlantic Ocean was much older than Pleistocene time. It led to other papers in Nature for Jan. 27, 1923, p. 131; Feb., 1923, ps. 255-256; Mar. 24, 1923, ps. 393-394; Apr. 25, 1925, p. 602; May 30, 1925, ps. 834-835; Sept. 26, 1925, p. 481.
- J. W. Gregory — *Continental Drift, a review of Wegener's book in Nature*, Feb. 21, 1925, ps. 255-257.
- W. K. Pickering — *The Separation of the Continents by Fission*, Geol. Mag., vol. 61 (1924), ps. 31-34.
- Arthur Holmes — *Continental Drift, a review of Theory of Continental Drift*, Nature, Sept. 22, 1928, ps. 431-433.
- Philip Lake — *Review of same book*, Geol. Mag., Sept., 1928, ps. 422-424.

Resenha e Opiniões

A Ecologia

O Prof. Dr. Alejandro Von der Becke publicou no n.º 124, vol. XXI, referente ao mês de janeiro próximo passado, da *Revista Geográfica Americana* editada em Buenos Aires, o seguinte comentário sobre "As bases de uma nova ciência que tem por objetivo o estudo da distribuição dos animais na superfície do Globo e suas relações íntimas com o meio ambiente":

O campo da Zoologia ampliou-se consideravelmente. Já não se limita à anatomia e à fisiologia do reino animal; agora indaga também as causas da distribuição das espécies e dos gêneros animais. Assim, surgiu um novo domínio do saber — a *Zoogeografia*. Esta ciência não se resume em coligir e descrever as generalidades; estuda ainda as causas a que obedece a distribuição das diferentes espécies animais. Foi essencial a esta orientação haver-se comprovado as influências do meio, continuamente submetido a variações. Assim foi que, ao lado da *Zoogeografia Descritiva*, a *Faunística*, surgiu a *Zoogeografia Causal*, que examina os fatores determinantes. A este novo ramo da Zoogeografia deu-se o nome de *Ecologia*. A finalidade da Ecologia é averiguar: 1.º) até que ponto uma espécie animal depende do seu ambiente, e 2.º) até que ponto o ambiente reúne as condições que a existência da espécie animal exige.

A esta finalidade ecológica chamou-se *Ecologia da Existência*. A chamada *Ecologia da Distribuição* se refere à facilidade dos animais em procurarem regiões que lhes sejam propícias.

As condições biológicas fundamentais dos animais influem sobre a sua distribuição. Precisamente estas condições são as mais submetidas às variações: temperatura, umidade e alimentação. Estes são, por conseguinte, os fatores que constituem as causas da diferente distribuição geográfica dos animais, e ao estudo delas se dedica a Ecologia em primeiro lugar, uma vez que elementos tão importantes como a luz e o oxigênio faltam em relativa-

mente poucos lugares e não lhes são, portanto, de interesse preponderante.

Vê-se, pois, que a Ecologia estuda e valoriza as condições e os fenômenos que oferecem possibilidade de exame e análise e que obedecem sempre às mesmas leis.

Estas são as bases da *Ecologia Experimental*. Assim, por exemplo, consegue-se produzir experimentalmente variações morfológicas nas dáfnias submetendo-as a uma alimentação e temperatura determinadas. Modificando-se a concentração salina da água é possível induzir uma transformação morfológica na "Artemisia Salina" (Salzkrebs). Também a natureza faz involuntariamente experiências desta índole, como a transplantação de animais, que dá lugar a variações morfológicas condicionadas ao ambiente.

Como estes processos obedecem a leis determinadas, é possível, em muitos casos, estabelecer regras referentes às condições que determinam a distribuição de uma dada espécie.

A Ecologia estuda, separadamente, os animais terrestres e os animais aquáticos. Entre estes últimos, distinguem-se os que vivem no mar e os das águas continentais. Constituem fatores ecológicos para os animais terrestres, o clima, a umidade atmosférica, a temperatura, o movimento do ar, a sucessão dos dias e das estações, bem como as condições particulares dos trópicos. Os fatores variam segundo se trata de animais silvestres, de territórios abertos e secos, palustres e litorâneos, de altas montanhas, polares, ilhéus ou subterrâneos. Outro fator é a civilização, que em marcha modifica o espaço vital dos animais nas regiões atingidas por ela. Entre os animais há uns que fogem da civilização (Kulturflüchter) e outros que a seguem (Kulturfolger).

A Ecologia dos animais aquáticos estuda as condições físicas e a química da água, investigando as zonas vitais, a hidrografia superficial e profunda. Nas águas continentais a Ecologia examina as águas correntes e as águas paradas, as águas dos trópicos e as das regiões polares.

A presença e a permanência de uma espécie animal são determinadas pelas condições necessárias à sua existência. Quando estas são ótimas, como, por exemplo, nas costas planas dos mares tropicais, prospera uma fauna multiforme e multicolor.

Quando as condições mesológicas pioram ou se tornam desfavoráveis, diminui o número dos tipos organizados e a diversidade da fauna empobrece. Nem todos os organismos são capazes de se adaptar às condições modificadas. Em consequência, algumas formas da fauna rream ou desaparecem. Regra geral, a maioria das espécies consegue adaptar-se de um modo ou de outro às novas condições do ambiente e, mercê desta adaptação alguns animais podem viver também onde as condições são desfavoráveis aos animais não adaptados.

Os habitantes do mar variam principalmente segundo a temperatura, que diminui em direção aos Pólos e à profundidade. Em todos os casos a diversidade de fauna empobrece. O mesmo sucede quando varia a salinidade do mar. A vida dos animais terrestres é favorecida pela umidade atmosférica, o calor constante, a luz e a abundância de alimentos, como no curso inferior do Amazonas e na Nova Guiné.

Em muitos casos é possível comprovar com bastante exatidão, e seguir as variações morfológicas das variedades de origem nos influxos do ambiente. Richard Hesse na grande obra *Zoogeografia Ecológica (Die geographie auf Okologischer Grundlage* — Jena, 1924), cita um exemplo eloqüente de como repercutem os fatores ecológicos em alguns animais terrestres, sobretudo quando a mão do homem influi nas condições mesológicas naturais. Nos centros industriais onde se formam gases de combustão em abundância e fumaça, aumenta a presença de lepidópteros melanísticos. Na Inglaterra, no noroeste da Alemanha e na Silésia se encontra devido à influência desses novos componentes do ar, uma variedade negra geométrica do álamo branco. Do mesmo modo, os animais aquáticos podem desenvolver novas variedades, ou emigram, quando as águas que os servem muda-lhes as condições mesológicas. O aumento da umidade atmosférica impossibilita a vida dos animais acostumados a um ambiente seco. Não ocorre o mesmo no caso inverso; quando a fauna réptil norte e sul americana, penetra no México, aos gêneros e espé-

cies do norte que viviam em ambiente seco é mais fácil emigrar em direção ao sul e adaptar-se ao clima permanentemente quente e úmido, com vegetação exuberante, situação inversa à dos animais do sul, acostumados a um ambiente úmido. As regiões de ar constantemente quente e úmido, como a do Amazonas, os bosques chuvosos do Congo, a ilha de Ceilão, com sua rica flora, podem acolher animais em abundância assombrosa. Para os animais que vivem em ar úmido estas regiões são muito favoráveis, o mesmo que as ilhas e as regiões costeiras.

As condições do ambiente exercem também influência evidente sobre a espessura do pêlo e da plumagem. As aves que voam em regiões atmosféricas altas e frias, possuem, em igualdade de condições climáticas uma plumagem mais cheia que as aves do solo. Nos países de clima frio, o pêlo e a plumagem são mais espessos que nos países quentes.

Observa-se, assim, que o animal se adapta ao meio ambiente não somente pelo seu organismo como também pelas suas diferentes partes do corpo, ou se vê obrigado a emigrar para as regiões que lhes ofereçam condições mais convenientes à sua constituição e aos seus órgãos. Esta particularidade biológica pode ser observada praticamente em todo o reino animal.

As condições ecológicas predominantes nas regiões civilizadas oferecem a máxima facilidade e o máximo número de variações ao estudo. O homem cria para o animal um ambiente novo, muitas vezes favorável, cultivando os campos e os jardins, estabelecendo colônias, traçando canais ou extinguindo montanhas. Persegue e destrói a fauna prejudicial às suas plantações e caça os animais necessários à sua alimentação. Assim, desaparecem, por completo, os animais atingidos pela civilização, ou então emigram. O hipopótamo e o crocodilo eram encontrados em tempos passados até na desembocadura do Nilo; atualmente, eles só são encontrados além de Assuã. O urso, o lobo, o lince e o gato montês desapareceram da Europa Central ou são muito raros. Também a raposa subsiste em número cada vez menor. Da Colônia do Cabo e dos países do Mediterrâneo tem sido destruído o leão. Na Suíça é cada vez mais rara a águia real. A coruja e a garça cinzenta estão próximas de seu extermínio. O alce não existe mais, exceto nas regiões protegidas. O cervo e o corso, assim como o javali, se man-

têm nas zonas civilizadas unicamente porque são animais protegidos para a caça. O elefante subsiste na Colônia do Cabo só porque está sob a proteção das autoridades.

Muitos outros animais, pelo contrário, procuram proteção justamente nas criações da civilização, conseguindo alimentos e abrigo contra o frio e seus inimigos. Não somente os campos e parques, mas também as casas, os celeiros e ruínas, povoam-se de numerosas espécies porque ali elas encontram as condições convenientes. Por todo o globo terrestre acompanham o homem em sua faina civilizadora os parasitas. Dessa maneira muitos parasitas foram se infiltrando em novas zonas e entre eles alguns cuja existência já havia sido assinalada nos primeiros livros médicos. Isto não é de se estranhar se se tem em conta que, como o disse Carrol Faust, há razões para se acreditar que todas as espécies de parasitas são muito mais antigas que a raça humana.

De outra parte, parasitaram o homem espécies que até então restringiam-se aos animais. Os caçadores, pescadores e pastores em contacto com os animais e com as águas infestadas por eles adquiriram novas parasitoses. Igualmente os que lavraram a terra estiveram em contacto com agentes infestantes depositados no solo por animais parasitados e os parasitas encontraram novos hospedeiros.

As transformações que têm sofrido certos seres vivos para adaptar-se à vida parasitária e as reações dos hospedeiros para se defenderem deles, constituem um capítulo interessante da Biologia.

Em todo o reino animal, a distribuição geográfica dos seres vivos está sujeita a dois fatores: as propriedades fisiológicas da substância orgânica e o estímulo físico-químico do ambiente, inclusive os derivados das criações civilizadoras do homem. Os organismos se distribuem segundo as condições mesológicas às quais podem se adaptar. Acrescente-se, como o destaca Sven Ekman na sua *Zoogeografia do Mar* (*Diergeographie des Meers* — Leipzig, 1935), que o ambiente atua também pondo limites à difusão das espécies. O isolamento geográfico é um fator importante para a evolução divergente. Os fenômenos biogeográficos são determinados pela evolução divergente em regiões separadas. A evolução dos organismos requer tempos enormes para

o seu desenvolvimento completo. Várias e desaparecem faunas inteiras devido à transformação da crosta terrestre e às mudanças de clima. O tempo também se constitui em fator zoogeográfico e, por isso, a Zoogeografia não pode circunscrever-se à Ecologia e à Faunística de presente, e sim estudar também a sua evolução histórica.

★

A imigração no Brasil de após-guerra

Ao iniciar esta despretensiosa palestra, não poderíamos deixar de confessar nessa satisfação em contribuir, embora modestamente, na feliz e oportuna jornada do *Idori*, ora em realização.

Entretanto, se a satisfação é grande, não menor é a responsabilidade que sentimos sobre os ombros, fazendo-nos cair num sincero arrependimento por haver aceito o amável convite de seus dirigentes. Antes de mais nada, o tema é delicado e já deu margem, noutras ocasiões, a debates acesos e mais ou menos improficuos, na tribuna do Congresso Nacional, em conferências ou pelas colunas dos jornais. Além disso, começa agora a ser amplamente cogitado, provocando as opiniões dos mais credenciados, no país como no estrangeiro, e figurando na ordem do dia de congressos e de comissões especialmente organizadas para a estruturação do mundo de após-guerra.

Mergulhados dentro desses dois sentimentos opostos é que nos propomos trocar idéias com os que nos ouvem, fazendo algumas sugestões (já esboçadas, aliás, em uma entrevista concedida à *Fôlha da Manhã*, em outubro passado) e esperando receber — o que é mais importante — a colaboração e as lições de quantos, mais competentes, possam trazer as luzes necessárias a respeito de um assunto de tão grande relevância.

Uma das conseqüências da guerra atual

É perfeitamente sabido que as grandes convulsões políticas ou militares trazem como conseqüência imediata um movimento de população, um deslocamento de seres humanos de uma região para outra. O fenômeno talvez seja tão antigo quanto o homem. Basta lembrar as grandes migrações pré-históricas, que tiveram lugar no Velho Mundo após o desaparecimento das geleiras quaterná-

rias e o secamento da depressão uralo-caspiana — montanhese da Ásia ocidental dirigindo-se para a bacia do Mediterrâneo, povos nórdicos deixando “a bruma e o frio, em busca do Sol e do calor” para se espalhar, depois, pelo continente europeu. Ou, então, as multidões que das estepes asiáticas — incansáveis produtoras de migrações — se deslocaram em direção à Europa, ao findar a idade antiga e no decorrer da idade média, sobretudo os mongóis, que levaram diante de si as hordas bárbaras. Ou, se preferimos exemplos mais recentes, as migrações que se processaram nos últimos três séculos, em virtude das lutas políticas e religiosas — judeus, protestantes e católicos, que a Europa fez movimentar, em sucessivas épocas. A guerra de 1914-18, ao terminar, produziu o mesmo espetáculo, embora em escala menor, porque já tivera início a política contemporânea das restrições, quer à imigração, quer à emigração.

Nada mais lógico, por conseguinte, que a atual conflagração, quando voltar a paz, tenha idênticas conseqüências. Procurarão criar novos centros de trabalho os descontentes, os que tiverem perdido seu lar, sua riqueza e sua Pátria, como também os necessitados, cuja situação houver se agravado com o término da guerra. Em poucas palavras: as vítimas ignoradas do atual conflito mundial, que não poderão encontrar, na cessação das hostilidades, o fim de seus sofrimentos, vítimas entre as quais se incluem aquelas que o furacão da guerra já baniu de suas terras, colocando-as desde cedo em países estranhos.

Procurarão partir. Mas, para onde? Naturalmente para as nações que continuam a ser grandes “manchas brancas” no mapa demográfico da Terra. E já se sabe que o Brasil ainda é uma delas, graças à vastidão de seu território, em largos trechos ainda por povoar.

O Brasil tem uma população escassa

Com seus 42 milhões de habitantes e seus oito milhões de quilômetros quadrados, nosso país se inclui entre os de mais fraca densidade de população. Sem falar em casos excepcionais, queremos apenas lembrar o contraste que existe entre uma Bélgica com 269 habitantes por quilômetro quadrado, uma Grã Bretanha com 195 ou uma Alemanha com 137, e os nossos 5 habitantes por quilômetro quadrado.

Bem sabemos que tal cifra é apenas teórica. Antes assim não fôra, porém. A simples inspeção de um mapa da repartição de nossa população serve para nos ensinar que a maioria dos brasileiros acha-se concentrada nas vizinhanças do litoral, sendo raros os pontos situados a mais de 500 quilômetros do mar cuja população seja superior a 10 habitantes por quilômetro quadrado. Resultado: em quase metade de nosso território, a população não chega a ser de um habitante por quilômetro quadrado.

Existem, portanto, dois Brasis dentro de nossas fronteiras: o Brasil que poderemos chamar de *atlântico*, que corresponde ao trecho de nosso território que possuímos de fato, embora ainda contenha os seus “vazios”; e o Brasil que chamaremos de *sertanejo*, ainda praticamente por conquistar em grande parte nos pertencendo apenas em teoria. No primeiro, vamos encontrar um Estado do Rio com quase 44 habitantes por quilômetro quadrado ou um São Paulo com quase 30, sem falar nos casos isolados, em que a população eleva-se a mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado (como em trechos do litoral nordestino, no Recôncavo baiano, na Baixada Fluminense ou na bacia paulopolitana, por exemplo). No segundo, vamos encontrar 13 municípios cuja área é superior a 100 000 quilômetros quadrados, dois dos quais são maiores que o nosso Estado, embora tenham apenas alguns centésimos de habitantes por quilômetro quadrado!

Não resta a menor dúvida, por conseguinte, que poderemos oferecer, neste particular, amplas possibilidades para novas correntes imigratórias. Cabe verificar se o clima não constituirá um fator negativo.

Os climas brasileiros não são favoráveis à imigração

O estudo das grandes migrações contemporâneas ensina-nos, de maneira muito clara, que os maiores focos de emigração localizam-se em regiões de climas cuja temperatura média não vai além de 20° centígrados. Logo, tais elementos deverão dar preferência a zonas em que haja condições climáticas semelhantes às de seu país de origem, o que serve para colocar, como países de eleição, aqueles em que dominarem os climas mais amenos, temperados ou sub-tropicais.

Els aqui um sério problema, uma realidade que surge aos nossos olhos, desde que o Brasil é um país tipicamente tropical e suas áreas de clima temperado são bastante restritas.

O problema, entretanto, não é tão grave e insolúvel como pode parecer à primeira vista.

Não é possível negar que são os climas quentes os dominantes da maior parte de nosso território. A isoterma dos 20° pouco avança ao norte do trópico de Capricórnio e este passa à altura da cidade de São Paulo. Mas já se foi o tempo em que as regiões tropicais constituíam um espantoso para o homem branco; hoje, sabemos, nelas podem fixar-se sem maiores danos para a saúde todos quantos tenham o cuidado de adaptar sua vida às condições do meio, através de um gênero de atividade apropriado e de uma alimentação racionalmente escolhida.

Por outro lado, convém não exagerar. Já Salomão Serebrenick, do nosso Serviço Meteorológico, provou com muita clareza que os nossos climas nada apresentam que prejudiquem o exercício da atividade humana: as médias não vão além de 28°, nem descem abaixo de 12°, a umidade, que muitas vezes compensa a temperatura, não oferece os exageros perniciosos de outras regiões tropicais; a suposta constância de nosso clima é quase sempre compensada pelas oscilações diurnas da temperatura como também pelas invasões periódicas de massas de ar procedentes da zona polar, sem falar nas diferenças regionais criadas pela natureza do relevo.

Daí podermos concluir que os climas brasileiros não são desfavoráveis à imigração: não só possuímos regiões de clima temperado (isto é, todo o sul do país), como a tropicalidade das demais regiões é muito relativa, conforme acabamos de ver. Isto nos dá a certeza de que o Brasil poderá ser um dos pontos visados pelas correntes emigratórias de após-guerra.

É preciso evitar os erros do passado

Não resta dúvida que precisamos de braços para a nossa lavoura e elementos que venham encher os vazios de nosso território. Não resta dúvida, também, que podemos receber os imigrantes que pretendam deixar as regiões de climas temperados ou sub-tropicais. Mas é preciso evitar o erros do passado e selecionar cuidadosamente esses novos ele-

mentos que deverão integrar-se em nossa nacionalidade.

Os acontecimentos deste século provaram de maneira evidente que fomos por demais incautos ao ver, no imigrante, apenas um elemento útil à nossa economia, um instrumento de trabalho e nada mais, sem nos preocuparmos com o problema de sua assimilação. Os "quistos" se formaram e tivemos algumas dores de cabeça, que bem poderiam ter sido evitadas. É necessário, agora, usar de muita cautela e resolver com um pouco mais de realismo e conhecimento de causa tão sério e delicado problema.

Nada, pois, como dar um rápido balanço na história da imigração e da colonização moderna em nosso país, não realizando uma simples enumeração de datas e de fatos, mas procurando tirar dela os ensinamentos que nos pode oferecer.

O aspecto político da imigração

Em primeiro lugar, parece ser fato indiscutível que o problema da imigração do imigrante acha-se estreitamente ligado ao papel político representado pelo seu país de origem e, também, pelo país a que se destina. Tanto mais poderosa seja a nação de onde procede o imigrante ou mais imperialista seja sua política no campo internacional, mais difícil será sua assimilação. Tanto mais poderoso seja o país de destino e mais proeminente seu papel na vida internacional, mais fácil será essa assimilação.

O caso dos italianos, neste particular, parece-nos bem expressivo. Todos sabemos a maneira pela qual o elemento peninsular adaptou-se à vida paulista e confundiu-se na massa da população do Estado, desde fins do século passado e até o início do atual. Muitos de seus filhos e seus netos aí estão, entre os brasileiros que mais o sejam. No dia, porém, em que se instalou na Itália o regime fascista e Mussolini deu início à sua obra de exaltação nacionalista, procurando colocar sua Pátria no rol das grandes potências e saindo a fazer conquistas em terras africanas, puseram-se a fermentar, entre nós, os germes da desintegração do elemento italiano; e a imagem da terra distante, além de ser venerada (o que era perfeitamente justo), passou a ser considerada por muitos como a da verdadeira Pátria. Graças à propagação

política, que se efetivou de mil maneiras (desde as exhibições aparatosas até à infiltração sutil realizada junto às crianças das escolas italo-brasileiras), alguns esqueceram-se de tudo quanto nosso solo e nossa gente lhes haviam dado, tal como a seus pais e a seus avós; e procuraram criar, aqui, um prolongamento do Estado italiano.

O mesmo poderíamos dizer das imigrações alemã e japonesa, mais ou menos inofensivas e esquecidas até o momento em que a bandeira imperialista foi desfraldada pelos governos da Alemanha e do Japão.

Quanto às demais correntes imigratórias, que maiores contingentes nos forneceram, procederam de países de menor poderio político ou de menor projeção internacional: foram portugueses, espanhóis, poloneses, ucranianos, sírio-libaneses.

Mas o segundo aspecto do problema existe e bem pode ser avaliado se nos lembrarmos de que esses mesmos elementos, aqui mal assimilados — sobretudo os alemães, os japoneses e os italianos-exceções — integraram-se com relativa facilidade na massa da população dos Estados Unidos. A guerra atual chegou a nos oferecer exemplos, por todos conhecidos, de contingentes de italo-americanos ou nipo-americanos, pelo menos, fazendo questão de partir para o teatro das operações afim de lutar contra aqueles que trazem nas veias o mesmo sangue. Naturalmente, outras razões podem explicar essa profunda assimilação; mas é inegável que a posição internacional dos Estados Unidos, seu prestígio, suas incalculáveis riquezas, suas imensas possibilidades, seu elevado padrão de vida devem ter pesado na balança, em favor dessa mais fácil integração. O imigrante e seu descendente sentirão sempre um certo orgulho em fazer parte de tal comunidade, que se equipara ao mesmo sobrepuja a de onde se originaram.

Cumpra, por conseguinte, encarar com todo realismo esse aspecto da questão, pelo menos enquanto o Brasil não se alinhar entre as grandes potências do mundo, fazendo com que nossas preferências se voltem para aqueles povos nos quais esse perigo não exista ou seja mais remoto.

O aspecto étnico-cultural

Não é só. É preciso trazer para nosso país elementos em relação aos quais já tenhamos afinidades étnicas

e culturais, de modo a não criar situações delicadas e de difícil solução. Em última análise: se a base de nossa cultura é *greco-latina* e se nossa população de origem européia, em sua maioria, é *atlanto-mediterrânea* (sem falar no período da colonização portuguesa, num total de 4 500 000 imigrantes, recebidos em cem anos, 76% tiveram essa origem) será prudente que não venhamos a perturbar a marcha normal da formação de nosso povo, ainda em franca elaboração, com a entrada de elementos radicalmente diversos, étnica e culturalmente falando.

Já temos uma variedade muito grande dentro de nossas fronteiras. Os elementos de origem colonial acham-se em vias de sedimentação, ao passo que os novos-vindos, a partir do século passado, começam agora por se definir. Seria um erro, de consequências provavelmente deploráveis, lançar outros elementos dentro desse cadinho em efervescência, que é o Brasil.

Qual o imigrante que nos será mais útil?

A resposta a esta pergunta está praticamente dada, depois do que vimos de dizer. Consideramos que a escolha desses novos elementos, que deverão colaborar conosco no ergulimento de uma Pátria comum, precisa ser feita, de preferência, entre os povos atlanto-mediterrâneos. Mas, entre estes, nossa escolha deve recair naqueles que menos probabilidades tenham de criar futuros problemas de ordem política.

Não temos dúvidas em apontar os *povos ibéricos* — portugueses e espanhóis, da metrópole ou das ilhas — como sendo os mais indicados. Gente afeiçoada ao campo, acostumada às lidas da lavoura ou da criação, falando a mesma língua ou línguas irmãs, católica em sua esmagadora maioria, deveria ser atraída até nós mediante garantias de boas terras e auxílio na fase inicial de suas atividades em chão brasileiro. Não nos esqueçamos de que nosso passado com o deles se identifica e que, sabendo escolher aqui poderemos fixar elementos trabalhadores e pacíficos, que provavelmente não nos hão de dar aborrecimentos no futuro. Em relação aos portugueses, aplaudimos sem reservas a atual política do Conselho de Imigração e Colonização: que se abram as nossas portas para todos os filhos do velho Portugal que desejem aqui se fixar, desde que tal elemento — como disse muito bem o embaixador

Macedo Soares — não deve ser considerado um simples imigrante, mas como um parente próximo, a quem teremos prazer em dar agasalho e de quem receberemos, com especial agrado, sua colaboração.

Também olhamos com simpatia o elemento *italiano*, sobretudo o homem do campo. Mas contra êle há o argumento de que, no seu espirito, ainda deve existir o excesso de nacionalismo, que os vinte anos de regime fascista naturalmente fizeram enrijecer. Só o tempo e a marcha da atual guerra serão capazes de nos indicar se êste elemento (sempre tão bem recebido até aqui) deverá ou não ser atraído para nossas terras e em que condições.

Fora dêsses povos, alguns outros também poderiam nos interessar, uma vez que não são profundas as diferenças que existem entre sua formação étnico-cultural e a da população brasileira. Queremos nos referir, por exemplo, aos *suiços* católicos e aos *belgas* (valões ou flamengos), preciosos elementos capazes de criar, em nosso país, uma paisagem nova, de civilização e de progresso, desde que lhe dêssemos garantias no período de adaptação ao novo meio.

Entretanto, inútil será estarmos cogitando de enumerar povos que nos interessam, se êles não oferecem possibilidades de emigrar. Abre-se, assim, um novo problema, que pode ser resumido numa pergunta:

Quais os povos que fornecerão maior número de imigrantes?

Eis, aqui, uma pergunta de difícil resposta, pois o momento que vivemos não dá margem para afirmações positivas, nem pretendemos nos arriscar a fazer profecias...

Tudo parece indicar, porém, que virão dos países mais castigados pela guerra atual os maiores contingentes de emigrantes. Europa centro-ocidental, Península Balcânica e Extremo Oriente fornecerão, provavelmente, as maiores porcentagens; germânicos, eslavos, povos do Báltico, húngaros, judeus, búlgaros, rumenos, gregos, iugoslavos, franceses, belgas holandeses, chineses, japoneses — eis, certamente, os que procurarão iniciar vida nova em terras estranhas.

Ao lado dêsses povos, talvez apareçam os italianos, em consequência da situação que se criou com os acontecimentos desta guerra.

Quanto aos portugueses e espanhóis, salvo uma política governamental que viesse insuflar o movimento ou a hipótese de se verem envolvidos no conflito, não terão motivos mais sérios que anteriormente para deixar seus países.

Ficaremos, por conseguinte, nesta curiosa situação: os que devemos preferir não virão, provavelmente em número muito elevado; os que desejarão vir não nos interessam como elementos povoadores, a não ser sob certas condições.

Dá ser preciso estudar a possibilidade de aceitarmos outros elementos, além daqueles que atrás apontamos. Nesta hipótese, poderão talvez ser aceitos os holandeses, os escandinavos, os alemães católicos, os poloneses, os lituanos, os húngaros, os checoslovacos, por exemplo, desde que estabeleçamos um rígido sistema de quotas e um plano cuidadosamente estudado para sua localização. Será necessário realizar-se uma revisão de nossas leis e regulamentos, afim de que possamos recebê-los dentro daquele realismo a que já fizemos referência noutro ponto desta palestra.

Os que nos ouvem esperam, certamente, uma palavra sobre a imigração amarela, em particular sobre a imigração japonesa. Nada mais fácil, depois de tudo quanto já dissemos: somos contrários a essa imigração pelas diferenças étnicas e culturais existentes entre os povos amarelos e o nosso, pelas irrefutáveis dificuldades de assimilação e pelo baixo padrão de vida de tais elementos, em contraste com certos conhecimentos de técnica, de que são possuidores.

O problema da localização dos núcleos coloniais

Além dos problemas que acabamos de abordar, outros existem. Queremos simplesmente fazer uma referência ao da localização dos futuros imigrantes.

Certas regiões brasileiras excluem-se, desde logo, de nossas cogitações: a Amazônia e o Nordeste. Este último constitui, talvez, uma surpresa para muita gente: no seu conjunto, apresenta uma densidade de 10 habitantes por quilômetro quadrado, o que o coloca em boa posição dentro do país, desde que possui o dôbro da média geral; esta razão, o fator climático e, sobretudo, o problema das secas, infelizmente ainda não resolvido, impedem que os seus "vazios" do sertão venham

a ser preenchidos. Quanto à Amazônia, parece-nos illusório tentar colonizá-la com elementos europeus, quando outras regiões, mais favoráveis e mais próximas, ainda continuam à espera de desbravamento.

Restam-nos a região Leste, o Sul e o Centro-Oeste. É evidente que, das citadas, é o Sul a que mais vantagem oferece, em virtude do clima e de suas condições econômicas, notadamente; São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul ainda dispõem de excelentes zonas para a colonização. Mas nada impede que orientemos o povoamento para outras regiões.

Será o momento de ativarmos a tão falada "marcha para o oeste", pela conquista do *Brasil sertanejo*. Portanto, será de enorme utilidade a organização de um sistema de núcleos coloniais, que se espalhariam pelos sertões de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso, após um metucioso estudo das possibilidades econômicas e das condições de adaptação dos imigrantes para ali encaminhados. Este último aspecto parece-nos de importância capital: não temos o direito de lançar o imigrante no solo desconhecido e num ambiente físico que lhe pode ser hostil, sem antes dar-lhe as instruções e os meios de defesa necessários, além de ininterrupto amparo, capaz de fortalecê-lo e de animá-lo nas horas de incerteza. Caberá, naturalmente, à Fundação Brasil Central um papel de destaque nessa obra de povoamento de uma vasta porção de nossa Pátria, que só espera arados que façam o solo produzir e picaretas que arranquem do subsolo suas imensas riquezas.

Entretanto, muitas outras regiões deverão ser mais bem aproveitadas, mesmo situadas no que chamamos de *Brasil atlântico*. Queremos apenas lembrar trechos do litoral da Bahia e do Espírito Santo, o vale do Paraíba, o litoral de Santa Catarina, por exemplo. São regiões em que o problema das distâncias não oferece dificuldades intransponíveis e as perspectivas são animadoras. Neste particular, a região da Bocaina, em nosso Estado, constitui um impressionante exemplo de como aproveitamos mal as nossas terras; sua posição geográfica (entre Rio e São Paulo), suas excelentes pastagens naturais e seu clima ameno fazem com que apareça como um dos pontos indicados para o estabelecimento de colonos selecionados e especialistas em culturas

intensivas de frutas e legumes, na pecuária leiteira, na avicultura e na produção de ovos, leite, manteiga e queijo, que irão abastecer os mercados das duas grandes capitais.

Além, é imperioso que saibamos orientar economicamente esses núcleos de colonização, de maneira a destinar os do sertão às culturas alimentícias e industriais, ao passo que os das zonas próximas à horticultura, à pecuária leiteira e à criação de aves.

Em resumo: parece-nos que a primeira tarefa das autoridades competentes deverá ser a da imediata escolha das regiões a serem colonizadas, para isso criando uma comissão de técnicos, cuja importante tarefa consistirá no estudo metucioso e urgente dessas futuras zonas de povoamento.

Isto feito, proceder-se-á ao exame de suas possibilidades econômicas, com a indicação dos tipos de cultura ou outras quaisquer atividades econômicas, que forem aconselháveis.

A seguir, tais zonas deverão ser estudadas no ponto de vista do colono, indicando-se para cada uma delas o imigrante apropriado, por sua mais rápida aclimação e por sua especialização.

Assim planejada a obra colonizadora, restará a importante tarefa de escolher qual o melhor sistema de colonização, de maneira a evitar-se o "enquistamento", a favorecer a assimilação dos colonos e a garantir-lhes uma ininterrupta assistência material e moral.

Neste particular, chamamos a atenção dos que nos ouvem para as conclusões recentemente aprovadas pelo 1.º Congresso Brasileiro de Economia, contidas em uma tese de autoria do Sr. Dulfe Pinheiro Machado, incontestavelmente uma de nossas autoridades no assunto. Lá se prevê a seleção dos imigrantes, sua recepção e encaminhamento, a escolha dos núcleos, o encorajamento das atividades agro-pecuárias, o estabelecimento de escolas de caráter rural, dentro da idéia de fortalecer o apêgo à terra e evitar o êxodo de população para as cidades.

Concluindo

Eis, meus senhores, algumas sugestões, apenas delineadas em suas linhas mestras, partida de quem se considera um simples professor de geografia do

Brasil, sem outra credencial a não ser uma alta dose de boa vontade e um entranhado amor pela nossa terra.

Transmitindo-as aos que tiveram a paciência de nos ouvir, procuramos atender à gentileza da diretoria do *Idori* e tivemos em mira abrir um debate, que, sendo bem intencionado, poderá ser de real utilidade ao bem a que nos propusemos: servir o Brasil.

(Palestra feita pelo Prof. Aroldo de Azevedo, na "União Cultural Brasil-Estados Unidos", na 7.^a jornada promovida pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho dedicada ao tema O Brasil no após guerra, publicada em "I.D.O.R.T.", n.º 144, ano XII, dezembro, 1943).

★

O Guriri, uma curiosidade regional

Côco de Guriri — o Piassandó dos índios — repetindo palavras do príncipe Maximiliano de Neuwied, é uma palmeira anã, que dá na areia das praias: de folhas lisas, porém arqueadas como plumas; as *pinnulae* são, muitas vezes, um pouco enroladas para o lado de dentro e, ao mesmo tempo, duplas. Próximo ao solo há um espadice, contendo coquinhos, que, na origem, é algo pontudo e revestido por uma polpa doce, vermelho-amarelada, comida na região.

Ainda hoje essa planta existe em estado nativo, cobrindo grandes faixas de terrenos infértéis, *terrenos de altos*, novo ocupante das regiões que se despoavam da sua vegetação própria.

Essa vegetação compõe-se de espécies não raro degeneradas, de mirtáceas, leguminosas, xerófilas, bromeliáceas, ciperáceas, etc.

O côco viceja com rapidez, abrindo os seus ramos, formando touceiras, hostilizando as espécies arbóreas que germinam ao redor, pelo movimento forte e contínuo de suas folhas impulsionadas pelo vento. Este movimento impede também, que as formigas se aproximem.

Forma-se assim o *cocal*, ou *cocá*, na terminologia rude dos homens da zona a que nos estamos referindo, isto é, a margem sul do baixo Paraíba do Sul, próximo à sua foz.

A presença de cocais significa sempre uma fonte de riqueza, fixando populações. A fabricação de vassouras de palha, entre outras, é uma das indústrias derivadas do guriri.

Tal indústria, depois de haver desaparecido quase por completo, começa outra vez a interessar populações humildes. E para ter uma idéia da miséria que por ali existe, basta dizer que as vassouras são vendidas a três cruzeiros a dúzia, e a quarenta centavos a unidade. A produção varia de duas a quatro dúzias por pessoa.

Prontas, as vassouras são transportadas no lombo dos animais de carga, ou por via fluvial, para São João da Barra e Campos, praças comerciais onde esses homens obtêm, em troca do seu produto, gêneros alimentícios e utilidades diversas.

A vassoura de guriri é empregada principalmente para varrer os pisos de barro, jardins, etc., fins para os quais a vassoura de paçaba é inadequada.

O pecíolo e o talo do cacho são de consistência fibrosa e quando batidos ou torcidos podem formar uma embira fortíssima com que é amarrada a lenha de feixé. A referida fibra associada ao periperi presta-se a ser empregada na confecção de brochas.

As palmas, tiradas ainda verdes e antes das bandelrolas se contorcerem, constituem as *paredes* externas e internas da "casa de côco", denominação dada a um dos tipos de habitação da gente pobre da restinga.

Utiliza-se o guriri ainda na *pela* dos suínos e caças selvagens, obtendo-se com as folhas secas reunidas, uma chama intensa e duradoura.

Não obstante ser a planta encontrada em uma extensa região do norte fluminense, ela ocorre com maior frequência, na orla litorânea. São aí, pelo menos, mais viçosos os espécimes e os frutos saídos em cachos tubulares — grandes e apreciados.

O côco é bastante procurado pelos habitantes da zona, especialmente pelas crianças. Colhido verde, quebram-no e extraem a amêndoa (chamada *ovinho* pela semelhança com um ovo de lagartixa). A amêndoa assim extraída, pode ser socada no pilão, com açúcar e farinha, obtendo-se um saboroso fubá que é servido com o café.

Muitos mastigam o fruto maduro, porque êle desprende um aroma suave, agradável ao paladar.

É uma planta que resiste a todos os embates do clima. Ao sol e ao vento; às enchentes e às tempestades.

Sobrevive às pragas animais e doenças vegetais, com a proteção natural de que dispõe.

Sob sua folhagem os animais e os homens procuram abrigo nas tardes quentes, quando a areia escalda em fogo.

Fornece o guriri uma excelente folhagem, colocado como protetor das plantas forrageiras que, em tal vizinhança, podem suportar muito melhor as intempéries.

"Gado de côco", chamam o boi criado nos sítios de guriri.

Miúdo, embora, é um gado forte e sadio, dando bom couro, carne excelente e leite abundante.

Outra singularidade, é a afirmativa, talvez discutível, de que nas cacimbas abertas no seio dos cocais, a água tem qualidades especiais.

Planta que cresce ao acaso e oferece ao homem — tão prodigamente — os seus recursos, é um exemplo da riqueza imensurável da nossa flora. Árvore de ouro do largo Pindorama.

M. Barreto

★

Colômbia

A República atualmente conhecida pelo nome de Colômbia e anteriormente designada em diferentes períodos de sua história pelos nomes de Nova Granada, e Estados Unidos da Colômbia, acha-se situada no noroeste do continente. Limita-se ao norte pelo mar das Antilhas ou mar Caribe; ao sul, pelo Equador, o Peru e o Brasil; a leste, pelo Brasil e a Venezuela; a oeste, pelo Oceano Pacífico, e a noroeste pela República de Panamá. A superfície do país é de 1 250 000 quilômetros quadrados, sendo a população atual de 9 365 437 habitantes. O seu litoral no Oceano Atlântico tem uma extensão de 2 650 quilômetros, e no Pacífico de 2 750, sendo a Colômbia o único país da América do Sul que possui costas em ambos os oceanos. O traço geográfico mais característico do país é a cordilheira dos Andes que atravessa de sul a norte o território e se divide em três ramos divergentes chamados oriental, central e ocidental. Ao penetrar na Colômbia, completa a cadeia dos Andes o seu último elo e oferece um só maciço de montanhas que forma, a mais de 3 000 metros de altura, a bellissima mesa de Tuquerres, a qual Humboldt chamou

com muita justiça o Thibet do Novo Mundo. Os principais rios que banham o território da República são o Magdalena, que é a artéria principal do comércio colombiano, e o quarto da América Meridional pela abundância das suas águas, e o rio Cauca, que banha o formoso vale do mesmo nome até se juntar com o Magdalena depois do que, reunidos se lançam no mar das Antilhas. São rios gêmeos, e os seus vales dispostos de sul a norte, juntamente com os que atravessam os numerosos tributários que recebem das serranias laterais, compõem a região central do país, a mais conhecida e habitada, e ao mesmo tempo formam a maior rede de navegação fluvial da nação. Outros importantes rios navegáveis são o Atrato, o Meta, o Sinu, o Napo, o Putumayo e o Caquetá, afluentes destes últimos três do Amazonas; o Dagua, o San Juan, o Patia, o César, o Nechl, o Lebrija, o Sogamoso e muitos outros.

Devido à sua magnífica posição geográfica, a Colômbia possui toda a sorte de climas, desde o tropical das zonas litorâneas até o temperado e frio das regiões do interior. Com razão disse o sábio Francisco José de Caldas que na Colômbia pode o homem, com o termômetro, o barômetro e o higrômetro na mão, empreender a ascensão desde a cálida planície até aos cumes gelados e escolher a temperatura que quiser, a pressão que lhe convier, e o grau de umidade atmosférica que lhe servir, segundo as suas necessidades pessoais e a cultura a que pretende se dedicar. Ali se produzem o café, que é a principal indústria do país, o cacau, a cana de açúcar, bananas, o trigo e outros cereais, e quase todos os demais produtos da agricultura. E em suas extensas florestas e matas virgens encontram-se todas as madeiras finas de construção e ebanistaria, assim como a borracha e o marfim vegetal. A riqueza mineral é muito grande, abrangendo minas de ouro, prata, platina, mercúrio, ferro, cobre, carvão, sal-gema e chumbo, sendo a Colômbia o único país do mundo, com exceção da Rússia, que possui ricas minas de esmeraldas. Possui, além disso, extensas jazidas de petróleo.

Resenha histórica

A 14 de setembro de 1502, por ocasião de sua quarta e última viagem, Cristóvão Colombo descobriu o Cabo Gracias a Dios, passando em seguida

às extremidades do litoral da Colômbia, até chegar às proximidades do golfo de Urabá ou Darien, no ponto em que recebem as águas do caudaloso rio Atrato. Antes da chegada do almirante às praias colombianas. Alonso de Ojeda, que o havia acompanhado em sua segunda viagem, descobriu em 1499 o cabo de la Vela, sendo ele o primeiro conquistador espanhol que chegou à parte mais oriental da costa colombiana, mas não lhe foi possível conquistar o reino dos Chibchas. Com ele viajaram Américo Vespúcio (destinado pela sorte a dar o seu nome ao Novo Mundo) e Juan de la Cosa, personagens ambos de grande importância. No ano seguinte, 1500, Rodrigo de Bastidas arribou às costas de Santa Marta, onde anos depois fundou a cidade do mesmo nome, e descobriu as desembocaduras do rio Magdalena. Passou dali a Cartágena, e descobriu quase todo o litoral atlântico do país. Francisco Pizarro, acompanhado de Diego de Almagro, descobriu a costa ocidental em 1525, chegando até à enseada de Tumaco. Mas coube ao então governador de Santa Marta, Gonzalo Jiménez de Quesada, chefiar a expedição que penetrou pela primeira vez no interior do país e que, a 6 de agosto de 1538, fundou a cidade de Santa Fé de Granada, hoje capital da República (chamada atualmente Bogotá), em uma magnífica meseta onde encontrou Quesada muitos edifícios ou cercados semelhantes a alcáceres ou fortalezas, razão pela qual lhe deu nome de Vale de los Alcázares. Todo o país descoberto por Quesada recebeu o nome de Novo Reino de Granada. Ao regressar Quesada à Espanha em maio de 1529, acompanhado dos conquistadores Nicolás de Federmán e Sebastián de Benalcázar, que, comandando outras duas expedições haviam chegado ao mesmo sítio por direções opostas, deixou encarregado do governo do novo reino o seu irmão Hernán. Pode-se dizer que até o ano de 1550, em que começou a segunda época da história colombiana, chamada história da Colônia, o poder dos espanhóis no país era absoluto. Mas nesse ano estabeleceu-se um tribunal de justiça conhecido pelo nome de Real Audiência, que não deu os resultados esperados pela Coroa. Em 1564 criou-se o cargo de presidente, que era um funcionário investido de toda a autoridade necessária para se fazer obedecer, porque ao mesmo tempo que governava, era chefe das tropas e presidia o Tribunal da Audiência. Em 1719

o país foi constituído em vice-reinado, sendo nomeado primeiramente vice-rei, Antonio de la Pedrosa y Guerrero. Esta forma de governo continuou por cinco anos, terminados os quais a Coroa restabeleceu o governo dos presidentes até o ano de 1739, em que o rei da Espanha, Filipe V, convencido de que a Presidência em Santa Fé e em Quito não dava resultado, restabeleceu o vice-reinado. Doze vice-reis se sucederam sem interrupção até 20 de julho do ano de 1810, em que o último deles, Dom Antonio Amar y Borbón, foi deposto pela revolução que estalou na capital nessa data. O movimento grandioso da revolução de 20 de julho ficou consignado em uma ata em que foi reconhecido como monarca do novo reino, Fernando VII, caso viesse a Santa Fé governar. Desde então continuaram os movimentos revolucionários da independência, que depois de vários anos de sangrenta luta culminaram com o completo triunfo do exército patriota ao comando do insigne libertador Simón Bolívar e do general Francisco de Paula Santander, na gloriosa batalha de Boyacá, que selou a liberdade absoluta da nação a 7 de agosto de 1819. A 30 de agosto de 1821 foi promulgada a Constituição da Colômbia e eleito o primeiro presidente, o general Bolívar. Nesse ano verificou-se a união de Colômbia, Venezuela e Equador em uma só República, sob o nome de Grã Colômbia, união que só durou até o ano de 1830.

Constituição e governo

A nação colombiana acha-se constituída em forma de República Unitária. A soberania reside essencialmente na nação, e dela emanam os três poderes — executivo, legislativo e judiciário, que exercem os termos estabelecidos pela Constituição. Todos os poderes públicos são limitados e exercem separadamente as suas respectivas atribuições. O poder de promulgar leis reside no Congresso, que se compõe do Senado e da Câmara de Representantes. O presidente da República é o chefe do Poder Executivo, e o exerce com a indispensável cooperação dos ministros de Estado. O presidente e os ministros, e em cada negócio particular, o presidente com o ministro do respectivo ramo, constituem o governo. O Poder Judiciário é exercido pela Côte Suprema, os Tribunais Superiores de Distrito e os demais Tribunais e Juntas de juizes que a lei estabelecer. O Senado exerce determinadas funções judiciárias.

A Câmara de Representantes se compõe de tantos indivíduos quantos correspondam à população da República, à razão de um por 50 000 habitantes, durando no exercício de suas funções dois anos.

O Senado se compõe de tantos membros quantos correspondam à população da República, à razão de um por 120 000 habitantes. Para ser senador é preciso ser colombiano nato e de cidadania ininterrupta, ter mais de trinta anos de idade e possuir pelo menos 1 200 pesos, como rendimento de propriedades. Os senadores exercem as suas funções durante um período de quatro anos.

As Câmaras Legislativas reúnem por direito próprio cada ano, no dia 20 de julho, na capital da República. As sessões do Congresso duram noventa dias, podendo ser prorrogadas por mais trinta dias, se assim determinarem dois terços dos votos de uma e outra Câmara.

O presidente da República é eleito em um mesmo dia pelo voto direto dos cidadãos, por um período de quatro anos, sem direito à reeleição depois desse período.

O Território da República divide-se para a administração pública em departamentos. Cada um destes é regido por um governador, que é ao mesmo tempo agente do Poder Executivo e chefe da administração seccional. Os governadores são nomeados pelo presidente da República. O país está dividido hoje em dia em 14 departamentos, três intencências, e sete comissariados. Em cada departamento há uma corporação administrativa denominada assembléa departamental, que se reúne cada ano na capital do respectivo departamento. Estas assembléas são de eleição popular e se compõem dos deputados que correspondem à população dos ditos departamentos, à razão de um por 10 000 habitantes. Os departamentos em que se divide o território da Colômbia, e suas respectivas capitais são os seguintes: Antioquia, Medellín; Atlântico, Barranquilla; Bolívar, Cartagena; Boyacá, Tunja; Caldas, Manizales; Cauca, Popayán; Cundinamarca, Bogotá; Huila, Neiva; Magdalena, Santa Marta; Nariño, Pasto; Santander del Norte, Cúcuta; Santander del Sur, Ducaramanga; Tolima, Ibagué; Valle, Cali.

As cidades mais importantes da Colômbia são:

Bogotá, capital da República e do Departamento de Cundinamarca, situada em um belo planalto do ramo oriental dos Andes, sede do governo federal e o centro comercial e intelectual do país.

Medellin, capital do Departamento de Antioquia, fundada em 1649, é o centro industrial mais florescente e importante da República.

Barranquilla, capital do Departamento do Atlântico, importante porto comercial sobre o rio Magdalena, e ligado ao litoral por uma linha ferroviária de vinte e um quilômetros de extensão. É a cidade maior da costa do Atlântico.

Cartagena, capital do Departamento de Bolívar, e a cidade mais histórica da Colômbia. Foi fundada no primeiro terço do século XVI e é um porto muito importante para o comércio situado na costa do Atlântico. Oferece especial atração ao turista, devido às colossais muralhas e castelos que rodeiam a cidade.

Cali, capital do Departamento de El Valle e cidade comercial muito florescente da costa do Pacífico. Acha-se ligada por estrada de ferro ao porto de Buenaventura que é um dos mais modernos da nação.

Outras cidades de importância são: *Santa Marta, Manizales, Ibagué, Ducaramanga, Pasto, Popayán e Cúcuta.*

Vias de comunicação

O sistema de vias de comunicação da Colômbia tem como centro o rio Magdalena que é navegável em uma extensão de 960 quilômetros, a contar de sua desembocadura. Por essa via entra no país a totalidade das mercadorias estrangeiras. Por ela saem todas as exportações, visto que os centros de consumo e produção são situados a pouca distância dessa grande artéria fluvial. O país possui também uma extensa rede de estradas de ferro e de rodagem que põe em comunicação os grandes centros de produção e consumo. Várias das principais empresas marítimas européias e norte-americanas de transporte tocam nos portos colombianos do Atlântico e do Pacífico. Ao mesmo tempo a Colômbia conta com um magnífico serviço de transporte aéreo para passageiros e correios, sendo ela a primeira das nações sul-americanas que estabeleceu um serviço comercial aéreo em grande escala, em 1920.

Entre as principais vias terrestres de comunicação cabe mencionar a estrada Simón Bolívar que liga a Colômbia, à Venezuela e ao Equador e que atravessa as regiões mais pitorescas das três nações.

Desde a época de Bolívar até hoje, a Colômbia tem sido considerada como uma das nações mais vigorosas intelectualmente da América Meridional. Isto obedece precisamente ao grande impulso dado à instrução por todos os governos do país, que possui um número suficiente de universidades e colégios bem estabelecidos e convenientemente aparelhados para alunos de ambos os

sexos, e com um pessoal docente que constitui a maior garantia do progresso e ilustração da mocidade do país.

Finalmente, sendo a Colômbia um vasto território onde se aproximam os dois grandes oceanos, onde se encontram superpostos todos os climas, onde se cruzam todos os produtos e onde cinco cadeias de montanhas se ramificam para criar uma maravilhosa diversidade de sítios; tudo isto ligado à sua imediata proximidade ao canal de Panamá, faz com que este país desempenhe um papel importantíssimo na política e no comércio do mundo.

Regiões Naturais do Brasil

Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUILMARÃES
Chefe da Secção de Estudos Geográficos do Serviço
de Geografia e Estatística Fisiográfica

O estudo, mesmo feito sumariamente, dum país de grande extensão territorial, como seja o nosso Brasil, revela imediatamente uma grande variedade de aspectos geográficos e, por conseguinte, a existência de partes componentes desse país, as quais nitidamente se diferenciam umas das outras. Tais partes não coincidem, via de regra, com as Unidades Políticas em que se divide o país, pois que estas resultam duma evolução histórica e se acham relacionadas com os atos arbitrários do homem, ao atender às necessidades político-administrativas. O viajante qua atravessa uma divisa entre duas circunscrições territoriais não encontra freqüentemente mudança alguma na paisagem e éle mal se dá conta da passagem que realizou; ao passo que sensíveis mudanças de aspectó podem ocorrer no interior duma circunscrição.

A moderna metodologia geográfica prescreve, com o maior empenho, que o estudo dum país seja feito, não pelas suas circunscrições administrativas, mas pelas suas "regiões naturais" e tal ponto de vista é hoje absolutamente vencedor.

Mas o que vem a ser uma "região natural"?

Sem nos alongarmos em considerações referentes ao seu conceito, já tão estudado e debatido pelos mestres da Geografia, podemos assim defini-la, em termos simplés: região natural é uma determinada porção da superficie terrestre que apresenta uma certa homogeneidade geral, quanto aos vários aspectos físicos que a caracterizam, distinguindo-a das regiões vizinhas,

Tal homogeneidade é apenas aproximada e é tanto mais difícil de verificar-se quanto maior é a porção da superficie considerada. Com efeito, nunca há perfeita identidade entre dois pontos da superficie terrestre, pois que, na melhor das hipóteses, é diferente a posição de um e de outro. Abstraindo-se, porém, das diferenças accidentais e menos importantes de trecho a trecho, é possível considerar-se regiões de certa extensão, de modo que cada uma delas seja definida por alguns traços essenciais, que estabeleçam contraste para com as outras.

Apesar de sua enorme extensão, pode a planície amazônica, por exemplo, ser considerada como relativamente homogênea quanto a seus principais aspectos físicos (formação geológica, relevo, clima, hidrografia e vegetação), desde que se ponham de parte as diferenças secundárias que apresentam seus vários trechos. A Amazônia é, assim, uma região natural, cujos limites não coincidem exatamente com as divisas dos Estados setentrionais do Brasil e que contrasta nitidamente com o Sertão do Nordeste ou com o Planalto Meridional.

A noção de região natural, sendo fundamental para a moderna Geografia e certamente um tanto complexa quando encarada com rigor científico, é no entanto perfeitamente sentida mesmo pelo homem simples que vive em contacto com a natureza. O homem do campo sente perfeitamente as diferenças que apresentam as diversas regiões e a estas éle dá com freqüência nomes bastante expressivos. Um camponês do Estado do Rio distingue nitidamente a região da Baixada Fluminense, da chamada região de Serra-Acima, assim como qualquer pernambucano percebe claramente as diferenças que se apresentam entre o Litoral, a Mata, o Agrêste e o Sertão; da mesma forma o matogrossense distingue o Pantanal e a Chapada; e o gaúcho considera a Campanha e o Planalto como regiões bem caracterizadas.



O homem do campo tem, assim, uma noção intuitiva das pequenas regiões que ele conhece, assim como das diferenças que entre elas se apresentam. Ao geógrafo cabe pesquisar as causas dessa diferenciação, analisando os fenômenos que se manifestam em cada região e procurando as relações de interdependência entre esses fenômenos, pois que tais relações é que conferem a cada uma a sua unidade característica. Cabe-lhe ainda agrupar as pequenas regiões que apresentam alguns aspectos que lhes sejam comuns, de modo a formar sucessivamente conjuntos maiores, cada um deles caracterizado por certos traços essenciais.

Consideremos alguns exemplos. Na parte baixa do Estado do Rio de Janeiro encontramos diversas pequenas regiões: a baixada de Guanabara, com suas colinas e seu vales sujeitos à influência das marés; a baixada de Araruama, com suas lagoas; e a baixada de Goitacases, com sua planície aluvionar coberta de vegetação campestre. Todas são fáceis de ser caracterizadas e, como tal, constituem pequenas regiões distintas. Abstraindo-se, porém, dos pormenores e considerando-se os traços essenciais que lhes são comuns — planície baixa, embora com algumas serras e montanhas esparsas, compreendida entre o oceano e a escarpa da serra do Mar e em grande parte formada por depósitos sedimentares terciários e quaternários, de clima tropical, com influência marítima e com rios sujeitos a freqüentes inundações — pode-se reunir essas pequenas regiões num conjunto maior, denominado Baixada Fluminense. Comparando-se, ainda, tal região com as planícies litorâneas do Espírito Santo e da Bahia, que com ela apresentam certas analogias gerais quanto ao relevo e ao clima, em contraste com os aspectos que dominam nas terras altas do interior, podemos formar um conjunto ainda maior, com o nome de Litoral Oriental do Brasil.

Da mesma forma podemos reunir as pequenas regiões nordestinas do Seridó, do Cariri, do Curimataú, etc. numa região maior, caracterizada em linhas gerais pelo clima quente e semi-árido, que é o Sertão do Nordeste; assim como as diversas partes elevadas do sul do Brasil, que apresentam diferenças quanto ao solo e à vegetação, num grande conjunto chamado o Planalto Meridional. Esses agrupamentos sucessivos, apresentam alguma analogia com os que se fazem em botânica e zoologia, em que as variedades se agrupam em espécies, estas em gêneros, que por sua vez constituem famílias. Em geografia regional, podemos chamar a esses conjuntos de sub-zonas, zonas, sub-regiões, regiões, etc., denominações puramente convencionais, obedecendo a uma certa hierarquia.

Aplicando esse método a um grande país como o Brasil chegamos ainda assim a um número relativamente grande de regiões.

Tais regiões podem, porém, ser ainda agrupadas segundo as suas posições recíprocas e de acordo com as suas relações de interdependência, obtendo-se assim grandes blocos territoriais, a que podemos chamar de Grandes-Regiões ou regiões integrais e que na realidade são grupos de regiões distintas, mas complementares umas em relação às outras. Segundo estes grandes grupos que se faz correntemente a divisão do território brasileiro, em cinco partes, com um caráter principalmente didático, às quais se dá usualmente a denominação de "Regiões", com a eliminação do qualificativo "Grandes". Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

O estudo de cada um desses agrupamentos constitui um grande capítulo da geografia regional do Brasil, dentro do qual pode ser feito cômodamente o ensino da Geografia, quer Física, quer Humana, quer Econômica. É certo que, nesse estudo, deve ser claramente mostrado que a área respectivamente considerada, a que chamamos de Grande-Região, é na realidade um grupo de regiões distintas, mas intimamente relacionadas entre si. Assim, por exemplo, na chamada "Região Nordeste", há pelo menos duas partes bem diversas: o Sertão — caracterizado pela semi-aridez, como traço principal, e cuja vegetação comum é a caatinga — e a Mata, abrangendo uma longa faixa que se estende paralelamente à costa oriental, com suas chuvas abundantes e as antigas florestas, que justificam o nome que ainda conserva. Embora distintas e até mesmo contrastantes, essas duas regiões devem ser estudadas conjuntamente, num mesmo capítulo, pelas íntimas relações de interdependência que existem entre elas, as quais se completando mutuamente, sobretudo quanto à vida econômica do conjunto regional. O mesmo se poderá dizer do Planalto e do Litoral da Grande Região Sul, assim como das três partes principais que constituem o Nordeste ou Amazônia: Planície, Encosta Guianense e Encosta do Planalto Brasileiro.

Em cada um desses grandes blocos territoriais que compõem o Brasil, há uma região propriamente dita, que constitui a sua parte típica, a sua área focal, em torno da qual se agrupam as outras regiões associadas, à maneira de satélites. Embora em certos casos a parte típica não seja a mais importante, demográfica ou economicamente falando, é sempre ela que dá à Grande-Região a que pertence, a sua "nota característica".

Para as cinco Grandes-Regiões Brasileiras, são as seguintes as partes características respectivas:

para o Norte, a planície amazônica propriamente dita com a sua "hiléia";

para o Nordeste, o Sertão semi-árido;

para o Leste, a grande faixa montanhosa, oriunda de dobramentos antigos, que se estende desde o centro da Bahia, até o sul de Minas;

para o Sul, o grande planalto meridional, disposto em degraus e patamares sucessivos, com suas camadas sedimentares e seu clima temperado;

para o Centro-Oeste, os chapadões centrais, com sua típica vegetação de campos cerrados.

A delimitação de cada uma das regiões integrais não pode ser feita com rigor, pois a "natureza não dá saltos"; a passagem de uma para outra se faz sempre por uma zona de transição e as linhas com que pretendemos delimitá-las são apenas esquemáticas, para fins didáticos. Nenhuma dessas Grandes-Regiões corresponde exatamente a um grupo de Unidades Políticas e mesmo os limites esquemáticos raramente coincidem com divisas inter-estaduais, conforme salientamos no início desta palestra.

É unicamente para atender às necessidades administrativas e estatísticas e também com uma finalidade didática, que se organizou uma divisão de caráter prático, na qual se agrupam Unidades Políticas por inteiro, evitando-se desmembrar qualquer delas. Quando um Estado abrange partes pertencentes a Grandes-Regiões diferentes, ele é colocado por inteiro dentro daquela à qual pertence a sua parte mais importante. Essa é a divisão prática atualmente adotada nos livros didáticos e nos quadros estatísticos, e que como vimos, resulta duma adaptação da divisão de caráter científico feita pelos geógrafos. Tendo sido apresentada em 1913 pelo professor Delgado de Carvalho, foi adotada nos programas do ensino secundário; aprovada, com pequenas modificações, em 1941, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi no início do ano seguinte mandada adotar nos Ministérios, pelo Senhor Presidente da República.

Com a criação, entretanto, de novos Territórios Federais, tornou-se necessário reajustar o quadro da divisão regional brasileira à nova divisão política.

Foi então baixada pelo Conselho Nacional de Geografia a Resolução n.º 151, de 31 de janeiro de 1944, do seu Diretório Central, segundo a qual o quadro da divisão regional do Brasil ficou assim organizado:

I — *Região Norte*, com os Territórios do Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá, e os Estados do Amazonas e Pará;

II — *Região Nordeste*, compreendendo duas partes: o Nordeste Ocidental, com os Estados do Maranhão e Piauí; e o Nordeste Oriental com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e o Território de Fernando de Noronha;

III — *Região Leste*, compreendendo duas partes: o Leste Setentrional, com os Estados de Sergipe e Bahia; e o Leste Meridional, com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e o Distrito Federal;

IV — *Região Sul*, com os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o Território do Iguauçu;

V — *Região Centro-Oeste*, com os Estados de Goiás e Mato Grosso e o Território de Ponta Porá.

Região Norte

Prof.^a GILDA DE ANDRADE PINTO
Da Secção de Estudos do Serviço de Geografia e
Estatística Fisiográfica

A Grande-Região Norte abrange aproximadamente os Estados do Amazonas e do Pará e os Territórios de: Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá. E' atravessada pelo equador que a divide desigualmente, ficando o maior parte situada no hemisfério sul.

Constitui um dos mais interessantes capítulos da nossa Geografia Regional, quer no que diz respeito à sua formação geológica, quer no que se relaciona ao seu aspecto atual, quer, ainda, no que se refere às suas possibilidades futuras.

A "nota característica" dessa Grande-Região é a extensa planície amazônica com a sua "hiléia" (denominação dada por Humboldt à sua densa floresta equatorial).

Se procurarmos os seus limites naturais, verificaremos que não coincidem exatamente com os das Unidades Federadas que nela se enquadram, pois, avançam em alguns trechos e recuam noutros.

Assim, pertencem-lhe, ainda, o noroeste de Mato Grosso e o extremo norte de Goiás, por estarem sob as mesmas condições climáticas e possuírem a mesma vegetação, bem como o noroeste do Maranhão, pelas semelhanças geológicas, climáticas e florísticas apresentadas. O recuo dos limites naturais dá-se no sueste do Pará que melhor se enquadra na Grande-Região Centro-Oeste.

Embora a Grande-Região Norte se apresente como a mais homogênea das Grandes-Regiões brasileiras, poderemos dividi-la em três regiões naturais. Essas distribuem-se em faixas na direção geral do rio Amazonas e são as seguintes:

Encosta Guianense (ao norte)
Planície (no centro)
Encosta do Planalto Brasileiro (ao sul)

— A *Encosta Guianense* comprêende a parte meridional do maciço das Guianas e um pequeno trecho litorâneo do norte do Pará. Inicia-se nas primeiras cachoeiras dos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas (no sentido da subida dos rios).

Geologicamente data do período arqueano e é constituída, principalmente, de rochas granito-gnáissicas.

Quanto ao relêvo, é nessa região que se encontram as maiores altitudes da Grande-Região Norte. A encosta guianense apresenta-se mais elevada a oeste destacando-se as serras Parima, Pacaraima e o monte Roroimã onde se localiza o segundo ponto mais alto do Brasil, com a altitude de 2 875 metros. A leste, há elevações menores, representadas principalmente pela serra de Tumucumaque.

O clima apresenta-se quente e úmido. A medida que se sobe a encosta, cresce a tendência a uma estação menos chuvosa no inverno.

A região é coberta, principalmente, de matas de terra firme, destacando-se por sua importância econômica a castanheira e a balata. Em virtude da ocorrência de uma estação menos chuvosa, encontram-se aí extensos campos. Estes, assemelham-se aos cerrados por apresentarem, também, árvores esparsas; localizam-se principalmente nas imediações do alto rio Branco, no norte do Pará e no Território do Amapá e são utilizados para a criação.

No Amapá vamos encontrar jazidas auríferas e no alto rio Branco ocorrências de diamantes.

— A *Planície amazônica*, propriamente dita, é a parte axial da Grande-Região Norte.

Do ponto de vista geológico é a formação mais jovem.

A superfície ocupada pela planície constituiu em épocas remotas um braço de mar ligado ao Pacífico, intercalando-se entre os grandes blocos arqueanos: o guiano e o brasileiro.

Com o levantamento dos Andes, no período terciário, a abertura para o Pacífico foi obstruída. Os sedimentos trazidos das regiões andinas e dos planaltos guiano e brasileiro entulharam o golfo aí existente formando-se, então, a grande planície sedimentar amazônica que apresenta a forma de um "frasco deitado", com o gargalo voltado para o Atlântico.

Para a sua parte mais baixa passaram a convergir os rios da região, tendo por coletor principal o rio Amazonas.

Sedimentos posteriores trazidos pelos rios constituíram a estreita faixa quaternária de suas margens — a várzea e o igapó — bem como numerosas ilhas que se acumulam principalmente na foz do grande rio. O litoral paraense, nessas proximidades, é também de formação quaternária.

O clima caracteriza-se por ser quente, úmido e pouco variável.

As chuvas, muito abundantes, são formadas em grande parte pelos aliseos que penetram facilmente no vale, impregnando-se mais de umidade.

Nessa região domina a vegetação mais exuberante do Globo, notável pela variedade de suas espécies, pelo seu porte elevado e, principalmente, pelo seu adensamento. É uma floresta fechada.

A paisagem da região, quer do ponto de vista físico, quer do humano, está estreitamente ligada ao rio Amazonas e aos seus afluentes.

A economia, nas proximidades do vale amazônico, resume-se na pesca, muito abundante, sobressaindo a do pirarucu que vai aos poucos substituindo, no consumo nacional, o bacalhau importado.

Nas campinas que margeiam o Rio Mar processa-se a criação do gado.

Mais para o interior, desenvolve-se a exploração de plantas medicinais, de madeiras etc...; são muito procuradas nessa região as seringueiras das quais se extrai o látex para a fabricação da borracha.

Quanto à população, embora seja de fraca densidade, concentra-se principalmente na planície. As boas condições de navegabilidade que os rios aí oferecem, possibilitaram, desde o início, a penetração dos exploradores e colonizadores. Conseqüentemente, localizam-se aí os maiores núcleos urbanos da região, destacando-se as cidades de Belém e Manaus.

A ilha de Marajó que também se enquadra nessa região é coberta de florestas, apresentando porém, na parte oriental, extensas campinas onde se desenvolve apreciavelmente a criação de gado. O gado marajoara abastece grande parte da Amazônia.

A *Encosta do Planalto Brasileiro* é constituída pelos primeiros degraus da encosta setentrional do grande planalto brasileiro. Seus limites coincidem com a linha das primeiras cachoeiras dos afluentes da margem direita do rio Amazonas (no sentido da subida dos rios).

São ainda escassos os conhecimentos geográficos dessa Região. Sua formação geológica data principalmente do período arqueano. As altitudes aí encontradas, variam entre 200 e 500 metros.

Quanto ao clima, este continua quente e com chuvas abundantes.

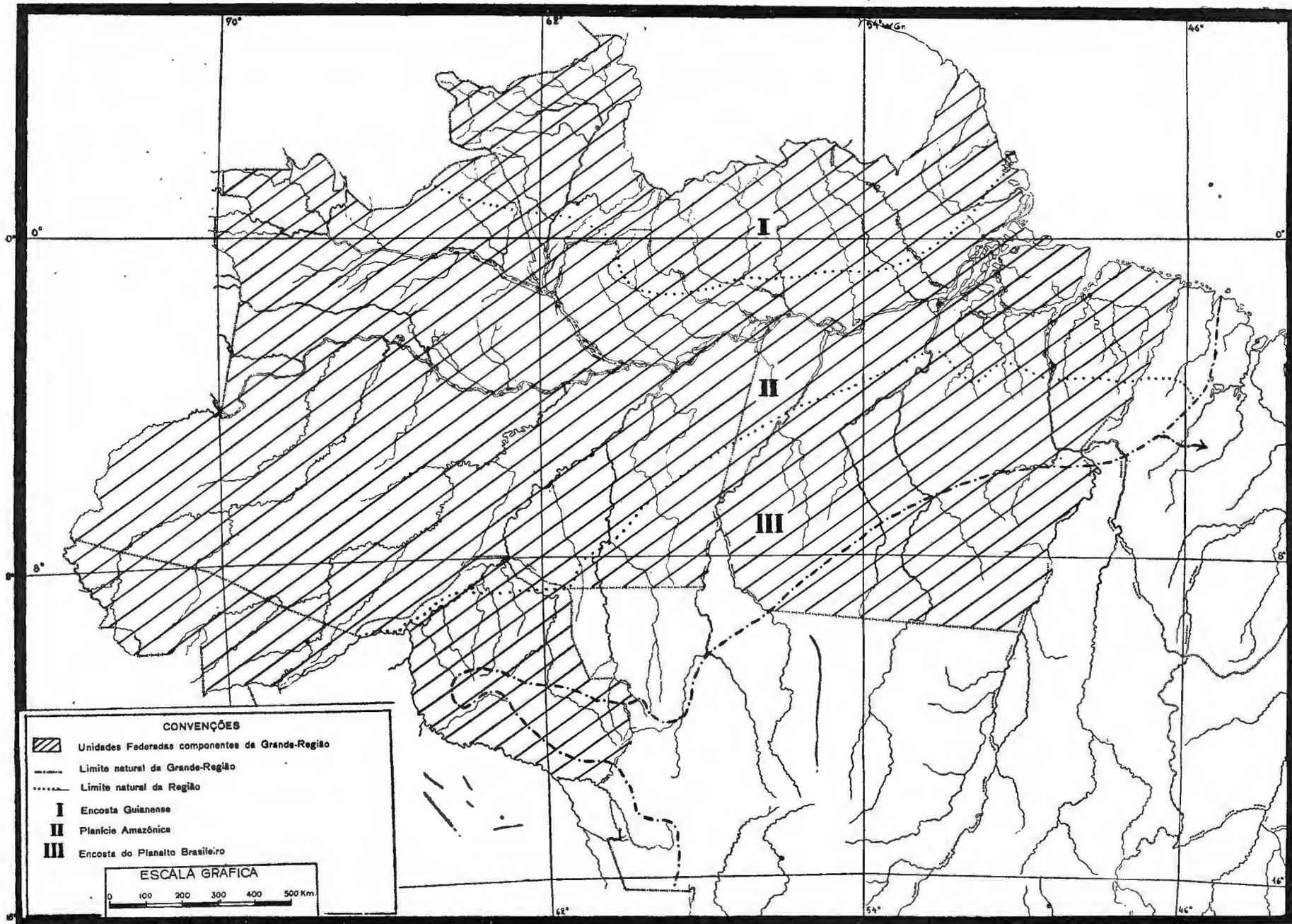
Domina, ainda, nessa região a floresta tropical, na qual, é freqüente a ocorrência de castanheiras que se encontram grupadas e das quais se colhe a castanha chamada do Pará; também existem seringueiras esparsas que são muito exploradas.

*

Entre os conceitos emitidos sobre a Grande Região, cujos traços gerais acabamos de esboçar, há muita fantasia ao lado de muito pessimismo.

O estudo cuidadoso, aproximando-se mais da realidade, leva-nos a reconhecer que, embora existam condições climáticas desfavoráveis, tais como a forte umidade e a pequena variação da temperatura, outras há que as amenizam, como sejam os ventos aliseos que sopram do mar e as elevações que circundam a planície.

E podemos afirmar que a grande riqueza que o Brasil Norte encerra, em potencial, compensará os esforços despendidos na sua exploração.



Tertúlias geográficas semanais

QUADRAGÉSIMA QUARTA TERTÚLIA, REALIZADA A 30 DE NOVEMBRO DE 1943

ASSUNTOS ABORDADOS NA I REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA: CARTAS AERONÁUTICAS, "DATUM", MAPAS TOPOGRÁFICOS, PELO PROF. ALÍRIO DE MATOS. INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E PARTICULARES DA CARTOGRAFIA

O embaixador José Carlos de Macedo Soares congratulou-se com o Eng.º Leite de Castro pelos felizes resultados da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia. Os professores Sílvio Fróis Abreu e Alírio de Matos, representaram da melhor maneira possível o Conselho Nacional de Geografia, tendo sido convenionado que a II Reunião de Consulta realizar-se-ia em 1944, na cidade do Rio de Janeiro.

Em seguida o Prof. Alírio de Matos passou a apresentar suas impressões sobre o Congresso e, em geral, sobre a topografia e a cartografia nos Estados Unidos.

O primeiro assunto abordado no Congresso foi o das *cartas aeronáuticas*. Constituem a preocupação predominante dos americanos. Pretendem levantar no menor tempo possível, o maior número de cartas, não só nos Estados Unidos, como também, nos demais países da América. As cartas aéreas não são detalhadas, são consideradas, apenas, como cartas de reconhecimento. Não se chegou a nenhuma solução definitiva, a não ser sobre a necessidade e importância dessa iniciativa.

O segundo assunto a ser discutido foi a conveniência de estabelecer um "datum", ou seja, um ponto de referência básico, de coordenadas astronômicas e geodésicas, para todo um país ou para uma região. Pela escassez de população e de meios, na América do Sul, é impossível estabelecer, seja uma ligação com os Estados Unidos, seja um "datum" próprio. Ficou estabelecido que o Brasil teria o seu "datum" que, em época mais ou menos próxima, poderia ser ligado aos Estados Unidos.

Passou-se em seguida, a debater o problema dos *mapas topográficos*. Definem como mapa topográfico todo aquele que não é especializado, logo, o que não for geológico, hidrográfico, de navegação aérea, etc., etc.

Foram organizadas duas comissões: a de Topografia e a de Geodésia e todas as nações da América foram convidadas a participar, dentro do menor prazo possível, da confecção de uma rede de triangulação apta a fazer a ligação intercontinental.

Após essa fase preliminar de reuniões, começaram as visitas às instituições governamentais e particulares de cartografia e assuntos correlatos, entre os quais se destacam:

O Serviço Cartográfico do Exército, que se dedica principalmente à confecção de mapas estratégicos, ligados à guerra;

O U. S. Geodesic and Coast Survey, que pertence ao Departamento de Comércio e é a instituição mais importante do gênero;

O Geological Survey, que é um serviço de enormes proporções e trabalha com grande número de "multiplex". Emprega o trimetrogon e um novo processo de levantamento, utilizado essencialmente para o Território do Alasca. Tendo-se número suficiente de dados terrestres, usa-se esse processo para fazer mapas aéreos. Considerou-se esse, como o método mais prático para ser aplicado no Brasil, pelo menos em 80 % do seu território.

Em Filadélfia visitaram uma empresa particular e em Nova York estiveram na American Geographical Society onde, num pavilhão dedicado aos países latino-americanos, tiveram o desprazer de verificar que o Brasil não estava representado.

Estiveram também em fábricas de câmaras aéreas e de filmes; a produção se faz em proporções enormes, o que decorre, evidentemente, das circunstâncias criadas pela guerra.

Os congressistas visitaram, em seguida, as obras do vale do Tennessee. Antes de começada a obra foi feito um mapa da região com curvas de nível de $\frac{1}{2}$ em $\frac{1}{2}$ metro. Era o Tennessee um rio irregular e sujeito a grandes inundações. Foram construídas 25 barragens que fornecem um total de 2 milhões de C. V. Atualmente é essa uma das regiões mais ricas dos Estados Unidos, onde a agricultura se faz em grande escala e onde a grande facilidade em obter energia elétrica está também atraindo as indústrias.

Do vale do Tennessee o Prof. Alírio voltou a Washington onde passou 20 dias trabalhando no Geodesic and Coast Survey, no Geological Survey e no Observatório Naval.

No Geodesic Survey são feitos principalmente trabalhos de triangulação. Quase todo o território americano está triangulado em triangulações de 1.^a e de 2.^a ordem.

O Geological Survey divide-se em: ramo de topografia, ramo de geologia e ramo de águas. Possui máquinas de reprodução de grande precisão, inclusive uma, de 10 toneladas, que reproduz qualquer carta, em qualquer escala.

Uma das suas maiores dificuldades está nos trabalhos de desenho a mão, como letreiros. A mão de obra é extraordinariamente cara, e procura-se por todos os meios diminuí-la. Lançam mão de vários processos, entre outros o de traçar as letras em celulósido ou em papel de seda, sendo depois coladas ao mapa.

Finalmente, o Prof. Alírio declarou que, graças ao Prof. Zarur, foram conseguidos vários aparelhos de precisão, já embarcados para o Brasil.

Foram ainda projetados alguns instrumentos de trabalho de campo, como diversos tipos de torres e as fases de sua montagem, teodolitos, miras etc.



QUADRAGÉSIMA QUINTA TERTÚLIA, REALIZADA A 7 DE DEZEMBRO DE 1943

A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO NORDESTE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO,
PELO SR. GILENO DE CARLI

O Sr. Gileno de Carli desenvolveu, nessa tertúlia, o seguinte tema: aspectos geográficos da indústria açucareira no Brasil.

Começou por mostrar a maneira pela qual seu interesse se voltou para o problema do açúcar. Dentro do organismo econômico e financeiro de Pernambuco, todos os problemas estavam ligados ao açúcar; subindo os preços, Pernambuco vivia uma época de fastígio, descendo vinha a miséria. Além do mais, havia constantes choques entre os usineiros e os fornecedores de cana. A usina desenvolvera suas propriedades, tornando-se senhora das terras dos pequenos agricultores; possuía ainda os terrenos por onde passava a estrada de ferro, podendo desse modo, controlar os fornecedores, obrigando-os à submissão. O usineiro e o fornecedor sofrem com a alta e a baixa dos preços, porém, mais do que eles, sofre o trabalhador, sempre adstrito a um orçamento mínguauíssimo.

O trabalho desenvolvido pelo Sr. Gileno tem o caráter de uma pesquisa comparativa entre o Nordeste, Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em Pernambuco, as usinas absorveram alguns milhares de engenhos. Tendo surgido pela necessidade de melhorar a maquinaria, as primeiras usinas logo fracassaram, o que foi, em parte, devido ao fato do agricultor brasileiro ainda não estar preparado para a industrialização. Verificando-se que não era possível alhear inteiramente a usina do trabalho agrícola, começou a concentração das propriedades. Das 130 usinas que havia, existem hoje apenas 56.

Nessa luta, o usineiro, assim como o fornecedor de cana foram verdadeiros conquistadores de terras; devassaram-nas e esgotaram-nas. O Nordeste açucareiro, (particularmente Pernambuco) tem a desvantagem de estar cansado. A economia canavieira da zona da mata utiliza-se de 4,6 vezes mais terra do que a que seria normalmente necessária. Nesta zona existem 56 usinas (cuja produção é de 5 milhões de sacas anuais); essas propriedades pertencem apenas a 52 famílias, tendo esse monopólio das terras agrícolas de uma região pequena e de alta densidade demográfica criado um clima de ódio contra esta minoria favorecida.

O problema não poderá, entretanto, ser resolvido pelo desaparecimento da grande usina, pois isso traria a baixa da produção agrícola e industrial.

Prosseguindo na sua exposição o Sr. Gileno abordou o problema açucareiro no Rio de Janeiro. Os canaviais segundo disse, começaram a desenvolver-se sob a forma de grande propriedade; logo depois, porém, efetuava-se a divisão das terras da Baixada de Goitacases por parte de capitães e ordens religiosas. Sobre- vindo as lutas religiosas, diante da iminência de perder suas terras, os frades simulavam a venda das mesmas. Costumavam também loteá-las entre os escravo- vos mais devotos.

Com o advento da usina em 1882, Campos encontrou-se diante de um fato consumado; que tornou impossível a tendência imperialista da concentração excessiva das terras. A usina tinha que se suprir com os pequenos lavradores. No sul as estações são mais normais, tendo além disso a vantagem de possuir um grande mercado à porta, o que permite melhores preços, facultando também, aos fornecedores, reagir contra qualquer tentativa avassaladora por parte da usina.

Existem em Campos 19 000 pequenas propriedades; são, portanto, em número de 19 000, as famílias integradas no sistema econômico. Cerca de 60% da cana das usinas é fornecida por propriedades de produção inferior a 10 toneladas. Esta pequena propriedade está sendo em parte ameaçada por indivíduos vindos de fora, em geral de profissões liberais e que se sentem atraídos pelo sucesso da cana. Na paisagem açucareira mundial só há dois exemplos da exploração pela pequena propriedade, no México e em Tucuman, porém, ambos não tiveram resultados inteiramente felizes.

Quanto a São Paulo, apesar de aí ter sido fundado o primeiro engenho do Brasil, não é um Estado tradicionalmente açucareiro. No período colonial existiu forte contraste entre a exploração no Nordeste e no Sul, como atestam viajantes da época. No Nordeste, a cultura tinha como finalidade a exportação, enquanto no Sul seria o consumo interno. Além do mais, os interesses de São Paulo giravam em torno do café, que era o seu produto "rei". Em 1912 com as crises sucessivas do café, os interesses voltaram-se em parte para o açúcar. Afim de protegê-lo, estabeleceram uma taxa indireta, através da estrada de ferro, mediante a qual todo o açúcar que viesse do interior para a capital pagaria frete progressivo.

O desenvolvimento industrial logo se fez sentir, acrescido por uma boa organização social, que é o regime de colonos. O colono tem uma situação estável, tanto no que concerne ao salário, quanto ao nível de vida. Está vinculado à terra, sem que com isso haja o parcelamento exagerado.

Com a introdução de novas variedades de cana, a produção paulista melhorou muito. Quanto ao desenvolvimento industrial, faz-se da melhor maneira possível.

O problema do açúcar nos três pontos estudados, não poderá ser resolvido pela simples instituição da pequena propriedade; é necessária a existência das grandes usinas, concluiu o Sr. Gileno de Carli, sem que disso decorra prejuízo para as pequenas propriedades.

Iniciados os debates, falou o Eng.^o Brandão Cavalcante, que defendeu o ponto de vista da espontaneidade das ordens religiosas em distribuírem parte de suas terras entre os escravos, protestando contra o uso da palavra "fraude", o Sr. Gileno de Carli disse tratar-se juridicamente de fraude: as ordens só alforriaram seus escravos no momento em que se viram em dificuldades; se não fôsse fraude, tê-lo-iam feito antes. Respondendo em seguida ao Cel. Lísias Rodrigues, observou que não existe o perigo da indústria açucareira paulista se desenvolver com prejuízo das outras. Dar-se-á, entretanto, a concentração das fábricas deficientes. Aliás, uma das correntes do Instituto visa a concentração (a outra corrente tem em vista o princípio socialista da distribuição da riqueza). Devem evidentemente ser eliminadas como incapazes, as numerosas usinas, de irrisória produção.

Tendô o Prof. Fróis de Abreu perguntado sobre as possibilidades de desenvolver a cultura da cana no Território do Amapá, o Sr. Gileno foi de parecer, que seria uma cultura inteiramente artificial, como é o caso da Guiana Inglesa, em que ela se faz com sacrifício da população. Abordando o problema das balan-

gas de pesagem da cana, também proposto pelo Prof. Fróis de Abreu, declarou, que realmente, na Bahia, as irregularidades das balanças foram motivo de luta entre os fornecedores e a Casa Magalhães. Atualmente, com a intervenção do governo, a situação está quase normalizada.

Finalmente falou o Prof. Ruellan que tendo em vista a semelhança dos problemas do açúcar nos diferentes lugares, mostrou como êle se apresenta nas colônias francesas. Nas colônias Martinica e Guadalupe, por exemplo, todos os pequenos agricultores plantam a cana. Entretanto, esta cultura seria um fracasso sem a proteção da metrópole, proteção esta que se faz com o próprio prejuízo do consumidor francês e do produtor de álcool e de açúcar de beterraba, que é obtido no norte da França como em todo o continente europeu. Esta monocultura é perigosa e os resultados podem agora ser observados. Com o isolamento provocado pela guerra, as Antilhas ficaram impossibilitadas de se manterem por si sós. Depois da guerra, tornando-se livre o mercado, apenas algumas indústrias sobreviverão, não podendo subsistir as que estão sendo atualmente mantidas por artifícios, dada a necessidade urgente de introduzir culturas alimentícias.

★

QUADRAGÉSIMA SEXTA TERTÚLIA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1943

VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS VIA BELÉM E MIAMI, PELO PROF. FRÓIS DE ABREU. ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O LESTE DOS ESTADOS UNIDOS E O DO BRASIL. DEBATES

O Prof. Sílvio Fróis de Abreu apresentou suas impressões, colhidas numa recente viagem, sobre a geografia nos Estados Unidos.

Começou por descrever o aspecto geográfico das regiões do Brasil, atravessadas no percurso que vai do Rio de Janeiro a Belém, via Barreiras. Atravessa-se a serra do Mar e penetra-se no planalto do Brasil Central e daí até Barreiras verifica-se uma rarefação da cultura e da produção.

Depois de apresentar sumariamente o seu itinerário até Miami, o Prof. F. de Abreu passou a descrevê-lo. Ao norte de Golás encontram-se degraus de arenito, recobertos por uma vegetação de campos cerrados, salpicada por buritis nos lugares mais úmidos. A região de Barreiras, onde a viagem foi interrompida por um dia, pode ser descrita do seguinte modo: o substrato é calcáreo (siluriano) ligeiramente dobrado e com afloramentos de folhelhos vermelhos decompostos; seguem-se degraus de arenito vermelho que formam "cuestas". Barreiras fica nas margens do rio Grande, num vale mais ou menos apertado entre chapadões laterais.

A construção do aeroporto de Barreiras apresentou grandes vantagens pois a viagem até o Rio se fazia em vinte e um dias por via fluvial, terrestre e marítima. O aeroporto foi construído no alto do chapadão, tendo sido necessária uma estrada para vencer seu forte declive. A encosta da serra é vermelha, contrastando com a paisagem verdejante que domina o siluriano do vale. O arenito da encosta apresenta, às vezes, estratificação entrecruzada o que lhe empresta uma forte impressão de fragilidade.

Quanto à vegetação, distinguem-se, do Rio a Belém: 1 — solo vermelho com manchas de várias tonalidades, que é o campo cerrado; 2 — mata amazônica, inteiramente verde; 3 — campos de cultura de cana na Guiana Inglesa.

Prosseguindo a viagem passa-se por Trinidad, onde se nota um violento contraste entre o nível de vida da população branca e o do resto dos habitantes, cuja vida é miserável. Antigua, numa ilha, pobre e deserta, é uma base militar poderosa.

Pôrto Rico está em franco progresso, o que se observa ao primeiro contacto; vem em seguida Trujillo e logo depois Pôrto Príncipe, onde se desenvolve a cultura da cana. De Cuba voa-se diretamente para Miami, através do Mar das Antilhas, salpicado de pequenas ilhas coralígenas.

Relatou em seguida a estada nos Estados Unidos, da qual procurou pôr em evidência apenas os fatos que pudessem ser úteis ao Brasil.

De Miami, seguiu para Washington, onde se realizaram as reuniões do Congresso Pan-Americano de Geografia e Cartografia; teve então ocasião de visitar numerosas cidades do leste americano em tórno das quais teceu as suas impressões.

Procurou fazer um estudo comparativo entre os Estados Unidos e o Brasil, particularmente o leste de ambos. O grande surto da civilização americana, segundo seu ponto de vista, baseou-se, sobretudo, nas condições de riqueza do solo e do subsolo; o solo é excelente para a cultura, comparável aos melhores do mundo. No subsolo encontram-se o carvão, o gás natural e ainda o petróleo, todos em grandes quantidades e em diferentes pontos do país. O Brasil apenas possui pequenas bacias de carvão em Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A região do Brasil que melhor se aproxima dos Estados Unidos é o Recôncavo baiano onde além de um solo fértil, têm-se um pouco de gás natural e de petróleo. A Bahia se encontra atualmente, com a descoberta do petróleo, diante de um novo surto econômico.

Do ponto de vista geográfico, o progresso norte-americano também é explicado. A penetração realizou-se facilmente e eles contam com grandes facilidades de comunicação. A importância dos Grandes Lagos é enorme; constituem um mar interno com a vantagem de não estarem sujeitos a grandes tempestades e às contingências da guerra. As matérias primas são transportadas de um ponto a outro sem que o seu preço aumente consideravelmente, o que não se verifica no Brasil, onde uma fatalidade geográfica não permite o nosso desenvolvimento em grande escala.

Não existem na América do Sul regiões que possam ser equiparadas às norte americanas. É verdade que aqui tudo está por descobrir. No Nordeste, por exemplo, apenas recentemente vem sendo feita a exploração de minérios úteis à guerra (é interessante notar que o caboclo tornou-se logo um grande conhecedor desses minérios).

Os montes Apalaches possuem grandes reservas de sal, utilizado também pela indústria. No Brasil, a descoberta de jazidas de salgema, em Alagoas e Sergipe, passou quase desapercibida e procuraram mesmo, diminuir a importância desse fato em proveito dos grandes salineiros. Mais uma vez o interesse particular é anteposto ao interesse geral do país. — Ainda nos Apalaches há calcáreo em abundância, assim como mármore branco; contrastando com isso, a nossa serra do Mar, que produz pequena quantidade de mármore de difficilima exploração.

Além dos Apalaches situa-se uma grande planície que permite a criação interna do gado. As terras americanas vêm sendo cultivadas ininterruptamente há dezenas de anos, não estão cansadas pela simples razão de consumirem enormes quantidades de adubos. As terras do Brasil são inteiramente descalficadas, apenas a terra roxa possui pequena quantidade de cálcio; o massapé da Bahia deve a sua fertilidade à existência de nódulos de calcáreo, que garantem anualmente o seu teor em cálcio.

Na América do Norte tem-se a preocupação constante não só de renovar as terras, como de criar solos artificiais. Uma visita ao vale do Tennessee permite ver o programa de governo na parte referente à valorização das terras más.

O governo estabeleceu um vasto plano de trabalho que consistiu em fazer uma série de barreiras ao longo do rio, as quais distribuiriam energia aos que quisessem aí se estabelecer; instalação de uma indústria de adubos e a sua distribuição aos agricultores, ao mesmo tempo em que lhes eram ministrados ensinamentos para um sistema de cultura racional. Esse plano baseou-se na geografia, ou seja, na elaboração prévia de mapas; isto explica o grande interesse que se tem pela mapeação imediata da América do Sul.

No Brasil, o vale do Ribeira do Iguape, do Paraíba, do São Francisco e ainda outros, comportariam obras desse gênero. Trata-se de um programa a ser cumprido lentamente e que implica em somas vultosas, acima das posses do Brasil.

A cartografia vem se desenvolvendo extraordinariamente nos Estados Unidos, principalmente no período da guerra. A aerofotogrametria utiliza-se de quadrimotores para os seus trabalhos.

Os soldados fazem cursos de geografia, de alguns meses, nas grandes universidades. A geografia é ensinada para aplicação prática e não apenas por diletantismo.

As universidades americanas são realmente notáveis. As suas bibliotecas são enormes, perfeitamente organizadas, do mesmo modo que os museus de geografia.

Conclui-se que, além das riquezas do solo o desenvolvimento dos Estados Unidos é, também, devido ao estudo e ao trabalho perseverante.

Iniciados os debates, o Eng.^o Brandão Cavalcante observou que os problemas do T. V. A. se aproximam dos do São Francisco e que deveríamos aproveitar as cartas do mesmo, que existem desde 1892, afim de realizar melhoramentos. O Cel. Lísias Rodrigues disse que o Prof. F. de Abreu fôra demasiadamente pessimista quanto às possibilidades do Brasil e não considerara as numerosas riquezas que temos, muitas delas ainda a serem descobertas.

A Srta. Ieda Leite observou que, ao se compararem os dois países, deve-se também considerar o fator histórico. A penetração em ambos se fêz de modo inteiramente diferente.

O Prof. Óton Leonardos acentuou a observação que já fôra feita, de que o Brasil ainda está desconhecido. Entretanto a parte que se conhece é pobre. Poderíamos aproveitar a nossa hulha branca, porém tôda obra e executar implica em quantidade inacreditável de dinheiro de que não podemos dispor. Quanto às universidades e museus não podem ser comparados aos nossos.

O Prof. Araújo Lima elogiou a exposição do Prof. F. de Abreu pelo seu otimismo e mostrou os subsídios valiosos que nos trouxe. Provara que a terra pode ser valorizada e explorada apesar de não possuir grandes riquezas. Com relação ao homem, êste não apresenta nenhuma inferioridade, é perfeitamente capaz como já allás observara o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães.

Usando a palavra o Prof. Ruellan acentuou que os Estados Unidos foram extremamente favorecidos pela natureza, que reuniu num mesmo Estado todo tipo de riquezas. Além disso, seus homens têm um espírito de empreendimento sem rival.

Nas universidades, o ensino da geografia é feito tendo em vista a prática, dedicam-se muito ao desenvolvimento da pesquisa e as escolas técnicas são igualmente muito numerosas. Os americanos sabem usar as idéias européias e aplicá-las com muito maior proveito.

Quanto à utilização de recursos da natureza o Brasil conta com grandes reservas de energia hidráulica, além de numerosos minérios; seu desenvolvimento se fará, também, embora de modo diferente. As condições industriais brasileiras se aproximam bastante das da Suécia, por exemplo. Como nesse país, a indústria hidro-elétrica deve servir de base à indústria de transportes, à indústria metalúrgica, à indústria química, principalmente à fabricação de adubos, à indústria têxtil e à da madeira.

Cada país, como cada homem tem suas características próprias; o essencial é começar por estudá-lo bem para em seguida traçar os planos de sua valorização.

Finalmente, frisou, é preciso não esquecer que a formação industrial norte-americana vem se realizando desde o fim de XIX.^o século, não é obra de um dia.

Encerrando o Eng.^o Leite de Castro observou que se deve sempre dar a conhecer a verdade, não enganar com fantasias, para dêsse modo poder utilizar-se o que o país tem de proveitoso afim de compensar as desvantagens.

Noticiário

Da Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Coordenação da Mobilização Econômica

INTERESSE DOS ESTUDANTES PELA FUNDAÇÃO BRASIL-CENTRAL — Estêve no dia 6 de janeiro no gabinete do ministro João Alberto, coordenador da Mobilização Econômica, uma comissão de universitários dirigentes da União Nacional de Estudantes.

Recebidos pelo ministro João Alberto, os estudantes deixaram-se ficar em longa e animada palestra com o coordenador, no decorrer da qual manifestaram o interesse da classe no sentido de ouvir a palavra do ministro João Alberto sobre os trabalhos e as finalidades da Fundação Brasil Central. O coordenador agradeceu e louvou o interesse dos universitários brasileiros em torno da efetivação da marcha para o oeste preconizada pelo presidente Getúlio Vargas e aceitou o convite. Dentro de alguns dias o ministro João Alberto realizará uma palestra na sede da U.N.E.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Divisão de Águas

ATLAS FLUVIOMÉTRICO DO BRASIL — Dentre os serviços técnicos em andamento na Seção de Pluviometria e Inundações da Divisão de Águas, encontra-se em vias de conclusão o *Atlas Pluviométrico do Brasil*, que condensará todos os estudos feitos até a presente data para explicar a distribuição das chuvas em todo o território nacional.

Cabe o mérito de tal empreendimento ao saudoso engenheiro Francisco Eugênio Magarinos Torres, ex-chefe da seção.

Este Atlas constará das seguintes partes:

1.^a — Mapas com a distribuição das isoiétras mensais e anuais obtidas com os valores médios de um período de 25 anos de observações (1914-1938) e um desenho do conjunto com mapas do país com curvas de igual desvio anual em relação à média de 25 anos de observações.

2.^a — Divisão do Brasil em zonas de similar distribuição mensal de chuvas e gráficos com a classificação dos postos em diversas famílias.

3.^a — Divisão do território brasileiro em zonas de similar distribuição anual de chuvas para o período 1-4-1938.

4.^a — Quadros com os dados das chuvas mensais e anuais de cada posto pluviométrico.

Quadros com os valores médios calculados para o período de 25 anos.

Quadros com os desvios percentuais de cada ano.

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Faculdade Nacional de Filosofia

EXCURSÃO AO SUL DO BRASIL — Organizada pela Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, com a colaboração do Conselho Nacional de Geografia, realizou-se uma excursão de estudos ao sul do país.

A caravana ficou assim organizada:

Diretor da Excursão — Professor Francis Ruellan — Professor de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia — Orientador científico das reuniões culturais do Conselho Nacional de Geografia.

Secretaria — Sta. Lísia Maria Cavalcante — aluna do 3.^o ano do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia.

1.^a Equipe: Geomorfologia

Chefe — Professor Orlando Valverde, licenciado em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia, candidato ao doutorado de Geografia e secretário assistente do Conselho Nacional de Geografia.

Secretária — Professora Léia Lerner, licenciada em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia, técnica do Conselho Nacional de Geografia.

a) Geomorfologia propriamente dita.

Professora Léia Lerner, professora Regina Pinheiro Guimarães Espindola, bacharel em História e Geografia, candidata ao doutorado de Geografia, técnico do Conselho Nacional de Geografia.

b) Topografia — Miguel Alves de Lima, técnico do Conselho Nacional de Geografia, Hélio Xavier Lenz César, técnico do Conselho Nacional de Geografia.

c) Geologia — Professor Alfredo José Fôrto Domingues, licenciado em Ciências Naturais pela Faculdade Nacional de Filosofia, candidato ao doutorado de Geologia, técnico do C.N.G. Professor Pedro Pinchas Geiger, licenciado em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia, candidato ao doutorado de Geografia, técnico do C.N.G.

2.^a Equipe: Climatologia, Hidrografia, Bio-Geografia

Chefe — Professora Mariam Timono, licenciada em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia, candidata ao doutorado de Geografia.

Secretária — Sta. Dora do Amarante Romariz, aluna do 3.^o ano do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia.

a) Climatologia — Sta. Elsa Coelho de Sousa — aluna do 3.^o ano do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia.

b) Hidrografia — Geraldo Vas, bacharel em História e Geografia, aluno do curso de Didática da Faculdade Nacional de Filosofia.

c) Bio-Geografia — Sta. Dora do Amarante Romariz.

3.ª Equipe: Geografia Humana e Econômica

Chefe — Professor José Veríssimo da Costa Pereira, professor do Colégio Pedro II e do Colégio Andrews, membro da Comissão de Revista do Conselho Nacional de Geografia.

Secretária — Professora Luci Guimarães Abreu, licenciada em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia, candidata ao doutorado de Geografia, assistente de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia.

a) *Habitat* e gêneros de vida — Professora Eloisa de Carvalho, licenciada em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia, candidata ao doutorado de Geografia.

Professora Fani Raquel Koiffmann, licenciada em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia, candidata ao doutorado de Geografia.

b) Inquéritos econômicos — Professora Luci Guimarães Abreu.

Sta. Maria Rita da Silva, aluna do 2.º ano do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia.

Serviços gerais — Chefe — Mme. Annette Ruejlan — Secretária — Sta. Maria Rita da Silva.

Abastecimento de material de acampamento: Sta. Dora do Amarante Romariz.

Farmácia de urgência: Sta. Elsa Coelho de Sousa.

Encarregado do material de observação: Miguel Alves de Lima.

Encarregado da organização dos transportes: Hélio Xavier Lenz César.

A excursão obedeceu ao seguinte itinerário no mês de janeiro último: dia 20. Rio-São Paulo; 21: São Paulo-Curitiba; 22: Curitiba; 23: Curitiba-Paranaguá-Curitiba; 24: Curitiba-Blumenau; 25: Blumenau-Florianópolis; 26: Florianópolis-São Francisco; 27: São Francisco-Curitiba; 28: Curitiba-Ponta Grossa-Guarapuava; 29: Guarapuava-Laranjeiras; 30: Laranjeiras-Foz do Iguaçu; 31: Foz do Iguaçu.

1: Foz do Iguaçu-Ponta Grossa; 2: Vila Velha-Curitiba; 3: Curitiba; 4: Curitiba-Paranaguá; 5: Curitiba-Blumenau; 6: Blumenau-Florianópolis; 7: Florianópolis-São Francisco; 8: São Francisco-Joinville-Curitiba; 9: Curitiba; 10: Curitiba-Monte Alegre; 11: Monte Alegre-Londrina; 12 e 13: Londrina; 14: Londrina-Ourinhos; 15: Ourinhos-São Paulo; 16: Rio de Janeiro.

★

Observatório Nacional

ECLIPSE DO SOL — A 26 de janeiro último, segundo as previsões, verificou-se um eclipse do sol cuja sombra descreveu a seguinte trajetória: partindo de um ponto sobre o Oceano Pacífico, a linha central da faixa sombreada alcançou a costa peruana entre as latitudes de 6 a 8° S, sobre a localidade de Chiclayo. A seguir, o eclipse atingiu os cumes da cordilheira dos Andes passando pelo Departamento de Catamarca. A trajetória continuou pelo Brasil, o Atlântico e a África, onde terminou, a 7 260 milhas marítimas de seu ponto de partida, precisamente a 19° de latitude N e 9° de longitude E. A penumbra do fenômeno abrangeu os territórios do Panamá, Colômbia, Venezuela, grande parte do norte do Chile e Argentina.

A propósito da visibilidade do fenômeno, em território brasileiro, o Observatório Nacional prestou as seguintes informações à imprensa:

O fenômeno foi total para os habitantes de uma estreita faixa que corta a parte norte de nosso país. Esta faixa de totalidade entra no Brasil pelo Território do Acre, passa pelo sul dos Estados do Amazonas e Pará e pelo extremo norte de Goiás, para atravessar em seguida os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, entrando no Atlântico nas alturas de Fortaleza. Sua largura é de cerca de 150 quilômetros.

Fortaleza, Teresina, Carolina e Porto Velho acham-se entre as localidades que viram o eclipse total, estando muito bem situada para esse fim a capital do Piauí, onde a duração do fenômeno foi de 3 minutos e 51 segundos.

Ao norte e ao sul dessa estreita faixa o eclipse foi parcial e a porção do disco solar recoberta pela Lua foi tanto mais fraca quanto mais afastado dela se achava o lugar.

Na carta do eclipse traçada no Observatório Nacional encontram-se, além da faixa de totalidade, as curvas de início e fim do fenômeno.

A duração máxima da totalidade nesse eclipse foi de 4 minutos e 9 segundos para os lugares favoravelmente situados.

Finalmente foi fornecida uma tabela discriminando as horas das fases do eclipse parcial e a respectiva grandeza para todas as capitais dos Estados, como também uma outra tabela, mais minuciosa, para Teresina e Fortaleza, onde o eclipse foi total.

O Observatório Nacional não teve conhecimento da instalação de nenhuma comissão científica na faixa de totalidade, para observação do fenômeno. Foi isso provavelmente devido à dificuldade de transporte de pessoal e mais ainda ao volumoso e pesado material empregado nesse gênero de observações.

Na sede do Observatório Nacional, o astrônomo-chefe, comandante Domingos Costa, e seus auxiliares Flávio Pascoal, José Leite Correia e Castro e Hélio Meireles pretendiam fotografar o fenômeno mas foram impedidos pelo mau tempo, tal como aconteceu em Sobral, Ceará, em 1940.

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

Serviço Geográfico do Exército

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DO LITORAL NORDESTINO — Procedente do Rio de Janeiro, de passagem por São Paulo para o sul, o general José Antônio Coelho Neto, diretor do Serviço Geográfico do Exército, declarou à imprensa que aquela repartição militar vem realizando o levantamento aerofotogramétrico de toda a faixa litorânea do Nordeste compreendendo os Estados de Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará fazendo-se o mesmo no Rio Grande do Sul. Esses serviços estão sendo efetuados com a maior rapidez possível para atender às necessidades militares e encontram-se a cargo de coronéis do Exército.

★

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

Departamento de Geografia e Estatística

VISITA DO PROFESSOR GIORGIO MORTARA — O professor Giorgio Mortara, consultor técnico da Comissão Censitária Nacional visitou, recentemente, o Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal.

O visitante foi recebido pelo diretor Sr. Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, chefes de serviço e funcionários, tendo observado demoradamente todos os setores de trabalho que compõem aquele órgão. No decorrer de sua vi-

sita o professor Giorgio Mortara expressou seus agradecimentos pela colaboração que sempre obteve do Departamento, apresentando, ao mesmo tempo, congratulações ao pessoal pela impressão que lhe foi proporcionada.

★

Instituições particulares

ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS

CURSO SOBRE EUCLIDES DA CUNHA — CONGRESSO EM HOMENAGEM A RIO BRANCO — Na sessão realizada a 17 de janeiro último, entre os assuntos tratados foi discutido o referente ao próximo centenário do nascimento do barão do Rio Branco.

O presidente informou ter a Diretoria resolvido se promovesse a realização de um congresso de homens de letras e de pensamento, em abril do ano vindouro, para comemorar o centenário do patrono barão do Rio Branco, em cujo certame venham a colaborar tôdas as representações intelectuais do Brasil, e outras das nações americanas. Que a Academia fizera em 1936 um congresso notável, das academias de letras e demais sociedades culturais, com o melhor êxito, e que agora com mais razão e mais força poderá fazer outro em 1945, por meio do qual se venha contribuir para o levantamento de diretrizes espirituais do continente, na restauração do mundo de após-guerra.

Deverá ser iniciado em abril um curso em torno da obra e da individualidade de Euclides da Cunha a cargo de acadêmicos e de escritores euclideanos especialmente convidados.

★

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

5.º CURSO DE FÉRIAS — Prosseguindo no seu magnífico programa de difusão cultural em proveito de todo o magistério do território pátrio, a Associação Brasileira de Educação deu início no mês de janeiro último ao seu 5.º Curso de Férias.

Como no de 1943, as aulas do Curso de Férias deste ano serão realizadas através da PRA-2 do Ministério da Educação, diariamente, (exceto aos sábados e domingos) das 17 horas e meia às 18 horas.

O Curso, que terá a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Departamento Nacional da Criança, compreende as seguintes séries de estudo: série A — Os países da América; série B — Regiões naturais e territórios do Brasil; série C — Educadores brasileiros; série D — Problemas atuais da criança.

O embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dirigiu aos secretários de Estado das Unidades Federadas o seguinte telegrama circular, a propósito do Curso de Férias.

“Como vem ocorrendo anos anteriores, Associação Brasileira Educação, com concurso entidades culturais e técnicas, entre elas Instituto Brasileiro Geografia Estatística, vai realizar janeiro próximo curso férias para professores primários país. Em virtude dificuldade transportes decorrentes situação guerra, curso será levado efeito por intermédio rádio difusora Ministério Educação, desenvolvendo-se interessante programa de palestras, a cargo eminentes especialistas em várias matérias. Palestra serão

proferidas diariamente, às dezessete horas, a partir próximo dia sete. Fazendo vossência presente comunicação, agradecerla suas oportunas providências afim levar assunto conhecimento interessados, particularmente Magistério, se possível promovendo ampla divulgação notícia. Agradecendo interesse dispensar assunto, apresento-lhe cordiais saudações. (a) José Carlos Macedo Soares, Presidente Instituto Brasileiro Geografia Estatística.”

★

CENTRO CARIOCA

A CASA DE RIO BRANCO — O Centro Carioca, procurando dar cumprimento ao Decreto n.º 4 741, de 20 de abril de 1934, cujo próximo decênio pretendemos festejar condignamente, enviou ao Dr. Henrique Dodsworth, Prefeito do Distrito Federal, o seguinte requerimento:

Exmo. Sr. Prefeito do Distrito Federal.

O Centro Carioca, instituição cívica e cultural, de utilidade pública federal e municipal, com sede nesta cidade, à praça Tiradentes n.º 60, 4.º andar, devidamente representado por seu presidente nos termos dos Estatutos em vigor, vem expor e requerer a V. Excia., para ressalva dos seus direitos, o seguinte:

a) Que, pelo Decreto n.º 4 741, de 20 de abril de 1934, foi confiada ao Suplicante a guarda da “Casa de Rio Branco”, imóvel situado à rua 20 de Abril n.º 14, onde nasceu um dos maiores brasileiros de todos os tempos, o insigne estadista carioca barão do Rio Branco;

b) Que, pelo referido Decreto n.º 4 741, está o Suplicante investido no pleno direito de habitação do aludido imóvel, afim de nele instalar a sua sede social, bem como organizar uma galeira de homens notáveis do Distrito Federal e manter uma seção de informações turísticas e um mostruário de produtos cariocas;

c) Que, depois de várias providências junto às autoridades municipais, o Suplicante conseguiu, em 1943, efetiva e materialmente, a entrega das chaves do referido imóvel, graças às diligências de V. Excia., tão bem coadjuvadas pelo atual diretor do Departamento do Patrimônio;

d) Que a entrega das chaves se processou sem que nenhum termo fosse lavrado, o qual, entretanto, se torna indispensável para completar os requisitos estabelecidos pelo Decreto n.º 4 741, de 20 de abril de 1934;

e) Que o Suplicante pretende iniciar, em breve, as necessárias obras de conservação e adaptação do mencionado imóvel, com a estrita observância do mesmo decreto;

f) Que, evidentemente, para ressalva de qualquer eventualidade futura, não obstante o seu direito líquido e certo, estabelecido por lei e de fato, já ratificado pela Prefeitura do Distrito Federal, vem o Suplicante requerer a V. Excia. se digne ordenar a lavratura do alu-

dião termo de entrega da "Casa de Rio Branco", perante a repartição competente, no caso, o Departamento do Patrimônio, a que sempre esteve afeta a guarda daquele monumento histórico até a entrega das chaves ao Suplicante.

Procedidas as formalidades legais, e,

Nestes termos,

E. deferimento.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1944.

Óton Costa, Presidente."

★

CLUBE DE ENGENHARIA

ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA —

No dia 27 de janeiro findo, o Eng. Luis Alberto Whately fêz, no Clube de Engenharia uma conferência sobre a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia de que é um dos construtores por ser o representante do Brasil na Comissão Mista Brasileiro-Boliviana. Focaliza as diretrizes da economia boliviana: a falta de unidade geográfica e a mediterraneidade da nação andina e refere-se à força de atração das duas grandes bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata e à predominância do dinamismo do sistema do Atlântico sobre o sistema do Pacífico que define irresistivelmente o sentido da gravitação da economia que se estabelecer em toda a zona situada na vertente oriental dos Andes, sobretudo a indústria petrolífera da faixa sub-andina que vai do rio Parapety ao Ichilo.

O plano de construções ferroviárias em questão se apresenta do seguinte modo:

Ligação Corumbá a Santa Cruz de La Sierra, com um desenvolvimento de 660 quilômetros, presentlymente em construção com cerca de 170 quilômetros de linha assentada e mais de 100 quilômetros do leito concluído.

Ligação Santa Cruz-Vila, ligando o altiplano às férteis planícies do Oriente.

A Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, da qual o conferencista é o engenheiro-chefe, desde a sua constituição em 1938, constrói presentemente a E. F. Corumbá-Santa Cruz. Desta construção dá-nos o Sr. Luis Alberto Whately informações completas sobre as duas fases de estudos e construção em que ela se desdobra.

Diz o conferencista sobre as dificuldades venidas:

Em pleno coração da América sertaneja, na selva bruta ou nos descampados quase despidos de vida vegetal, vivendo no desconforto das barracas, hoje aqui, amanhã mais adiante, ora sob aguaceros torrenciais, ora sob o sol inclemente dos trópicos, agredidos sem descanso pela abundância invencível dos mosquitos, cercados pela solidão dos ermos imensos onde perambulava insidioso e implacável o fantasma insone das febres tropicais, sujeitos a moléstias várias como a leishmaniose, o beribéri, a henteralopia, constantemente expostos à ameaça de incursões de tribos selvagens dentre as quais se destacam a dos Potóroeros e a dos sanguinários Yanalgua, que têm seu habitat nas margens do rio Grande — os veteranos da campanha de estudos conseguiram dominar a poderosa e ativa resistência que a natureza opôs ao seu esforço criador. Muitos deles já não fazem parte dos quadros da Comissão Mista, mas o valor de que deram admiráveis provas persiste na admiração de todos nós, que ficamos para continuar a labuta e fóra desnecessário

incluí-los numa citação nominal, numa lista de honra, para mantê-los permanentemente ligados ao êxito alcançado."

Faz a seguir o elogio dos profissionais brasileiros e bolivianos que trabalharam e continuam prestando sua cooperação às obras de construção da estrada.

Sobre a fase da construção da E. F. Corumbá-Santa Cruz o conferencista demora suas considerações na apreciação da produtividade do trabalho empreiteiro e do regime contratual adotado pelo Tratado de Vinculação Ferroviária. Oferece a seguir um quadro dos trabalhos executados e dos serviços organizados até o presente, num trecho de 400 quilômetros, que vai da fronteira brasileiro-boliviana até a localidade de San José de Chiquitos.

De um cubo de escavação calculado em 3 700 000 metros cúbicos, já se acham concluídos 2 470 000 metros cúbicos, ou seja 66%, e dos 400 quilômetros de linha já estão assentados 170 quilômetros e empedrados 50 quilômetros.

Define a ampla colaboração prestada pela indústria petrolífera boliviana aos trabalhos de construção da ferrovia.

Declara o conferencista que o problema mais relevante do momento, para a Comissão Mista é a obtenção de trilhos e seus acessórios, explicando que é fácil prefigurar a incômoda situação que a referida Comissão terá que enfrentar se lhe faltar esse material por um desabrigo dos aterros expostos aos perigos da erosão soma-se à perspectiva de vir a sofrer por mais tempo as rudes dificuldades do transporte "carretero", exatamente agora que o tráfego de construção se avoluma devido ao encargo que lhe cabe de organizar um sistema misto de transporte rodo-ferroviário que dará início ao intercâmbio comercial entre ambos os países. Adianta que, mercê do assíduo interesse que o general Mendonça Lima, ministro da Viação, tem votado à E. F. Brasil-Bolívia, alimenta a confortadora esperança de que a indústria siderúrgica brasileira possa prover à Comissão Mista dos trilhos bastantes à satisfação de suas necessidades mais imediatas.

O conferencista demonstra que a principal dificuldade que a Comissão Mista tem encontrado é o transporte dos recursos destinados ao abastecimento dos trabalhos de construção. São interessantes as revelações que faz das dificuldades superadas cotidianamente para assegurar um transporte regular até o local do consumo.

Concluído a conferência, o Sr. Luis Alberto Whately passou em revista o estupendo cenário de trabalho criado pelo pragmatismo político do Estado Novo. Referiu-se ao pan-americanismo prático que norteia a política externa do Presidente Getúlio Vargas e encontra no ministro Osvaldo Aranha seu grande e entusiasta executor. A prática do pan-americanismo tende a criar uma consciência continental cujas amplas manifestações se expandem no sentido de considerar, estudar e resolver os problemas de cada nação sul-americana como problemas eminentemente americanos. Argumenta que o pan-americanismo despiu sua forma literária e de um certo modo teórica que tem conservado, a partir de Bolívar até a Conferência dos Chanceleres, passando por Monroe, para alimentar-se de realizações concretas: constrói estradas. Tomando por base o exemplo do Brasil e da Bolívia, que se puseram à frente da constituição do sistema ferroviário transcontinental Arica-Santos, como corajosos pioneiros, e a iniciativa dos Estados Unidos lançando a grande rodovia pan-americana, conclui o conferencista que já se pode falar numa política continental de comunicações.

Define a função social da engenharia, a arte que maior soma de utilidades produz para a satisfação das necessidades públicas. "O futuro da América Meridional depende da engenharia, considerada em todos os seus aspectos. Em seus prognósticos sobre o futuro do Brasil coloca a engenharia como fator decisivo. Analisa os males que emergem das aglomerações metropolitanas e toca na velha tecla do abandono do campo e do engorgamento das cidades. Mas a realidade atual é promissora: "Vive-mos outra vez sob o signo do bandeirismo, não daquele que buscava o ouro de Culabá, mas do bandeirismo que procura o ouro da colonização científica", e logo a seguir: — "Avançamos outra vez para o sertão. Ora é a Fundação Brasil Central, a colonização do vale do São Francisco ou a Campanha da Borracha."

Fêz a apologia da ação. E nós precisamos encher de sentimento e de ação nossos grandes vazios demográficos. Nosso problema de hoje e de sempre é a deslocação de grandes contingentes humanos para o oeste:

O povoamento do Brasil sertanejo será feito também pelo incremento da natalidade, pelo aumento da prole brasileira.

As últimas palavras do conferencista são dirigidas ao Presidente Getúlio Vargas: "Do Presidente Getúlio Vargas pode-se dizer o que Anatole France disse de Napoleão: "Não tinha um pensamento que não fosse uma ação e todas as suas ações foram grandes e comuns." Esta é, sem dúvida, a síntese do homem integral. Lançando a campanha da Boa Vontade logo no início do seu governo ou resolvendo os problemas básicos de nossa economia, dentre os quais avulta a criação da grande siderurgia em Volta Redonda, sua vida política tem sido um exemplo de ação constante e fecunda. O exemplo de trabalho e boa vontade nos vem de cima. Dêle nos vem ainda o exemplo de serenidade e vigilância. Sua personalidade poderosa dirige os destinos do Brasil e nunca o espírito nacional, considerado em seu todo, teve maior consciência de suas possibilidades e maior confiança de si mesmo."

A conferência foi ilustrada por uma parte gráfica e a exibição de um interessantíssimo filme mostrando o desenvolvimento da Transcontinental, desde Santos até Arica.

Estiveram presentes os ministros Osvaldo Aranha, Mendonça Lima, altas autoridades e numerosos engenheiros.

★

FACULDADES CATÓLICAS

CONTRIBUIÇÃO DO AMAZONAS PARA O MUSEU ETNOGRÁFICO — A propósito da oferta feita pelo interventor federal no Estado do Amazonas de interessante matéria para o Museu Etnográfico das Faculdades Católicas o Pe. Leonel Franca, S.J. dirigiu ao chefe do Governo amazonense o seguinte officio de agradecimento:

"Acabo de receber os objetos de alto interesse etnográfico que V. Excia. teve a gentileza de nos enviar. É nossa intenção organizar um museu etnográfico brasileiro que permita a alunos e professores o estudo objetivo e prático do estado cultural das nossas raças aborígenes. Naturalmente o Estado do Amazonas, mais talvez do que nenhum outro, poderá contribuir para a riqueza de nossas coleções. Foram, portanto, acolhidos com os mais sinceros agradecimentos os objetos enviados por V. Excia. que assim terá o seu nome entre os dos nossos generosos benfeitores.

Queira, pois V. Excia. aceitar as homenagens de nossa gratidão e, em se oferecendo novo ensejo, continuar a enviar-nos tudo o que possa contribuir para um conhecimento mais profundo do grande Estado a cujos destinos V. Excia. tão dignamente preside."

★

ROTARY CLUBE

UMA PALESTRA DO URBANISTA JOSÉ MARIANO FILHO SOBRE O RIO DE JANEIRO — Na última reunião do mês de janeiro findo realizada pelo Rotary Clube do Rio de Janeiro o Sr. José Mariano Filho fez uma palestra sobre o Rio de Janeiro, cujo resumo publicamos a seguir:

Estou aqui para falar dos interesses da cidade. Todas as cidades têm interesse *vis-à-vis* ao povo, e a do Rio de Janeiro tem, de caráter especial, uma série de problemas seculares que estão a desafiar a boa vontade dos administradores.

Três desses problemas estão sempre presente ao espírito do povo e exigem cada vez mais a solução final. São eles: em primeiro lugar, o tráfego; em segundo lugar, a questão das inundações e, em terceiro, a questão dos espaços livres.

Muito de propósito coloquei fora dessas três necessidades a questão de arquitetura, pois esta é coisa que poderá ser solucionada em qualquer época, desde que haja recursos. Mesmo porque arquitetura precisa de ambiente e não se compreende que uma cidade como a do Rio possuía uma arquitetura opulenta se não possui parques e jardins proporcionalmente a essa arquitetura. Infelizmente, os urbanistas do Rio, na sua maioria, não conhecem cidades européias e não sabem a proporção de terreno livre que é destinado para gozo da população. Os jardins do Rio, somados, significam parcela mínima — miserável mesmo — em relação às necessidades da cidade. Não somente as ruas são extremamente estreitas e próximas, como não existe no Rio o problema dos parques de sombra. Entretanto, se todos os outros países cuidaram insistentemente desse problema, para nós é de capital importância, porque a sombra é indispensável à nossa vida. Precisamos de árvores frondosas, de parques, de jardins, mas também é necessário que esses jardins, que esses parques representem uma atração para o homem. Se nós na Europa, em Paris, procuramos o parque, temos certeza de encontrar sítios atraentes, agradáveis. Mas não é com uma, duas ou três árvores que se conseguirá atrair o homem e lhe dar satisfação, o que é preciso é a reconstituição da paisagem para que o homem sinta prazer.

Há poucos dias tivemos mais um doloroso exemplo da falta de solução do problema das inundações. Sabem os rotarianos que a área habitada do Rio, isto é, a área dos vales, é inferior à área de suas próprias montanhas, o que pode ser facilmente comprovado por um rápido estudo topográfico das montanhas que envolvem os nossos vales. Essas montanhas no primeiro e segundo século da nossa civilização — tempo em que a cidade era uma simples orla litorânea com um ou outro caminho que se intrometia um pouco mais para diante e eram cobertas de vegetação e não há notícia de inundações nessa época. Os morros eram cobertos de vegetação, de florestas virgens, e este é tipicamente o elemento natural para reter e distribuir as águas. Assim, a proporção que essas florestas foram sendo devastadas surgiram as inundações. Era essencialmente necessária a revisão da rede de esgotos da nossa cidade e a "reflorestação" de seus morros —

único sistema eficiente para captação das águas antes que alcancem as planícies. A Inglaterra executou obra magnífica a respeito e todos os urbanistas sabem disso. O professor Agache trouxe, em sua missão, um notável urbanista, que estudou o problema, mas o que nos falta é atacar esse problema. Não é possível que a cidade continue exposta anualmente a inundações, sem que sejam tomadas todas as precauções para evitá-las.

O problema que colocaria em primeiro lugar é o dos transportes. O Rio é uma cidade "engarrafada", sem tráfego, e é inútil procurar-se "tapar o sol com a peneira". A eletrificação da Central significa uma gota d'água no problema dos transportes, porque proporciona locomoção mais rápida e vagões mais confortáveis, mas onde é preciso viajar em pé, porque a Central não dá vazão, como não dava mesmo nos tempos normais, quando circulavam os 15 mil automóveis que se encontram paralisados. Não somente em virtude da extensão, como devido à secção exigua das ruas (a avenida Getúlio Vargas é uma exceção dentro do traçado da cidade) e ao tráfego que vai comportar; a única solução do tráfego é o Metropolitano. E se isso é inevitável, se a cidade não poderá progredir sem ele, será inútil protelar em cada ano que passa, pois só trará inconvenientes. Não se trata de construir uma rede de grande extensão a todos os bairros, mas de um tronco central que atendesse aos pontos de maior movimento, para daí por diante a população se locomover pelos meios usuais. Esta, a medida que se impõe."

★

SOCIEDADE ANGLO-BRASILEIRA

OS INDÍGENAS BRASILEIROS FOCALIZADOS PELO ANTROPOLOGO TURNER — Realizou-se na Sociedade Anglo-Brasileira uma conferência sobre *Origens indianistas do Brasil*, acentuando o orador que a Sociedade Anglo-Brasileira poderia cooperar valiosamente, tornando-se elo para a troca de informações e investigações científicas entre a Grã Bretanha e o Brasil.

Apesar do Sr. Turner não ter estado ainda no Brasil, já fez profundas pesquisas sobre a história e costumes das tribos indígenas da América do Sul e Central e do México, sendo partidário entusiasta da teoria que os primeiros habitantes da América procederam da Sibéria, tendo atravessado o estreito de Behring há cerca de 20 000 anos.

Durante mais de uma hora, o professor Turner manteve a assistência atenta à sua exposição sobre os costumes dos índios brasileiros, tendo se referido ao esclarecido tratamento a que os indígenas têm sido submetidos por parte do governo brasileiro. Como exemplo da humana atitude dos dirigentes brasileiros para com os indígenas, Turner citou o caso dos oficiais encarregados dos serviços de proteção aos índios terem, frequentemente, arriscado a própria vida para evitar o derramamento de sangue dos nativos.

Acentuou mais a valiosa contribuição prestada pelo elemento indígena à expansão do Brasil, quer na agricultura, com o plantio da mandioca e do milho que os índios cultivavam desde tempos imemoriais, quer pelos conhecimentos que os nativos tinham do país e que forneceram aos colonizadores.

Entre os assistentes se contavam o embaixador do Chile, membros das embaixadas de Portugal e do México e de outras legações latino-americanas. A sessão foi presidida por Sir Thomas Cook, presidente da Sociedade Anglo-Brasileira.

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

O ESTUDO MORFOLÓGICO DO HOMEM BRASILEIRO — No auditório do Edifício Hollerith, realizou-se no dia 25 de janeiro findo, mais uma sessão pública promovida pela Sociedade Brasileira de Estatística, na qual fez uma conferência o professor Peregrino Júnior da cátedra de biotipologia da Faculdade Nacional de Filosofia.

Tomando por tema da sua palestra a *Avaliação biométrica do desenvolvimento normal do brasileiro*, o professor Peregrino Júnior esplanou com muita clareza o assunto, tratando do desenvolvimento físico e mental da criança e do adolescente. Procurou tornar de mais fácil compreensão a questão desse problema, expondo as nossas deficiências e os recursos de que dispomos atualmente para cuidarmos desse assunto.

Além há quem ache melhor, em vez de biométrica, o emprêgo do termo antropo-biométrico ou endócrino-biométrico.

Acentuou, inicialmente o professor Peregrino Júnior a grande importância que têm no desenvolvimento físico normal do indivíduo as glândulas e os hormônios. Há por exemplo, na cabeça, dentre cerca de dezoito hormônios produzidos, dois tipos fundamentais: — os hormônios sonotrópicos e os gonotrópicos. Ambos influem constantemente sobre o crescimento do indivíduo, ou, melhor na sua estrutura ósseo-corporal. Estes hormônios têm enorme importância no desenvolvimento do homem.

Para a avaliação biométrica, embora seja isso um problema bastante complexo, podemos agir seguindo as tabelas elaboradas pelo grande endocrinologista norte-americano, Engelbach, de St. Louis. Este cientista escreveu uma obra, publicada em 1932, denominada *Medicina Endócrina*, a qual se tornou como que a bíblia dos endocrinologistas e o padrão dos estudos biométricos.

Engelbach, depois de colossais estudos, baseando-se na observação cuidadosa de dois milhões e quinhentos mil indivíduos, e nos trabalhos de cerca de quarenta endocrinologistas, estabeleceu uma tabela simples, na qual se aplicam facilmente oito medidas. Em primeiro lugar vem a altura, que é um dos pontos de capital importância na biometria. O indivíduo vai se desenvolvendo no sentido da estatura, e de modo geral, sob as influências dos hormônios sonotrópicos e dos gonotrópicos. Engelbach fez experiências na aplicação desses hormônios, primeiramente, desde o nascimento do indivíduo até os seis meses, mensalmente; daí até os dezoito meses, semestralmente. Os resultados foram aproveitados para a organização das tabelas biométricas.

Fêz-se experiências também em cachorros, do seguinte modo: num cão policial, por exemplo, ao qual se aplicaram os hormônios, teve o seu crescimento no sentido da estatura (ou do porte, usando a linguagem aplicável nesse caso); num cão "baixo", aplicando-se os mesmos hormônios, verificou-se o seu desenvolvimento, não na sua estatura, mas no sentido do comprimento.

Observada a idade morfológica do indivíduo, e feita a sua comparação com a idade cronológica, havendo harmonia entre elas, diz-se que o crescimento ou desenvolvimento é normal.

As tabelas de Engelbach estão baseadas também nessas observações.

Aqui no Brasil, embora estejamos ainda numa fase de arrematamento de adeptos, já se poderia fazer essas experiências.

Depois de estudos, far-se-ia uma tabela única e simples baseada não em dados teóricos, mas em experiências e observações.

Um fator que deveria ser desprezado, e que muito vem dificultando os nossos métodos, é exatamente a grande divergência que há entre eles. Em São Paulo surgiu um trabalho relativo à biometria, da professora Maria Antônia de Castro, trabalho esse considerado muito interessante.

No Brasil, sugeriu o professor Peregrino Júnior, poderia ser criado, pela Divisão de Educação Física, que tem à frente o major Barbosa Leite, um instituto científico onde se poderia cuidar do problema, organizando-se pesquisas, fazendo-se levantamentos estatísticos e elaborando-se uma tabela padrão.

Nêle poderia ser feita uma ficha biométrica modelo, a qual seria distribuída por todos os órgãos competentes no assunto, em todos os Estados do Brasil.

Não seria muito difícil para a Divisão de Educação Física, executar esses trabalhos, uma vez que este órgão dispõe dos mais modernos aparelhamentos de biometria no país.

Há um sistema muito simples, norte-americano, referente à medida dos dois segmentos. Engelbach estudou em St. Louis, Estados Unidos, e houve um outro na Alemanha, também muito importante chamado Strates, que estudou biometria nas mulheres e crianças.

Há duas diferenças principais nos sistemas de avaliação biométrica desses dois cientistas; — uma delas está no fato de que a maturidade sexual na Alemanha se dá muito mais tardiamente do que nos Estados Unidos.

No Brasil, devido ao meio, à educação e às deficiências de aparelhagem biométrica, ainda não se poderia cuidar do assunto, senão num sentido objetivo.

Segundo disse o professor Peregrino Júnior na sua conferência, há um sistema de avaliação biométrica muito simples, de um biômetra norte-americano, Mac Leigh, e este seria, para nós o ideal. Mas, é preciso cuidarmos do assunto com afinco, disse o conferencista, emprendermos mesmo uma cruzada nesse sentido, pois do contrário, como poderemos saber da capacidade mental e social do nosso homem, sem conhecermos antes o seu nível biométrico?

Moças altas e homens baixos

O professor Peregrino Júnior narrou, a propósito, fatos pitorescos ocorridos, na sua clínica. Disse êle que várias vezes têm aparecido em seu consultório moças, cujo crescimento se deu em sentido anormal (muito altas). Essas "gigantes" mostram-se descontentes com a sua estatura, e alegam que isso influi no problema do casamento. E, respondendo certamente a uma pergunta do endocrinologista, diz: "mas, doutor, eu não arranjo nem quem queira dançar comigo, quanto mais um marido"!

Outras vezes surge em nos consultórios jovens de pequena estatura, que também se mostram descontentes com isso, mas em sentido oposto ao das moças, alegando infelicidade no amor pelo fato de serem baixos demais. Outros dizem que por poucos centímetros foram "cortados" na inspeção de saúde da Escola de Cadetes.

No Exército francês houve um certo tempo quem se aproveitasse disso, para se desobrigar do serviço militar. Adotaram um método interessante: convocados, durante alguns dias antes de se apresentarem para a inspeção de saúde feita na unidade em que deveriam servir, começavam a carregar volumes pesados na cabeça, afim de "encolher" alguns centímetros. De fato, com esse sistema, disse o professor Peregrino Júnior, muitos se livraram do serviço militar no Exército francês. Mas logo os entendidos no assunto abriram os olhos, de sorte que os con-

vocados passaram a permanecer na unidade vários dias, afim de voltarem ao "comprimento" normal.

Finalizando a sua conferência, o professor Peregrino Júnior disse que o que se deve logo ir fazendo no Brasil é empreender, com afinco, uma grande cruzada, afim de despertar o interesse da nossa gente para o problema da biometria ou como alguns querem, da antropobiometria.

★

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

REALIZOU-SE MAIS UMA SESSÃO — Sob a presidência do almirante Raúl Tavares, realizou-se, a segunda sessão da Diretoria e do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Durante a sessão foram aprovados unanimemente as seguintes propostas: do comandante Oliveira Belo, pedindo um voto de congratulações não só para com o Sr. ministro Osvaldo Aranha, consócio, pela inauguração do curso de cartografia organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, sob a direção do confrade, o historiador português, Dr. Jaime Cortesão, bem como para o Sr. ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, que regressou ao convívio da Sociedade depois de dois anos de ausência no estrangeiro.

O Sr. almirante Raúl Tavares propôs que fosse enviado um telegrama de congratulações ao Sr. Presidente Getúlio Vargas, pela passagem do seu aniversário, e um de agradecimento ao Sr. ministro Osvaldo Aranha, pela presteza e solicitude com que atendeu a Sociedade ao providenciar a execução de obras de caráter urgente para a conservação do prédio em que se acha instalada.

Em prosseguimento, o Sr. presidente deu a palavra ao Sr. general José Vieira da Rosa, que fez uma comunicação geográfica sobre a barra de Araçatuba, salientando o fenômeno de sedimentação observado nessa parte do litoral do Brasil, onde o levantamento das areias ligou duas ilhas à costa, bem como os perigos que oferece à navegação costeira a continua modificação do relevo submarino e da costa meridional do Brasil. Os comandantes Oliveira Belo e Feliciano Xavier e o almirante Raúl Tavares comentaram a comunicação. O Sr. ministro Fonseca Hermes propôs que a Sociedade nomeasse uma Comissão de três membros cuja finalidade será colocar a Sociedade a par de todos os assuntos relativos à geografia tanto do Brasil, como do estrangeiro. A proposta foi unanimemente aprovada, sendo nomeados os Srs. ministros Fonseca Hermes e Srs. Carlos Domingues e Murilo de Miranda Basto.

Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu o comparecimento dos presentes e deu por encerrada a sessão.

★

TOURING CLUBE DO BRASIL

EXCURSÃO DE TURISMO A ARARUAMA, SÃO PEDRO D'ALDEIA E CABO FRIO — Organizada pelo Departamento de Turismo do Touring Clube do Brasil realizou-se uma excursão a Araruama, São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio, na qual tomaram parte associados daquela instituição. Foram visitados os lugares pitorescos existentes no percurso inclusive as obras de urbanização de Araruama, estância climática fluminense e os templos e monumentos históricos de Cabo Frio, ponto terminal da excursão.

★

Certame

CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. — O Museu Paranaense, com a colaboração do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná resolveu promover um "Congresso da História da Revolução de 1894" a realizar-se

entre os dias 7 e 11 de fevereiro corrente, na cidade da Lapa, naquele Estado.

Tomarão parte no certame o Círculo de Estudos Bandelrantes e mais delegações dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais.

★

Das Unidades Federadas

ALAGOAS

LIMITES — ALAGOAS — PERNAMBUCO — Estêve na capital de Alagoas, em janeiro último o Sr. Mário Melo, assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia e secretário do Diretório Nacional do mesmo em Pernambuco que foi ali tratar dos trabalhos da fixação dos limites Pernambuco - Alagoas, de acordo com o convênio preliminar últimamente assinado entre esses dois Estados.

Em comunicação feita ao Governo de Pernambuco o Sr. Mário Melo informou que encontrou o serviço cartográfico adiantado, de acordo com o levantamento misto feito pelas turmas que trabalham no campo, sob a orientação do Eng.º Aloísio Lira, técnico do C.N.G.

★

ESPÍRITO SANTO

Instituto Histórico

HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO — Reuniu-se, em sessão extraordinária o Instituto Histórico do Espírito Santo.

Falou em primeiro lugar o Sr. Eurípedes Vale, que leu e justificou o plano geral para a elaboração da História do Espírito Santo de que fôra incumbido na sessão passada. Deleberou a Casa distribuir cópias do plano aos associados, dada a importância da matéria.

Usou a palavra o Dr. Mário Freire que ofereceu à Casa um exemplar do Relatório do saudoso presidente do Instituto Sr. Arquimínio Matos sobre o patrimônio do Instituto. Refere-se ainda a um livro do Tombo de Nova-Almeida tecendo considerações oportunas sobre o mesmo. Lembra a seguir a necessidade do Instituto obter na Biblioteca Nacional um exemplar ou cópia do trabalho intitulado *Memórias de um Capichaba* ali existente.

Fala, a seguir, o Dr. Jair Dessauné que se refere, à restauração, pelo Serviço de Patrimônio H. e A. Nacional do velho Forte São João desta capital, fazendo interessante comentário a respeito. Comenta a proposta o Sr. Mário Freire que esclarece já ter aquêle órgão do Ministério da Educação em seu poder a lista dos monumentos a serem restaurados no Estado.

Por fim o Sr. Mário Freire convida o Instituto a visitar, no bairro de Jucutuquara, o velho solar Monjardim que está sendo restaurado para nele se instalar o Museu da Cidade.

Por proposta do Dr. Augusto Sales resolve o Instituto fazer, incorporado, a visita lembrada no dia imediato às 15 horas. E após várias deliberações de caráter administrativo é encerrada a sessão às 21 horas e meia.

★

MINAS GERAIS

Instituto Histórico e Geográfico

PRIMEIRA REUNIÃO DO ANO — O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais realizou no dia 23 de janeiro próximo findo, a sua primeira sessão do corrente ano, para apresentação do relatório da diretoria atual e recepção dos novos consócios, Sr. Antônio Alves Passig, de Ribeirão Preto, e comandante Luís de Oliveira Belp.

Dispensada a leitura da ata anterior e do expediente, o Sr. presidente propôs que, em sinal de pesar pelo falecimento dos consócios, Srs. Ernesto Sperling e Valdomiro de Magalhães, todos os presentes se conservassem de pé, guardando um minuto de silêncio.

Pelo tesoureiro, Sr. Copérnico Pinto Coelho, foi lido e aprovado, depois do pronunciamento da Comissão de Contas, o relatório e contas dos trabalhos do Instituto no ano findo a 31 de dezembro.

Foi, em seguida, apresentado pelo Sr. Pinto Coelho o novo consócio, Sr. Antônio Alves Passig, que ocupou logo depois a tribuna, pronunciando bela e aplaudida oração, em agradecimento.

Dada a palavra ao orador perpétuo do Instituto, Dr. Roberto de Vasconcelos, fez êste o elogio dos dois novos consócios, tendo qo comandante Luís de Oliveira Belo agradecido a entrega do seu diploma e as palavras do orador sobre a sua pessoa.

O Sr. Geraldo Dutra de Moraes, depois de se referir ao gesto do prefeito da capital, Sr. Juscelino Kubitschek, cedendo a sala do antigo Conselho Deliberativo para as reuniões do Instituto Histórico e lembrando ser aquela a primeira vez que o Instituto passara a funcionar ali, propôs que fôsse S. Excia. designado para sócio de honra do mesmo Instituto, o que foi aprovado unanimemente.

Em seguida, o Sr. Francisco Diogo, usando da palavra, congratulou-se com o Instituto pela instalação da sua nova sede e propôs se inserisse na ata um voto de louvor não só à diretoria, por haver promovido com sucesso essa aquisição, mas especialmente ao prefeito da capital, que accedeu a essa necessidade de um dos principais centros culturais do nosso Estado, que é o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Falou, por fim, o presidente da Mesa, que em vibrante oração enalteceu as finalidades do Instituto Histórico.

★

PARÁ

COMISSÕES DE ESTUDOS MUNICIPAIS — O Cel. Magalhães Barata, interventor federal no Estado, assinou um decreto criando a Comissão de Estudos Municipais, órgão de coordenação, orientação, administração e controle dos municípios paraenses.

★

PARANÁ

Departamento de Geografia, Terra e Colonização

LEVANTAMENTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS — Valiosos trabalhos foram executados pelo Departamento de Geografia e de Colonização da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Estado do Paraná.

Dentre esses trabalhos técnicos destaca-se o relativo ao levantamento das coordenadas geográficas, tendo sido em 1943 determinadas as coordenadas geográficas das seguintes localidades: Jacarézinho, Pitanga, Campo do Mourão, Laranjeiras, Foz do Iguaçu, Guaíra, Curitiba, Morros e Cascavel.

★

PARAÍBA

LEVANTAMENTO DA CARTA TOPOGRÁFICA DE JOÃO PESSOA — Tendo sido concluída, no Destacamento Especial do Nordeste do Serviço Geográfico do Exército, a folha topográfica na qual está representado o município de João Pessoa, capital da Paraíba, o referido Destacamento recebeu a visita do Sr. interventor federal do Estado, Sr. Rui Carneiro, do prefeito da capital, Sr. Francisco Cícero, e outras figuras representativas da administração estadual.

Por ocasião da visita, o coronel Djalma Polly Coelho, chefe do Destacamento, referiu-se à construção da folha de João Pessoa, declarando o seguinte:

“Essa carta acaba de ser levantada pelo 2.º Grupo de Topografia que é uma fração do Destacamento que opera no Estado da Paraíba. Esse mesmo Grupo está fazendo outras folhas que devem ficar prontas ainda este ano.

Existem outras frações do Destacamento que estão operando em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e no Ceará. O Destacamento tem apontado várias folhas de cada um desses Estados, menos do Ceará, onde os trabalhos começaram agora.

O Destacamento, possivelmente, terminará suas atividades no Nordeste em 31 de dezembro deste ano e terá de continuar os seus trabalhos no Rio Grande do Sul.

A carta de João Pessoa é uma folha planimétrica e altimétrica, isto é, possui todos os detalhes que uma boa carta topográfica deve conter. Estou certo — continuou o ilustre militar — que será de grande utilidade, não só para o Exército, isto é, para a tropa que necessita de cartas para seus exercícios táticos, como também para muitas autoridades civis, que poderão estudar, previamente, sobre a carta, problemas que normalmente exigem estudos antecipados, os quais costumam ser feitos, despachando para o campo engenheiros com toda a perda de tempo que esses estudos determinam.

Uma boa carta — acrescentou o coronel Polly Coelho — dispensa todos esses trabalhos e essas despesas, quando é bem utilizada.

Referindo-se à execução dos trabalhos de campo, o coronel Polly Coelho acrescentou:

“De início, foram preparados *croquis* aéreo-planimétricos do litoral. Esses *croquis* foram obra do 3.º Grupo de Topografia, sob a chefia do tenente-coronel Luís Aureliano de Farias, auxiliado pelos capitães Araújo Bastos e Lieurgo Castelo Branco. Depois vieram as cartas definitivas planimétricas e altimétricas. Atribuímos esses trabalhos ao 2.º Grupo de Topografia, que esteve chefiado, até pouco tempo, pelo coronel Lanes José Bernardes e, agora, pelo major Edmundo Gastão da Cunha.

As turmas de campo têm sido chefiadas pelos capitães Braga Chagas, Dias Costa e Silva Araújo. Vários outros oficiais têm colaborado nesse serviço de campo.

Os serviços de gabinete, dos quais provém diretamente os originais cartográficos estão, atualmente, entregues aos capitães Dias Costa e Acrísio de Azevedo. Este último oficial foi quem executou, pessoalmente, os trabalhos da folha de João Pessoa, que agora se acha concluída e vai ser remetida à Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, no Rio, a fim de ser impressa.”

— “Posso dizer — adiantou o coronel Polly Coelho — que a folha de João Pessoa ficará como uma das melhores contribuições do Destacamento Especial do Nordeste, à cartografia da região, onde o Serviço Geográfico do Exército veio operar, desde 1941”.

★

Corografia da Paraíba

Atendendo a uma sugestão do Diretório Regional de Geografia o interventor Rui Carneiro designou, o cônego Matias Freire para elaborar uma corografia da Paraíba.

A iniciativa responde a uma necessidade de indiscutível alcance, pois não possuímos um trabalho desse gênero com a atualidade científica que se requer.

★

SÃO PAULO

VISITADA A ZONA ONDE SE FAZ PESQUISAS DE PETRÓLEO — Em companhia do coronel João Carlos Barreto, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, esteve em São Paulo, o geólogo americano E. Dee Golyer, autoridade em explorações petrolíferas, a fim de observar os trabalhos, os estudos referentes ao “ouro negro” e emitir parecer sobre as possibilidades industriais do nosso petróleo. Os Srs. coronel João Carlos Barreto e Golyer, acompanhados dos demais membros da comitiva, visitaram os escritórios da Drilling Corporation, apreciando os trabalhos nesse estabelecimento. A comitiva de técnicos americanos e brasileiros esteve no interior do Estado, visitando as cidades do norte onde se projetam perfurações ou se estão processando estudos geofísicos, devendo seguir todos até Serrinha.

★

Sociedade Numismática Brasileira

20.º ANIVERSÁRIO DA INSTITUIÇÃO — A Sociedade Numismática Brasileira, com sede em São Paulo, comemorou no dia 19 de janeiro findo, seu 20.º aniversário.

Essa instituição, que já publicou 21 números de sua revista, promoveu a realização do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira, durante o ano de 1938, o qual teve grande repercussão dentro e fora do Brasil. A

esse certame concorreram numerosos colecionadores do país, o Ministério das Relações Exteriores, a Casa da Moeda, os Museus Paulista e da Cúria Metropolitana, o "Davi Carneiro" da capital paranaense, os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e de São Paulo. Concomitantemente realizou-se na capital paulista, no Teatro Municipal, uma magnífica exposição numismática. Foram logo depois, publicados, em dois volumes os *Anais* do Congresso.

Possui a Sociedade Numismática Brasileira uma biblioteca especializada, uma das melhores do gênero, no país, com verdadeiras raridades, e que não permanecem apenas à disposição dos associados senão de todos quantos se interessam pelo assunto.

Desde a sua fundação, serviram como presidentes da prestimosa entidade: Sr. Agostinho Fardim, provisório; Dr. José Vieira da Costa Valente, em 1924 e de 1928 a 1930; Dr. Joaquim Marra, em 1926; Dr. João Maurício Sampaio Viana, em 1928; Dr. Artur Martins Passos em 1927, 1931 e 1932; Dr. Alvaro de Sales Oliveira, de 1933 a 1942; e o Sr. Zuinglio Marcondes Homem de Melo, desde 1942 até esta data.

A sua diretoria atual acha-se assim constituída: presidente, Sr. Zuinglio Marcondes Homem de Melo; vice-presidente, Dr. José Armando de Azevedo; secretário, Dr. Alvaro da Veiga Colmbra; tesoureiro, Sr. Benjamin Klabin; bibliotecário, Sr. José Benedito de Moura; consultor técnico, Dr. Alceu de Campos Puppo; diretor técnico da Revista, Dr. Afonso de E. Taunay; diretor responsável, Sr. Nicolau Duarte Silva.

★

Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo

VISITA DO PROFESSOR ROGER BASTIDE A RECIFE E SALVADOR — A propósito da recente visita que realizou o professor Roger Bastide a Recife e Salvador, a imprensa publicou, entre outras notícias, a seguinte:

O professor Roger Bastide, conhecido intelectual francês, continua as suas observações e estudos sobre a vida, caráter e tradições da Bahia, para um livro que pretende escrever sobre o nordeste do Brasil. O ilustre homem de letras, desejando reunir o mais copioso material possível, esteve em visita ao terreiro do "babalaô" João Tôres, na Goméia, que é o maior e mais importante candomblé de rito angola do país. Durante a sua visita ao terreiro de Camuju-Pitá, o professor Bastide teve o seu primeiro contacto com os mistérios da região afro-baiana. Além de percorrer as diversas dependências do grande templo fetichista da Goméia, desde o "pem" dos "santos" e a "camararinha" das "feitas", ao nicho de Exu e à "morada" do caboclo Pedra Preta "Camuju-Pitá", que é o dono do terreiro e padroeiro daquele candomblé, o professor Roger Bastide, esclarecido pensador francês e prestigioso professor da Faculdade de Filosofia de São Paulo, teve oportunidade de ouvir alguns números de toque de atabaque. Batedores do grande monastério angola da Goméia, executaram, em demonstração privada para o preclaro homem de ciência que ora nos visita, números de "cabula" "exás" e outros compassos de danças religiosas da selva afro-brasileira cultuada no "terreiro" do "pai-de-santo" João Tôres. Acompanharam o eminente intelectual francês na sua excursão a Goméia, além da "mãe-pequena" daquele candomblé, Alice Cruz, os escritores Jorge Amado, Wilson Lins e James Amado, este último também tradutor de largo tirocinio e aluno da Faculdade de Filosofia de São Paulo.

★

EXCURSÃO AO NORDESTE — Provenientes do sertão nordestino, dos territórios dos Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba, chegaram à zona do litoral, em João Pessoa, os componentes de uma caravana de geógrafos, que realizaram uma excursão promovida pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo com a colaboração do Conselho Nacional de Geografia do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Compunham esta caravana os professores Pierre Monbeig, Otton Henri Leonardos, Aroldo de Azevedo, João Dias da Silveira, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, José Araújo e Ari França.

Chegando à capital paraibana, os excursionistas percorreram acompanhados dos Srs. Clóvis Lima, Sisenando Costa e Leon Clerot, e parte do litoral paraibano compreendido entre Cabedelo e o cabo Branco, colhendo muitos dados do mais alto interesse para a ciência a que se dedicam.

Estudaram depois os recortes que o mar deu àquela faixa de nossa zona litorânea e até as condições de vida dos praieiros, tipos de habitação e natureza do trabalho que realiza a sua população.

Chegados ao cabo Branco, os geógrafos paulistas tiveram oportunidade de examinar a constituição geológica do nosso promontório, indo até a Ponta do Seixas.

Além das partes, foram visitadas antes e demoradamente as praias de Tambaú e de Ponta de Mato e o porto de Cabedelo.

Em seguida, os excursionistas passaram à zona da mata pernambucana, antes do que, separou-se do grupo o professor Otton H. Leonardos, que se deteve em estudos de mineração no Estado da Paraíba.

Nos arredores do Recife, o grupo de geógrafos fez uma incursão de lancha pelo rio Capibaribe. Tiveram, então, ensêjo de conhecer o porto e, subindo depois a corrente do rio, observaram o casario das margens, os antigos sobrados, as zonas dos mangues, e chegaram até a Várzea. Puderam assim examinar a confluência dos rios, a topografia da cidade e a vegetação marginal.

Estiveram também em visita a vários monumentos históricos da cidade, indo depois a Olinda, onde percorreram conventos e igrejas. Visitaram ainda o morro dos Guararapes, Boa Viagem e algumas vilas operárias, onde inspecionaram algumas das obras da Liga Social Contra o Mucambo.

Em Alagoas, as comissões em que se subdividiu a caravana, se deteve em Cachoeira para observar as formações cristalinas de Cachoeira e os aspectos antropogeográficos da região.

De Rio Largo, voltou a Maceió a Comissão de Geografia Física, a fim de estudar as barreiras e os cortes de Riacho Doce, assim como as dunas litorâneas.

As restantes comissões, acompanhadas dos assistentes do governo do Estado, dirigiram-se a Utinga, de onde foram recebidas pelos diretores da firma Leão Irmãos, Srs. Manuel, José e Mário Leão, que prestaram valiosas contribuições em estudos que duraram mais de duas horas, não só sobre a indústria açucareira como atinentes ao plantio da cana de açúcar e preparação dos terrenos. Foram ventiladas importantes questões geológicas que esclareceram francamente as condições do solo e do subsolo alagoano.

Depois de percorridos os canais próximos, visitaram os geógrafos todas as dependências da usina, sendo explicado o fabrico do açúcar por aqueles cavaleiros, do esmagamento de cana, ao ensacamento do produto.

De Maceló partiu a caravana de geógrafos para o estudo dos canais e das lagoas em lancha posta à sua disposição pelo comendador Firmo Lopes, diretor do Adlo das Orfãs. Desviada a embarcação para o canal da Massagreira, desembarcou a caravana em Barra Nova, onde foram estudados e fotografados os fenômenos de abrasão ali verificados, e que tanto têm prejudicado a vida de nossas lagoas e a segurança do nosso ancoradouro. Pedida, pelos professores Diégues Júnior e J. da Silveira Camerino, a opinião dos professores paulistas sobre o fenômeno, depois de alguns estudos da Comissão de Geografia Física, ficou sendo atribuída à abrasão a destruição pelo próprio oceano de grandes extensões dos recifes areníticos ali existentes aos lados da passagem, ao ponto de larga extensão já se conservar imersa, mesmo em maré baixa, não oferecendo mais resistência ao embate das procelas, que o fazem de encontro ao litoral baixo e arenoso, escavando-o. Os detritos resultantes são transportados pela corrente para o porto, onde são depositados, podendo-se sanar o mal reconstruindo-os artificialmente em forma de quebramar ou molhe de resistência.

Visitados e estudados quase todos os canais e ilhas adjacentes, seguiu a caravana para a Mangaba até Marechal Deodoro e daí para Maceló e Penedô.

Tendo entrado em Sergipe por Neópolis, a Comissão atravessou toda a zona açucareira desse Estado.

No Estado da Bahia, os geógrafos paulistas estiveram em contacto com a zona do Recôncavo, visitando a Usina Aliança, Feira de Santana, Cachoeira e São Félix, onde tiveram oportunidade de conhecer as principais fábricas de charutos. Em Cachoeira estudaram especialmente a região sob o aspecto físico. Passaram ligeiramente por Santo Amaro.

Posteriormente, conheceram a base brasileiro-americana de Aratu observando detidamente as distilarias de petróleo e os processos do aproveitamento do gás.

Antes de regressarem, foram alvo de significativa homenagem por parte do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que em sessão solene extraordinária recebeu os excursionistas.

★

Instituto de Engenharia

A ELEIÇÃO DE NOVOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR — Verificaram-se a 24 de janeiro último, as eleições dos novos membros diretores do Instituto de Engenharia, órgão que tão relevantes serviços vem prestando à terra bandeirante.

Pelo artigo 19 dos Estatutos, o mandato do Conselho Diretor, que se compõe de dez membros, é de dois anos, salvo o dos diretores, renovado por metade de ano em ano.

Obedeceram-se serenamente aos dispositivos estatutários e regimentos eleitorais, sendo a Junta Eleitoral, nomeada pelo Conselho Diretor, composta pelo Presidente do Instituto, Eng.^o Heitor Portugal, Presidente, funcionando como Vice-Presidente o Eng. J. B. de Almeida Prado, e mais os seguintes: Vicente de Almeida S. Primo, Luís Gomes de S. Tiago, Alexandre d'Alexandro, Henrique N. Lefèvre e A. Sampaio de Freitas.

Apurada a votação achavam-se eleitos os seguintes novos diretores: Alberto Veiga Fluno, Alcides Xande, Augusto Lindenberg, Calo Luis P. de Sousa, Cássio Vidigal, Francisco V. da Silva Teles, J. B. de Almeida Prado, J. M. da Silva Neves, Odilon de Sousa e Sérgio Pacheco e Silva.

★

TERRITÓRIO DO ACRE

Instituto Histórico e Geográfico

COMEMORADA A DATA MAGNA DA HISTÓRIA DO ACRE — Sob o patrocínio do Departamento de Imprensa e Propaganda do Território, o Instituto Histórico e Geográfico comemorou a data magna da história do Acre, o fim da campanha revolucionária acreana, chefiada pelo grande caudilho brasileiro Plácido de Castro, que integrou o Acre na comunhão brasileira, com a vitória das forças brasileiras.

★

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

INSTALADO O GOVERNO DESSA NOVA UNIDADE POLÍTICA — Com grande solenidade foi instalado no dia 27 de janeiro findo, o primeiro governo do Território Federal do Amapá.

O capitão Janari Gentil Nunes, governador nomeado pelo Presidente da República para administrar aquela nova unidade política do país, ali chegou naquele mesmo dia sendo recebido com manifestações de apreço pelos habitantes locais. Acompanhou o capitão Janari Gentil Nunes uma numerosa comitiva de altas autoridades do Estado do Pará, da qual fazia parte o Sr. Lameira Bittencourt, secretário geral do Estado que representou o Interventor Magalhães Barata na solenidade.

A cerimônia se realizou no Paço Municipal da cidade do Amapá, discursando nessa ocasião o Sr. Eliezer Levy, prefeito daquela cidade, que traçou o histórico do Amapá, seu esplendor, sua decadência, e sua ressurreição. Ressaltou o orador a confiança com que o povo acolhia o novo governador. Em seguida, o capitão Janari Nunes traçou o seu programa de ação, acentuando a necessidade do esquecimento das paixões políticas para a prosperidade da região. Foi, então, solenemente instalado o governo do território, sob as palmas, ao som do Hino Nacional.

O primeiro ato do capitão Janari foi mandar proceder à limpeza do antigo forte, completamente abandonado, o qual constitui verdadeira reliquia histórica.

Nomeação do secretário geral — O Sr. Presidente da República, em data de 15 de janeiro findo, assinou decreto na pasta da Justiça nomeando o Sr. Raul Monteiro Valdez para exercer o cargo de secretário geral do Território Federal do Amapá.

★

TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU

NOMEADO O SEU PRIMEIRO GOVERNADOR — INSTALAÇÃO DA NOVA UNIDADE POLÍTICA — Por decreto de 3 de janeiro findo, o Presidente da República nomeou o major João Garcês do Nascimento para exercer o cargo de governador do Território Federal do Iguaçu, últimamente criado. Oficial, com expressiva fôlha de serviço prestada ao país, no exercício de várias funções militares, inclusive como membro da Casa Militar da Presidência da República, o major Garcês do Nascimento irá, mercê de suas qualidades de militar e de homem conhecedor dos nossos problemas exercer com eficiência o cargo para o qual foi designado.

Instalação do Governo — Foi solenemente instalado no dia 16 de janeiro último, o primeiro governo do Território, com uma expressiva cerimônia que teve lugar na cidade de Foz do Iguaçu, sede administrativa e capital da nova unidade política.

Presente o prefeito municipal, o comandante da guarnição militar, outras altas autoridades civis e militares, auxiliares de governo e grande massa popular, o major João Garcês do Nascimento instalou o Território Nacional do Iguaçú, pronunciando naquela ocasião, o discurso que damos em seguida na íntegra:

"Sr. comandante da guarnição — Sr. prefeito — Demais autoridades — Meus patrícios.

Nomeado pelo eminente chefe da Nação, S. Excia. Dr. Getúlio Vargas, para governador deste rincão da nossa Pátria, como soldado que sou só me compria executar as ordens recebidas. Sinto-me, como brasileiro, em primeiro lugar, e como paranaense em segundo, muito à vontade no meio destes meus irmãos, povo forte e laborioso, que até agora tem lutado quase só, no meio de mil tropeços e dificuldades, oriundas da mesma grandeza da terra que lhes serviu de berço. Não vim fazer política, vim administrar e trabalhar. Terei por norma o progresso deste povo e desta terra e por guia a Lei e a Justiça. Velarei pelo interesse particular dos meus jurisdicionados mas sobreporéi sempre o interesse coletivo ao interesse particular.

Aqui não há mais catarinenses ou paranaenses, só há o brasileiro, a quem o preclaro chefe da Nação deu uma oportunidade magnífica de criar uma nova unidade para a Federação Brasileira.

Conclamamos-vos, brasileiros do Território do Iguaçú, do rio Uruguai ao Ivaí, a trabalhar e lutar — é preciso que vossos filhos se orgulhem de vós.

Do governo federal e do meu governo tudo tereis: estradas, comunicações, instrução primária, secundária e agrícola, saúde pública, e segurança pública, trabalho para vós e vossos filhos! Uma vida decente e digna. Não que-

remos párias, nam miseráveis no meio da opulência desta terra.

Exigimos de vós trabalho e honestidade. Quem não souber, aprenderá a trabalhar, mas quem não quiser trabalhar a isso será compelido. Não admitiremos exploração do suor e do sangue dos nossos patrícios.

O nosso ouvido e o nosso coração estarão sempre abertos para receber as queixas e sugestões de todos. Basta uma simples cartinha.

Não farei milagre. Tudo o que acabo de vos prometer, abrangerá um plano a ser pôsto em execução, durante alguns anos, por mim ou por outro. O Dr. Getúlio Vargas vos amparará com assistência moral e material. O meu governo fará tudo o que estiver ao seu alcance. Só resta seiais dignos e façais a vossa parte, que não é pequena.

Ao terminar um viva muito expressivo ao chefe da Nação: Viva o Dr. Getúlio Vargas!

★

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÁ

NOMEADO O SEU 1.º GOVERNADOR — Por decreto assinado no dia 5 de janeiro último, pelo Presidente da República foi nomeado o coronel Ramiro Noronha, governador do Território Federal de Ponta Porá, unidade política, ultimamente criada.

O primeiro governador do Território de Ponta Porá, coronel Ramiro Noronha, durante 14 anos serviu no interior do país, como membro da Comissão Rondon, tendo exercido vários outros postos no Brasil central, sendo, assim um conhecedor dos problemas da região que irá governar.

★

Dos Municípios

Belém (Pará)

Plano de urbanização — A propósito do plano de urbanização da cidade de Belém, o Eng.º Jerônimo Cavalcante concedeu uma interessante entrevista à imprensa, declarando:

Tendo sido prefeito de Belém, durante algum tempo, verifiquei no desempenho, dessa investidura, que o rendimento horário do trabalhador, era uma fração apenas do de um homem normal. Qual seria a causa? Pus-me no campo de inquérito. E, depois de várias investigações cheguei à seguinte conclusão: o trabalhador, numa grande porcentagem, era um sub-nutrido e um debilitado pelas febres. Daí a redução de sua capacidade de trabalho. Nestas condições minha primeira preocupação, ao iniciar os estudos do plano de urbanização, foi a de cuidar do homem, isto é, a de nutri-lo e, ao mesmo tempo, dar-lhe um *habitat* saneado, que lhe garantisse o êxito biológico. Assim, dirigia minha atividade no sentido de organizar um

Serviço completo de abastecimento

Como fazê-lo? Comecei por inspecionar os arredores da cidade os terrenos que ofereciam possibilidade agrícola. Elegi algumas áreas que estão sendo objeto de estudos. Nestas áreas pretendo fazer sondagens de um metro e meio de profundidade, distancadas de quinhentos em quinhentos metros ou de quilômetro em quilômetro, e analisar a composição química de seus

horizontes, bem como, determinar seu p H, isto é, sua acidez. De posse dessas indicações classificarei os terrenos férteis e os estéréis, e ainda, mais, sua vocação, quero dizer, sua preferência pela cultura das frutas, dos legumes ou das verduras, etc. Assim identificados, farei seu levantamento cadastral, pondo a seguir às mãos da municipalidade o mecanismo de seu aproveitamento agrícola, concebido dentro do conceito cooperativista de crédito e produção, de tal modo que eles se transformem numa autêntica cintura verde de ciclo rápido com o objetivo precípuo de abastecer a cidade, isto é, de torná-la agricolamente autárquica. Deste modo ela não será mais surpreendida pela crise absoluta de viveres agrícolas como aliás o foram todas as cidades brasileiras, frente à marcha imprevista da guerra.

Esta cintura verde está, por sua vez, entrosada com um sistema de mercados equânimemente distribuídos por toda a cidade, de tal maneira que, a cada trinta mil habitantes, corresponda um. Com isso, além de melhor distribuir o abastecimento por toda a área urbana, elimino ainda vários fatores prejudiciais, dentre eles cito dois, para só referir-me aos mais importantes: primeiro, o do congestionamento do tráfego, evitando que o habitante se transporte de um ponto cardeal a outros a fim de abastecer-se, quase sempre em um mercado único na cidade. Disto resulta menos lugares ocupados nos veículos; segundo, o da perda de tempo que se evita, melhorando a

economia de cada um, de vez que não se detém mais nos longos trajetos da casa ao mercado, bem como elimina do orçamento diário mais o preço desta passagem de ida e volta. Nas observações que venho fazendo *in loco*, verifico que o terreno é muito silicoso em certos trechos carecendo em muitas áreas de intensa e contínua adubagem. Para resolver este problema, sendo como se sabe o adubo aqui muito caro, o governo municipal promoveria o aproveitamento do lixo, queimando-o e depurando-o em câmaras zimotérmicas. Obter-se-ia, desta forma, um adubo rico em matéria azotada e ácido fosfórico, ao qual se poderia acrescentar todo o osso remanescente dos matadouros.

Como esta produção de adubo não será, com certeza, suficiente, organizar-se-ia uma outra cintura pastoril, principalmente de gado vacum, que proporcionaria o complemento de adubo animal e de carne.

Junto com a mencionada cintura verde, poder-se-ia reservar uma zona de pequenas propriedades beneficiadas pelo crédito cooperativo, onde se facilitaria a organização de aviários.

Neste projeto não foi esquecido também o combate às formigas e parasitas.

Saneamento urbano

Como se vê, continua o entrevistado, isto não é tudo. Há que se criar um ambiente próprio à existência humana. Para tal torna-se imprescindível a aplicação da engenharia sanitária através de um programa de obras hidráulicas, compreendendo esgotos pluviais e domésticos, drenagem, dissecação, e remanejamento da atual instalação dos serviços de abastecimento d'água com o acréscimo e melhoria dos mananciais. Belém é uma cidade equatorial, e não pode contentar-se com sua presente quota *per capita*, por vinte e quatro horas. No problema do saneamento desta torrencial margem amazônica, que é a bela capital paraense, vários fatores de ordem astronômica, meteorológica e topográfica intervêm, o que o torna sobretudo complexo. Assim, a grande amplitude da maré ocasionará a invasão do sistema de galerias de águas pluviais o elevado coeficiente pluviométrico e a declividade mínima dos pendentes conduzem ao cálculo de secção de escoamentos proibitivos, quer do ponto de vista construtivo, quer do ponto de vista econômico. O problema requer, assim, recursos extraordinários de técnica. Mas não podia ficar sem solução, como não ficou. Projeta-se um sistema de avenidas-canaís que funcionam com bacias hidráulicas de escoamento defendidas por comportas automáticas que vedam a entrada da maré durante as premares. Como complemento, para recolher o excesso pluviométrico numa obra de maré alta, excesso que não pode ser comportado pela avenida-canal por ter de reduzir-se a melhor secção econômica, usei o artifício das bacias de acúmulo em ponto baixos com posterior descarga, e tirei disto ainda, o grande partido de usá-la como meio paisagístico. Um sólido indiciamento em trechos convenientes defenderá várias áreas da cidade. Tive posteriormente visitando o S. E. S. P., o prazer de ver que meu pensamento, em linhas gerais, ajustava-se ao dos componentes técnicos que dirigem aquêle serviço de saneamento urbano.

Rede de tráfego

Resolvido estes dois problemas urbanos fundamentais, abastecimento e saneamento da cidade, encontra-se o homem num ambiente propício para viver. Bem nutrido por um sistema agrícola-pecuário, e pôsto ainda num meio sanitário adequado, ele é, agora, não mais o sub-nutrido e o debilitado pelas febres, mas um

forte, um capaz, uma unidade de trabalho eficiente. É claro que nestas condições vai produzir melhor em quantidade e qualidade. Conseqüentemente há que se cuidar de sua produção, isto é, facilitar sua circulação. Com este objetivo estou estudando a transformação e melhoria de sua atual rede de tráfego e respectivos aparelhamentos rodante e de tração, procurando tanto quanto possível estabelecer a diferenciação de pistas de trânsito rápido, semi-rápido e lento, organizar um serviço racional de estacionamento de veículos e procurar u'a mais lógica defasagem na abertura e fechamento das atividades comerciais, industriais e funcionais, o que equivale, a regulamentação do mecanismo do tráfego através de seus três fatores primaciais: trânsito, estacionamento e transportes. É minha intenção sugerir ao governo municipal a substituição lenta mas contínua, de linha por linha, do atual meio de transporte, o bonde, pelo *trolleybus*. Como sabe, Sr. redator, afirma vivamente o engenheiro Jerônimo Cavalcante, o *trolleybus* é uma solução vitoriosa para o transporte urbano coletivo, adotado em algumas cidades européias, e já possuindo dois mil quilômetros de via em sessenta e duas cidades americanas. O *trolleybus* oferece tôdas as vantagens como meio de transporte urbano. Não usa gasolina, o que representa ouro que não sai do país, e suprime-se ainda a presença dos gases perigosos resultantes da combustão nos motores de explosão; não corre sobre trilhos, o que representa considerável redução de capitais no preço de instalação, conserva e manutenção dos serviços, suprimindo-se ainda o ruído ensurdecedor dos bondes; tem a velocidade do ônibus, 45 quilômetros por hora (o bonde de Belém corre apenas com velocidade de 5 quilômetros por hora, quando corre), e permite cobrar o preço de passagem do bonde, pôis que usa a mesma energia e não empata capital considerável na construção e conservação da infra-estrutura (trilhos). Assim aparelhada Belém com este novo veículo, o ritmo do transporte coletivo passará de 5 a 45 quilômetros por hora, o que equivale a um ganho de tempo nove vezes maior por parte da população. E isto representa apenas multiplicar a circulação por nove ou seja multiplicar o valor da riqueza urbana. Está em estudos também a abertura de novas vias nos trechos congestionados.

Zonamento

Quem faz urbanismo faz zonamento, de vez que zonamento é a utilização funcional das áreas, é imperativo a que não pode fugir um plano diretor, pois êle localiza as várias atividades urbanas dentro das melhores condições de conforto, economia e aproveitamento paisagístico, concorrendo ainda, decisivamente, para a solução de um dos mais angustiantes problemas das cidades, o tráfego e o transporte. Dêste modo, dediquei particular atenção ao estudo da utilização das áreas procurando pôr, cada peça, no seu lugar devido. Porisso, localizei o pórtio e seu futuro desenvolvimento ao lado da zona comercial e industrial de tal modo que os produtos que se importam e exporta e a matéria prima que entra e o respectivo produto manufaturado que sai, fiquem subordinados ao regime do frete mínimo, dada a aproximação das três zonas portuária, comercial e industrial, medida que, além de baratear os produtos, evita o congestionamento do tráfego pela ausência de caminhões de carga nas áreas residenciais e vias importantes de trânsito rápido e semi-rápido. Além disto orientei o crescimento da zona industrial na direção do desenvolvimento e expansão naturais do pórtio ao mesmo que a examinahei ao encontro do aéreo-pórtio na previsão do incontestável papel que esta nova via de transporte desempenhará no

após guerra. Ao orientar esta diretriz não esqueci o imperativo determinado pela técnica, requisitos e defesas necessárias e imediatas às aeroplantas próximas às zonas industriais. Um outro aspecto característico e típico da moderna concepção urbanística na zona industrial foi a adoção da cidade linear, entremeadada com as células de Radburn, de maneira tal entrelaçada, que as zonas das indústrias pesadas, média e leve ficam separadas das áreas de habitação dos operários que nelas trabalham, por meio de cortinas verdes de eucaliptos, que, além de neutralizar o perigo dos tóxicos e amortecer ruídos, exerce ainda, em Belém a função de diminuir a intensa umidade desta bela mas higrometíssima área amazônica.

Não faltou outrossim um estudo acurado da zona residencial. Dividi-a em três: zona de luxo, média e operária. Procurei dispô-las de modo a facilitar entre elas suas mútuas relações de ordem social e econômica, bem como suas relações com as outras zonas. Assim, evitei, no jogo das áreas, distanciar muito os serviços e domésticos, das zonas residenciais de luxo a que servem, os auxiliares do comércio da zona em que trabalham, os estudantes do bairro universitário, procurando diminuir sempre a ocupação intensiva dos veículos para efeito econômico e maior descongestionamento do tráfego. Tornar o homem tanto quanto possível independente do veículo, eis uma grande preocupação do urbanista. Esforcei-me, outrossim, ao organizar o zoneamento, localizar a população de acordo com seu nível social e econômico e de modo que seus interesses se completassem na dinâmica da vida urbana.

A hora do lazer

É hoje preocupação nos meios culturais urbanísticos, como aproveitar nas cidades, a hora do lazer. Admite-se como tese firmada que o emprêgo da hora do lazer no recreio ativo, melhora as condições psico-fisiológicas e consequentemente aumenta o rendimento na hora do trabalho.

O aproveitamento desta hora de lazer como meio desportivo evita ainda o emprêgo deste campo em outras atividades que não condizem nem se ajustam a uma boa e correta atitude social. Para satisfazer esta necessidade urbana, puseram-se em campo os urbanistas e hoje a criação dos *play-grounds* constitui u'a medida objetiva e vitoriosa, fazendo parte integrante do programa de um Plano Diretor. Para Belém, na tela das grandes avenidas *parkways* entrelaçadas por uma série de espaços verdes, e ainda dentro das células de Radburn nos núcleos operários, projetei inúmeros destes *play-grounds*, de modo que, cada quilômetro quadrado da cidade, possua esta área especializada. Além disto tive a preocupação de separar dentro destes *play-grounds* as áreas destinadas às crianças, jovens e adultos, pois cada um destes grupos possui a seu nível psicológico e suas predileções desportivas, o que é de suprema importância na defesa do esforço mental e integridade física de cada grupo. Não esqueci também a separação dos sexos nem tão pouco uma pequena área destinada aos velhos, que para ali vão, em busca do deleite paisagístico e recreio contemplativo. Este novo dispositivo urbanístico exigido pelo fortalecimento mental e físico das populações citadinas vem, como que completar a obra utilitária e salvadora do saneamento urbano, de modo que possamos proporcionar ao homem os meios de integrar-se com u'a *mens sana in corpore sano*.

Arquitetura e paisagismo

Tendo cuidado do subsolo, da rede de tráfego e do zoneamento, é evidente que feito este embasamento, teríamos que completar a obra com seu natural coramento: a arquitetura e o paisagismo. Há uma concepção administrativa muito seguida em nosso país que se concentra e firma-se no princípio de que urbanizar uma cidade é abrir avenidas ruidosas, é projetar fachadas espetaculares, é dar um cunho impressionista de grandes concepções, quando na realidade a verdadeira obra urbanística é aquela que assegura o abastecimento e o saneamento urbanos, aquela que não é cartaz porque não é vista, mas que é substância e valor intrínseco porque proporciona ao homem os meios indispensáveis e adequados à vida; *alimentação e saúde*. Não quer isso dizer que arquitetura e paisagismo não sejam também parte integrante do urbanismo. São! São imperativas. Mas, apenas, o coramento da obra, tal como as cúpulas majestosas o são das inspiradas composições arquitetônicas. Fora disto seria o mesmo que admitir, como elegante e impecável, um homem que se apresentasse irrepreensível com seu fraque, sua gravata e seu chapéu cano, mas com os pés sujos de lama... É pois natural que eu tenha concebido este coramento indispensável. Assim, o Código de Obras que elaborei para a Prefeitura de Belém organiza, disciplina e orienta a arquitetura urbana dentro do clássico e também das arrojadas linhas modernas, cada qual em seu bloco e em seu devido lugar e em harmonia perfeita com a paisagem circundante. Projetei também uma rede de praças e áreas ajardinadas tirando tanto quanto possível partido típico da região e dando-lhe uma geometria inspirada pelas linhas arquitetônicas dos edifícios que as contornam. Não esqueci também do estudo de uma arborização regionalística, o mais possível amazônica, sem pôr à margem o cuidado na procura dos grandes chapéus de sombra indispensável ao refrigério desta ardente e equatorial cidade brasileira.

Repositório intelectual e doutrinário

No meu contrato com a Prefeitura de Belém estabeleci uma cláusula em que me comprometi preparar uma enciclopédia urbanística compreendendo: a) u'a monografia antropológica de Belém no que se refere à história, tradição, meio social, capacidade econômica, natureza do *habitat* e outros fatores dominantes que concorreram para a formação e crescimento respectivos. Interpretações que daí podem ser tiradas a fim de orientar o presente e futuro desenvolvimento urbano, bem como a formação estrutural e a dinâmica funcional da cidade; b) u'a monografia sobre a geologia da região no que interessa à agricultura e à mecânica dos solos nas construções; c) u'a monografia sobre a meteorologia no que diga respeito aos coeficientes pluviométricos, direções anamoscópicas e a mais aconselhável direção heliotérmica das ruas; d) u'a monografia sobre a climatologia local e recomendação quanto à defesa do meio no que se refere ao grau de conforto térmico. Esta enciclopédia urbanística constituirá um repositório intelectual e doutrinário nas fases de elaboração e execução do Plano Diretor bem como marcará o início de uma larga propaganda de Belém.

Erechim — (Rio Grande do Sul)

O 26.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO — Diversas solenidades assinalaram o transcurso do 26.º aniversário da criação do município de Erechim que, então fazia parte do de Passo Fundo de que era distrito.

A cidade está passando por grandes melhoramentos urbanísticos, de acordo com um plano elaborado por iniciativa do Sr. Jerônimo Teixeira Oliveira, prefeito local.



Goiás — (Goiás)

EXPOSIÇÃO PERMANENTE DE PRODUTOS DA FLORA REGIONAL — A municipalidade de Goiás tem a intenção de organizar uma exposição permanente de produtos extraídos da flora regional, cuja aplicação na terapêutica seja profusamente utilizada nos centros consumidores do país. Quando da inauguração de Goiânia, foram apresentadas aos visitantes que vieram assistir às solenidades inaugurais, cerca de 147 espécies preciosas de plantas medicinais, todas oriundas daquele município.



Juiz de Fora — (Minas Gerais)

A MORTE DO ORGANIZADOR DO MUSEU "MARIANO PROCÓPIO" — Faleceu no dia 27 de janeiro findo, nesta capital, o Sr. Alfredo Ferreira Laje, organizador do Museu Mariano Procópio que, em 1926, doou ao Estado de Minas Gerais.

A instituição era dirigida por um Conselho Administrativo presidido pelo Sr. Antônio Carlos. O Museu Mariano Procópio que tomou o nome do seu genitor conta em suas coleções, telas com as assinaturas de Matissonier, Fragonard e Isabey e o quadro de Roelof "Tarde na Holanda" exposto no "Salon" de 1889 e por ele adquirido. As coleções do Museu Mariano Procópio, cujo parque foi feito por Glaziou estão estimadas em mais de quinze milhões de cruzeiros.



Lobato (Bahia)

VISITA A REGIÃO PETROLÍFERA UM TÉCNICO NORTE-AMERICANO — O geólogo norte-americano E. Golyer que, a convite do Conselho Nacional de Petróleo veio ao Brasil, esteve na Bahia, onde visitou todos os pontos onde se estão realizando extração e pesquisa de petróleo. Esse técnico norte-americano foi até aquele Estado em companhia do coronel João Carlos Barreto.



Salvador — (Bahia)

COMEMORAÇÃO DO "DIA DO MUNICÍPIO" — Todos os anos, o dia 1.º de janeiro é na cidade do Salvador solenemente comemorado o "Dia do Município".

A primeira solenidade foi realizada com a presença do representante do Interventor Federal, major Maurício Cezimbra, do Sr. Elísio Lisboa, Prefeito da capital e outras autoridades, diretores de repartições municipais, funcionários e pessoas gradas, às 8 horas com o hasteamento do Pavilhão Nacional no edifício da Prefeitura, estando o Corpo de Bombeiros formado em continência, envergando farda de gala.

Em seguida, o prefeito acompanhado dos presentes, dirigiu-se ao salão nobre da Prefeitura onde usou da palavra congratulando-se pela oportunidade de, no "Dia do Município", formular votos de próspero e feliz ano novo a todos os presentes sobretudo aos funcionários municipais, seus valiosos colaboradores, e também para que 1944 se torne um período de reparação, a tantos males de que sofre a humanidade, entregando logo após ao Sr. Oscar Carascosa a importância de Cr\$ 1 000,000 (mil cruzeiros), relativa ao prêmio Oliveira Campos, que coube ao ginásio Paulo Silveira; concluindo, convida todos os presentes a se dirigirem à Catedral Basílica onde teria lugar a cerimônia da entrega ao arcebispo primaz, D. Augusto Alvaro da Silva, do Pavilhão Nacional que seria colocado junto ao altar mor daquele templo católico.

Ao chegar à Catedral, S. S. foi recebido à porta da mesma por dois seminaristas e conduzido juntamente com a comitiva até o altar mor, onde o guardava o Revmo. D. Augusto Alvaro da Silva. Usou a palavra, o Sr. Elísio Lisboa, dizendo da alta significação da oferta do Pavilhão Nacional para que, na hora em que a Pátria se empenha pela própria soberania inspire aos católicos maior fé nos destinos do Brasil, porque dos sentimentos que se agasalham no coração humano, são mais nobres os que se dirigem à terra que lhes serviu de berço e à sublime perfeição de Deus. Ao terminar suas palavras, S. S. passou às mãos de D. Augusto Alvaro da Silva a rica Bandeira Nacional, toda em seda e que a Prefeitura oferecia à maior autoridade eclesiástica do Estado para que figurasse no altar da Catedral Basílica.

Respondendo, D. Augusto Alvaro da Silva disse da satisfação com que recebia a sagrada Bandeira da Pátria para colocá-la no lugar mais santo daquele templo de Deus — o lado direito do altar mor da Catedral Basílica e que como bem dissera o Sr. Elísio Lisboa, o Pavilhão Nacional inspiraria a alma católica da Bahia a justa fé nos destinos do Brasil e a compensação do dever de tornar cada vez maior, mais forte, mais unida, mais perfeita, porque assim a aproximaria mais do eterno Criador.

Em prosseguimento, o Sr. arcebispo primaz procedeu à bênção do Pavilhão Nacional, retirando-se as autoridades e comitiva após cumprimentar o chefe da Igreja Católica na Bahia.

Daí, o Sr. prefeito, autoridades, representantes da imprensa e membros da comitiva se dirigiram para a Igreja da Conceição, da Praia, onde foi celebrada missa festiva em louvor ao Senhor dos Navegantes.

Às 13 horas, com a presença de todo o secretariado do Estado, comandante naval de Leste, comandante da Sexta Região Militar, arcebispo da Bahia, no Palácio da Aclamação, o interventor federal Renato Aleixo recebeu os cumprimentos de todas as sociedades baianas, funcionalismo público, corpo consular, profissões liberais e classes trabalhistas.

O interventor recebeu os cumprimentos de quantos foram apresentar os votos pela sua felicidade pessoal e prosperidade ao seu governo.

Após os cumprimentos, o general Aleixo dirigiu a palavra aos presentes, agradecendo aquela prova de solidariedade do povo baiano ao seu governo.

Às 15 horas, realizou-se, em sessão solene no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, presidida pelo Sr. general Renato Pinto Aleixo, Interventor Federal a confirmação do Quadro Territorial Brasileiro, na parte referente àquele Estado, durante o período 1944 a 1945.

A solenidade, que fêz parte das comemorações do "Dia do Município", revestiu-se de grande brilho, e contou com a presença de inúmeras autoridades civis e militares, funcionários públicos e representantes da sociedade baiana.

A Mesa que presidiu os trabalhos, estava composta das seguintes autoridades: Gal. Renato Aleixo, interventor federal; prefeito Elísio Lisboa; vice-almirante comandante naval de Leste; general Dermeval Peixoto, comandante da 6.ª Região Militar; D. Rute Vilaboim Aleixo, presidente da Legião Brasileira de Assistência; Sr. Arnaldo Pimenta da Cunha, presidente do Conselho Administrativo do Estado e o Sr. Epaminondas Torres, presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

Aberta a sessão pelo interventor, que fêz a leitura do decreto de confirmação e efetivação do quadro territorial da Bahia, foram ouvidas as notas do Hino Nacional brasileiro, cantado por todos os presentes.

Após o hino, foi passada a palavra ao Sr. Artur César Berenguer, secretário do Interior e Justiça, que pronunciou um discurso alusivo à significação da solenidade.

Depois do discurso do secretário do Interior e Justiça, que foi vivamente aplaudido, procedeu-se à leitura da ata da sessão, pelo secretário do Instituto, Prof. Concelção Meneses, após o que, foi encerrada a sessão.

Ainda em comemoração ao Dia do Município, o prefeito Elísio Lisboa pronunciou um discurso que foi irradiado pela Rádio Sociedade da Bahia.

★

São Paulo (São Paulo)

O 390.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — No dia 25 de janeiro findo assinalou o transcurso do 390.º aniversário da fundação da cidade de São Paulo. Comemorando a data realizou-se ali solenidades das mais expressivas.

O programa, que foi organizado dentro de um sentido de exaltação nacional, começou pela realização solene de uma missa campal no pátio do Colégio, com a presença das altas autoridades civis e militares e de grande parte da população da capital paulista. Falou ao evangelho sobre a significação da data D. Luís Maria de Santana, bispo de Botucatu. As 12 horas, numa homenagem às classes armadas representadas ali pela guarnição da 2.ª Região Militar, realizou-se um banquete promovido pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. As 15 horas foi inaugurada pelo interventor federal no Estado, Sr. Fernando Costa, na "Galeria Prestes Maia", a Exposição Brasil-Estados Unidos promovida pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, na qual figuram todos os elementos referentes à extensão da colaboração existente entre os Estados Unidos e o Brasil, como seja o que se está realizando no vale amazônico, no Nordeste, e no vale do rio Doce, em matéria de saneamento; a nossa contribuição de materiais estratégicos e matérias primas indispensáveis à máquina bélica aliada e ao intercâmbio cultural entre as duas repúblicas.

As 16 horas realizou-se uma sessão solene na Academia Paulista de Letras. As 17 horas o Sr. Fernando Costa, interventor federal em São Paulo ofereceu, no Palácio dos Campos Elíseos, uma recepção às autoridades e à sociedade paulista. Encerrando as comemorações foi levada a efeito um espetáculo às 20 horas no Estádio Municipal de Pacaembu.

Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

Ch. — M. DE LA CONDAMINE. — *Viagem na América Meridional* — Editora Pan-Americana, S/A. — Rio — 1944.

Inaugurando a Biblioteca Brasileira de Cultura, confiada à competente direção dos Srs. Basílio de Magalhães e Cândido Jucá (filho), acaba de aparecer o famoso livro de La Condamine, com o texto pela primeira vez traduzido em português.

Foi uma iniciativa oportuna que veio trazer à curiosidade de um grande público, essa obra importantíssima entre os livros que condensam impressões de viagem pelo nosso continente. Aliás, por uma interessante coincidência, esta edição vem aparecer justamente no ano em que se comemora o bi-centenário da medição do meridiano terrestre, feita pelo sábio La Condamine, no Peru.

Apresentando a obra, o professor Basílio de Magalhães deu uma completa informação sobre a vida e a obra desse quase desconhecido francês.

"Tendo nascido em Paris, a 28 de janeiro de 1701, Charles Marie de La Condamine abraçou, aos 17 anos, a carreira das armas, verificando praça na cavalaria do exército francês e chegando a distinguir-se bastante, sobretudo por ocasião do cerco de Roses (1719), onde quase foi vítima de sua imprudente intrepidez. Mas, ainda moço, trocou a espada pelo livro, graças aos recursos do pai, que era recebedor-geral do erário. Voltou-se preferentemente ao estudo das ciências positivas: depois de se haver abeberado das regras da matemática, dos conhecimentos da astronomia e das leis da física, mais empenhadamente se dedicou à história natural e à medicina".

Entregando-se depois às explorações científicas, foi levado, primeiramente, ao Próximo e Médio Oriente — posteriormente à América, ao Peru, com o encargo de medir na linha equinocial a longitude do arco de um grau do meridiano.

Realizados os trabalhos, La Condamine, em 1743, com permissão do governo português, desceu pelo Amazonas desde Jaén de Bracamoros até Belém do Pará. Desta viagem êle fez um interessante descrição, traçando um mapa no qual corrige os enganos cometidos pelo jesuíta Samuel Fritz, autor de um mapa datado de 1691.

Quase desnecessário seria realçar aqui o mundo de coisas curiosas revelado por êste volume. Mormente a multidão de dados geográficos que êle encerra.

É o seguinte, o sumário da matéria tratada em suas páginas: I — A medição da Terra, etc. II — Viagens no Amazonas. Cartas, etc. III — De Loja a Jaén. Ouro. Pontes de cipó, etc. IV — Onde o Amazonas começa a ser navegável. Borja. Acidente singular, etc. V — Os índios e suas línguas. VI — Continuação da viagem. As sarbacanas e o curare, etc. VII — A fertilidade da região. Os antropófagos, etc. VIII — O progresso das Missões Portuguezas. O conforto dos índios. A aldeia do Ouro, etc. IX — As amazonas americanas. X — Línguas gerais. A comunicação com o Orenoco. O Eldorado, etc. XI — O nome "Solimões". As marés em Pauxis. As esmeraldas talhadas. Especiarias. Os moscardos, etc. XII — Os animais. XIII — A bela cidade do Pará. Experiências sobre o peso. A variola e a inoculação. A pororoca. O Amapá, etc. XIV — Caiena. O pêndulo equinocial. A velocidade do som. As

flechas ervadas, etc. XV — Partida para Surinã. Regresso à França.

Bem impresso, bem apresentado, acompanhado de ilustrações atraentes, com anotações eruditas do Sr. Basílio de Magalhães e uma ótima tradução do Sr. Cândido Jucá (filho), *Viagem na América Meridional* é um presente soberbo à estante dos bibliófilos esclarecidos.

A. M.

★

M. CAVALCANTE PROENÇA — *Ribeira do São Francisco*. — Biblioteca Militar — Volume LXXVI. — Rio de Janeiro — 1944.

Rio sagrado da colonização do Brasil — chamou-o o douto Capistrano, traçando-lhe o papel no episódio da conquista do sertão. E desde êsses remotos tempos, o grande rio — “campeão da unidade nacional”, segundo a palavra de outro estudioso — vem sendo o caminho macio por onde os homens do litoral atingem o interior baiano e mineiro.

Entretanto, o São Francisco permaneceu muito tempo esquecido, rolando silenciosamente para o mar. De modo algum iniciativas do governo ou de particulares vinham criar ao longo da grande torrente, condições novas de vida e de trabalho que tornassem possível a geração ali, de uma prosperidade econômica, com um conseqüente aumento de população.

Faltou aos homens responsáveis do Brasil, durante muito tempo — é bom que se lembre — um conhecimento da geografia e da história necessários a estimular empresas que apresentassem as características de uma audácia. O rotinismo era uma velha tradição administrativa que não devia ser interrompida. E o Brasil continuava a ser apenas litoral, onde os homens ainda se agarravam “como caranguejos”, consoante a velha observação de frei Vicente do Salvador.

Os tempos estão mudados. A aviação começou por aproximar as velhas cidades e lugarejos situados à margem do rio — tornando-as distantes apenas algumas horas do Rio e de São Paulo. Em seguida, com a situação decorrente da guerra, o tráfego para o norte do país passou a ser feito, em parte, pelo São Francisco, circunstância que contribuiu enormemente para desvendar aos olhos de muitos, os mistérios e os tesouros marginais do rio.

A verdade é que acabamos por descobrir o São Francisco outra vez. Hoje, o próprio governo cuida de promover o desenvolvimento das energias vitais paralelamente ao seu curso, precipitando a conquista civilizadora do nosso *hinterland*.

Daí o enorme interesse que vem surgindo entre os estudiosos da realidade brasileira por qualquer palavra nova que se diga sobre os problemas do São Francisco.

O presente volume, em boa hora incluído na Biblioteca Militar, representa nesse sentido, algo de muito interessante. Seu autor escreveu essas páginas com um conhecimento minucioso da região. “Três vezes estive no São Francisco. Na última viagem fui de Pirapora a Juazeiro, parando nos portos, matando saudades, revendo lugares conhecidos e dela nasceu este trabalho em que de certo modo procuro juntar o meu apêlo aos muitos que têm sido feitos em favor do grande rio abandonado”.

Mas o livro não é um relato monótono de fatos e impressões de um viajante inteligente. Trata-se de um estudo, empreendido com honestidade e plena segurança. De fato, mostra coisas desconhecidas e apresenta-se bem dividido, segundo critério moderno para trabalhos deste gênero. Acompanha-o uma substancial e vasta bibliografia.

A matéria apresenta-se dividida da seguinte maneira: O ambiente geográfico; o relevo, esboço geológico; fatores climáticos; a fauna; a história; a ocupação da terra; Palmares; ajustamento ao meio; alimentação; as lutas pela conquista; o povoamento das minas; o rio; o curso do rio; enchente e vazante; raça e pobreza; a gente do rio; o rio no folclore; a religião; a poesia popular.

Além de numerosas fotografias, acompanha o texto um mapa geológico da região.

Uma bela contribuição, sem dúvida, ao exato conhecimento do mais brasileiro dos grandes rios da América. Que professores e estudantes, cientistas e técnicos conheçam melhor — pelas suas páginas — esse rio da história e da esperança, da tradição do Brasil de ontem — e da riqueza da Pátria alvorecente nesta madrugada que vivemos.

A. M.

★

J. OTERO ESPASANDINI — *La Antártida como mito y como realidad* — Buenos Aires — 1943.

Não vale a pena repetir aqui notícias relacionadas com as antecedentes que nos serviriam de gula para conhecer os viajantes que têm chegado às cercanias do Pólo. Já existem bibliotecas clássicas que contêm as crônicas dos viajantes que num misto de audácia e imprudência se atrevem a visitar as regiões vedadas ao homem civilizado. Marco Pólo, um dos mais antigos; o duque de Abruzzos, um dos mais modernos, e muitos outros de tôdas as épocas nos têm deixado vestígios de suas aventuras e da constância de suas observações.

Não sei porque o Pólo Norte tem sido mais visitado do que o Pólo Sul. Devem existir razões geográficas de importância; porém, também devem existir motivos espirituais não menos eficazes para desviar a rota dos exploradores. Para o norte, partindo do equador, caminha o signo da cultura. O *inverno* — em sua origem inferno — é a *região de fogo*, de calor. Esta palavra podemos usá-la com duplo significado: para um negro o inferno é o frio do branco; como para um branco o inferno é o fogo do negro.

Neste livro, repleto de notícias e dados relacionados com as viagens empreendidas para o sul, se fazem pontuais referências à natureza da terra, dos mares e dos céus daqueles regiões. Não se contenta o autor em marcar o espírito que prevalece nos ditos centros herméticos habitados pelo gelo, como indica (e isto é mais notável) a possibilidade de que aquelas regiões sejam incorporadas à vida e à cultura dos homens modernos. O autor ressalta como exemplo eloqüentíssimo as façanhas realizadas pelos russos nas regiões árticas de onde, com ciência e constância, têm conseguido obter trigo e outros cereais onde antes só podia desfrutar-se de uma exígua caça de animais pouco multiplicáveis. A Antártida talvez encerre o segredo de novas orientações para o estudo do magnetismo da Terra; para o conhecimento dos desvios que sofrem as correntes marítimas e também para a penetração inteligente, dos fenômenos,

ainda em embrião, da adaptação do homem a meios que hoje consideramos inadequados. (Comentário da lavra do Sr. Ermilo Abreu Gomez, publicado em *Letras do México*, número de fevereiro de 1944).

*

ALBERTO BOERGER — *Investigações Agronômicas*. — Três tomos com 2244 páginas, 112 quadros numéricos e 71 ilustrações. A Barreiro y Ramos, S. A., Montevideu — 1943.

O aparecimento desta volumosa e meritória obra, representa um feliz acontecimento dentro da bibliografia agronômica latino-americana.

Com efeito, o Dr. Boerger, iniciador dos trabalhos fitotécnicos na América do Sul e atual diretor do afamado Instituto Fitotécnico Nacional de "La Estanzuela", Colônia, Uruguai, enfeixou em suas páginas a erudição adquirida no curso de mais de 30 anos de trabalhos experimentais agrônômicos, realizados no Uruguai.

Investigações Agronômicas consta de três tomos. O primeiro trata dos fundamentos da produção vegetal; o segundo, de genética e fitotécnica rioplatense, e o terceiro, da produção e o homem.

O simples enunciado do conteúdo dos três volumes é um índice da amplitude dos temas analisados e, portanto, da utilidade que importará sua leitura a tôdas as pessoas vinculadas aos problemas agrários: agricultores, horticultores, criadores e industriais cultos, agrônomos, químicos, naturalistas, experimentadores, economistas, sociólogos e governantes.

A simplicidade e clareza da exposição do Dr. Boerger, permitem afirmar que tôdas as pessoas referidas podem consultar, sem dificuldade e com proveito, as páginas de *Investigações Agronômicas*.

Que a obra comentada possa ser útil a públicos tão diversos, fica esclarecido quando se considera que na mesma se trata dos problemas rurais relacionados com o clima, o solo, os trabalhos culturais, as enfermidades, pragas e males das plantações, bem como do melhoramento sanitário e da

produção quanti-qualitativa das plantas cultivadas (inclusive forrageiras) por meio dos métodos fitotécnicos.

Ademais, o terceiro tomo encerra temas económicos, sociológicos e políticos de interesse extraordinário nestes momentos, em que é necessário dedicar-se aos estudos dos inumeráveis problemas que se projetarão no após-guerra. Entre os referidos assuntos cabe mencionar os tratados no capítulo XV, sob o título "Produção e Consumo", no XVI, "Comercialização", no XVII, "Progresso e Miséria"; no XVIII "Panorama da Hora Presente"; e no XIX, "Perspectivas Ulteriores".

No desenvolvimento das 2244 páginas de sua obra, o Dr. Boerger se documenta especialmente na sólida obra de experimentação que se tem realizado, durante cerca de 30 anos, no instituto por êle criado e dirigido.

Não obstante, para quase todos os temas, apoiando-se na consulta de uma abundante bibliografia, abrange também o panorama que oferecem o Uruguai, a Argentina e o Estado do Rio Grande do Sul (Brasil).

Em face do que antes foi dito, *Investigações Agronômicas*, à parte o interesse geral que possa despertar nos diversos países da América e de outros continentes, será uma obra de consulta obrigatória para informar acerca dos principais problemas agrícolas da ampla região rioplatense.

No curso dos três tomos são tratados, em particular, as culturas seguintes: trigo, milho, aveia, cevada (cerveja e forrageira), arroz, centeio, alpinista, sorgos, linhos (oleaginoso e têxtil), girassol, mani, ricino, sésamo, soja, ervilhas, favas, lentilhas, arvejas, farinha, batata, mandioca, topinambor, beterraba (açucareira e forrageira), fumo, plantas medicinais, tintóreas, aromáticas e inseticidas, alfafa, trevos, lupo, várias gramíneas forrageiras, colza forrageira, etc.

O Dr. Boerger, prevendo a missão que cumprirá seu trabalho, como obra de consulta, preocupou-se em torná-lo de fácil consulta; para isso procurou, na sua elaboração: 1) dar à exposição um caráter sintético; 2) completar cada capítulo com um resumo; 3) acrescentar também a cada capítulo a lista completa das publicações citadas no mesmo; 4) preceder cada tomo com o respectivo índice metódico; 5) acrescentar no final do terceiro tomo, e para toda a obra, três índices alfabéticos,

um de autores e instituições citadas, outro de nomes científicos de espécies vegetais e animais, e o último de matérias tratadas.

Por todos os méritos que encerra *Investigações Agronômicas*, não é difícil vaticinar que adquirirá uma ampla difusão em todas as esferas relacionadas com a cultura do solo. — (Registro da lavra do Sr. A. L. de Fina, publicado na *Revista dos Anais da Sociedade Científica Argentina* — Tomo CXXXVI, n.º 6, dezembro de 1943).

★

LEITH, C. R., FURNESS, J. W. e LEWIS, CLEONA. — *World Minerals and World Peace* — The Brookings Institution — Washington. D. C. — 1943.

Verificado que a grande desigualdade, existente na divisão dos recursos minerais entre os países, não será verdadeira e materialmente modificada, por progressos tecnológicos nem por novas descobertas, a interdependência econômica dos países permanece inevitável e não será, provavelmente, senão acentuada, na medida em que os processos de fabricação se tornarem mais complexos.

Com referência à promessa contida na carta do Atlântico, de uma "igualdade no acesso às matérias primas", os autores se propõem a examinar as medidas que regulamentavam a produção e a venda dos minerais no passado.

Estas medidas compreendiam os cartéis e monopólios, direitos de importação e exportação, sistemas de necessidade e licenças, subvenções, embargos e finalmente o racionamento dos abastecimentos de minerais estrangeiros e nacionais.

Contudo, os autores chegam à conclusão geral de que os países do Eixo não têm sofrido prejuízo considerável, pelo fato de serem os territórios colocados sob seu controle, relativamente desprovidos de recursos minerais. Em outros termos, ainda que os países do Eixo sejam "pobres" no que diz respeito a grande número de minerais, os outros países do mundo o são igualmente, em maior ou menor quantidade.

Parece que se pode bem deduzir que, se os países do Eixo tinham qualquer razão de se lamentarem de ser vítimas de uma desigualdade no acesso aos minerais era somente na medida em que se utilizam êles de quantidades anormais para realizar seus programas armamentistas e encontravam dificuldades quando procuravam garantir consumo tão vultuoso para compensar o aumento de suas importações de minerais.

Este fato, entretanto, dá uma indicação, quanto a um meio capaz de assegurar a paz mundial. O último capítulo propõe que o comércio interna-

cional dos minerais seja controlado, de modo a tornar impossível a qualquer país, arriscar-se a um programa de armamentos.

Se bem que um tal sistema de controle seja evidentemente muito difícil de organizar e aplicar, os dados apresentados nesta obra mostram claramente, que o fato de negar acesso aos minerais fazendo parte do comércio mundial, impediria eficazmente qualquer tentativa armamentista, para o futuro, oriunda de qualquer país. — (Comentário inserto na *Revue Internationale du Travail* — Vol. XLVIII, n.º 6, dezembro, 1943 — Montreal).

Periódicos

BASES CRISTÁS PARA A ORDEM MUNDIAL — Preleções Merrick de 1943. — Livraria Liberdade — São Paulo — 1943.

Tôda época de intranquillidade política, de grandes crises sócio-econômicas, assinalam-se na história como um período de transformação intensa. Os próprios acontecimentos encarregam-se de dinamizar as velhas formas, alterar a estrutura das coisas — modificar a fisionomia, do mundo e das instituições.

Atualmente — e seria desnecessário dizê-lo aqui — assistimos a um dos maiores dramas de todos os tempos. Impossível descobrir o sentido dos fatos, neste rodameinho de desencontros em que afundam os povos e as pátrias.

É possível, entretanto, isolar os valores e os elementos que estão em jôgo. Esta guerra é, sobretudo, uma luta pelos valores morais. É uma luta do bem contra o mal. Uma cruzada dos que acreditam na hegemonia do espírito, numa justa hierarquia social e econômica — e dos que negam qualquer equilíbrio, porque desejam mesmo criar um novo equilíbrio. É um choque entre os dois espíritos: Ariel e Caliban.

A guerra possui a faculdade de subverter inteiramente a ordem reinante. Muda as condições de existência dos povos, da noite para o dia. Infilui na arquitetura do sistema social e econômico, transformando-o por completo.

As elites intelectuais devem preocupar-se — mesmo quando as granadas estouram nos campos de batalha — com a reconstrução do mundo, no após-guerra. E sobre essa reconstrução não devem opinar apenas os técnicos, os economistas, os manipuladores de cifras numéricas e de realidades físicas. Uma ordem para a qual contribuissem somente êsses homens, iria cair no mesmo erro desta que se está desmantelando.

Eis porque a opinião dos adeptos de um credo religioso, tem uma singular importância neste instante. Já ultrapassamos, até, essa época de sectarismos religiosos, tendendo as coisas para uma perfeita harmonia e cooperação entre os partidários de tôdas as

seitas — para o fim comum da espiritualidade e da ordem.

O presente volume, publicado sob os auspícios da Igreja Metodista do Brasil, encerra alguns trabalhos abordando aspectos do tema indicado pelo título.

São os seguintes, os títulos dos trabalhos: *A religião no mundo de amanhã*, Henry A. Wallace; *Deus e o mundo em que vivemos*, Francis J. Mc Cornell; *O conceito cristão do homem*, Willis J. King; *Um conceito cristão da natureza*, Edgar S. Brightman; *Os fundamentos espirituais da democracia*, Humphrey Lee; *O Cristianismo e o problema da raça*, Gonzalo Báez-Camargo; *Liberdade econômica*, John B. Condliffe; *A Terra e o bem-estar humano*, Vera Micheles Deau; *A saúde da comunidade mundial*; *O cristianismo e os operários do mundo*, Carter Goodrich; *O caráter humano e a ordem mundial*, Reinhol Schairer.

Trata-se, evidentemente, de uma contribuição apreciável ao esforço universal — que está surgindo — para a reconstrução do mundo no após-guerra.

★

ESPAÑA: LA TIERRA, EL HOMBRE, EL ARTE. — Editora Alberto Martín. — Barceloná.

Este é o primeiro volume da obra de Geografia, dirigida pelo Prof. José Gavira, da Universidade Central de Espanha.

Não se trata, porém, de uma Geografia de Espanha. Seu conteúdo é mais um extenso repertório de temas geográficos, em seu aspecto humano, desde a constituição física de Espanha, com as suas paisagens e belezas, seus particularismos, até os habitantes com a sua economia, suas cidades, sua arte.

O livro começa por um belo capítulo rotulado: *O descobrimento de Espanha*, que encerra tudo quanto os clássicos gregos disseram da Península Ibérica. Nesta parte domina Schulten, cuja ciência está, agora mesmo, sofrendo uma séria revisão. Em seguida vem outro capítulo sobre a Geografia de Espanha na Idade Média, recompilando os co-

nhecimentos geográficos de Santo Isidoro, os árabes, Lull e os cartógrafos judeu-marroquinos. Vêm depois as diversas etapas que marcam o aperfeiçoamento da ciência geográfica, durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, repletos de nomes e obras notáveis.

Após essa formosa introdução histórica, entramos no estudo da evolução geológica do solo espanhol, de seus mares e costas, de seus rios e lagoas, de seu clima e de sua flora. Construindo o cenário, o leitor entra em contacto com a descrição das raças pré-históricas e dos povos primitivos; imediatamente entra no estudo da agricultura, do pastoreio, da pesca, das minas, da indústria e do comércio. São dezesseis capítulos, repletos de substância, coroados por uma bibliografia seleta.

★

MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSVALDO CRUZ — Imprensa Nacional, 1944 — Rio de Janeiro.

O Instituto Oswaldo Cruz constitui um legítimo motivo de orgulho para nós, brasileiros. Verdadeira escola de sábios, pelos seus laboratórios têm passado, até agora, grandes cientistas patrióticos. Desde a sua fundação, o Instituto vem contribuindo eficazmente para estudar essa ou aquela enfermidade, e portanto para apontar os melhores meios de combatê-la. Neste papel, o Instituto vem desenvolvendo uma ação nacional e continental, pois seus serviços são postos, com freqüência, à disposição dos povos vizinhos.

Memórias do Instituto Oswaldo Cruz é um espelho que reflete as atividades dessa maravilhosa oficina a serviço da humanidade.

Bem impresso, bem organizado, este tomo 39, fascículo 3, apresenta-se repleto de selecionada matéria.

★

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO — Vol. 181 — Outubro-dezembro-1943 — Imprensa Nacional — Rio, 1944.

Mais um número desta tradicional revista está em circulação.

Traz um magnífico estudo de autoria do Sr. Vanderlei Pinho, sobre a personalidade inconfundível do visconde de Taunay. Outro do Sr. Cristóvão Leite de Castro, focalizando o conselheiro Mac-Dowell. Integram ainda o texto, valiosos artigos assinados pelos Srs. Ri-

cardo Gumbleton Daunt, Afrânio Peixoto e Pedro Calmon.

A publicação conta, além disto, um completo noticiário de fatos relacionados com a história e com as atividades culturais daquele Instituto.

Em suma, a valente sociedade deu mais uma vez pujante demonstração de ação fecunda — perenizando aquele dinamismo criador haurido durante a vetusta era monárquica, no exemplo e na presença desse milionário de virtudes que foi o nosso segundo Imperador.

★

CERES (n.º 26 — Vol. V) — Novembro e dezembro de 1943.

Recebemos esta interessante revista dedicada aos assuntos agrícolas e ruralísticos, de um modo geral.

Segundo seu programa de prestar boas informações aos agricultores — num país onde, a agricultura sempre foi improvisada — *Ceres* apresenta-se com um número contendo variada matéria.

É o seguinte, o sumário deste número:

Porter, R. H. — Valor de um moderno laboratório de sementes em face da produção.

Grossman, Américo — Cinco anos de melhoramento de algodão pelo Departamento de Genética, Estatística e Biometria da Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais.

Moojen, João — Fauna de Minas Gerais: aves.

Marques, J. Quintiliano de A. — Contrôle da erosão.

Drummond, Otávio A. — Uma *dothideacea* da flora do litoral brasileiro.

Silveira, Amauri H. da — Pequena indústria da Jaboticaba.

Machado, Vicente — Classificação do café.

Livros Novos — Revista das Revistas.

Notícias e Comentários.

O artigo do Sr. Amauri da Silveira versa um assunto que diz respeito a muitas regiões brasileiras, onde a jaboticaba é um fruto mais ou menos nativo. Estuda, pois, sob prisma novo, as aplicações deste fruto selvagem. É um bom exemplo de esforço para planejar uma pequena economia de produção a essa enorme população rural, dissolvida pelo nosso *hinterland*.

★

Retrospecto geográfico
e cartográfico

A cartografia brasileira nos livros estrangeiros

VII

[1908 a 1912]

1908 — *Map showing Spruce's routes on the Rio Negro, Uaupés, Castiquari, and Orinoco.* (1:7 000 000). 10 ½ by 7 ¼ inches. (Richard Spruce, *Notes of a botanist on the Amazon and Andes*, Vol. I, London, 1908, p. 486.

1908-a — *Estado do Pará. Carta da zona da estrada de ferro de Bragança e da colonização da Estado.* Delineada pelo Eng. Civil João de Palma Muniz, 1908. 1:200 000. 44 by 22 inches. In *Album do Estado do Pará*, mandado organizar por S. Excia. o Sr. Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado, Paris, 1908.

Mapa geológico do Estado do Pará, organizado pelo Dr. Frederico Katzer, 1:4 400 000. 14 by 14 ¾ inches. p. 320. In op. cit.

Mapa do Estado do Pará, mandado organizar pelo Exmo. Sr. Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. 1908. 1:2 250 000. 26 by 29 inches. p. 350. In op. cit.

1908-b — *Mapa da região das minas, Estado de Santa Catarina, Brasil, mostrando os afloramentos e explorações do carvão*, desenhado pelo Dr. Esdras do Prado Seixas. 1:25 000. 27 by 14 inches. In Comissão de estudos das minas de carvão de pedra do Brasil, Relatório final, por I. C. White, Tradução de Carlos Moreira, Rio de Janeiro, 1908, p. 300.

Mapa geológico do sul do Brasil, mostrando aproximadamente as áreas ocupadas pelas rochas do sistema de Santa Catarina, por I. C. White. 1:2 010 365. 30 ½ by 27 ¼ inches. In op. cit.

1908-c — *Planta geral do rio Ribeira do Iguape e seus afluentes em 1908.* 1:500 000. 19 ¼ by 6 inches. In Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Exploração do rio Ribeira do Iguape, 1908. São Paulo, 1908.

— *Planta do rio Ribeira do Iguape e seus afluentes*, 1908. 1:50 000. 7 sheets, 34 by 14 ¼ inches. In op. cit.

— *Planta dos afluentes do rio Juruá*, 1908. 1:50 000. 3 sheets, 33 ¾ by 14 ¼ inches. In op. cit.

1908-d — *Schizzo generale del bacino dell'Amazzone.* (1:16 800 000). 9 ¼ by 6 ¼ inches in Gregorio Ronca, *Dalle Antille alle Gujane e all'Amazzone*, Seconda edizione, Rome, 1908, p. 216. L. C.

— *Navigazione della R. N. "Dogaldi" comandata dal cap. di fregata G. Ronca sul Fiume. Amazzone-Solimões-Marañon* — (Dic. 1904 - Febr. 1905). 1:1 500 000. 3 sheets, 26 by 7 inches.

VIII

1909 — *Sketch map of the bay and environs of Rio de Janeiro.* — (1:1 100 000). 4 ¾ by 3 inches, p. 578. Clements R. Marckhen, *Central and South America*, Vol. I, London, 1909.

— *Brazil.* 1:13 052 160. 14 ¼ by 13 ¼ inches. p. 592. In op. cit.

1909-a — *City of Rio de Janeiro or Federal District.* 1906. (About 1:20 000) 11 by 8 ¾ inches. p. 514. J. P. Wileman,

The Brazilian Year Book, issued under the patronage of the Brazilian Government, Second Issue, 1909, Rio de Janeiro and London.

— *Railway map on state of S. Paulo*. (About 1:2 300 000). 8 $\frac{3}{4}$ by 11 inches. p. 552. In op. cit.

— *Mogiana Railway, showing projected extension to Goiás*. 1:2341 000. 8 $\frac{3}{4}$ by 11 inches. p. 624. In op. cit.

— *Map of railway systems, from Rio de Janeiro to Rio Grande do Sul*. (About 1:7 500 000). 8 $\frac{1}{2}$ by 11 inches. p. 724. In op. cit.

— *The Great Western of Brazil Railway Company, Ltd.* — (About 1:2 230 000). 8 $\frac{3}{4}$ by 11 inches. p. 792. In op. cit.

— *Leopoldina Railway*. — (About 1:1 870 000). 8 $\frac{3}{4}$ by 11 inches. p. 794. In op. cit.

— *Official map of Brazil* by João Chrockatt de Sá Pereira de Castro, C. E., and Eduardo A. G. Thompson, C. E. (1:8 500 000). 22 by 21 $\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

1909-b — *Mapa do território das Missões Orientais no Estado do Rio Grande do Sul*, organizado pelo agrimensor Leovegildo Veloso da Silveira, 1904. 1:500 000. 17 $\frac{1}{4}$ inches. José Veloso da Silveira, *As Missões Orientais e seus antigos domínios*, Porto Alegre.

1909-c — *Mapa de la región discutida entre Bolivia y el Perú en el que se señalan las diversas pretensiones de los dos estados, las líneas Gomez-Polar y la del laudo argentino*. Organizado por Adolfo Ballivian, 1909. 1:2 000 000. 21 by 19 $\frac{1}{2}$ inches. In Adolfo Ballivian, *El laudo argentino, inaceptable para Bolivia, inconveniente para el Perú*, La Paz. p. 110.

— *Bolivia, la frontera del norte*. Publicado por Adolfo Ballivian, Jefe de la Comisión Boliviana Demarcadora de Límites con el Brasil. 1:500 000. 30 $\frac{1}{2}$ by 14 $\frac{1}{4}$ inches. In op. cit.

1909-d — *Reisewege der Expedition Koch-Grünberg am oberen Rio Negro und Yapurá in den Jahren 1903 — 05*. 1:4 000 000. 13 $\frac{1}{4}$ by 8 $\frac{3}{4}$ inches. Dr. Theodor Koch-Grünberg, *Zwei Jahre unter den Indianern*, Erster Band, Berlin.

1910 — *Brazil*. (1:13 300 000). 13 $\frac{1}{2}$ by 13 $\frac{1}{4}$ inches. Charles W. Domville-Fife, *The great states of South America*, London.

1910-a — *Map of the republic of the United States of Brazil*. Arranged and drawn with the arbitrarial boundary regulations of Washington (1895), Bern (1900) and Rome (1904), and the Conventions with Bolivia (1903), Ecuador (1904), the Netherlands (1906) and Colombia (1907). (1:35 000 000). 6 $\frac{3}{4}$ by 6 $\frac{1}{2}$ inches. Charles W. Domville-Fife, *The United States of Brazil*, New York.

1911 — *Mapa econômico do Brasil*, organizado por ordem do Exmo. Sr. Dr. Pedro de Toledo, pelo engenheiro civil Alvaró José Rodrigues. 1911. 1:5 000 000 37 by 36 $\frac{1}{4}$ inches. Pedro de Toledo, Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1911, Vol. I, Rio de Janeiro, 1911.

1911-a — *Matas e campos no Brasil*, esboço organizado pelo Serviço Geográfico e Mineralógico, 1911. — (1:5 000 000) 35 $\frac{3}{4}$ by 36 $\frac{1}{2}$ inches. Pedro de Toledo, Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1911, Vol. 3, Rio de Janeiro, 1911.

1911-b — *Mapa etnográfico e histórico do Rio Grande do Sul*, por Carlos Teschauer S. J. (1:4 000 000). 7 $\frac{1}{2}$ by 6 inches. P. C. Teschauer, S. J., *Habitantes primitivos do Rio Grande do Sul*, tirado do estudo publicado no *Almanaque do Rio Grande do Sul* para 1911.

1911-c — *Flora der Umgebung der Stadt São Paulo in Brasilien*. Nach den Plänen der Comissão Geográfica e Geológica von São Paulo, sowie nach eigenen Beobachtungen gezeichnet von Dr. A. Usteri. 1:50 000. 17 by 12 inches. A. Usteri, *Flora der Umgebung der Stadt São Paulo in Brasilien*, Jena.

1911-d — *Übersichtskarte — Der Reiseweg* (1:10 300 000). 10 $\frac{1}{2}$ by 14 inches. In Fritz Krause, *In den Wildnissne Brasiliens*, Leipzig, 1911.

— *Karte des Rio Araguata nach eigenen Aufnahmen bearbeitet* von Dr. Fritz Krause. 1:2 000 000. 8 $\frac{3}{4}$ by 17 $\frac{1}{4}$ inches. In op. cit.

1912 — *Sketch-map of the explored region (4.° -7.° S. L.)* (1:1 620 000). 6 by 7 ¾ inches. Algot Lange. *In the Amazon jungle*, New York and London.

— *Map of South America showing the ground covered by author in his explorations.* (1:47 000 000). 5 ¼ by 7 inches. In op. cit.

1912-a — *Wirtschafts- und Verkehrs-karte von Brasilien* 1:13 000 000. 13 ½ by 15 inches. In Heinrich Schüler, *Brasilien ein Land der Zukunft*, Zweite Auflage, Stuttgart, Leipzig.

1912-b — *Mittleres Südamerika.* 1:10 000 000. 21 ¼ by 17 inches. In Eduard Dettmann, *Das moderne Brasilien*, Berlin.

— *Umgegend von Rio — Janeiro.* 1:2 000 000. In op. cit.

— *Mittleres Ecuador.* 1:2 000 000. In op. cit.

1912-c — *États Unis du Brésil. — Carte des voies de communication.* (1:12 000 000). 17 ¼ by 15 ½ inches. Paul Walle, *Au Brésil, de l'Uruguay au rio São Francisco*, Nouvelle édition, Paris, (1912).

Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

XI

[1903]

— DERBY, Orville Adalbert

As madeiras petrificadas do Estado de São Paulo — Almanaque Mellilo, para 1904. pp. 150-151. São Paulo, 1903.

— DERBY, Orville Adalbert

A costa nordeste do Brasil na cartografia antiga. Ceará, 1903—in-4.º.

— DERBY, Orville Adalbert

Os mapas mais antigos do Brasil — São Paulo, 1903—in-8.º (Reproduzida em inglês).

— D'OSSAT, G. de Angelis

Il *Clisiophyllum Thildam*. sp. nel Pará (fossil coral from Itaituba) — Reale Accademia dei Lincei, tomo XII, pp. 215-221, illustrated. Roma, 1903. (Reproduzida na Revue Critique de Paléozoologie, n.I. p. 73, Paris, 1906). (O *Clisiophyllum Thilda*, nova espécie encontrada no Brasil — coral fóssil de Itaituba).

— DUCKE, A.

Biologische Notizen über einige südamerikanische Hymenoptera — Allgemeine Zeitschrift für Entomologie 1903, pp. 368-372; 1905 pp. 175-177; 1906, pp. 17-21.

(Notícia biológica sôbre alguns *Hymenopteros* sul-americanos).

— ELIZ, Dom Leonardo

“Los Cantos del Sabiá” — Santiago, 1903. in-8.º. (A propósito deste livro do poeta chileno, Alfredo de Carvalho publicou na imprensa pernambucana um artigo que, traduzido para o espanhol, foi transcrito em *La Lira Chilena*. — Está incluído na lista dos seus trabalhos sob o n.º 141, ficando assim desde já publicado.

É o seguinte: AMIGOS DEL BRASIL.

— FARRINGTON, Oliver C.

“Gems and gem minerals” - Chicago, 1903 — in-4.º, XII, 229 pp. com ilustrações.

(Trata nas pp. 75 e 154 dos minerais brasileiros).

— FERREIRA, G. L. dos S.

Investigações nos arquivos portugueses para achar documentos que interessassem o Piauí — Lisboa, 1903—in-8.º

— FISCHER, P. Joseph

The Discoveries of the Norsemen in America with special relation to their early cartographical representation by Joseph Fischer, S. J.—London, Henry Stevens 1903—in-4.º. 1 gravura com o título do manuscrito de Ptolomeu; XXIV; pp. com prefácio, lista das gravuras e bibliografia — 130 pp de texto com índice alfabético, 8 — facsimiles de cartas, sendo 4 de Ptolomeu; 2 mapas e um catálogo.

(As descobertas da América, com especial relação de sua primitiva representação cartográfica).

— FLORENCE, W.

Über Stolzit und Scheelit von Mariana de Itacolomi in State Minas Gerais (Brasilien) — Centralblatt für Mineralogie Geologie und Paleontologie, tomo 23, pp. 725-728, Stuttgart 1903.

Sôbre o stolzito e o scheelito de Mariana de Itacolomi, no Estado de Minas Gerais (Brasil).

— FUNKE, Alfred

Die Besiedlung des Ostlichen Sudamerika — Halle a. s. 1903, in-8.º.

— FURNISS, H. W.

Diamonds in Bahia. Quoted by G. F. Kunz, in *Mineral Resources of the United States*, 1902, pp. 17-24 — Washington, 1903.

(*Diamantes na Bahia*. Anotado por G. F. Kaus).

— HARTT, Charles Frederik

Notas biográficas sobre os trabalhos de Ch. Fred. Hartt Em: *Almanaque Popular Brasileiro de 1903*; e *Diário Popular*, de Pelotas, Rio G. do Sul, n.º 156, de 8 de julho de 1903.

— HEYK

Die ersten deutschen Pioniere. *Deutsche Monatschrift* — Berlin, 1903. (Os primeiros colonos alemães no Brasil).

— HAEBLER, Konrad

Bibliografía Ibérica del Siglo XV. Enumeración de todos los libros impresos en España y Portugal hasta el año de 1500 — Con notas críticas, por Conrado Haebler, Correspondente de la Real Academia de la Historia — La Haya — Martinus Nijhoff — Leipzig, Karl W. Hiersemann, 1903 — in-8.º — VII, mais 385 pp.

— HELLMAYR, C. E.

Über neue und wening bekaunte südamerikanische vögel — Verhandlungen der k. k. Zoologischbotanischen

Gesellschaft in Wien, vol. 53, pp. 199-223 — Wien, 1903.

(Sobre novas e pouco conhecidas aves sul-americanas).

— HENGSTENBERG, Ernst

“Welt-reisen” — Berlin, Dietrich Reimer, 1903 — in-8.º — 246 pp. ests. (*Vtagens pelo mundo*).

— HENNINGS, Paul

Zwei neue Früchte bewohnende Uredineen. (“Uredo Goeldia na nov. espec. auf Cambuca”) *Herdwigia* vol. 42, pp. 188-189 — Berlin, 1903.

(Duas novas frutas Uredíneas. *Uredo Goeldiana*, nova espécie de cambucá),

— HUSSAK, E. end REITINGER, J.

Über Monazit, Xenotin, Senait und natürliches Zirkonoxyd aus Brasilien — *Zeitschrift für Kristal*, tomo XXXVII, pp. 550-579, Leipzig, 1903. (Abstract: *Mining Magazine*, Tomo XIII, p. 398 — London, 1903.

— HUSSAK, Eugênio

Sobre a raspita do Sumidouro, Minas Gerais — *Ibe*, n.º 8, pp. 99-103 — O: Prêto, 1903.

— IHERING, (Hermann von)

A origem dos sambaquis — Em: *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, tomo VIII, pp. 446-457 — São Paulo, 1903.

Mapoteca central do 'C. N. G.

CATÁLOGO GERAL

XI

(MAPAS DE NS. 751 A 800)

N.º 751 — Estado do Paraná (Planta parcial n.º 2) Colonização das obras dos ribeirões Bandeirantes do Norte e Pirapora, Estado do Paraná — 1:80 000 — 0,700x0,940 — Cia. Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato, 1937-1938.

N.º 752 — Estado do Paraná (Planta parcial n.º 3) Colonização das obras dos ribeirões Cambará, Cambira, Nova Ucraina e Barra Nova — 1:80 000 — 0,615x0,775 — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1938.

N.º 753 — Estado do Paraná (Planta parcial n.º 4) Colonização das glebas dos ribeirões Alegre, Sarandi, Keller, Aquidabá e Bandeirantes do Sul — 1:80 000 — 0,735x560 — Cia de Terras Norte do Paraná — 1937-1938.

N.º 754 — Estado do Paraná (Planta parcial) da gleba do patrimônio Rolândia — 1:20 000 — 0,390x320 — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1835-1938.

N.º 755 — Estado do Paraná (Planta parcial da gleba do patrimônio Nova Dantzig) — 1:20 000. — 0,415x0,375. — Cia. de Terras Norte do Paraná — 1935/1937.

N.º 756 — Estado do Paraná — (Planta parcial da gleba do patrimônio Pirapó) — 1:20 000 — 0,510x0,455 — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1937.

N.º 757 — Estado do Paraná — (Planta parcial da gleba do patrimônio Londrina) — 1:20 000 — 0,320x365 — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1937-1938.

N.º 758 — Estado do Paraná — (Carta do noroeste do Estado) — 1:500 000 — 0,460x0,980 — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1937.

N.º 759 — Estado do Paraná — (Planta parcial da gleba do patrimônio Araçongas) — 1:20 000 — 0,550 x 0,660 — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1935/1938.

N.º 760 — Estado do Paraná — (Planta parcial da gleba do patrimônio Apucarana) — 1:20.000 — 0,315 x 0,450. — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1936/1937.

N.º 761 — Estado do Paraná — (Planta parcial da gleba do patrimônio Jandaia) — 1:20 000 — 0,420x0,420 — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1937.

N.º 762 — Estado do Paraná — (Mapa demonstrativo das estradas de rodagem) — 1:20 000 — 0,330 x 0,500 — Cia. de Terras Norte do Paraná — Cópia em papel azul prussiato — 1938.

N.º 763 — Linha-tronco Diamantina-Parecis, ramal Parecis-Afonso, contendo as explorações — 1:100 000 — 0,610x0,960 — Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, contendo as explorações — 1907/1918.

N.º 764 — Planta geral dos rios Feio e Aguapeí — 1:500 000 — 0,350 x 0,860 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Impresso pela Comp. Litográf. Hartman & Reichenbach — São Paulo. 1906.

Ns. 765/66 — Planta do rio Feio (2 fls.) 1:50 000 — 0,350x0,860 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Impresso pela Comp. Litográf. Hartman & Reichenbach — São Paulo — 1906.

Ns. 767/68 — Planta do rio Agua-peí — 1:50 000 — 0,350x0,860 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Impresso pela Comp. Litográf. Hartman & Reichenbach — São Paulo — 1906.

N.º 769 — Planta geral do rio Tietê — Barra do Jacaré Grande ao Pontal — 1:500 000 — 0,350x0,860 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — 1905.

Ns. 770/77 — Planta do rio Tietê — 1:500 000 — 0,350x0,860 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. — 1906.

N.º 778 — Climates of the Earth — 1:77 000 000 — 0,275x0,530 — C. W. Thornthwaite — Lithographed by A. Hoen and Co. Baltimore. U.S.A.

N.º 779 — Map of Africa — 1:11 721 600 — 0,60x0,720 — Lithographed by A. Hoen and Co. — Baltimore — U. S. A.

N.º 780 — Rio de Janeiro — Rádio Central Mundial — 1:80 000 000 — 0,620x0,520 — Rudolf Langer — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar — 1928.

Ns. 781/85 — Levantamento do rio Acre e derrota de sua navegação (5 plantas) — 1:100 000 — 0,410 x 0,900 (a 1.ª planta) e 0,280x0,860 (as outras) — Plácido de Castro — Impresso por C. A. Gierth & Cia. — 1907.

N.º 786 — Levantamento do rio Purus entre a Bôca do Acre e Cachoeira — 1:250 000 — 0,400x0,910 — Plácido de Castro — Impresso por C. A. Gierth & Cia. — 1907.

N.º 787 — Ferrovias da E. F. C. do Brasil — 1:100 000 — 0,840x0,460 — Administração da E. F. C. B. — Cópia Ozalide — 1941.

N.º 788/89 — Mapa da América do Sul (2 fls.) — 1:5 500 000 — 0,900x0,630 — American Geographical Society of New York — Lithographed by A. Hoen and Co. — Baltimore — U. S. A. — 1942.

N.º 790 — Mapa de parte dos Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí e dos Estados de Sergipe e Alagoas. Escala: 1:2 000 000. Autor: Inspeção Federal de Obras Contra as Secas. Em côres. Impresso. Dim.: 0,510x0,350.

N.º 791 — Mapa Pluviométrico do ano muito sêco de 1932. Escala: 1:3 000 000. Colorido e impresso. Autor: M.V.O.P. Dim.: 0,415x0,480.

Ns. 792/93 — Carta corográfica do Estado do Rio de Janeiro. Escala: 1:400 000. Autor: Comissão da Carta Geral do Estado. Impresso em côres. Dim.: 2 fôlhas, 1,170x0,850.

N.º 794 — Rêde Rodoviária do Estado do Rio de Janeiro. Escala: 1:606 060. Autor: S.V.O.P. Impresso em côres. Dim.: 0,470x0,640.

N.º 795 — Planta topográfica de Fernando de Noronha. Escala aprox.: 1:25 000. Autor: Serviço Geográfico e Histórico do Exército. Impresso. Dim.: 0,400x0,550.

Ns. 796/99 — Planta topográfica de Juiz de Fora. Escala: 1:20 000. Autor: Serviço Geográfico do Exército. Dim.: 0,450x0,485. Impresso.

N.º 800 — Mapa Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro. Escala: 1 600 000. Autor: S. V. O. P. Dim.: 0,765x0,570.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis baixados no mês de janeiro de 1944

- Decreto-lei n.º 6 170, de 5 de janeiro de 1944.
Cria o Serviço de Expansão do Trigo no Ministério da Agricultura e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 7/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 171, de 5 de janeiro de 1944.
Autoriza o Ministério da Agricultura a promover as medidas necessárias para o rápido escoamento da safra do trigo de produção nacional.
"Diário Oficial" de 7/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 172, de 6 de janeiro de 1944.
Concede isenção de direitos durante cento e oitenta dias, para importação de sulfanilamidas, seus derivados e respectivas preparações e de vitaminas, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 173, de 6 de janeiro de 1944.
Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 3 564, de 28 de agosto de 1941.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 174, de 6 de janeiro de 1944.
Extingue a 7.ª Divisão de Infantaria da 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 175, de 6 de janeiro de 1944.
Extingue a Infantaria Divisionária da 7.ª Divisão de Infantaria com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 176, de 6 de janeiro de 1944.
Extingue a Artilharia Divisionária da 14.ª Divisão de Infantaria com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 177, de 6 de janeiro de 1944.
Extingue a Infantaria Divisionária da 14.ª Divisão de Infantaria com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 178, de 6 de janeiro de 1944.
Extingue a Artilharia Divisionária da 7.ª Divisão de Infantaria da 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 179, de 6 de janeiro de 1944.
Extingue a 14.ª Divisão de Infantaria com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 180, de 6 de janeiro de 1944.
Cria o Destacamento de Natal, com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 181, de 6 de janeiro de 1944.
Cria a 1.ª Brigada de Infantaria da 7.ª Divisão de Infantaria — tipo especial, com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 182, de 6 de janeiro de 1944.
Cria a 2.ª Brigada de Infantaria — tipo especial, com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 183, de 6 de janeiro de 1944.
Cria a Artilharia Divisionária da 7.ª Divisão de Infantaria — tipo especial, com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 184, de 6 de janeiro de 1944.
Cria a 7.ª Divisão de Infantaria — tipo especial, com sede na 7.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 185, de 6 de janeiro de 1944.
Cria a 1.ª Companhia Especial de Manutenção.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 186, de 6 de janeiro de 1944.
Cria o 38 Batalhão de Caçadores com sede na 2.ª Região Militar.
"Diário Oficial" de 8/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 187, de 7 de janeiro de 1944.
Cria a 5.ª Companhia Regional no Corpo de Fuzileiros Navais.
"Diário Oficial" de 10/1/944.
- Decreto-lei n.º 6 188, de 8 de janeiro de 1944.
Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 11/1/944.

- Decreto-lei n.º 6 189, de 8 de janeiro de 1944.
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 894 199,00, para pagamento de materiais fornecidos à Estrada de Ferro de Goiás.
"Diário Oficial" de 11/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 190, de 8 de janeiro de 1944.
Autoriza medida para atender às dificuldades da lavoura cafeeira dos Estados de São Paulo e Paraná em consequência das secas e geadas.
"Diário Oficial" de 12-1-1944. (Retificado em 24/1/1944).
- Decreto-lei n.º 6 191, de 10 de janeiro de 1944.
Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 3 411, de 10 de julho de 1941.
"Diário Oficial" de 12/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 192, de 10 de janeiro de 1944.
Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 4 805, de 21 de agosto de 1942.
"Diário Oficial" de 12/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 193, de 10 de janeiro de 1944.
Altera a redação do § 1.º do art. 2.º do Decreto-lei n.º 3 768, de 28 de outubro de 1941.
"Diário Oficial" de 12/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 194, de 11 de janeiro de 1944.
Altera os efetivos do Quadro de Oficiais Aviadores do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.
"Diário Oficial" de 13/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 195, de 12 de janeiro de 1944.
Autoriza a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro a averbar consignações e fôlhas de pagamento de seus servidores, a favor de sociedades cooperativas de consumo.
"Diário Oficial" de 14/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 196, de 12 de janeiro de 1944.
Cria função gratificada no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 14/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 197, de 13 de janeiro de 1944.
Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 15 769,60, para atender ao pagamento de despesas com a inauguração do monumento ao barão do Rio Branco.
"Diário Oficial" de 15/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 198, de 13 de janeiro de 1944.
Suspende a cobrança dos direitos e taxas sobre cimento importado.
"Diário Oficial" de 15/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 199, de 13 de janeiro de 1944.
Concede pensão especial a D. Gabriela d'Escragolle Taunay, filha sóteira do visconde Alfredo d'Escragolle Taunay.
"Diário Oficial" de 15/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 200, de 13 de janeiro de 1944.
Prorroga o prazo de que trata o Decreto-lei n.º 5 641, de 1 de junho de 1943.
"Diário Oficial" de 15/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 201, de 14 de janeiro de 1944.
Autoriza a aquisição de casa em Salvador, Estado da Bahia.
"Diário Oficial" de 17/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 202, de 14 de janeiro de 1944.
Suprime cargos nos Quadros II e IV do Ministério da Viação e Obras Públicas.
"Diário Oficial" de 17/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 203, de 14 de janeiro de 1944.
Isenta o imóvel sito à rua São Clemente n.º 360, dos impostos e taxas que menciona.
"Diário Oficial" de 19/1/1944.
"Diário Oficial" de 17/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 204, de 17 de janeiro de 1944.
Dispõe sobre o registro de fornecedores do Governo e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 19/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 205, de 18 de janeiro de 1944.
Aprova o Convênio entre o Brasil e a República Argentina e a República Oriental do Uruguai, sobre renúncia à cláusula de nação mais favorecida nas franquias e facilidades que se concedem à Bolívia e ao Paraguai, firmado em Montevidéu, a 6 de fevereiro de 1944 por ocasião da Conferência Regional do Prata.
"Diário Oficial" de 20/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 206, de 18 de janeiro de 1944.
Concede uma pensão à viúva do professor Lacerda de Almeida.
"Diário Oficial" de 20/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 207, de 19 de janeiro de 1944.
Revoga o Decreto-lei n.º 5 959, de 1.º de novembro de 1943, e abre crédito especial ao Ministério da Educação e Saúde.
"Diário Oficial" de 21/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 208, de 19 de janeiro de 1944.
Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 21/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 209, de 19 de janeiro de 1944.
Incorporava ao I.P.A.S.U. a C.A.P.I.N. e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 21/1/1944.
- Decreto-lei n.º 6 210.
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 211.
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 212.
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 213.
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 214.
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 215.
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 216.
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 217.
(Ainda não foi publicado).

Decreto-lei n.º 6 218, de 21 de janeiro de 1944.
Regula a concessão de pensão especial aos herdeiros dos oficiais generais falecidos em consequência de acidentes em serviço ou molestia nêle adquirida.

"Diário Oficial" de 24/1/944.

Decreto-lei n.º 6 219, de 21 de janeiro de 1944.
Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 536 838,40, para aquisição de material destinado à Escola Técnica Nacional.

"Diário Oficial" de 24/1/944.

Decreto-lei n.º 6 220, de 21 de janeiro de 1944.
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1 851 380,70, para a classificação de despesa proveniente do transporte de valores.

"Diário Oficial" de 24/1/944.

Decreto-lei n.º 6 221.
(Ainda não foi publicado).

Decreto-lei n.º 6 222, de 22 de janeiro de 1944.
Dá nova redação ao artigo 4.º do Decreto-lei n.º 5 964, de 3 de novembro de 1943.

"Diário Oficial" de 25/1/944.

Decreto-lei n.º 6 223, de 22 de janeiro de 1944.
Manda computar os "abonos" para efeito do cálculo do salário de compensação e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 25/1/944.

Decreto-lei n.º 6 224, de 24 de janeiro de 1944.
Institui o imposto sobre lucros extraordinários e dá outras providências.-

"Diário Oficial" de 26/1/944.

Decreto-lei n.º 6 225, de 24 de janeiro de 1944.
Institui os "Certificados de Equipamento" e os "Depósitos de Garantia".

"Diário Oficial" de 26/1/944.

Decreto-lei n.º 6 226, de 24 de janeiro de 1944.
Prorroga o prazo previsto no art. 32 do Decreto-lei n.º 5 219, de 23 de janeiro de 1943.

"Diário Oficial" de 26/1/944.

Decreto-lei n.º 6 227, de 24 de janeiro de 1944.
Código Penal Militar.

"Diário Oficial" de 1/2/944.
Retificação 15/3/944.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 6 230, de 29 de janeiro de 1944.

Dispõe sobre a formação do capital de empresas de mineração e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Presidente da República poderá permitir que companhias destinadas à exploração da mineração tenham seu capital constituído em metade por ações ao portador, desde que a outra metade o seja por ações nominativas cuja propriedade só poderá caber a pessoas físicas brasileiras.

Art. 2.º A Diretoria das companhias assim constituídas será formada de cinco diretores ou maior número ímpar, dos quais, metade, entre eles o presidente, eleita pelo grupo dos possuidores de ações nominativas e outra metade pelos possuidores de ações ao portador, elegendo os próprios diretores assim escolhidos o último diretor.

Art. 3.º A eleição do Conselho Fiscal, cujo número de membros não será inferior a cinco, atenderá ao processo fixado no artigo anterior.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1944. 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho,
Apolônio Sales.

(D.O. 1-2-944).

★

Decreto-lei n.º 6 233, de 2 de fevereiro de 1944.

Prorroga o prazo previsto no art. 159 do Decreto-lei n.º 5 893, de 19 de outubro de 1943.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1947 o prazo a que se refere o art. 159 do Decreto-lei n.º 5 893, de 19 de outubro de 1943, para as empresas ou quaisquer outras entidades que se dediquem à exploração de borracha no vale amazônico.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa,
Apolônio Sales.

(D. O. 4-2-944).

★

Decreto-lei n.º 6 255, de 9 de fevereiro de 1944.

Dispõe sobre a perfuração e o aparelhamento de poços a cargo da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As obras e serviços considerados no art. 5.º, inciso 2.º da Lei 175, de 7 de janeiro de 1936, a cargo da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.) passam a se reger pelos dispositivos constantes do presente decreto-lei.

Art. 2.º A perfuração e o aparelhamento de poços, referidos neste decreto-lei, serão executados na área definida no art. 2.º da Lei 175, de 7 de janeiro de 1936.

Parágrafo único. A julgo da I.F.O.C.S., poderão ainda ser perfurados e aparelhados poços em quaisquer localidades dos Estados participantes da área de que trata este artigo, bem como no Território de Fernando de Noronha, observadas as condições do presente decreto-lei.

Art. 3.º A perfuração de poços em qualquer zona das áreas previstas no artigo anterior e em seu parágrafo único, será precedida de estudos hidrológicos.

Art. 4.º A I.F.O.C.S. abrirá e aparelhará, por conta própria, poços:

I — Necessários ao andamento de obras e serviços a seu cargo.

II — Para uso dos viandantes e bebedouros de animais à margem das rodovias-tronco a que se refere o art. 1.º, alínea c, do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 19 726, de 20 de fevereiro de 1931 e das rodovias mencionadas no art. 5.º, inciso 6, da Lei 175, de 7 de janeiro de 1936.

Art. 5.º Mediante solicitação de Estados e Municípios ou a requerimento de particulares, individualmente ou associados, e de sindicatos, cooperativas ou institutos, regularmente organizados, poderá a I.F.O.C.S. cooperar na perfuração e aparelhamento de poços para suprimentos d'água, nas condições seguintes:

I — O solicitante ou requerente fornecerá o combustível e a água para a perfuração e pagará não só o pessoal operário, excetuados o perfurador e o ajudante, mas também a metade das despesas com o material de revestimento e a totalidade do transporte da perfuradora e materiais complementares até a distância máxima de cinqüenta (50) quilômetros.

II — Os Estados ou Municípios concorrerão com a metade das despesas, orçadas pela I. F. O. C. S., do aparelhamento dos poços, que será realizada pela I.F.O.C.S.; nos demais casos correrão essas despesas integralmente à

conta dos requerentes, aos quais caberá a aquisição do material necessário, prestando a I. F. O. C. S. unicamente a sua assistência técnica ao aparelhamento.

III — Os Estados e os Municípios depositarão antes do início da perfuração do poço, a importância designada pelo Inspetor equivalente, de acordo com o orçamento organizado pela I.F.O.C.S. a cinquenta por cento (50%) do valor do material de revestimento a ser incorporado ao poço, mais cinquenta por cento (50%) das despesas previstas de aparelhamento do mesmo; a parte de depósito correspondente ao aparelhamento será devolvida ao interessado, caso a perfuração não dê resultado.

IV — Os particulares, individualmente ou associados, e os sindicatos, cooperativas ou institutos, depositarão, antes do início da perfuração, a importância designada pelo Inspetor equivalente, de acordo com o orçamento organizado pela I.F.O.C.S. a cinquenta por cento (50%) do valor do material de revestimento a ser incorporado ao poço; caso as despesas com o material de revestimento sejam diferentes das previstas, proceder-se-á a um acerto de contas.

V — Os depósitos de que tratam as alíneas III e IV do presente artigo serão feitos nas Delegacias Fiscais pela I.F.O.C.S., mediante as necessárias guias.

VI — No termo cuja assinatura deve preceder à construção de qualquer poço feito com a cooperação da I.F.O.C.S., constará a obrigação do fornecimento de água para atender às necessidades das populações circunvizinhas, em período de seca.

§ 1.º Serão custeados pelos solicitantes ou requerentes, ressalvadas apenas as despesas de reparo e amortização das perfuratrizes, que correrão à conta da I.F.O.C.S.:

a) as perfurações e aparelhamentos efetuados fora da área definida no art. 2.º da Lei n.º 175, de 7 de janeiro de 1936 e facultados pelo parágrafo único do art. 2.º do presente decreto-lei;

b) as perfurações e aparelhamentos feitos em localidades dotadas de serviços públicos de abastecimento d'água, explorados por entidades públicas ou particulares; e

c) as desobstruções de poços e as renovações de aparelhamento.

§ 2.º As solicitações e os requerimentos de que trata este artigo deverão ser dirigidos ao Inspetor Federal de Obras Contra as Secas.

Art. 6.º Ficarão canceladas as autorizações de perfuração e aparelhamento de poços cuja execução, por culpa ou negligência dos interessados, não ocorrer dentro do prazo de três (3) anos a contar da data do deferimento do requerimento ou solicitação.

Parágrafo único. As disposições deste artigo atingem as autorizações concedidas anteriormente à vigência deste decreto-lei.

Art. 7.º Dependirão de aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, ouvida a I.F.O.C.S., as solicitações ou requerimentos para a perfuração ou o aparelhamento de poços que formem grupos superiores a cinco (5) unidades.

§ 1.º A aprovação somente terá lugar desde que não sejam prejudicadas as demais perfurações ou aparelhamentos e quando ocorram condições especiais, devidamente justificadas pelos interessados.

§ 2.º Na consideração do número máximo de cinco (5) poços para um mesmo solicitante ou requerente, ter-se-á em conta não apenas os novos poços solicitados ou requeridos, mas o total destes com os já existentes.

Art. 8.º Dependirão da existência de motivos de força maior, a juízo da I.F.O.C.S.:

I — A aceitação de pedidos de novas perfurações ou aparelhamentos de poços além das possibilidades normais da referida Inspecção.

II — O transporte de perfuratrizes para atender a serviços e obras cujo orçamento não justifique as despesas com o deslocamento.

Art. 9.º Ficarà a critério da I.F.O.C.S., a decisão de abandonar a perfuração, seja por acidente propriamente de operação, seja por não ter dado o poço o resultado satisfatório, ficando, em qualquer caso, o solicitante ou requerente sem nenhum direito a indenização pelas despesas que tiver feito ou vier a fazer em consequência da mesma perfuração.

Art. 10.º O aparelhamento dos poços obedecerá às prescrições e ao tipo indicados pela I.F.O.C.S., atendendo às condições peculiares de cada caso, devendo o seu início ser providenciado logo após concluída a perfuração com resultado satisfatório.

Art. 11.º Cabe ao proprietário conservar o poço e o respectivo aparelhamento, mantendo-os em condições eficientes de funcionamento.

Art. 12.º Aos particulares, individualmente ou associados, e aos sindicatos, cooperativas ou institutos que infringirem o disposto nos arts. 10 e 11 deste decreto-lei a I.F.O.C.S. aplicará multa cujo valor poderá atingir, conforme o caso, o total das despesas feitas pela I.F.O.C.S. com o poço, incluindo as de amortização da perfuratriz.

Art. 13.º Por solicitação de entidades públicas federais, a I. F. O. C. S. poderá perfurar e aparelhar poços mediante condições de cooperação a serem estabelecidas em cada caso e submetidas à aprovação do ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 14.º A execução, pela I. F. O. C. S., de qualquer perfuração ou aparelhamento de poços de custo provável superior a Cr\$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros) depende de prévia aprovação do respectivo orçamento pelo ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os orçamentos das perfurações ou aparelhamentos de poços, até o limite máximo de Cr\$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros) serão aprovados mediante portaria do Inspetor de Obras Contra as Secas que remeterá, trimestralmente, ao ministro da Viação e Obras Públicas, as cópias dos referidos orçamentos.

Art. 15.º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste decreto-lei serão resolvidas mediante portaria do ministro da Viação e Obras Públicas, ouvida a I. F. O. C. S.

Art. 16.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1944, 123.º da Independência e 58.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.
Alexandre Marcondes Filho.

(Diário Oficial, 11-2-944).

★

Decreto-lei n.º 6 269, de 14 de fevereiro de 1944.

Dispõe sobre a administração fiscal nos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porá, do Iguayú e de Fernando de Noronha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As leis tributárias federais aplicáveis ao Território do Acre extensivas aos Territórios criados pelos Decretos-leis n.º 4 102, de 9 de fevereiro de 1942, e 5 812, de 13 de setembro de 1943.

Art. 2.º As repartições arrecadoras federais situadas nos Territórios do Amapá, Rio Branco e Iguayú ficam subordinadas, respectivamente, às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Pará, Amazonas e Paraná; e as localizadas nos Territórios de

Ponta Porá e Guaporé, à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O Território de Fernando de Noronha fica subordinado à jurisdição fiscal da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco e da Alfândega de Recife, sendo quanto a esta na parte relativa à aquisição de selos.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1944, 123.º de Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.
Alexandre Marcondes Filho.

(Diário Oficial, 16-2-944).

★

ATOS DIVERSOS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Departamento Nacional da Produção Mineral

DIVISÃO DE AGUAS

Edital

Em obediência ao disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1910, faço público para conhecimento dos interessados, que a Divisão de Aguas do D. N. P. M. do Ministério da Agricultura, depois de metucioso estudo, considera do domínio da União, as águas do canal denominado Itá, em toda sua extensão, situado no Distrito Federal, defluente do rio Guandu pela sua margem esquerda e que se lança na baía de Sepetiba.

Esta conclusão se apóia na letra b do artigo 1.º do Código de Aguas combinado com o inciso IV do art. 2.º do Decreto-lei n.º 852 de 11 de setembro de 1944 e no fato daquele canal transportar água da União.

Dentro do prazo de (90) noventa dias, contados da publicação deste edital, deverão os interessados apresentar ao Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica as reclamações que julgarem dever fazer.

Nota: A identificação da canal foi feita segundo a planta aerofotogramétrica n.º 1 813, do Distrito de Sepetiba, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

(Diário Oficial, 17-2-944).

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto-lei n.º 174, de 18 de fevereiro de 1944

Altera o quadro do pessoal docente-administrativo da Escola Politécnica da Bahia e dá outras providências

O Interventor Federal no Estado da Bahia, na conformidade do disposto no n.º V do art. 6.º do Decreto-Lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-Lei n.º 5 541, de 21 de maio de 1943, decreta:

Art. 1.º — Ficam equiparados, para todos os efeitos, os professores catedráticos do mesmo estabelecimento de ensino superior (Tabela III, classe K”).

Art. 2.º — Ficam criados, na forma do disposto no art. 43, parágrafo único do Decreto-lei n.º 114, de 15 de dezembro de 1943, mais 3 lugares de assistentes na Escola Politécnica da Bahia, sendo 1 para as cadeiras de “Mecânica Aplicada, Bombas e Motores Hidráulicos”, “Hidráulica Teórica e Aplicada” e “Termodinâmica, Motores Térmicos e de Ar Comprimido”; 1 para a cadeira de “Física” e para as cadeiras de “Elettricidade” do Curso de Engenheiros Civis e de Engenheiros Eletricistas; 1 para as cadeiras de “Geologia Econômica e Noções de Metalurgia”, “Materiais de Construção”, “Tecnologia e Processos Gerais de Construção”, “Química Tecnológica e Analítica” e para as cadeiras de “Química dos Cursos de Engenheiros Industriais.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Cidade do Salvador, em 18 de fevereiro de 1944. — Renato Aletzo, Interventor Federal. — Artur César Berenguer.

(Diário Oficial, Bahia, 19-2-1944).

★

Decreto-lei n.º 179, de 28 de fevereiro de 1944

Autoriza o Governo do Estado a promover a aquisição e alienação de imóveis, de acordo com o plano de urbanização da estância hidro-mineral de Itaparica e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, observando o disposto no art. 6.º do Decreto-Lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Governo do Estado autorizado a adquirir, mediante acordo amigável ou desapropriação, os imóveis necessários e úteis à execução do plano de urbanização da-

quela estância hidro-mineral, aprovado pelo Decreto estadual n.º 12 880, de 22 de setembro de 1943.

Art. 2.º — Fica, outrossim, o Governo do Estado autorizado a vender, com base em preços mínimos constantes de tabelas para tal fim aprovadas e mediante concorrência ou hasta pública, os lotes de terreno dentro do perímetro previsto no Plano da Cidade e os remanescentes de aquisições amigáveis ou de desapropriações, bem como proceder à redistribuição dos mesmos, de acordo com o Plano de Urbanização.

Art. 3.º — O produto das alienações de que trata o artigo anterior, será aplicado em novas aquisições de imóveis e em obras e melhoramentos da estância, dentro do plano e programas anuais aprovados.

Parágrafo único. — A Prefeitura caberá estudar, organizar e encaminhar à aprovação do secretário da Viação os programas anuais de serviços.

Art. 4.º — A execução dos serviços poderá, a critério do S. V. O. P. ficar a cargo direto da Prefeitura ou ser contratada com particulares, na forma mais conveniente, sujeita sempre à fiscalização e orientação técnica da Diretoria de Obras Públicas e Urbanismo.

Art. 5.º — Para execução do artigo 3.º fica o S. V. O. P. autorizado a abrir, no Banco do Brasil ou Caixa Econômica, uma conta especial sob o título — Serviço e Obras da Estância Hidro-Mineral de Itaparica — a ser movimentada pela D. O. P. U. com o visto do S. V. O. P.

Art. 6.º — São declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis atingido pelo Plano de Urbanização da Estância Hidro-Mineral de Itaparica, aprovado pelo Decreto estadual n.º 12 880, de 22 de setembro de 1943.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Cidade do Salvador, em 28 de fevereiro de 1944. — Renato Aletzo, Interventor Federal. — Osvaldo César Rios. — Guilherme Marback.

(Diário Oficial, Bahia, 29-2-1944).

★

PARANÁ

Decreto-lei n.º 202

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Enquanto os municípios novos, criados pelo Decreto-lei n.º 199, de 31 de dezembro de 1943, não dispuserem de legislação própria, reger-se-ão pelas leis dos municípios dos quais foram desmembrados.

Art. 2.º — Fica designado o próximo dia 28 do corrente para instalação das novas circunscrições e a investidura das respectivas sedes, em seus novos foros.

Art. 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 26 de janeiro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República. — *Manuel Ribas*. — *Cap. Fernando Flores*.

(Diário Oficial, Paraná, 4-2-944).

★

SANTA CATARINA

Decreto-lei n.º 962

Modifica artigos da lei de organização judiciária do Estado

O Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º IV, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo senhor Presidente da República,

Decreta:

Art. 1.º — Ficarão assim redigidos os artigos 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 8.º, 49, 56, 116 e 197 do Decreto-lei n.º 431, de 19 de março de 1940:

"Art. 1.º — O território do Estado para a administração da Justiça, divide-se em comarcas, distritos e sub-distritos, formando, porém, uma só circunscrição para os atos de competência do Tribunal de Apelação".

"Art. 2.º — As comarcas, os distritos e os sub-distritos serão criados na lei de fixação da divisão administrativa e judiciária do Estado".

"Art. 4.º — As atuais comarcas ficam classificadas da seguinte forma:

I) Pertencem à primeira entrância: Biguaçu, Bom Retiro, Concórdia, Ibrama, Orleães, São Joaquim, Timbó e Uruçanga.

II) A segunda entrância: Araçanguá, Brusque, Caçador, Campos Novos, Crescília, Curitiba, Indaial, Jaraguá, Joaçaba, Palhoça, São José e Serra Alta.

III) A terceira entrância: Cocalinas, Itajaí, Laguna, Mafra, Porto União, Rio do Sul, São Francisco do Sul, Tijucas e Tubarão.

IV) A quarta entrância: Florianópolis, Blumenau, Joinville e Lajes".

"Art. 5.º — As comarcas, os distritos e sub-distritos serão instalados pela forma determinada na lei de fixação da divisão administrativa e judiciária do Estado".

Art. 8.º — Haverá, em cada distrito ou sub-distrito dois juizes de paz".

"Art. 49 — Haverá um juiz substituto em cada uma das seguintes circunscrições judiciárias:

1.ª — Florianópolis (sede), Biguaçu e São José.

2.ª — Tijucas (sede), Brusque e Palhoça.

3.ª — Blumenau (sede), Ibrama, Indaial, Itajaí, Rio do Sul e Timbó.

4.ª — Joinville (sede), Cocalinas, Jaraguá do Sul, Mafra, São Francisco do Sul e Serra Alta.

5.ª — Joaçaba (sede), Caçador, Concórdia e Porto União.

6.ª — Lajes (sede), Bom Retiro, Campos Novos, Curitiba e São Joaquim.

7.ª — Tubarão (sede), Araçanguá, Crescília, Laguna, Orleães e Uruçanga".

"Art. 56 — Os juizes de paz serão nomeados na forma do Decreto-lei federal n.º 536, de 5 de julho de 1938, dentre cidadãos maiores de 25 anos, domiciliados no distrito ou sub-distrito, reconhecidamente probes e capazes, servindo o primeiro nomeado, que nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo segundo".

"Art. 116 — Compete ao juiz de paz, sem prejuízo de igual atribuição conferida às autoridades policiais:

I — Proceder a corpo de delito e a auto de flagrante..

II — Conceder fiança.

III — Prender os culpados, em seu distrito ou sub-distrito, nos casos permitidos por lei.

IV — Nomear *ad-hoc* escrivão do Juízo, tradutor, intérprete e oficial de justiça.

V — Exercer as funções de juiz de casa-

mentos.

VI — Fazer cumprir mandado de intimação a jurados residentes em seu distrito ou sub-distrito.

VII — Arrecadar e acautelar provisoriamente os bens de ausentes, vagos e de evanço, até que providencie a autoridade competente.

VIII — Substituir o juiz de direito, na falta ou impedimento do juiz substituto, exceto nos casos previstos no art. 236, parágrafo único, ns. I a IV".

"Art. 197 — O juiz de direito, o promotor público e os auxiliares de justiça são obrigados a residir na sede da comarca, distrito ou sub-distrito, e o juiz substituto na sede da circunscrição".

Art. 2.º — No distrito que passar a sub-distrito, pela lei de fixação da divisão administrativa e judiciária do Estado, continuará o escrivão de paz a exercer as suas atuais atribuições.

Art. 3.º — Na comarca de Florianópolis: a) o ofício do registro de imóveis da sede compreenderá o sub-distrito do Estreito, conforme a incorporação deste àquela sede, pela lei de fixação da divisão administrativa e judiciária do Estado.

b) o ofício do registro de imóveis dos demais distritos continuará a compreender os sub-distritos do Saco dos Limões e da Trindade.

Art. 4.º — Fica revogado o parágrafo único do art. 5.º, do Decreto-lei n.º 431, de 19 de março de 1940.

Art. 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 2 de fevereiro de 1944. — *Nereu Ramos*. — *Ivo d'Aquino*.

(Diário Oficial, Santa Catarina, 3-2-944).

★

Decreto n.º 238

O Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, de conformidade com o disposto no art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei, n.º 1 202, de 8 de abril de 1939 e nos termos da lei n.º 77, de 26 de agosto de 1936,

Decreta:

Art. 1.º — As circunscrições e sedes das Residências subordinadas à Diretoria de Estradas de Rodagem ficam assim delimitadas:

Residência de Florianópolis

A Residência de Florianópolis, com sede na capital do Estado, limita-se com as Residências de Joinville, Blumenau, Curitiba, Lajes e Tubarão.

A poligonal que define os seus limites começa na foz do rio Itajaí, segue até a cidade de Nova Trento; daí toma direção de Ituporanga, até encontrar o rio Batalha; desse ponto, continua até Perimbó; toma a direção Bom Retiro; dessa localidade segue até a vila de Anitápolis e continua até São Bonifácio; daí com a direção de Paulo Lopes, se prolonga até o mar.

Residência de Joinville

A Residência de Joinville, com sede nessa cidade, confina com as Residências de Canoinhas, Curitiba, Blumenau e Florianópolis.

A poligonal que delimita essa Residência começa na foz do rio Itajaí, segue até o morro da Luz, divisa entre os municípios de Blumenau, Timbó e Jaraguá do Sul; toma a direção do morro situado a oito (8) quilômetros além das cabeceiras do rio Taózinho; toma a direção da vila de Itaió e, daí segue para a cidade de Mafra.

Residência de Blumenau

A Residência de Blumenau, com sede nessa cidade, confina com as Residências de Joinville, Canoinhas, Curitiba, Lajes e Florianópolis.

A poligonal que define os seus limites começa na foz do rio Itajaí, segue até o morro da Luz, divisa entre os municípios de Blumenau, Timbó e Jaraguá do Sul; daí continua até encontrar o morro situado a oito (8) quilômetros além das cabeceiras do rio Taózinho; toma a direção da cidade de Rio do Sul; prolonga-se até encontrar o rio Batalha; daí segue até Nova Trento; dessa localidade toma a direção de Itajaí e segue o ponto de origem, na foz do rio Itajaí.

Residência de Lajes

A Residência de Lajes, com sede nessa cidade, confina com as Residências de Tubarão, Florianópolis, Blumenau, Curitiba e Joaçaba.

A poligonal que delimita essa Residência começa nas cabeceiras do rio das Contas; acompanha os contornos da serra Geral, limites intermunicipais de São Joaquim e Bom Retiro com Urucanga, Orleães, Tubarão e Palhoça; encontra e segue a linha seca que liga Anitápolis a Bom Retiro; essa última segue até Perimbó; daí continua até a passagem da estrada Indios-Rio Grande do Sul, sobre o rio Canoas; segue até Correia Pinto; dessa localidade toma a direção de Caru, passa pela vila de Inácio Oliveira e se prolonga até o rio Uruguai.

Residência de Joaçaba

A Residência de Joaçaba, com sede nessa cidade, confina com as Residências de Lajes e Curitiba.

A poligonal que define os seus limites começa no rio Uruguai, tomá a direção de Inácio de Oliveira, Caru, até Correia Pinto; daí segue até a passagem da estrada Campos Novos-Curitiba, sobre o rio Marombas; desse ponto segue até Tangará; toma direção de Hersílio-ópolis e se prolonga até o limite com o Estado do Paraná.

Residência de Tubarão

A Residência de Tubarão, com sede nessa cidade, confina com as Residências de Florianópolis e Lajes.

A poligonal que define os seus limites começa no Oceano, nas proximidades de Paulo Lopes; atravessa essa localidade e segue até São Bonifácio; toma a direção da vila de Anitápolis; daí segue na direção de Bom Retiro, até encontrar a serra Geral; acompanha os seus contornos, limites intermunicipais de Bom Retiro e São Joaquim com Palhoça, Tubarão, Orleães e Urucanga, até as cabeceiras do rio das Contas.

Residência de Canoinhas

A Residência de Canoinhas, com sede nessa cidade, confina com as Residências de Curitiba, Blumenau e Joinville.

A poligonal que define os seus limites começa na mais alta cabeceira do rio Jangada; toma a direção do povoado de Campo Alto; segue até o morro situado a oito (8) quilômetros das cabeceiras do rio Taózinho; desse ponto toma a direção de Itaió e, daí, segue até Mafra.

Residência de Curitiba

A Residência de Curitiba com sede provisória na cidade do Rio do Sul confina com as Residências de Joaçaba, Lajes, Florianópolis, Blumenau, Joinville e Canoinhas.

A poligonal que define os seus limites começa na mais alta cabeceira do rio Jangada; toma a direção do povoado de Campo Alto; segue até o morro situado a oito (8) quilômetros das cabeceiras do rio Taózinho; desse ponto toma a direção da cidade do Rio do Sul e se prolonga até encontrar o rio Batalha, na linha seca Nova Trento-Ituporanga; segue até Perimbó; desse ponto continua até a passagem da estrada Indios-Rio do Sul, sobre o rio Canoas; toma a direção de Correia Pinto; dessa localidade segue até a passagem da estrada Campos Novos-Curitiba, sobre o rio Marombas; daí continua até a vila de Tangará; toma a direção de Hersílio-ópolis e se prolonga até o limite com o Estado do Paraná.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 31 de janeiro de 1944. — *Nereu Ramos*.

(D. O. Santa Catarina — 2-2-944).

★

COMISSÃO REVISORA DO QUADRO TERRITORIAL DO ESTADO

Resolução n.º 1

A Comissão Revisora do Quadro Territorial do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando o disposto no art. 13 e seus parágrafos, do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, combinado com o art. 2.º e seus parágrafos, do Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943,

Considerando, ainda, o que estabelecem as Resoluções ns. 2 e 3, respectivamente, de 28 e 29 de março de 1938, do Diretório Central, do Conselho Nacional de Geografia,

Resolve:

Art. 1.º São as abaixo discriminadas as Prefeituras Municipais que deverão apresentar mapas de seu território, em duas vias autênticas: Araguari, Araranguá, Blumenau, Caça

dor, Campos Novos, Canoinhas, Concórdia, Florianópolis, Imarui, Joaçaba, Joinville, Laguna, Nova Trento, Palhoça, Porto União, Rio do Sul, São José e Videira.

Parágrafo único. Recomenda-se às Prefeituras que envidem todos os esforços no sentido de apresentarem o melhor mapa que lhes seja possível elaborar, evitando a feitura de simples cópias dos trabalhos executados em 1939.

Art. 2.º O mapa do território municipal apresentará a linha de limite do município e as divisas interdistritais, as sedes municipais e distritais, (com suas altitudes) os povoados e principais fazendas, rios, lagoas, cascatas e quedas d'água (com suas alturas), ilhas, cabos e pontas, grutas, pântanos e banhados, pontes, linhas de relêvo e picos (com suas altitudes), estradas de ferro, rodovias e caminhos carroçáveis caminhos para cargueiros e picadas, linhas telefônicas, telegráficas e de energia elétrica, estações de correio, telégrafo e rádio-comunicação e navegação fluvial. De todos os acidentes, serão registrados os nomes.

§ 1.º O mapa, que deverá ser apresentado numa fôlha cujas dimensões mínimas sejam 1,00 metro por 0,70 centímetros, terá uma escala de 1:150 000, 1:200 000 etc.

§ 2.º Sempre que não seja possível a representação da rede de meridianos e paralelos, traçados de meio em meio grau, o mapa indicará, mediante uma flecha, a direção NS, de-

finindo o rumo do N. magnético (NM) ou verdadeiro (NV).

Art. 3.º Farão parte dos mapas as plantas das áreas urbana e suburbana da cidade, sede do município e das vilas, sedes distritais.

Parágrafo único. Figurarão nas referidas plantas os arruamentos com as respectivas denominações, e, em forma esquemática, as edificações. Os prédios públicos deverão ser assinalados em destaque.

Art. 4.º Deverá ser apresentado com o mapa, também em duas vias, devidamente autenticadas, um relatório minucioso, pelo qual se conheçam os "trabalhos de campo empreendidos e respectivos operadores, as fontes de informações e documentos utilizados", etc.

Art. 5.º Os trabalhos de que trata a presente Resolução devem ser apresentados a esta Comissão Revisora, para crítica até o último dia do mês de setembro.

Art. 6.º A Secretaria da C.E.Q.T. prestará todos os esclarecimentos necessários à fiel observância do disposto nesta Resolução.

José Nicolau Born — Representante do DRG.
Lourival Câmara — Representante da JERE.
Evaldo Schaeffer — Diretor-Geral do Departamento das Municipalidades.
Aroldo Caldeira — Cartógrafo-chefe do D.E.E. e Secretário da Comissão.

(D. O. Santa Catarina — 14-2-944).

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

FLORIANÓPOLIS (Santa Catarina)

Decreto n.º 1

Fixa os perímetros urbano e suburbano da cidade de Florianópolis e da vila de Inglêses

O Prefeito Municipal de Florianópolis, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, item III, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º Ficam fixados os perímetros urbano e suburbano da cidade de Florianópolis, como segue:

Perímetro urbano

Começa no lado do continente, na ponta da Ilhota, e segue por uma linha sêca até a ponte de cimento armada existente na estrada para São José, no pé do morro do Geraldo, daí segue com rumo N verdadeiro numa extensão que regula 900,00 metros até cruzar com uma área que passa atrás da igreja de Nossa Senhora de Fátima, aonde está plantado um marco de pedra; daí continua por uma paralela às ruas Afonso Pena e Marechal Hermes até ao marco na praia da baía norte de Santa Catarina; segue por uma linha reta até a ponta do Recife no lado da ilha de Santa Catarina; dêsse ponto continua por uma linha sêca que, passando pela bifurcação das ruas Rui Barbosa e Aristides Lobo se prolonga até ao marco situado a 300,00 metros da rua Rui Barbosa; daí continua paralelamente e a 300,00 metros das ruas Rui Barbosa, Frei Caneca, Demétrio Ribeiro, avenida Mauro Ramos, ruas Silva Jardim e José Mendes, procurando alcançar a nascente do córrego Eufrásio; desce por êste até a sua foz na baía sul de Santa Catarina; dêsse ponto segue por uma linha reta até a ponta da Ilhota.

Perímetro suburbano

Começa na foz do rio Araújo, na baía sul de Santa Catarina, sobe por êle até a sua nascente mais oriental; daí, continua pelo divisor entre as águas que correm para as baías norte e sul de Santa Catarina até alcançar no morro Major Garriga a nascente do rio Büchele; desce por êste até desembocar na baía norte de Santa Catarina; continua pelo mar até a foz do rio das Três Pontes ou do Sertão; sobe por êste ao marco de pedra plantado no ponto em que êle cruza com a estrada das Camarinhas; daí segue por uma linha sêca até ao extremo norte do morro do Pantanar; continua por êste morro e pelo Gema d'Ovo, até a ponta do Ferrujo na baía sul de Santa Catarina; daí segue pelo mar até a foz do rio Araújo.

Art. 2.º Os perímetros urbano e suburbano da vila de Inglêses são os abaixo discriminados:

Perímetro urbano

Começa na praia do marco A, aonde tem início o Costão e segue por uma linha sêca perpendicular à praia, com uma extensão de 100,00 metros até ao marco B; daí segue paralelamente à Praia, fazendo um percurso de 50,00 metros até ao marco C; dêsse ponto, por outra perpendicular à praia alcança novamente o mar, no marco D, pelo qual segue até ao ponto inicial.

Perímetro suburbano

A zona suburbana será constituída por uma faixa de 500,00 metros de largura que envolve a zona urbana.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 29 de janeiro de 1944. — Rogério Vieira, Prefeito Municipal. — Manuel Ferreira de Melo, Diretor padrão W. — O. P. Machado, Diretor, padrão V. — R. Rothsahl, pelo Diretor, padrão Z.

(D. O. — Santa Catarina 3-2-944).

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Comissão Censitária Nacional

Ementário das Resoluções n.ºs 54 a 61 aprovadas no ano de 1942

Resolução n.º 54, de 16 de janeiro de 1942.

Concede ao pessoal mensalista do Serviço Nacional de Recenseamento, que não pôde gozar férias por contingências dos serviços censitários, um abono correspondente a 15 dias de remuneração.

Resolução n.º 55, de 16 de janeiro de 1942.

Consigna agradecimentos ao professor Giorgio Mortara pelos serviços prestados ao Brasil.

Resolução n.º 56, de 6 de fevereiro de 1942.

Dispõe sobre a adesão da Comissão Censitária Nacional ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

Resolução n.º 57, de 30 de abril de 1942.

Dispõe sobre a substituição, em caso de impedimento eventual, do Presidente da Comissão Censitária Nacional e dá outras providências.

Resolução n.º 58, de 30 de abril de 1942.

Dispõe sobre a criação do Serviço de Substituição da Direção Central do Recenseamento e dá outras providências.

Resolução n.º 59, de 8 de maio de 1942.

Fixa a distribuição da dotação destinada a atender, no exercício de 1942 as despesas da Comissão Censitária Nacional.

Resolução n.º 60, de 15 de maio de 1942.

Encarece a necessidade de providências do I.B.G.E. junto ao Governo da República, no sentido de ser prorrogado o mandato da Comissão Censitária Nacional.

Resolução n.º 61, de 15 de maio de 1942.

Provê a discriminação de verbas para o Recenseamento Geral de 1940, no exercício de 1943.

Conselho Nacional de Estatística

Assembléia Geral

Íntegra das Resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1939

Resolução n.º 122, de 14 de julho de 1939

Modifica disposições da Resolução n.º 28 de 3 de julho de 1937, sobre a leitura de relatórios

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística usando das suas atribuições, e

Considerando ser altamente recomendável tomar a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística conhecimento dos relatórios apresentados pelos delegados a ela credenciados, sobre as atividades dos órgãos centrais e regionais de estatística;

Considerando, todavia, que a norma aconselhada pela Resolução n.º 28, desta Assembléia, de procederem os delegados à leitura dos respectivos relatórios, em plenário, reduz o tempo disponível para o estudo dos assuntos sujeitos a debate;

Resolve:

Art. 1.º Cada delegado credenciado à Assembléia Geral do Conselho apresentará ao Presidente, até o dia 1.º de julho, 50 exemplares do seu relatório, referente às atividades dos serviços de estatística integrados no sistema representado.

Art. 2.º A Secretaria Geral do Instituto providenciará sobre a distribuição de um exemplar de cada relatório aos membros da Assembléia, ficando a obrigação prevista na Resolução n.º 28 (art. 1.º), restrita à leitura de um breve resumo do aludido documento.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1939, 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Secretário Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

★

Resolução n.º 128, de 19 de julho de 1939

Manda incluir o estudo do esperanto, como idioma auxiliar da estatística brasileira, no programa do curso anual de aperfeiçoamento mantido pelo Instituto

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que, em virtude da Resolução n.º 82 desta Assembléia, o Instituto, adotou o esperanto como idioma auxiliar da estatística brasileira;

Considerando a larga e simpática repercussão que essa iniciativa teve nos meios esperantistas do país e do estrangeiro;

Considerando também que o Instituto já iniciou a utilização do esperanto como instrumento de divulgação ao publicar o primeiro número do *Statistika Resumeto*, que foi largamente distribuído e alcançou os fins a que se destinava, como revelam as inúmeras cartas de solicitação e agradecimento recebidas pela Secretaria Geral, todas elas já respondidas naquele idioma;

Considerando que a Secretaria Geral, graças à inexcusável boa vontade do Dr. Couto Fernandes, Ilustre presidente da Liga Esperantista Brasileira, organizou com proveito um curso de esperanto para os funcionários do sistema estatístico federal;

Considerando, portanto, a conveniência de também haver funcionários dos sistemas regionais em condições de utilizar o idioma internacional;

Considerando que o curso anual de estatística para os estagiários estaduais constitui ótima oportunidade para realizar-se aquêlê *desideratum*, pois que o estudo cuidadoso do esperanto durante os dois meses de trabalhos letivos, será suficiente para que possam os alunos ler o idioma auxiliar e nêle exprimir-se;

Considerando que êsse objetivo ficará facilitado pelo excelente dicionário português-esperanto editado pela *Brazila Ligo Esperantista*;

Considerando, finalmente, que a atuação do Instituto no sentido de facilitar a difusão do idioma auxiliar no país vai ao encontro dos votos do Conselho Nacional de Educação ao emitir o parecer, aprovado por 12 votos contra um, em que aconselhou a adesão oficial do Brasil ao acôrdo internacional relativo ao ensino do esperanto nas escolas;

Resolve:

Art. 1.º O estudo do esperanto será matéria obrigatória, do curso teórico-prático criado pelo Instituto para os estagiários dos serviços estaduais de estatística.

Art. 2.º A Secretaria Geral organizará o programa dêsse estudo, providenciando para que, orientado por professores competentes, se revista de um cunho prático e eficiente.

Art. 3.º O Conselho Nacional de Estatística formula seus melhores agradecimentos à Liga Esperantista Brasileira, e em particular ao seu presidente, Dr. Couto Fernandes, pela eficiente e generosa colaboração que tem prestado ao *desideratum* de utilização do esperanto como idioma auxiliar da estatística brasileira.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1939, 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Secretário Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

★

Conselho Nacional de Geografia

Assembléia Geral

Integra das Resoluções n.ºs 65 a 74

Resolução n.º 65, de 9 de julho de 1941

Elege o Corpo de Consultores Técnicos Nacionais

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que não se realizou a sessão desta Assembléia em 1940, quando deveria ser renovado o quadro dos Consultores Técnicos Nacionais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 48, de 15 de julho de 1939, da Assembléia Geral;

Considerando a proposta formulada pelo Directorio Central na forma do art. 15 do Regulamento do Conselho:

Resolve:

Art. 1.º Confirma-se, como automaticamente prorrogado para 15 de julho de 1941, o mandato dos atuais Consultores Técnicos do Conselho, cujos atos ficam referendados para todos os efeitos.

Art. 2.º O Conselho expressa seus calorosos agradecimentos aos Consultores Técnicos cujo mandato ora termina, pelo valioso concurso prestado, principalmente no inquerito de alta cultura entre eles efetuado e reitera as expressões de seu mais profundo pesar pela perda dos Consultores falecidos.

Art. 3.º — Fica eleito o seguinte Corpo de Consultores Técnicos Nacionais para o período de 15 de julho de 1941 a 15 de julho de 1943: Seção I — Metodologia Geográfica, Prof. Sílvio Fróis de Abreu; Seção II — Metodologia do Ensino da Geografia, Prof. J. C. Raja Gabaglia; Seção III — Bibliografia Geográfica, Dr. Rodolfo Garcia; Seção IV — Documentação Cartográfica, Cel. Jaguaribe de Matos; Seção V — Nomenclatura Geográfica, Min. Bernardino José de Sousa; Seção VI — Topografia e Topologia, Tte. Cel. Djalma Poill Coelho; Seção VII — Geodésia, Comta. Radier de Aquino; Seção VIII — Astronomia de Campo, Eng.º Sebastião Sodré da Gama; Seção IX — Fotogrametria, Gal. Alípio Di Primo; Seção X — Cartografia, Eng.º Alirio de Matos; Seção XI — Geografia Histórica, Gal. Sousa Doca; Seção XII — História da Geografia, Prof. Max Fleituss; Seção XIII

— Geologia, Eng.º Rui Mauricio de Lima e Silva; Seção XIV. Paleogeografia, Eng.º Matias Gonçalves de Oliveira Roxo; Seção XV — Geomorfologia, Eng.º Luciano Jacques de Moraes; Seção XVI — Geofísica, Eng.º Irnack do Amaral; Seção XVII — Geografia Pedológica e Agrológica, Dr. Mário Saralva; Seção XVIII — Orografia, Eng.º Alvaro da Silveira; Seção XIX — Potamografia, Eng.º Mauricio Joppert da Silva; Seção XX — Limnografia, Eng.º Antônio José Alves de Sousa; Seção XXI — Oceanografia, Alnte. Raúl Tavares; Seção XXII — Climatologia, Eng.º J. Sampaio Ferraz; Seção XXIII — Fitogeografia, Prof. A. S. Sampaio; Seção XXIV — Zoogeografia, Prof. Cândido de Melo Leitão; Seção XXV — Geografia Humana, Prof. E. Roquete Pinto; Seção XXVI — Etnografia, Gal. Cândido Mariano da Silva Rondon; Seção XXVII — Geografia das Calamidades, Eng.º João Filipe Ferreira; Seção XXVIII — Geopolítica, Cel. Leopoldo Neri da Fonseca; Seção XXIX — Limites, Comte. Brás Dias de Aguiar; Seção XXX — Divisão Territorial, Comte. Thiers Fleming; Seção XXXI — Localidades, Prof. Basílio de Magalhães; Seção XXXII — Povoamento, Dr. José de Oliveira Viana; Seção XXXIII — Geografia da Produção, Dr. Artur Torres Filho; Seção XXXIV — Geografia de Transportes, Eng.º Moacir P. Silva; Seção XXXV — Geografia de Comunicações, Eng.º Luís Ribeiro Gonçalves; Seção XXXVI — Geografia Regional, Cel. José Lima Figueiredo; Seção XXXVII — Geografia do Litoral, Eng.º Everardo Backheuser; Seção XXXVIII — Turismo, Dr. Lourival Fontes; Seção XXXIX — Geografia Urbana, Dr. Gilberto Freire; Seção XL — Geografia Lingüística, Comte. Eugênio de Castro.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. Orlando Valverde, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. Christovam Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 66, de 9 de julho de 1941

Reeleje os membros das Comissões Técnicas Permanentes como medida de exceção e preenche as vagas nelas existentes

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando que as Comissões Técnicas Permanentes do Conselho, eleitas pela Resolução n.º 50, de 15 de julho de 1939 deveriam ter sido renovadas em 1940, o que não foi feito pelo adiamento da sessão desta Assembléia para o corrente ano;

Considerando que ainda ocorreram dificuldades para que as Comissões emprendessem os seus trabalhos, sobressaindo-se dentre elas o falecimento de vários de seus componentes e o impedimento de outros, em virtude de afastamento e transferências dos serviços públicos;

Resolve:

Art. 1.º — O mandato dos membros das atuais Comissões Permanentes do Conselho fica considerado automaticamente prorrogado até ao corrente ano, em consequência do adiamento da realização desta Assembléa, e referendados ficam todos os atos correspondentes.

Art. 2.º — Na formação das Comissões, no novo mandato, é autorizada a reeleição dos membros sobreviventes, dispensando-se as formalidades regimentais para a eleição dos novos membros, como medida de excepção que vise atender as circunstâncias especiais occorrentes.

Art. 3.º — Para o exercício de 1941-1942 ficam eleitos os seguintes membros das Comissões Técnicas Permanentes do Conselho Nacional de Geografia.

Comissão de Levantamentos Territoriais — Eng.º Luís Vieira, Presidente; Eng.º Megálvio da Silva Rodrigues, Relator; Eng.º Benedito Quintino dos Santos, Eng.º Lauro Sampaio, Eng.º José Nicolau Born.

Comissão de Cartografia — Eng.º Géron de Faria Alvim, Presidente; Eng.º Fábio de Macedo Soares Guimarães, Relator; Eng.º Vitor Peluso Júnior, Eng.º Valdemar Lefèvre, Eng.º Paulo Torcápio Ferreira.

Comissão de Fisiografia — Eng.º Francisco Saturnino Braga, Presidente; Eng.º Alberto Lamego Filho, Relator; Eng.º Plínio de Lima, Dr. Zoroastro Artiaga, Eng.º João Batista Pereira Filho.

Comissão de Geografia Humana — Prof.ª Heloisa Alberto Torres, Presidente; Dr. Lauro Montenegro, Relator; Prof. Agnelo Bitencourt, Dr. Luis Cámara Cascudo, Eng.º Cícero de Moraes.

Elo de Janeiro, 9 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 67, de 9 de julho de 1941

Exprime congratulações pela eleição do Dr. M. A. Teixeira de Freitas para presidente do Instituto Interamericano de Estatística

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições.

Considerando a grande significação da recente eleição do eminente brasileiro, Dr. M. A. Teixeira de Freitas, para Presidente do Instituto Interamericano de Estatística;

Reconhecendo os inestimáveis serviços que vem prestando à geografia nacional o Dr. Teixeira de Freitas, no exercício esclarecido e dedicado das elevadas funções de secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Resolve:

Art. 1.º — A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia referenda de modo especial a Resolução n.º 62, de 19 de maio de 1941, do Diretório Central, afim de, expressamente, formular as mais vivas congratulações ao

Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas pela sua eleição para presidente do Instituto Interamericano de Estatística.

Art. 2.º — Fica constituída uma Comissão de cinco membros, que a Presidência designará dentre os delegados representantes das Unidades Políticas componentes das cinco regiões naturais do Brasil, a fim de levar ao eminente homenageado, um exemplar da presente Resolução, assinado por todos os delegados a esta Assembléa e apresentar-lhe as expressões do mais elevado apreço.

Elo de Janeiro, 9 de julho de 1941, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 68, de 12 de julho de 1941

Dispõe sobre a publicação de trabalhos referentes à Geografia do Brasil, constituindo a "Biblioteca Geográfica Brasileira"

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições.

Considerando que, no país é escassa a bibliografia referente à técnica geográfica e à geografia do Brasil em suas sínteses nacionais;

Considerando que cumpre incentivar o aparecimento de dados originaes e atualizados na nossa literatura geográfica;

Considerando que a repartição central do Conselho dispõe de uma Secção de Documentação, na qual se recolhem sistematicamente os documentos referentes ao território nacional, constituindo um repertório de subido valor e de valiosa oportunidade;

Considerando que, na mesma repartição, uma outra Secção — a de Estudos Geográficos e, dispondo de funcionários especializados, se

aplica no exame minucioso da documentação geográfica existente para fins de cuidadosa elaboração;

Considerando a necessidade da divulgação da boa literatura geográfica no país;

Resolve:

Art. 1.º — Fica instituída a "Biblioteca Geográfica Brasileira" destinada à publicação de trabalhos referentes à técnica geográfica e à Geografia do Brasil.

Art. 2.º — A direção da Biblioteca cabe ao diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, cujos serviços especializados serão utilizados no preparo dos volumes componentes da Biblioteca.

Art. 3.º — O diretor da Biblioteca será auxiliado por uma Comissão de cinco membros.

§ 1.º — Essa Comissão poderá ser constituída, à critério do Diretório Central, pelos membros da atual Comissão de Redação da *Revista Brasileira de Geografia* acrescida de dois técnicos de sua livre escolha.

§ 2.º — A Comissão se reunirá semanalmente, sob a presidência do diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, a fim de emitir pareceres dos volumes da Biblioteca, dos números da *Revista* e das demais publicações do Conselho, percebendo por isso, os seus membros, a gratificação ou remuneração que previamente houver sido fixada, na forma da legislação vigente.

Art. 4.º — A impressão dos volumes, será feita no Serviço Gráfico do Instituto, no número de exemplares que será fixado para cada caso, correndo as despesas respectivas por conta da verba própria do Conselho.

Art. 5.º — Fica o diretor do S. G. E. F. autorizado a promover a publicação de determinados trabalhos especializados, de autoria de técnicos e geógrafos de reconhecida nomeada, na Biblioteca Geográfica Brasileira, mediante condições que serão estipuladas em cada caso.

Art. 6.º — Em todos os volumes da Biblioteca, é obrigatória a revisão e atualização dos dados apresentados pela repartição central do Conselho bem como a aprovação do trabalho pela Comissão.

Art. 7.º — A Biblioteca é facultada a publicação de obras esgotadas, cuja reedição for reconhecida de utilidade cultural e geográfica e que tenham caído no domínio público.

Parágrafo único — Fica o diretor do S. G. E. F. autorizado a entrar em entendimento com os autores, seus herdeiros ou proprietários do direito autoral com o fim de reeditar obras esgotadas que não tenham ainda caído no domínio público.

Art. 8.º — A Biblioteca editará também separatas de artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia* e outros estudos e trabalhos de pequeno porte, constituindo uma série especial de publicações avulsas.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 69, de 12 de julho de 1941

Dispõe sobre a publicação do trabalho intitulado "O homem e o brejo", da autoria do Eng. Alberto Ribeiro Lamego

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando que a tese *O homem e o brejo* foi pelo IX Congresso Brasileiro de Geografia aprovada com louvor em vista do seu alto valor e excelência;

Considerando que o mesmo Congresso solicitou ao Conselho providências no sentido de ser a tese publicada em separado;

Considerando que o Eng.º Alberto Ribeiro Lamego, autor da tese, é membro do Conselho, como um dos elementos federais integrantes da Comissão Técnica Permanente de Fisiografia:

Resolve:

Art. 1.º — A Secretaria Geral do Conselho providenciará a publicação, em separado, da tese *O homem e o brejo*, da autoria do Eng.º Alberto Ribeiro Lamego, aprovada com louvor pelo IX

Congresso Brasileiro de Geografia, entendendo-se para isso com a Comissão de Redação dos Anais do mesmo Congresso.

Art. 2.º — Essa publicação fará parte da "Biblioteca Geográfica Brasileira", instituída pela presente Assembléa, de acordo com os entendimentos que a esse respeito a Secretaria terá com o autor.

Art. 3.º — As despesas que ocorrerem em virtude desta Resolução correrão por conta da verba para publicações consignada no Orçamento do Conselho.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 70, de 14 de julho de 1941

Dispõe sobre a situação dos profissionais diplomados pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições.

Considerando que o Instituto Politécnico de Florianópolis, hoje extinto, era reconhecido oficialmente e subvencionado pelo Governo do Estado de Santa Catarina (Decreto estadual n.º 1 080, de 29 de dezembro de 1917) e, ao mesmo tempo, considerando de utilidade pública pelo Governo Federal (Decreto n.º 4 763, de 13 de dezembro de 1943);

Considerando que o mencionado Instituto formou agrimensores, engenheiros-geógrafos, engenheiros e outros profissionais, cuja atuação

técnica, porém, não é oficialmente reconhecida pelo Governo Federal presentemente;

Considerando a carência de técnicos no país para os trabalhos geográficos, conforme ficou bem evidenciado recentemente, na realização da campanha dos mapas municipais, instituída pela Lei Nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, na qual o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura houve por bem oferecer uma fórmula conciliatória, de modo que não impedisse a obtenção dos diplomas cartográficos dos municípios brasileiros, obtenção que foi conseguida;

Considerando que o Governo Federal, pelo Decreto n.º 24 785, de 14 de julho de 1934, assegurou aos diplomados pelo Instituto Politécnico de Juiz de Fora o livre exercício da profissão, mediante apostila nos respectivos diplomas;

Considerando que ao Serviço Geográfico do Estado de Santa Catarina, criado pelo Decreto estadual n.º 476, de 16 de setembro de 1940, é de vital importância o aproveitamento de técnicos diplomados pelo Instituto catarinense.

Resolve: .

Artigo único — A Presidência do Instituto examinará a possibilidade de ser assegurado por lei aos diplomados pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis o exercício de suas profissões, e, no caso positivo, ela se empenhará na pronta efetivação das medidas necessárias.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numeradoq. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 71, de 14 de julho de 1941

Determina o concurso do Conselho na aquisição da aparelhagem técnica para as repartições geográficas integradas

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições, Considerando a dificuldade crescente que oferece a aquisição de aparelhos e materiais de geografia e cartografia;

Considerando que a interferência do conselho comum poderá surtir os melhores efeitos em favor da obtenção do material especializado; Considerando as vantagens do uso de aparelhagem uniforme pelos serviços geográficos do país;

Resolve:

Art. 1.º — Fica autorizada a colaboração do Conselho para facilitar a aquisição de aparelhagem geográfica e do material cartográfico destinados às repartições especializadas, centrais e regionais integradas no Instituto.

Art. 2.º — Essa colaboração consiste em promover o Conselho todos os anos, a aquisição conjunta do material necessário às repartições que se beneficiarão das vantagens disso decorrentes.

Art. 3.º — A aquisição do material técnico será, sempre que possível, por importação direta, devendo ainda ser promovida a isenção dos direitos alfandegários e providenciado seu transporte em condições favoráveis nos navios do Lóide Brasileiro.

Art. 4.º — Os Diretórios Regionais informarão à Secretaria do Conselho, durante o mês de janeiro, quais os aparelhos e materiais que as repartições especializadas das Unidades Políticas respectivas desejam adquirir por intermédio do Conselho, esclarecendo particularidades da encomenda, como sejam as verbas por que correrão os pagamentos, as características

técnicas dos materiais, as condições de prazo e local de entrega e outras que forem necessárias.

Art. 5.º — A Secretaria do Conselho fica autorizada a receber também solicitações para aquisição conjunta de material das repartições federais que por isso se interessarem, além das oriundas das repartições nêle integradas.

Art. 6.º — De posse das informações recolhidas, a Secretaria providenciará a aquisição conjunta do material nas melhores condições possíveis, e das providências tomadas científicará os interessados.

Art. 7.º — Com relação ao pagamento do material adquirido, cada repartição interessada deverá providenciar no sentido de, na parte que lhe toca, ficaram disponíveis as importâncias correspondentes dentro dos prazos estipulados.

Art. 8.º — Para o corrente ano, fica estipulado o mês de agosto para que se pronunciem os interessados junto à Secretaria do Conselho, que ativará as providências para que os pagamentos respectivos se façam durante o corrente exercício financeiro.

Art. 9.º — Fica previsto, sobretudo para os casos de material de elevado custo, a possibilidade da aquisição cooperativa por intermédio do Conselho, que concentraria as contribuições dos órgãos interessados, entre os quais se pode incluir o próprio Conselho.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941

Fixa o quadro de divisão regional do Brasil, para fins práticos, promove a sua adoção pela estatística brasileira e dá outras providências

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que a divisão do Brasil em regiões, tal como é presentemente adotada pela estatística brasileira, necessita de revisão e atualização que as tornem mais consentâneas com as características geográficas naturais, de conformidade com os mais recentes conhecimentos do território nacional;

Considerando que a fixação de uma divisão regional deve ser fundada em cuidadosos es-

tudos geográficos em que se tomem na devida consideração os fatores da geografia física e da geografia humana, de maneira que se agrupem elementos territoriais homogêneos;

Considerando que a divisão regional do país é tanto mais útil quanto melhor refletir as condições do meio ambiente;

Considerando porém, que, para atender às conveniências práticas, há necessidade de reduzir-se o número das regiões territoriais do país,

e, ao mesmo tempo, de não se desmembrar qualquer Unidade Federada;

Considerando a vantagem inestimável, para a administração, de se generalizar a maneira uniforme de se proceder a pesquisas e a trabalhos geográficos de qualquer natureza;

Considerando o apêlo formulado pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística em sua Resolução n.º 108, de 21 de março de 1941, no sentido de ser apresentada uma proposta de divisão regional que permita a solução definitiva deste assunto sob o ponto de vista prático.

Considerando, enfim, que o IX Congresso Brasileiro de Geografia, solicitou encarecidamente ao Conselho que promovesse, sob sua orientação, estudos sobre a delimitação científica das regiões naturais do Brasil, dentre os quais avulta a pesquisa acerca da fisionomia do território nacional, principalmente em relação à sua flora;

Resolve:

Art. 1.º — São estabelecidas como normas gerais para a fixação dum quadro de divisão regional do Brasil, destinada a utilizações práticas, as seguintes:

a) Agrupamento de unidades federadas realmente ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características, e que apresentem aspectos comuns formadores de conjuntos peculiares;

b) Indivisibilidade de qualquer unidade componente, de maneira que seja localizada na região em que aparece preponderantemente;

c) Fixação de um número reduzido de regiões para se efetuar a divisão.

Art. 2.º — Fica fixado, para fins práticos e uso dos órgãos do Conselho Nacional de Geografia, o seguinte quadro de:

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

1.ª — *Região Norte*, com o Território do Acre e os Estados do Amazonas e Pará;

2.ª — *Região Nordeste*, compreendendo duas partes: o Nordeste Ocidental, com os Estados do Maranhão e Piauí; e o Nordeste Oriental, com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

3.ª — *Região Leste*, compreendendo duas partes: o Leste Setentrional, com os Estados de Sergipe e Bahia, e o Leste Meridional, com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;

4.ª — *Região Sul*, com os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

5.ª — *Região Centro-Oeste*, com os Estados de Goiás e Mato Grosso.

Art. 3.º — Ao Conselho Nacional de Estatística deverá ser esta enviada com a solicitação de a examinar, afim de que seja também adotada na estatística brasileira.

Art. 4.º — Adotado pelos Conselhos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o quadro da divisão regional, providenciará o presidente desse Instituto a sua generalização em todo o país, para o que promoverá a expedição de atos do Poder Público que se tornarem convenientes ou necessários.

Art. 5.º — A Repartição Central do Conselho realizará estudos a respeito da delimitação das cinco grandes regiões naturais do país, determinando, para esse fim, pesquisas e observações locais, quer diretamente, quer mediante os Diretores Regionais e Municipais do Conselho, por meio de inquéritos adequados, nos quais a flora será observada de maneira especial.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 73, de 15 de julho de 1941

Patrocina a concessão de sede no futuro Palácio do Silogeu para as instituições integradas no Conselho

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, pelo Decreto-lei n.º 2 236, de 20 de junho de 1940, o Instituto ficou autorizado a construir o Palácio do Silogeu Brasileiro, com a condição de nele dar sede a instituições de cultura, a juízo do mesmo Instituto;

Considerando que se integraram no Conselho instituições culturais de respeitável tradição, cuja atuação benéfica se faz sentir em todo o país;

Considerando que o Conselho, na forma regimental, se obriga a prestar às instituições nele integradas toda a colaboração possível em favor do seu desenvolvimento;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia coloca sob seu patrocínio a concessão de sede condigna, no futuro Palácio do Silogeu Brasileiro, a ser construído pelo Instituto, para as

instituições culturais nele integradas, instaladas nesta capital, e que já não possuam sede própria, a saber: o secular e prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a benemérita e tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a respeitável Academia Brasileira de Ciências e a conceituada e dinâmica Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Art. 2.º — O Conselho promoverá ainda, para que, ao elaborar-se o projeto do Palácio, sejam ouvidas as mencionadas instituições para que se lhes dêem sedes em dimensões suficientes e com distribuição interna adequada.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 74, de 15 de julho de 1941
Determina a publicação do "Anuário Geográfico do Brasil"

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que as atividades geográficas cada vez mais se desenvolvem no país, graças sobretudo ao vivificador influxo do Instituto;

Considerando que ao Conselho, em sua atuação coordenadora, muito aproveitará a realização de balanceamentos periódicos das atividades geográficas brasileiras, na sua aplicação e nos seus efeitos;

Considerando que o conhecimento do território nacional melhora, ano a ano, de maneira muito sensível, comportando registros anuais pelos quais se possa acompanhar, com reais proveitos para a administração e para a cultura brasileira, o estado atual dos conhecimentos da geografia do Brasil, nos seus múltiplos aspectos;

Resolve:

Art. 1.º — Fica determinado à Secretaria Geral do Conselho o preparo do *Anuário Geográfico do Brasil*.

Art. 2.º — Durante cada ano deverá ser publicado o volume do *Anuário* referente ao ano anterior.

Parágrafo único — O 1.º volume referir-se-á ao ano de 1941.

Art. 3.º — O *Anuário* apresentará uma síntese de estado atual dos conhecimentos sobre os aspectos geográficos fundamentais, do país, e das atividades administrativas, técnicas e

culturais, efetuadas em proveito da geografia do Brasil, durante cada ano.

§ 1.º — Na parte referente aos aspectos geográficos brasileiros (Geologia, Pedagogia, Climatologia, Viação, Comunicações, Limites, etc.), será estudado para cada aspecto o seguinte: 1) o aparelho de pesquisa e execução existente no país; 2) o estado atual dos conhecimentos; 3) o que se fez durante o ano.

§ 2.º — Na parte relativa às atividades geográficas serão consideradas a legislação de interesse geográfico, a bibliografia especializada, a atuação das entidades oficiais e particulares, técnicas e culturais.

Art. 4.º — O *Anuário* será ilustrado com mapas e cartogramas, que deverão ser apresentados de maneira quanto possível uniforme.

Art. 5.º — A tiragem do *Anuário* será no mínimo de 5 000 exemplares dos quais se fará oferta especial a determinadas instituições e personalidades, nas mesmas condições da *Revista Brasileira de Geografia*, reservando-se os demais exemplares à venda pública, ao preço que a Secretaria fixar.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.º 65 a 74

Resolução n.º 65, de 3 de julho de 1940

Aprova a proposta do orçamento do Conselho para o exercício de 1941

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando que a Presidência do Instituto, de acôrdo com as normas baixadas pelo Ministério da Fazenda, deve encaminhar com urgência a proposta orçamentária da instituição para o ano de 1941, devidamente justificada, afim de ser examinada pela Comissão encarregada dos estudos do preparo do Orçamento Geral da República;

Considerando que, segundo recomendação expressa daquele Ministério, as previsões orçamentárias para 1941 se devem inspirar no mais rigoroso espírito de economia, em face das dificuldades financeiras do país agravadas com a situação européia;

Considerando, porém, que na proposta orçamentária, no tocante ao Conselho Nacional de Geografia, não se poderá deixar de prever as despesas prováveis no próximo exercício, com os encargos normais decorrentes da manutenção dos serviços da sua Secretaria Geral e dos seus órgãos centrais — a Assembléia Geral e este Diretório — bem como os ônus, que ao Conselho competem, do funcionamento do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, nos termos do Decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938, da movimentação das campanhas e da execução dos trabalhos, de sua iniciativa e já em curso, no que fôr da responsabilidade do Conselho;

Considerando que, obediente ao recomendado princípio de economia, as verbas que respondem pelos encargos normais do Conselho devem ser previstas para 1941 no vulto dos quantitativos de 1940, evitando-se expansões que a evolução natural dos serviços, em condições normais, exigiria;

Considerando que ainda dentro do mesmo espírito, deverão ser adiadas as iniciativas e trabalhos a cargo do Conselho que se possam desenvolver em futuro mais favorável, destacando-se dentre elles, pelo seu maior vulto, a impressão da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo que, de acôrdo com a legislação censitária, se encorpore no plano dos trabalhos e publicações do Recenseamento Geral da República;

Considerando, entretanto, que há providências e empreendimentos inadivélves, cuja suspensão ou realização mais remota acarretaria prejuizo maior destacando-se dentre elles o aluguel de sede para a Secretaria do Conselho e para o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, a publicação de mapas murais para uso das escolas e o prosseguimento da campanha altimétrica compreendida no plano dos trabalhos da atualização da Carta Geográfica Brasileira;

Considerando que se impõe uma verba para aluguel de sede porquanto os locais ora ocupados pela Secretaria e pela repartição central do Conselho, em próprios federais, além de situados em locais distintos, já não comportam a instalação dos seus serviços, resultando daí inconvenientes acomodações;

Considerando, por outro lado, que constitui empreendimento de primeira necessidade facil-

tar às escolas brasileiras a obtenção de mapas murais, indispensáveis ao ensino da geografia no país, onde a carência desse material é a bem dizer, completa;

Considerando que se acham adelantados, sob a assistência de abalizados professores do nosso ensino official, os estudos do plano desses mapas escolares, que, esquemáticos, atraentes em seu colorido simples, impressos em grandes tiragens, accessíveis a tôdas as bolsas pelo seu baixo custo, se destinam a gravar nas mentes das crianças, nas suas linhas dominantes, os principais conhecimentos da geografia em geral e da geografia do Brasil em particular;

Considerando que os trabalhos da atualização da Carta Geográfica ao milionésimo obedecem a um largo programa de realizações, que compreende apreciáveis campanhas, como sejam: a companhia da descrição sistemática das divisas intermunicipais e interdistritais, já chegada a bom termo, graças ao dedicado esforço dos Governos das Unidades Federadas; a campanha dos mapas municipais, que teve brilhante desfecho com a solene inauguração da Exposição Nacional, a 29 de maio último, pelo chefe da Nação; a campanha do levantamento intensivo das coordenadas geográficas das sedes municipais que, em curso, emprega treze engenheiros previamente especializados na operação astronômica;

Considerando que está lançada também a campanha altimétrica, iniciada com o levantamento aerofotogramétrico de trecho da serra do Mar, o que representa uma valiosa contribuição para a Carta, onde figura o relevo do território nacional;

Considerando que a planificação da Campanha Altimétrica foi realizada pela Comissão Executiva Central da Carta, constituída pelo Conselho, com o concurso inestimável do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, resultando o programa aerofotogramétrico do estudo minucioso empreendido pelas mais autorizadas repartições federais, civis, e militares;

Considerando que a escolha do maciço da serra do Mar resultou da sua característica de linha dominante do relevo da região mais economicamente expressiva do país, e também, das necessidades da aeronáutica que, segundo é voz corrente, luta com a deficiência das nossas cartas hipsométricas, atribuindo-lhe a causa dos frequentes desastres de avião ocorridos nos paredões da serra;

Considerando que o emprêgo do processo aerofotogramétrico no país constitui uma das preocupações mais justificadas do Conselho, que, pela Resolução n.º 35, de 20 de julho de 1938, da Assembléia, determinou o estudo de um plano de sua intensificação;

Considerando que, em virtude de recente deliberação deste Diretório, estão iniciados os trabalhos de levantamento do relevo da serra do Mar, da Campanha Altimétrica que cumpre prosseguir no ano próximo com a intensidade recomendável, (Resolução n.º 64, de 20 de maio de 1940);

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto, na proposta orçamentária que formular ao Ministério da Fazenda, incluirá, sob a forma de auxílio, para o exercício de 1941, na parte referente ao Conselho Nacional de Geografia, um quantitativo de mil oitocentos e sessenta contos de réis (1 860:000\$000).

Art. 2.º — Essa dotação, que se pretende seja consignada no futuro Orçamento Geral da República, se justifica com a seguinte discriminação de despesas:

Verba I — Pessoal

1 — Gratificação ao Secretário do Conselho (art. 2.º do Decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938)	12:000\$000
2 — Gratificação de função e por serviços prestados em horas extraordinárias aos funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (Resolução n.º 31 do Diretório Central)	90:000\$000
3 — Vencimentos do pessoal contratado para os serviços da Secretaria Geral, do Conselho, e do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, compreendendo a atualização da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo, o preparo do <i>Dicionário Geográfico Brasileiro</i> e demais encargos atribuídos ao mencionado Serviço, nos termos do seu Regulamento (Res. 31 do Diretório Central)	480:000\$000
Total da Verba I	582:000\$000

Verba II — Material

1 — Material permanente, móveis, máquinas, utensílios .	50:000\$000
2 — Material de consumo, de expediente e congêneres .;	30:000\$000
3 — Aquisição de obras, mapas, maquetas, documentos, assinatura de recortes e de revistas técnicas, encadernação, material de biblioteca	20:000\$000
Total da Verba II ...	100:000\$000

Verba III — Encargos e serviços diversos

1 — Ajuda de custo aos delegados à Assembléa Geral do Conselho, nos termos do art. 16 do Decreto 1 200 e art. 2.º da Resolução n.º 8 do Diretório Central	20:000\$000
2 — Aquisição de passagens para os referidos delegados, na forma dos mesmos dispositivos citados no item anterior	15:000\$000

3 — Indenização das despesas de estada aos mesmos delegados, segundo o disposto nas Resoluções n.º 8 e 56 do Diretório Central	12:600\$000
4 — Publicação da <i>Revista Brasileira de Geografia</i> e de mapas murais para uso das escolas, impressão de outras publicações, cópias heliográficas e fotográficas, formulários e impressos diversos	260:000\$000
5 — Luz, telefone, limpeza, conservação e demais despesas da sede da Secretaria do Conselho	10:000\$000
6 — Condução e pequenas despesas gerais	6:000\$000
7 — Telegramas, selos e demais despesas de expediente ...	5:000\$000
8 — Assistência técnica e material aos sistemas regionais, inclusive ajudas de custo, diárias e passagens despendidas em objeto do serviço dessa assistência	80:000\$000
9 — Participação do Conselho em certames e exposições, despesas especiais não previstas nas demais dotações referentes aos trabalhos relacionados com a Lei 311 e com o Recenseamento Geral da República	60:000\$000
10 — Aluguel de sede para a Secretaria do Conselho e para o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica ...	72:000\$000
11 — Levantamentos aerofotogramétricos em prosseguimento da Campanha Altimétrica compreendida no plano dos trabalhos de atualização da Carta ao milionésimo	600:000\$000
12 — Suplementação de verbas e despesas extraordinárias que forem autorizadas pelo Diretório Central	37:400\$000
Total da Verba III ..	1.178:000\$000
TOTAL GERAL	1.860:000\$000

Art. 3.º — A Secretaria do Conselho fornecerá, em minuciosas exposições, os esclarecimentos e justificativas dos empreendimentos objctivados na presente discriminação de verbas, que forem julgados necessários.

Art. 4.º — A aplicação da sub-consignação II da Verba III fica subordinada à aprovação prévia do Diretório Central, ouvida a Comissão Executiva Central encarregada de orientar os trabalhos da atualização da Carta ao milionésimo.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1940, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Resolução n.º 66, de 5 de agosto de 1940

Autoriza a Presidência do Instituto a realizar um inquérito sobre o restabelecimento do ensino da geografia e da corografia do Brasil em aula isolada, no curso secundário.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Considerando que compete ao Conselho promover um melhor conhecimento do território nacional;

Considerando que presentemente o ensino da geografia do Brasil no curso secundário se ressentia do fato de ser feito conjuntamente com a geografia geral e dos demais países;

Considerando que semelhante inconveniente deve ser sanado, a exemplo do que se passa em todos os países adiantados, nos quais há sempre um ano consagrado à geografia nacional;

Considerando que o destaque do ensino da geografia do Brasil, em aula isolada, durante um dos anos do curso secundário somente vantagens trará para a divulgação do conhecimento da terra pátria;

Considerando que o Senhor Ministro da Educação e Saúde, em acertada deliberação recente, determinou o destaque do ensino da história do Brasil, que também se ressentia da diluição dentro da história geral;

Considerando que, cada vez mais, se impõe incutir no espírito da juventude o sentido nacional dos conhecimentos;

Considerando que o conhecimento da terra pátria não deve constituir apenas um elemento de instrução senão também e sobretudo um motivo de educação ou exaltação patriótica;

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Presidência do Instituto autorizada a realizar um inquérito sobre o restabelecimento do ensino da geografia e corografia do Brasil, no currículo secundário, em aula isolada, em um dos anos do curso de geografia.

§ 1.º — Na realização do inquérito será promovido o concurso do Ministério da Educação e Saúde.

§ 2.º — No inquérito deverão ser ouvidos os professores de geografia, personalidades e instituições interessadas.

Art. 2.º — As providências aqui determinadas deverão ser efetivas de tal modo que, caso o governo aprove, seja possível o destaque do ensino da geografia e corografia do Brasil, a partir do ano de 1941.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente, Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 67, de 5 de agosto de 1940

Autoriza o presidente do Instituto a mandar inspecionar os Serviços Regionais filiados ao Conselho Nacional de Geografia e dá outras providências.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando a necessidade de assegurar a maior eficiência possível ao Instituto;

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto fica autorizada a mandar inspecionar os Serviços Regionais de Geografia, a que se estende a jurisdição direta deste Conselho *ex-oi* da Convenção Nacional de Estatística e da legislação subsequente, e naquilo que à mesma jurisdição interessa, para o fim de serem promovidas, na forma legal, as medidas que a sua situação sugerir.

Art. 2.º — A inspeção aqui autorizada visará a maior eficiência dos aludidos serviços e a melhor coordenação das suas atividades com as dos sistemas estatístico e censitário, tendo em vista de modo especial garantir o melhor

êxito à campanha do Recenseamento Geral da República.

Art. 3.º — Para os fins da presente Resolução poderá a Presidência do Instituto designar, sem prejuízo das suas funções, membros de qualquer dos colégios dirigentes da instituição, ou comissionar funcionários do Instituto para esse fim postos à sua disposição pela autoridade competente.

Art. 4.º — As despesas decorrentes desta Resolução serão feitas com os recursos previstos na Resolução n.º 99 da Junta Central do Conselho Nacional de Estatística.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente, Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 68, de 19 de agosto de 1940

Dispõe sobre a representação do Conselho no IX Congresso Brasileiro de Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que se realizará em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro próximo, o IX Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sob o patrocínio e com a colaboração do Conselho, nos termos das Resoluções n.º 42, de 7 de julho de 1939, e n.º 48, de 3 de outubro de 1939;

Considerando que cumpre ao Conselho comparecer ao certame por uma delegação o mais representativa possível;

Considerando que, nos termos regulamentares, é o Diretório Central o órgão representativo máximo do Conselho, no intervalo das sessões da sua Assembléa Geral;

Considerando ser necessário conferir à delegação poderes e conceder-lhe meios para agir no certame com todo desembaraço;

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto promoverá a ida ao certame dos membros e suplentes do Diretório Central para, encorporados, constituírem a delegação do Conselho Nacional de Geografia ao IX Congresso Brasileiro de Geografia.

Art. 2.º — A delegação ficam conferidos amplos poderes para atuar no certame em nome do Conselho, em bem da Geografia Nacional e em proveito das iniciativas e campanhas da instituição.

Art. 3.º — No período da realização do Congresso, ficam suspensos os trabalhos ordinários do Diretório Central que, entretanto, por convocação do presidente, poderá reunir-se extraordinariamente em Florianópolis para decidir sobre assuntos urgentes, principalmente

aquêles que disserem respeito ao certame, para os quais valerá a maioria de votos referente aos membros da delegação presentes ao Congresso.

Art. 4.º — Fica a Secretaria autorizada a efetuar as despesas com as passagens e estada desses delegados, por conta das verbas próprias do Conselho.

Art. 5.º — A Secretaria do Conselho organizará na Exposição de Geografia e Cartografia anexa ao Congresso, um *stand* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde se exhibirão trabalhos e publicações do Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional.

Art. 6.º — O Secretário do Conselho, como diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, designará os funcionários do mesmo Serviço que deverão ir ao Congresso para o auxiliarem nos trabalhos de Secretaria da delegação do Conselho bem como da representação do Instituto na Exposição, cabendo-lhes direito às passagens e estada em Florianópolis, por conta das verbas próprias do orçamento do Conselho.

Art. 7.º — As despesas decorrentes da presente Resolução, que se limitarão ao máximo de trinta contos de réis (30:000\$000), correrão por conta das sub-consignações da Verba III do orçamento do Conselho em vigor, ficando a Contadoria do Instituto autorizada a fazer as transposições que se tornarem necessárias.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 69, de 19 de agosto de 1940

Determina a participação do Conselho no III Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense e dá outras providências.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que cumpre ao Conselho estimular, acompanhar e prestigiar as iniciativas que visem a um melhor conhecimento geográfico do país, no todo ou em suas variadas porções regionais;

Considerando que o III Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense, a realizar-se em Porto Alegre de 5 a 10 de novembro próximo, constitui uma nobre iniciativa do respeitável Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em expressiva comemoração ao bi-centenário da colonização da cidade de Porto Alegre;

Considerando que o certame, contando com o decidido apoio da Prefeitura de Porto Alegre, promete os melhores resultados em proveito do melhor conhecimento da terra gáucha;

Considerando que o Conselho foi convidado para participar do certame em apêço, e, tendo em vista que a instituição dispõe naquele Estado de prestigioso órgão — o Diretório Regional de Geografia —, cuja atuação vem se caracterizando pelo brilho e eficiência;

Resolve:

Art. 1.º — Ficam delegados poderes especiais ao Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio Grande do Sul para representar o Conselho Nacional de Geografia no III Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense, a realizar-se de 5 a 10 de novembro, em Porto Alegre, organizado pelo respeitável Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em comemoração ao bi-centenário da colonização da cidade.

Art. 2.º — A Secretaria do Conselho em entendimento com o Diretório Regional, promoverá a colaboração dos órgãos centrais e regionais da instituição na apresentação de trabalhos e contribuições para a representação do Conselho no certame.

Art. 3.º — Será também promovida a colaboração dos diferentes órgãos dos sistemas estatístico e censitário, do mesmo Instituto.

Art. 4.º — Para melhor entendimento das providências, fica determinada a ida a Porto

Alegre do Secretário do Conselho, após ao encerramento dos trabalhos do IX Congresso Brasileiro de Geografia que se realizará em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro.

Art. 5.º — Fica autorizado o envio de material exposto pelo Conselho no IX Congresso Brasileiro de Geografia para Porto Alegre afim de figurar também no certame de Geografia Sul Riograndense.

Art. 6.º — Nessa viagem, o Secretário visitará também os órgãos regionais do Conselho existentes nos Estados do Sul, com poderes para entender-se com as autoridades, em nome da presidência, no que se referir à boa marcha das campanhas e iniciativas do Conselho.

Art. 7.º — Além das passagens e duma diária de cinquenta mil réis, o Secretário do Conselho, em serviço fora da sede, terá direito a uma ajuda de custo que será arbitrada pelo presidente.

Art. 8.º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta da sub-consignação 1 da verba III do orçamento vigente do Conselho.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente, Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 70, de 4 de novembro de 1940

Exprime regozijo e congratulações pelo admirável êxito do IX Congresso Brasileiro de Geografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que o IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro, se revestiu de notável brilho, constituindo eloqüente demonstração de brasilidade e de cultura;

Considerando que os magníficos resultados, de natureza social, administrativa e cultural, obtidos pelo certame foram consequência do apoio dos poderes públicos e do concurso de instituições e personalidades, prestados em expressivo movimento de cooperação;

Considerando que o Congresso preencheu plenamente a sua finalidade, reunindo dos diferentes recantos do país, contribuições culturais de valor, que representam para as letras geográficas apreciável contingente de estudos, teses e conferências;

Considerando que o Conselho, encarregado de promover o melhor conhecimento geográfico do país, só alegrias recolhe no êxito do certame cultural que patrocinou;

Resolve:

Art. 1.º — Fica consignado nos *Anais* do Conselho Nacional de Geografia o seu mais vivo regozijo pelo admirável êxito do IX Congresso Brasileiro de Geografia que, sob seus auspícios, se realizou em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro do corrente ano.

Art. 2.º — O Conselho Nacional de Geografia, por motivo do excepcional brilho do certame em aprêço, formula calorosas congratulações:

— à conceituada Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que o promoveu de maneira tão feliz;

— à Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que efetivou concurso decisivo para sua realização;

— às Comissões Organizadora e Executiva, que com tanto devotamento, se empenharam nas tarefas do seu preparo;

— ao Governo do Estado de Santa Catarina que, com solicitude inexcedível e fidalguia, recebeu em sua formosa capital os congressistas e proporcionou-lhes todas as facilidades para o empreendimento dos trabalhos;

— ao eminente brasileiro, ministro Bernardino José de Sousa que, de forma esclarecida e devotada, presidiu aos trabalhos do Congresso, imprimindo-lhes diretrizes seguras e fecundas, oriundas de profundo saber e de alentado sentimento patriótico.

Art. 3.º — O Conselho manifesta seu agradecimento aos órgãos subordinados — dentre os quais, em especial, ao Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — que colaboraram efetivamente para o êxito do Congresso.

Art. 4.º — Fica consignado um caloroso aplauso à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro pelo pronto atendimento à recomendação aprovada pelo certame de Florianópolis, no sentido de constituir-se a Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em 1943 em Belém, capital do Estado do Pará.

Parágrafo único — O Conselho formula a essa Comissão, votos de pleno êxito na importante missão que lhe foi confiada.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente, Interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 71, de 4 de novembro de 1940

Manifesta apoio à deliberação da providência do Instituto de não realizar, no corrente ano, a sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho e dá outras providências.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, nos termos do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 2 108, de 4 de abril último, ficou a Presidência do Instituto com a faculdade de deliberar sobre a não realização das sessões ordinárias das Assembléias Gerais dos

dois Conselhos componentes do Instituto, desde que assim o exigisse a marcha dos trabalhos censitários;

Considerando que a hipótese prevista se verificou porquanto, as tarefas censitárias desaconselham a vinda ao Rio, na época atual, dos técnicos estaduais, sobretudo os de estatística,

o que determinou à Presidência do Instituto a deliberação da não realização da Assembléa do Conselho, no corrente ano;

Resolve:

Art. 1.º — É manifesto à Presidência do Instituto o apoio do Conselho Nacional de Geografia à deliberação da não realização no corrente ano da Assembléa Geral do Conselho, em virtude das exigências dos serviços censitários no país.

Art. 2.º — Fica formulado aos técnicos das Unidades políticas um caloroso voto pelos melhores êxitos nas tarefas que, com tanta dedicação, estão desempenhando em proveito do Recenseamento Geral.

Art. 3.º — A Secretaria do Conselho promoverá junto aos Diretórios Regionais, o envio dos relatórios referentes às atividades exercidas no período de julho de 1939 a julho de 1940,

os quais deverão ser submetidos à apreciação desse Diretório.

Art. 4.º — A Secretaria do Conselho elaborará o relatório das atividades do Diretório Central, referente ao mesmo período, distribuindo-o aos Diretórios Regionais, depois de sua aprovação.

Art. 5.º — Fica constituída uma Comissão de Tomada de Contas, formada de três membros do Diretório Central, por eleição dos seus pares, para apresentar parecer sobre as contas do Conselho, referentes ao período de julho de 1939, a julho de 1940, o qual deverá ser submetido à aprovação deste Diretório.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 72, de 4 de novembro de 1940

Dispõe sobre a publicação dos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso da suas atribuições;

Considerando que, nos termos do art. 10 da Resolução n.º 42, de 7 de julho de 1939, da Assembléa Geral, ficou estabelecido que o Conselho colaboraria, dentro das suas possibilidades orçamentárias, na impressão dos trabalhos aprovados pelo IX Congresso Brasileiro de Geografia, de acordo com o que a respeito fôsse solicitado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro;

Considerando a proposta que na reunião de hoje, perante o Diretório em honrosa visita, formulou o eminente ministro Bernardino José de Sousa, vice-presidente da Sociedade e presidente do Congresso e da sua Comissão Organizadora, no sentido do Conselho encarregar-se da publicação dos *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, em virtude do saldo dos recursos angariados para o certame não ser suficiente para as despesas da sua impressão;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia aceita o encargo de publicar os *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*.

Art. 2.º — Os *Anais* do Congresso serão impressos no Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3.º — As despesas com a impressão dos *Anais* serão custeadas pelo saldo dos recursos angariados pelo IX Congresso e pelas dotações que lhe destinou o Conselho.

Art. 4.º — O presidente do Instituto fica autorizado a receber, mediante recibo do presidente da Comissão Organizadora a importância relativa ao saldo verificado nas contas do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

Art. 5.º — O Serviço de Contabilidade do Instituto creditará esse saldo numa conta intitulada "Fundo para os *Anais*" do IX Congresso,

pela qual correrão as despesas da impressão dos *Anais*.

Art. 6.º — Fica desde já autorizado o destaque de quarenta contos de réis (40:000:000), da verba própria do orçamento do Conselho para 1941 e a inclusão dessa quantia no "Fundo para os *Anais*", no caso de ser consignado no orçamento da União o quantitativo pleiteado pelo Conselho.

Art. 7.º — Caso o "Fundo para os *Anais*", formado com os dois recursos constantes dos artigos anteriores, se revele insuficiente o Conselho incluirá na proposta do orçamento para 1942 a consignação dos recursos necessários para completar-se o pagamento da publicação integral dos *Anais*.

Art. 8.º — Para dirigir os trabalhos da publicação dos *Anais* fica constituída uma "Comissão de Redação" composta de três membros: o presidente do Congresso um representante da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e um representante do Conselho Nacional de Geografia, sob a presidência do primeiro.

Art. 9.º — Nos *Anais* será obrigatoriamente adotada a ortografia oficial.

Art. 10.º — A Comissão de Redação, harmonizando devidamente a rapidez e economia da publicação dos *Anais* com os superiores interesses da ciência geográfica, decidirá, em cada caso, sobre a impressão resumida ou não dos trabalhos aprovados pelo Congresso sem a indicação explícita de publicação nos *Anais* na íntegra bem como fixará, na forma mais conveniente; a ordem da publicação dos assuntos.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 73, de 18 de novembro de 1940

Autoriza o aluguel de salas para o Serviço Cartográfico do Conselho, faz transferências de verbas e dá outras providências.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que o gabinete de cartografia do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica se achava instalado em dependências do Serviço Nacional de Recenseamento, donde foi obrigado a retirar-se para ceder lugar aos serviços censitários, que, na sede central, apresentam desenvolvimento cada dia mais crescente;

Considerando que o orçamento do Conselho para 1940 não previu verba para aluguel de sede para seus serviços técnicos, no presupuesto de que tal providência sómente seria necessária em 1941, em cuja proposta orçamentária foi cogitada uma verba de 6:000\$000 mensais, para esse fim;

Considerando que, pela Resolução n.º 46, aprovada em 15 de julho de 1939 pela Assembléa Geral, ficou estabelecido que, no orçamento do Conselho para 1940 pela mesma Resolução fixado, o Diretório Central poderia "transferir importâncias de uma verba para outra, mediante Resoluções especiais, quando, em casos excepcionais, a providência se tornar indispensável à boa marcha dos serviços e sem que a diminuição de qualquer verba venha prejudicar as iniciativas nela objetivadas" (art. 3.º);

Considerando que da não realização da Assembléa Geral do Conselho no corrente ano, segundo deliberação tomada pelo presidente do Instituto nos termos do art. 2.º do Decreto-lei n.º 2 108, de 4 de abril de 1940, resulta uma disponibilidade orçamentária representada pelas verbas previstas para as despesas da realização da mesma Assembléa, que se conservam intactas;

Considerando que a subconsignação 6 da verba II apresenta um disponível apreciável, em virtude do natural retardamento do preparo da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo, conseqüente da marcha em que se desenvolveram as campanhas preparatórias, sobretudo a dos mapas municipais e a das coordenadas geográficas;

Considerando que, assim, sómente agora deverá ser promovida a instalação da 2.ª Secção "Carta Geográfica ao Milionésimo", do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, do Conselho, o que exigirá recursos para sua locação e para material permanente e de consumo que se fizerem necessários;

Considerando que a tiragem de cópias dos mapas municipais, afim de atender a inadiáveis sollicitações do Instituto e de terceiros, acarretou dispêndio excepcional de material, fora de previsão, o que exige reforço nas verbas respectivas;

Atendendo à necessidade de serem reajustadas as verbas do Conselho, numa compensação harmônica entre as disponibilidades de umas e as deficiências de outras;

Resolve:

Art. 1.º — Fica o diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica autorizado a alugar salas destinadas à instalação das Secções de Cartografia do mesmo Serviço.

§ 1.º — O aluguel dessas salas poderá atingir, no máximo, a seis contos de réis (6:000\$) mensais;

§ 2.º — A despesa correspondente correrá por conta da verba III — subconsignação 3, com o reforço previsto na presente Resolução.

Art. 2.º — Das verbas do orçamento do Conselho, em vigor, ficam autorizados os seguintes destaques: 1) da Verba I, subconsignação 1, "Ajuda de custas aos delegados à Assembléa", 20:000\$; 2) da Verba I, subconsignação 2, "Passagens para os delegados à Assembléa", 15:000\$; 3) da Verba I, subconsignação 3, "Despesas de estada dos delegados à Assembléa", 12:000\$; 4) da Verba I, subconsignação 6, "Pessoal contratado", 100:000\$.

Art. 3.º — A importância de cento e quarenta e sete contos de réis (147:000\$), resultante desses destaques, destina-se ao reforço de verbas do orçamento obediente à seguinte distribuição: a) para a verba I, subconsignação 5, "Gratificação e extraordinários", 18:000\$; b) para a verba II, subconsignação 1, "Material permanente", 30:000\$; c) para a verba II, subconsignação 2, "Material de consumo", 40:000\$; d) para a verba II, subconsignação 4 "Publicações", 30:000\$; e) para a verba III, subconsignação 3, "Suplementações", 29:000\$.

Art. 4.º — A Secretaria do Instituto providenciará para que o Serviço de Contabilidade efetue os lançamentos correspondentes às transferências de verbas do orçamento do Conselho Nacional de Geografia, constantes dos artigos anteriores.

Art. 5.º — Fica expresso à Diretoria Geral do Serviço Nacional de Recenseamento o agrado do Conselho Nacional de Geografia pela cessão de salas nas dependências do Serviço, enquanto for possível.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 74, de 3 de janeiro de 1941

Dispõe sobre o encerramento do orçamento do Conselho de 1940.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que a Resolução n.º 46, de 15 de julho de 1939, da Assembléa Geral do Conselho, que fixou o orçamento para 1940, estabeleceu, em seu artigo 4.º, dever-se compensar, ao término da execução orçamentária, os saldos e as deficiências das verbas entre si;

Considerando que o pagamento dos últimos compromissos relativos a 1940 revelou a necessidade da aplicação do mencionado sistema de compensação;

Considerando que essa compensação deve ser devidamente especificada para conhecimento preciso das despesas efetivamente realizadas sob as diferentes rubricas orçamentárias;

Resolve:

Art. 1.º — Os saldos verificados nas subconsignações das verbas do orçamento do Conselho para 1940, num total de trinta e quatro contos trezentos e dezessets mil e trezentos réis (34:316\$300) formado de três contos quatro

centos e quarenta e oito mil e quatrocentos réis (3:448\$400) da subconsignação 6 da verba I, de oitocentos e cinquenta e dois mil réis (852\$000) da subconsignação 1 da verba II, de duzentos e noventa e oito mil e cem réis (298\$100) da subconsignação 3 da verba II, de vinte três contos cento e trinta e dois mil réis (23:132\$000) da subconsignação 4 da verba II, de trezentos e treze mil e cem réis (313\$100) da subconsignação 5 da verba II, de um conto quatrocentos e noventa e oito mil e quatrocentos réis (1:498\$400) da subconsignação 6 da verba II, de três contos quinhentos e noventa e dois mil e oitocentos réis (3:592\$800) da subconsignação 7 da verba II, de quinhentos e sessenta três mil e trezentos réis (563\$300) da subconsignação 1 da verba III, de seiscentos e dezoito mil e duzentos réis (618\$200) da subconsignação 2 da verba III, passam a constituir um montante único, para fins de redistribuição.

Art. 2.º — Do referido montante ficam destacados os seguintes quantitativos, destinados

a suprir deficiências de verbas: para a subconsignação 5 da verba I, cinco contos duzentos e cinquenta e nove mil e quinhentos réis ... (5:259\$500); para a subconsignação 2 da verba II, quatro contos trinta e oito mil e seiscentos réis (4:038\$600); para a subconsignação 3 da verba III, um conto duzentos e sessenta nove mil e quinhentos réis (1:269\$500).

Art. 3.º — O saldo efetivamente verificado no orçamento do Conselho para 1940, de vinte e três contos setecentos e quarenta oito mil e setecentos réis (23:748\$700), passa para o fundo de reserva do Instituto.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente, interino. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Diretórios Regionais

MINAS GERAIS

Íntegra das Resoluções n.ºs 1 a 5

Resolução n.º 1, de 10 de novembro de 1939

Dispõe sobre a inclusão no Diretório Regional, dos assistentes técnicos do Departamento Geográfico.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando das suas atribuições,

Considerando que pelo Regulamento do Departamento Geográfico aprovado pelo Decreto-lei n.º 483, de 19 de setembro de 1939, ficam as Divisões do Departamento sob a chefia dos assistentes técnicos;

Considerando que pelo artigo 12, alínea e do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia devem fazer parte do Diretório Regional os chefes de secção ou funcionários de categoria equivalente que na repartição dirigida pelo secretário, dirigem os serviços geográficos;

Resolve:

Artigo único — Passam a fazer parte do Diretório os assistentes técnicos do Departamento Geográfico que forem designados para chefiar as Divisões de Administração, Astronomia e Geodésia, Topografia e Cadastro, Fotogrametria, Cartografia e Desenho e Limites e Coordenação Geográfica.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira*, Presidente do Diretório.

★

Resolução n.º 2, de 3 de abril de 1940

Delibera sobre a colaboração do Diretório na realização do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições,

Considerando que a Assembléa Geral do Conselho, em sua Resolução n.º 42, de 7 de julho de 1939, recomendou a colaboração do Conselho na realização dos Congressos Brasileiros de Geografia;

Considerando que a tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro deliberou realizar em Florianópolis o IX Congresso Brasileiro de Geografia em setembro do corrente ano, contando com o concurso do Conselho e de seus diversos órgãos e atendendo ao seu apêlo, tendo já organizado o programa das teses e baixado o respectivo regulamento;

Considerando o alcance das campanhas e iniciativas do Conselho e a colaboração eficiente e entusiástica que os serviços técnicos do Estado de Minas Gerais, especialmente quanto

aos levantamentos executados pelo Departamento Geográfico do Estado, que constituirão valiosa contribuição para a Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo;

Resolve:

Art. 1.º — Ficam consignados os seguintes votos de congratulações e aplausos:

a) à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e à Comissão Organizadora do IX Congresso Brasileiro de Geografia pelo êxito que vem alcançando essa importante iniciativa;

b) ao Diretório Central e a cada um de seus ilustres componentes, pelo apoio dispensado ao certame, consubstanciado na Resolução n.º 48, de 3 de outubro de 1939;

c) ao governo do Estado, pela adesão ao IX Congresso, como Membro Protetor, por intermédio do Departamento Geográfico de Minas Gerais.

Art. 2.º — Fica autorizada a adesão dêste Diretório como Membro Protetor ao IX Congresso Brasileiro de Geografia e recomendada encarecidamente aos Diretórios Municipais de Geografia que providenciem sua adesão ao referido Congresso.

Parágrafo único — A Secretaria do Diretório fica autorizada a promover a pronta efetivação dessas adesões.

Art. 3.º — É especialmente solicitado aos membros dêste Diretório, representantes dos serviços técnicos do Estado e da Prefeitura da capital, intercedam junto às respectivas Secretarias e Departamentos, no sentido de apresentarem a melhor contribuição possível ao Congresso e Exposição anexa.

Belo Horizonte, 3 de abril de 1940, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Pereira*, Presidente do Diretório.

★

Resolução n.º 3, de 9 de maio de 1940

Dispõe sobre as homenagens do Diretório ao Presidente Getúlio Vargas e ao Governador Benedito Valadares Ribeiro.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições;

Considerando que o Presidente da República Dr. Getúlio Dorneles Vargas criou, e vem dando todo seu apoio ao Conselho Nacional de Geografia, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando que o Governador do Estado, Dr. Benedito Valadares Ribeiro não só orga-

nizou, pelo Decreto-lei n.º 92, o órgão regional do Conselho neste Estado, dando-lhe todos os meios de ação, como concedeu autonomia ao antigo Serviço Geográfico com a criação do Departamento Geográfico, sede do Diretório, com organização moderna que permitirá a intensificação dos levantamentos e estudos geográficos de alcance inestimável à administração do Estado, da União e dos Municípios;

Considerando que por proposta da Secretaria do Diretório, com unânime aprovação, associou-se o Diretório, calorosa e entusiasmada, às homenagens que estão sendo prestadas às personalidades desses dois eminentes homens públicos, na feliz oportunidade da visita do Sr. Presidente da República a Minas Gerais;

Resolve:

Art. 1.º — O Diretório Regional de Geografia inaugurará, em sessão solene que se realizará no dia 10 do corrente, em sua sala de sessões, os retratos dos eminentes brasileiros Drs. Getúlio Dorneles Vargas e Benedito Valadares Ribeiro, como uma homenagem especial do Diretório.

Art. 2.º — Proferirá o discurso oficial o Eng.º Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, assistente técnico do Departamento Geográfico e membro do Diretório.

Art. 3.º — Os componentes do Diretório Regional de Geografia comparecerão incorporados à manifestação popular que será feita ao Sr. Presidente da República, às 17 horas do dia 11 deste mês.

Belo Horizonte, 5 de maio de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Peretra*, Presidente do Diretório.

★

Resolução n.º 4, de 9 de maio de 1940

Dispõe sobre a solenidade para a recepção do presidente do IX Congresso Brasileiro de Geografia, nesta capital e posse dos representantes da Sociedade Mineira de Engenheiros e Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, integrados no Diretório.

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições;

Considerando que no dia 17 do corrente mês, aquiescendo ao convite do governo do Estado, por intermédio deste Diretório, chegará a Belo Horizonte, em visita oficial ao Estado, o Sr. ministro Bernardino José de Sousa, ilustre presidente da Comissão Organizadora do IX Congresso Brasileiro de Geografia a realizar-se em Florianópolis, em setembro deste ano;

Considerando que para maior amplitude na colaboração do Diretório ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, ao mesmo tempo o júbilo com que recebe o ilustre visitante e a integração no Diretório das notáveis instituições culturais que são a Sociedade Mineira de Engenheiros e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, conforme Resolução do Diretório Central;

Resolve:

Art. 1.º — O Diretório Regional de Geografia realizará uma sessão solene com o duplo fim de homenagear o ilustre ministro Bernardino José de Sousa que pronunciará uma conferência sobre o IX Congresso Brasileiro de Geografia, de cuja Comissão Organizadora é presidente, e dar posse aos ilustres representantes da Sociedade Mineira de Engenheiros e Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Parágrafo único — A Secretaria providenciará sobre a realização da solenidade, divulgando com a necessária antecedência local e hora da reunião.

Art. 2.º — Será orador oficial da solenidade o professor Valdemar Tavares Pais, assistente técnico da Secretaria da Educação e membro do Diretório.

Belo Horizonte, 9 de maio de 1940, ano 5.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Manuel B. Leme Dias*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *B. Quintino dos Santos*, Secretário. — Publique-se. *Odilon Dias Peretra*, Presidente do Diretório.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE :

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistemático do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de governo e os esforços conjuntos de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "Órgão Administrativo", que é a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto.

2. "Órgãos Deliberativos", que são: *Assembleia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho) a *Junta Executiva Central*, composta do presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera *ad referendum* da Assembleia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J. E. C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "Órgãos Opinativos", subdivididos em *Comissões Técnicas* isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, compostos de 32 membros eleitos pela Assembleia Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "Organização Federal", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística—Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "Organização Regional", isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados—Departamentos Estaduais de Estatística,—no Distrito Federal e no Território do Acre—Departamentos de Geografia e Estatística,—e os órgãos cooperadores: Serviço e Seções de estatísticas especializadas em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "Organização Local", isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais municípios.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "Órgão Administrativo", que é a Secretaria Geral do Conselho.

2. "Órgãos Deliberativos", ou sejam a *Assembleia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do presidente do Instituto, do secretário

geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições de ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do governo municipal da capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no território da útil de cada quinzena) os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "Órgãos Opinativos", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em *Consultoria Nacional*, articulada com o D. C., e 21 *Consultorias Regionais*, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa)

1. "Organização Federal", com um órgão executivo central — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério da Viação — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "Organização Regional", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de geografia nos Estados.

3. "Organização Local", — os *Diretórios Municipais*, *Corpos de Informantes* e *Serviços Municipais* com atividades geográficas

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as *Comissões Censitárias* — e de órgãos executivos, cujo conjunto é denominado *Serviço Nacional de Recenseamento*.

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1. A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do secretário do Conselho Nacional de Geografia, do diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros — um dos quais como seu presidente e diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo.

2. As 22 *Comissões Censitárias Regionais*, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do delegado regional do Recenseamento, como seu presidente, do diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

3. As *Comissões Censitárias Municipais*, órgãos cooperadores cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o prefeito municipal, como seu presidente, o delegado municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores.

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

1. A "Direção Central", composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica.

2. As "Delegacias Regionais", uma em cada Unidade da Federação.

3. As "Delegacias Seccionais", em numero de 117, abrangendo grupos de municípios.

4. As "Delegacias Municipais".

5. O "Corpo de Recenseadores".